

INTRODUÇÃO

Nos anos recentes, é constante a discussão da problemática envolvendo assentamentos rurais no Brasil, a qual parte das condições de famílias assentadas, indo da estrutura agrária às condições disponibilizadas para reprodução social dessas famílias nas atividades agrícolas e não-agrícolas. Com efeito, tanto o acesso quanto o manejo da terra e das demais alternativas naturais das áreas pelas famílias assentadas se inscrevem em um quadro complexo pois, na maioria das vezes, estas, além da luta pela terra, se vêem em terras improdutivas e sem possibilidade de opções, até mesmo não-agrícolas, que contribuam com a sua reprodução social.

Em face desse quadro, as ciências, nas suas diversas perspectivas, humanas, sociais, aplicadas, agrárias, exatas, etc, têm-se envolvido com a problemática na tentativa de melhor compreender e explicar as diversas situações, e de oferecer respostas que possibilitem repensar a viabilidade dos assentamentos, sem necessariamente absolutizar os resultados, mas verificar as condições reais em que neles vivem as famílias e os caminhos que percorreram para atingir a situação atual de vida. Assim, a presente pesquisa se fundamenta na tentativa de compreender a problemática da sustentabilidade do Assentamento Rural Caxirimbu, com 206 famílias e população média de 790 habitantes, localizado na zona rural de Caxias – MA, em suas dimensões sociocultural, econômica e ambiental, a fim de contribuir com o debate sobre assentamentos rurais e sua sustentabilidade.

Nessa direção, o presente estudo volta-se para a compreensão do modo de vida das famílias assentadas no presente, sem descuidar da constituição histórica de um campesinato na região, no âmbito da questão agrária maranhense. Busca, então recuperar o sentido das lutas de populações agrárias de famílias que, hoje assentadas, têm entre outras demandas, a de acesso a políticas de créditos, organizando-se em torno das condições disponibilizadas desde o momento da ocupação da terra até a chegada dessas políticas governamentais a que fazem jus para realizar a sua reprodução social.

A Região dos Cocais Maranhense, a partir do final dos anos de 1970 e início 1980, passou a ser alvo de interesse de grandes grupos agroindustriais que, seduzidos por um programa de alienação de terras orientado pela Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), instalaram seus agronegócios mais especificamente na região de Caxias e municípios vizinhos como Aldeias Altas e Coelho Neto, tanto em suas áreas urbanas, quanto nas áreas rurais. Eram diversas as atividades que envolviam cada grupo, desde usinas de álcool carburante, fazendas de gado *vacum*, projetos de reflorestamento baseados na cultura

de eucalipto e fábrica de papel e celulose. De modo geral, os grupos eram sediados nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia mas, seus proprietários e administradores ficaram conhecidos, de forma genérica, na região como os “pernambucanos”. Responsáveis por um chamado desenvolvimento econômico da região, os “pernambucanos” causaram ali um considerado desgaste ambiental quando transformaram áreas próprias para práticas agroextrativistas em área de monocultura de cana-de-açúcar, eucalipto e expansão da pecuária bovina, promovendo grande devastação da vegetação nativa.

Especificamente a área em que se localiza Caxirimbu serviu de atrativo aos “pernambucanos”, pela plana área de pasto já existente e grande fatia de mata virgem que favorecia sua expansão. Com a compra da fazenda, moradores/as foram expulsos/as em clima de violência e conflitos. O movimento de expulsão ocorreu simultaneamente em outros lugares do município, sempre em função da expansão das agroindústrias, à custa da segregação da população moradora, que era privada do trabalho na terra, “despejados” na zona urbana de Caxias. A Fazenda Caxirimbu, se torna grande produtora de gado de corte até final dos anos de 1990 quando o “pernambucano” proprietário, mostrando sinais de desmotivação com o agronegócio, resolve disponibilizar a área para negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Momento este que, orientados pelas forças sindicais da região, famílias se orientam para o lugar, no sentido de ocupar a área para concretizar a desapropriação. Entretanto, as famílias contempladas com o acesso à política agrária não foram as mesmas que resistiram e foram anteriormente expulsas, mas outras do mesmo perfil e condição social daquelas e que, no novo cenário, enfrentaram dificuldades e desacertos até constituírem identidades que ora apresentam em Caxirimbu.

São 186 famílias que inicialmente se irão confrontar com novos e velhos desafios, sejam estes o retorno ao trato com a terra e a relação com a natureza, as inter-relações sociais, as normas institucionais configuradas à categoria de assentado/a, as atividades econômicas alternativas, os modos de fazer e as tradições culturais, dentre outros – aspectos que podem ser analisados à luz da problemática da sustentabilidade. De fato, no tocante ao uso da terra em Caxirimbu – o qual passou por momentos de produção agrícola em um contexto no qual ali existiam moradores/as, anterior à chegada dos “pernambucanos”, os quais se dedicavam à prática da mono-exploração pecuária e após a desapropriação –, este, a nova população contribui para a sua transformação, com base no uso diversificado da área, o que traz, implícitos, princípios de sustentabilidade.

Com esse olhar, a pesquisa vê, teoricamente, o grupo investigado, segundo uma lógica camponesa (MORAES, 2000), como não-isolado mas, sim, no âmbito da sociedade

envolvente, produzindo prioritariamente para auto-consumo produtos como arroz (*Oryza sativa* Linnaeus, 1753), feijão (*Phaseolus vulgaris* Linnaeus, 1753), milho (*Zea mays* Linnaeus, 1753) amendoim (*Arachis hypogaea* Linnaeus, 1758), mandioca, (*Manihot esculenta* Crantz, 1766) (de que fazem a farinha) e criando pequenos animais, com o que se obtém excedentes para a venda. Trata-se de uma economia de aprovisionamento (MORAES, 2000), pela qual comercializam os produtos para acesso a certos outros não produzidos pelo grupo doméstico, como café, sal e açúcar. Mas, para além das atividades agrícolas, a pesquisa enxerga o rural moderno como lugar de atividades não-agrícolas e a constituição da renda familiar de grupos camponeses como resultado de atividades agrícolas e não-agrícolas (MORAES e VILELA, 2003).

Apesar da amplitude do termo sustentabilidade e de suas dimensões, esta pesquisa tenta contribuir com a discussão acerca da viabilidade econômica e da sustentabilidade social, cultural e ambiental de assentamentos rurais, aproximando a questão ambiental de princípios agroecológicos (BEDUSCHI FILHO, 2003, MORAES e VILELA, 2003, CAVALCANTI, 2005). Assim, na intenção de compreender a sustentabilidade de Caxirumbu pela via dessas dimensões, fez-se necessário olhar com acuidade o modo de vida (MORAES, 2005) do grupo camponês investigado, identificar-lhe a composição da renda familiar a partir das atividades agrícolas e não-agrícolas, e a possível capacidade de acúmulo ou reserva de produção, apreender o significado dos espaços sociopolíticos existentes para a população investigada na sua construção e na relação dos seus membros nessa construção, as formas de reprodução familiar e as condições locais de sustentabilidade ambiental (MORAES e VILELA, 2003).

O interesse pelo Assentamento Caxirumbu como objeto de estudo deu-se em decorrência de a área ter sido, historicamente, cenário de tensão e lutas, desde a chegada dos referidos grupos agroempresariais na região de Caxias – MA, no início dos anos de 1980. Segundo os sujeitos que participaram dos conflitos, que envolveram todo o 1º distrito de Caxias, Caxirumbu se constituiu na representação dos embates da época por estar no centro da área de conflito e as famílias moradoras do lugar terem resistido às situações mais repressoras até à completa expulsão. Além disso, ainda não foi identificado, até o presente momento, registros na literatura especializada sobre os acontecimentos relativos a esse processo na região de Caxias, valendo, então, este esforço de pesquisa acadêmica sobre o tema.

Vale salientar que o aprofundamento teórico e sobretudo empírico, encetado no decorrer da pesquisa, fez com que esta tomasse novos rumos em seu próprio processo. De fato, a idéia inicial era buscar compreender a sustentabilidade socioeconômica e ambiental da atividade das quebradeiras de coco babaçu (*Orbignya speciosa* Martius, 1825) do

Assentamento. Mas o contato mais próximo com a realidade de Caxirimbu fez com que a proposta inicial desse lugar à tentativa de entender a sua sustentabilidade nas dimensões sociocultural, econômica e ambiental, embora o tema da atividade de aproveitamento do babaçu não tenha desaparecido da pesquisa, já que é dela parte fundamental, por ser estreitamente vinculada ao modo de vida do grupo e à composição da renda familiar. Assim, não tem esta atividade apenas importância econômica, pois contribui na reprodução social das famílias, e envolve ainda laços culturais da tradição, mesmo que sob o ponto de vista ambiental, a quantidade de palmeiras diminuídas pela expansão pecuária pela qual passou a área nos anos de 1980 corresponda à redução de oportunidades de apropriação desse bem natural para a sua transformação em recurso econômico, o que se refletiu também na reprodutividade familiar.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Na perspectiva referida, a pesquisa se propôs a verificar, à luz do modo de vida do grupo camponês investigado, a sustentabilidade do assentamento, sob as dimensões sociocultural, econômica e ambiental. Para alcançar os objetivos da pesquisa científica, são fundamentais bases metodológicas de investigação que dêem suporte e se coadunem com as suas premissas. Partindo-se, assim da concepção de pesquisa como uma atividade científica na sua indagação e na metodologia que adota como caminho do pensamento, sem dizer da prática executada a partir da forma como se enfoca a realidade, optou-se por uma abordagem predominantemente qualitativa de construção dos dados.

A opção pela abordagem qualitativa não se restringe a uma vinculação ao uso de determinadas técnicas de investigação. Antes, supõe uma concepção epistemológica da relação sujeito-objeto que vai orientar e justificar o suporte fornecido por métodos que dão uma maior compreensão dos fenômenos sociais, complexos e únicos (HAGUETTE, 2005) idiográficos, sobretudo enfatizando suas especificidades desde as origens e sua razão de ser. Aliás, Haguette (2005) argumenta que a ação do ser humano em relação a uma coisa depende do sentido que ela tem para ele, incluindo aí objetos físicos, outros seres humanos, instituições, valores, atividades e demais situações que o indivíduo encontra na sua vida cotidiana. Esse sentido é derivado da interação social adquirida entre as pessoas e é modificável pelo processo interpretativo usado no trato com essas coisas.

É, pois através de métodos qualitativos que são construídos os dados, pelo entendimento de situações vividas pelos sujeitos de pesquisa, analisadas a partir dos

significados que dão a seus atos. Na pesquisa qualitativa, o/a pesquisador/a torna-se intérprete da realidade, porque participa, compreende e interpreta, o que não significa o descarte de abordagens quantitativas, na verdade complementar à qualitativa, aliando explicação e compreensão, como dito por Edgar Morin: “A explicação é tudo o que permite a um sujeito conhecer um objeto enquanto objeto; a compreensão é tudo o que, por projeção/identificação, permite conhecer um sujeito, enquanto sujeito” (MORIN, 1998, 12).

A construção dos dados primários deu-se na pesquisa de campo, através de observação direta, de entrevistas, de questionários, e de registros no diário de campo. O método ou técnica da observação direta se deu à luz dos princípios da observação participante¹ (CICOUREL, 1990) a qual como explica Foote-Whyte (1990), passa pelo processo de aceitação e inserção do/a pesquisador/a no grupo investigado. Com essa aceitação, o ir e vir a todos os espaços do Assentamento Caxirimbu se tornou, aos poucos, acessível e, a longo do prazo, estabelecido, pode-se então obter respostas sem que fossem feitas, sempre, necessariamente, perguntas, devido à oportunidade de compartilhar atividades de vida e sentimentos das pessoas em termos de “relações face a face” (KLUCKHOHN, apud HAGUETTE, 2005, p.70).

As visitas ao Assentamento Caxirimbu, pela pesquisadora, aconteceram a partir do mês de junho de 2005, até junho de 2007, sem frequência determinada, sendo que a duração máxima de cada visita foi de dois dias inteiros, incluindo o pernoite, o que ocorreu apenas uma vez, em virtude da proximidade com Caxias. As visitas se davam à medida que necessitava de aprofundamento empírico sobre o cotidiano do grupo, relacionando as informações empíricas às reflexões teóricas. Nesses momentos, podia-se participar de refeições com as famílias, de reuniões das associações e destas com técnicos da Assistência Técnica Social e Ambiental –ATES, além de acompanhar as mulheres quebradeiras de coco nas caminhadas até os cocais e tomar banho nos riachos e nos cacimbões, dentre outros, como os convites para a participação em eventos significativos, como aniversários, casamentos, missas, “ferra do gado”, etc.

O ir e vir da pesquisadora a Caxirimbu aconteceu de várias formas, no decorrer do tempo da pesquisa. Algumas vezes se deu de motocicleta, outras de “carona” com o técnico da ATES que dá assistência ao Assentamento, outras ainda no ônibus que percorre o trecho diariamente. Também se fez em carona de caminhão, quando perdia o horário do ônibus e em

¹ A opção por falar em observação direta e não em observação participante, propriamente dita, deve-se ao entendimento de que esta, conforme a tradição clássica do trabalho etnográfico (CICOUREL, 1990, FOOTE-WHYTE, 1990, HAGUETTE, 2005), implica em um maior tempo e intensidade de imersão do/a pesquisador/a entre o/as nativos, do que realizou esta pesquisadora.

veículo particular da pesquisadora, caso em que surgia a oportunidade de oferecer carona a passageiros na estrada com os quais iniciava diálogos a fim de assimilar, pela conversa informal, o cotidiano do grupo. Tais momentos suscitaram idéias que aos poucos foram norteando e (re)definindo rumos da pesquisa. Nesse sentido, Tereza Haguette diz que é através dessa relação face-a-face que o/a observador/a consegue construir seus dados, sendo parte do contexto observado, podendo modificar e ser modificado por este contexto (HAGUETTE, 2005). O trabalho de observação direta não teve nenhum instrumento específico para direcioná-la, mas contou com o aporte das entrevistas, dos questionários e, sobretudo, do diário de campo, utilizados na pesquisa.

Assim, dialogar com os/as camponeses/as de Caxirimbu permitiu à pesquisadora pensar e procurar compreender, do ponto de vista dos sujeitos abordados, as tradições, as representações culturais do grupo, os valores arraigados às suas práticas e o quanto suas trajetórias influenciaram e orientaram os caminhos seguidos e as estratégias de sobrevivência criadas. As entrevistas (GASKELL, 2002, HAGUETTE, 2005) foram feitas com a população investigada, seguindo um critério de identificação de lideranças no âmbito do Assentamento, podendo não ser estas, necessariamente, representantes das entidades constituídas, como diretores de associações, mas pessoas identificadas como representativas da população por identificação do/as próprio/as assentado/as, para contribuir com informações acerca do modo de vida e do processo de constituição do Assentamento. Foram entrevistados/as ainda, representantes de instituições oficiais e, fugindo ao padrão de escuta apenas de lideranças, foram ouvidos, também, participantes do movimento das famílias expulsas da fazenda Caxirimbu, à época do conflito de terras.

Possíveis lacunas ou omissões ocorridas nas entrevistas só se evidenciavam mediante a compreensão e comparação entre as diversas que foram feitas, norteadas por tópicos-guia (GASKELL, 2002) que funcionaram como uma agenda a ser seguida para monitorar-lhes o andamento, flexível porém, ante o surgimento inesperado de questões relevantes. Entretanto, sentiu-se a necessidade de se utilizar também entrevistas temáticas (GASKELL, 2002) com a finalidade de dialogar com assentados/as sobre assuntos pré-estabelecidos. A seleção do/as entrevistado/as orientou-se mais uma vez, pela identificação de assentados/as que pudessem contribuir diretamente com as temáticas abordadas, como participantes diretos das associações (diretores/as, presidentes) e mulheres que praticam a atividade com o babaçu, assim, como membros de famílias expulsas da Fazenda Caxirimbu.

As entrevistas, gravadas em aparelho eletrônico conveniente, o *Mp3 player* são, segundo Pierre Bourdieu uma técnica que “pode ser considerada uma forma de exercício

espiritual, visando a obter (...) uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida” (BOURDIEU, 1997, p. 704). No caso, o transcorrer das entrevistas sempre se deu de forma agradável como resultado da relação de empatia gerada pela aproximação e convivência com o grupo. As entrevistas foram individuais ou em grupo (GASKELL, 2002), sendo que as grupais aconteceram de duas formas: com a formação preliminar de grupos para tratar de temáticas específicas como o sistema de produção, a problemática ambiental no Assentamento ou a atividade com o babaçu; e com a formação involuntária de grupos, haja vista que algumas vezes, pela situação surgida durante a entrevista, pela presença de vizinhos/as nos domicílios do/a entrevistado/a, pela ocorrência de interferência de assentados/as não inicialmente convocados para tal, mas com contribuições importantes para enriquecimento da pesquisa. O/as entrevistado/as foram identificados neste trabalho, mediante a prévia autorização deste/as.

Quanto à reprodução e transcrição das entrevistas, foi dada especial importância à fidelidade às falas. Como esta pesquisa tem como objeto/sujeito do conhecimento, na verdade sujeitos, camponeses/as que usam a fala coloquial e expressões com peculiaridades locais, tais características foram respeitadas na transcrição, para que não se perdesse a espontaneidade e a peculiaridade locais. Whitaker et al. (2002) defendem o respeito com a fala e a sintaxe do/a entrevistado/a, na transcrição, de modo que, por exemplo, eventuais irregularidades gramaticais de concordância ou de regência em relação ao padrão oficial possam ser do mesmo modo reproduzidos no momento da transcrição. Risos e gestos significativos também podem aparecer no texto transcrito quando convierem, na intenção de enfatizar sentimentos do/a entrevistado/a, que enriquecem a sua fala. No entanto, isto não significa esquecer, como lembrado por Bourdieu (1997) e Moraes (2000), as diferenças entre linguagem oral e escrita e o delicado trabalho de edição implícito na transcrição das entrevistas gravadas. A sistematização das entrevistas aconteceu a partir de leituras horizontais e verticais destas (MICHELAT, 1987), que provocaram a análise de conteúdo e aprofundamento dos temas a partir de sua apresentação nas falas.

Como instrumento de apoio às observações, usou-se, durante todo o trabalho de campo, o diário de campo (BRANDÃO, 1982, PINTO, [198-], WHITAKER, 2002), recurso utilizado para registrar, no modo reflexivo, o cotidiano da pesquisa e instrumento de anotação de reflexão da pesquisadora, o qual pode propiciar ricos resultados quando aplicado em assentamentos (WHITAKER, 2002) e que, nesta pesquisa, foi associado à observação e às demais técnicas utilizadas. Seu uso se justifica, dentre outros motivos, pela necessidade de proceder, metodicamente, de maneira científica ao tentar explicar fatos sociais, evitando que

ao se fazer um trabalho científico, se confie somente na memória do/a pesquisador/a (PINTO, [198-]).

Na construção dos dados, sentiu-se a necessidade de informações que poderiam ser levantadas a partir de uma amostragem da população, lançando-se mão de questionários semi-abertos (BABBIE, 2003, GOLDENBERG, 2004) aplicados a 50 famílias assentadas, a fim de identificar questões acerca das safras e composição de renda média no Assentamento. As famílias da amostragem foram selecionadas segundo os seguintes parâmetros: 10 famílias que praticavam exclusivamente atividade agrícola; 10 com atividades não-agrícolas; 10 com pelo menos um componente familiar beneficiário da previdência; 10 com presença no Assentamento desde o início do povoamento e 10 famílias com menos de cinco anos assentadas. A escolha destes critérios foi orientada pela heterogeneidade da forma de composição de renda identificada nas famílias que constituem o assentamento.

Outra forma de registro utilizado foi a produção de imagens como informações primárias. No primeiro caso, através do uso da máquina fotográfica, na perspectiva documental, intentando prestar informação visual, registro de ações e de acontecimentos reais. Nesse sentido, o arquivo fotográfico assume nesta pesquisa o papel de registrar a paisagem, submetendo-a a comparações relativas a possíveis mudanças e, ainda, representar sujeitos da pesquisa, o que contribui para enfatizar a concepção dos seus modos de vida, remetendo o/a leitor/a a visualizações imagéticas da vida social, sem reificações da imagem visual, e sem estabelecer hierarquias entre elas e o texto escrito, uma vez que se sabe que a produção de imagens visuais deve passar pelo crivo do debate objetividade/subjetividade tanto quanto o texto oral ou escrito (LOIZOS, 2002). Com base nessa premissa, as referidas imagens da vida social do grupo investigado são aqui apresentadas em reuniões das associações, atividades agrícolas, durante festividades religiosas, dentre outros momentos, ressaltando-se que as imagens pessoais foram incluídas neste trabalho mediante prévia autorização dos sujeitos retratados.

Além das imagens produzidas como referido acima, investiu-se na pesquisa na identificação gráfica do Assentamento, a qual aparece em dois momentos: no mapa oficial do Assentamento (Fig 06), e no mapa cognitivo (Fig 07)², este, desenhado em cores, com detalhes dos riachos, templos, casas e demais lugares, pelo filho de uma das famílias assentadas, José

² Utilizo a nomenclatura “mapa cognitivo” com base em Moraes (2000) que assim concebe a representação gráfica da orientação espacial elaborada pelos nativos. Para uma reflexão teórica do tema, ver Ana Maria Niemeyer para quem, com base em Alfred Gell, “(...) o nativo se movimenta no espaço casando suas impressões visuais atuais com um arquivo mental de paisagens lembradas, identificadas com lugares de uma rota planejada (GELL, apud NIEMEYER, 1998, p. 1998).

Wagner Lopes Sousa, 22 anos. Usou-se também imagens da área, capturadas por satélite por meio do aplicativo *Google Earth* (Figs. 05, 11, 14, 15, 17). Esta ferramenta consegue representar as áreas com imagens atualizadas em média a cada 10 dias, dando precisão que pode orientar para verificação de ocupação irregular de solos, avanço de desmatamento de áreas, novas construções, dentre outros, haja vista que as distâncias obtidas nas linhas editadas através do aplicativo, se mostram próximas às reais. De fato, a veracidade das imagens impressiona a ponto de que, ao tratar da utilização da ferramenta, em conversa informal com assentados/as, estes/as se interessaram em visualizá-lo, tarefa concretizada em visita à residência da pesquisadora, utilizando o computador, a rede mundial de computadores e o aplicativo *Google Earth*. Ao fazerem isso, conseguiram identificar suas casas e de vizinhos, os riachos, igrejas, lugares da circunvizinhança, dentre outros. Neste trabalho, tanto o mapa cognitivo como as imagens de satélite, assim como demais mapas e figuras passaram, em alguns momentos, por adaptações feitas pela pesquisadora (Figs. 01, 02, 03, 04, 06, 11, 12, 13, 14, 115, 16, 17) – como inserção de legenda, tracejados, referenciamento de pontos – no sentido de facilitar a percepção de abordagens a serem representadas por estes.

Os dados construídos a partir de fontes secundárias o foram através de pesquisa em documentos referentes às realidades do estado, região e município e ao processo de constituição e construção do espaço social do Assentamento investigado, como Diagnóstico Rural Participativo da Assistência Técnica Social e Ambiental, dentre outros. Em vários momentos, utilizaram-se consultas na rede mundial de computadores, em sítios de instituições oficiais, universidades, ministérios, institutos de pesquisa e artigos publicados em revistas indexadas disponíveis na rede. A isto se soma a revisão bibliográfica sobre apropriação dos recursos naturais, sustentabilidade, questão agrária no Brasil e no Maranhão, campesinato e tecido social.

Na construção da pesquisa, desenvolveu-se o esforço de tentar atingir uma abordagem teórica interdisciplinar proposta pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Nesse sentido, Claude Raynaut sustenta que o principal desafio ao se adotar um enfoque interdisciplinar é a tentativa de restituir parcialmente o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real dentro e sobre o qual se pretende atuar, mundo este com fronteiras e limites atualmente questionáveis por se revelarem cada vez mais ligados a representações construídas. Sobretudo, porque a noção de meio ambiente é, por si só, complexa (MORIN, 2002) e ambivalente, permitindo-se tratar do ser humano de forma individual e coletiva, designando o mundo físico e biótico encarado nas suas relações com homens e mulheres. Assim, sendo a respeito da interdisciplinaridade, um diálogo entre

disciplinas que devem respeitar o saber produzido por outras e recusar hierarquias entre si, sua prática se encontra em plena construção (RAYNAUT, 2004). De modo que, tomam espaço na agenda da pesquisa científica estudos que tenham capacidade de oferecer resultados conectados em várias áreas de conhecimento (STROH, 2003). Inclusive, no caso desta pesquisa, o meio ambiente rural já aponta para diversidade de enfoques diante a heterogeneidade do grupo investigado, reconhecendo a complexidade das ruralidades existentes no Brasil (BRADENBURG, FERREIRA e SANTOS, 2004).

Nessa perspectiva, a pesquisa tem como desafio dialogar teoricamente com a realidade empírica do Assentamento como totalidade, aprofundando categorias que envolvam a temática de estudos rurais. Compreende-se a necessidade de envolvimento de diversos ramos do conhecimento, a partir de autores que, possam contribuir para a realização deste diálogo multidisciplinar e até mesmo interdisciplinar através da contribuição de diversos campos do conhecimento científico como a História, com Abreu, (1954), Carvalho (2000), Coutinho (2005), Hein (2007), Lima (1981), Linhares e Silva (1999), Marques (1970), Medeiros (2005), Oliveira (2003), Silva (2004), Siqueira (2001); a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia: Almeida e Mourão (1976), Almeida, (1995), Almeida et al. (2005), Andrade, (1984), Andrade e Souza Filho (2006), Andrade (2002), Brandão (1982, 1999), Bourdieu (1989, 1997, 2004), Bradenburg, Ferreira e Santos (2004), Carneiro, Andrade e Mesquita (1998), Carneiro (2003), Castells (1999), Cetrulo Neto (1999), Cicourel (1990), Costa (1999), Costa (2006), Diegues (1996), Forman (1979), Godoi (1999), Goldenberg (2004), Hall (2004), Leite, Medeiros e Heredia (2002, 2004), Lesbaupin (1997), Lopes e Costa (2002), Mendras (1978), Medeiros (2003), Medeiros e Leite (2004), Moraes (2000, 2003, 2005), Moraes e Vilela (2003), Moraes (2003), Morin (1998, 2002), Niemeyer (1998), Oliveira (2002), Oliveira (2003), Pádua (2004), Queiroz (1973), Raynaut (2004), Ribeiro (1992), Rua e Abramovay (2000), Shanin (1976), Sousa (2005), Stroh (2003), Suarez et al. (1983), Whitaker (2002), Woortmann (1990); a Biologia e as Ciências Agrárias, Amaral et al. (2003), Nobre (2006), Beduschi Filho (2003), Marafon (2006), Rebelo (1998), Sparovek (2003), Ramos Filho e Aly Jr (2005); a geografia com Carlos (1996), Franco (2003), Oliveira (1991), Rivas (1996), Souza (1995), Tuan (1983), Valverde (1957); a economia com Abramovay (1994), Cavalcanti (2005), Flexor e Gavaria (2003), Graziano (2004), Sachs (1994, 2004), Sen (2000), Veiga (2001, 2003, 2005); a teologia com Boff (2004), e a respeito de metodologia de pesquisa, com Babbie (2003), Loizos (2002), Gaskell (2002), Foote-White (1990), Haguette (2005), Jovchelovitch e Bauer (2002), Michelat (1987).

Essas diversas áreas de conhecimento foram agenciadas a partir do desafio imposto pelo próprio objeto de estudo, tendo por base a proposta do Mestrado e as diversas disciplinas nele cursadas. Esse desafio se torna maior diante a minha própria graduação acadêmica na área de Engenharia de Agrimensura à qual, como se vê, pelo leque de autores e áreas de conhecimento agenciadas, fêz-se mister extrapolar, na busca da construção de produção científica necessária para a abordagem do objeto de estudo – o Assentamento Caxirimbu, em Caxias, no Maranhão, na perspectiva da compreensão e explicação da sua sustentabilidade.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Estruturalmente, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, apresenta-se a área de estudo, no tocante à abordagem ecossistêmica, geomorfológica e histórica visando a caracterização espacial da área e a compreensão da gênese do campesinato na região. No capítulo 2, tem lugar a situação do assentamento no âmbito da questão agrária nacional e maranhense; os momentos de conflito e tensão dos quais a região foi alvo em pleno cenário de grilagem de terras no estado e o processo de desapropriação que sofreu posteriormente. No terceiro capítulo, apresenta-se a lógica camponesa do grupo investigado, orientada por uma perspectiva de construção dinâmica e constante, e o referencial teórico à luz das concepções do campesinato. Tem espaço seu modo de vida, modos de fazer, as inter-relações e a constituição e re-construção dos lugares. O quarto capítulo apresenta o tema da sustentabilidade, refletindo-se teoricamente à luz de clássicos que abordam o tema do desenvolvimento, para, em segundo, pensar as dimensões sociocultural, econômica e ambiental da sustentabilidade no âmbito do grupo investigado.

CAPÍTULO I

Enfoques geomorfológicos e historiográficos da área estudada

1.1. Caxias, MA – Caxirimbu: aspectos geomorfológicos da área.

Para melhor caracterizar o universo investigado, o Assentamento Caxirimbu³ em Caxias – MA, torna-se necessário inicialmente apresentar caracterização geomorfológica e ecossistêmica da área investigada na intenção de uma delimitação espacial e compreensão de alguns aspectos abordados na pesquisa como a formação do campesinato, a influência econômica da área, e a importância do babaçu para a população investigada.

De acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, Caxias é sede de Microrregião e está situada na Mesorregião Geográfica do Leste Maranhense que envolve nove municípios sendo estes Caxias, Afonso Cunha, Aldeias Altas, Coelho Neto, Duque Bacelar, Matões, Parnarama, São João do Sóter e Timon (Fig. 01).

Caxias está distante da capital do Estado, São Luís, 354 km e de Teresina, capital do Estado do Piauí a 70 km. Segundo dados disponibilizados através do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, atualizados em 2005, conta com uma população de 139.756 habitantes sendo que destes 103.485 estão, na zona urbana e na área rural 36.271 habitantes, numa área total de 5.290 km².

Ecossistemicamente são muitas as definições a respeito da área de transição em que se encontra o Município de Caxias. O Estado, em sua maioria, é dominado pela vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semi-árido e a Amazônia úmida. Esta localização transicional, sendo por isso considerada área de tensão ecológica, contribui para a geração de condições ambientais e socioeconômicas particulares, em constante transformação ante o desenvolvimento implantado na região e que vem gerando impactos ambientais e sociais.

Através do Zoneamento Geoambiental do Estado do Maranhão (BRASIL, 1997) foram identificadas cinco regiões definidas pelas similaridades dos condicionantes regionais

³ Durante a pesquisa buscou-se identificar através de assentados, antigos moradores da área e do entorno, a origem do nome Caxirimbu. Para estes, o que vem sendo passado desde os antigos moradores, tem o significado de “cachimbo de barro”, sem precisão de em qual dialeto poderia ter surgido.

bioclimáticos, geológicos e geomorfológicos. A partir dessas regiões, foram descritos 28 sistemas naturais identificados pela convergência das semelhanças dos seus componentes físicos e bióticos e de suas dinâmicas. Esses sistemas reúnem unidades elementares de análise denominadas *geofácies*, que traduzem as particularidades do relevo e dos solos. Dentre esses sistemas, Caxias está caracterizado pela existência de chapada, tabuleiros e depressão na área de Tensão Ecológica da Savana ou Floresta Estacional (Fig. 02). Posicionada na parte centro-leste do estado, esta região engloba outros seis sistemas naturais e marca a transição dos climas úmidos para os semi-áridos, com a dominância do tipo climático subúmido a semi-árido. Essa transição também é marcada pela área de Tensão Ecológica⁴ da Savana com a Floresta Estacional (BRASIL, 1997).

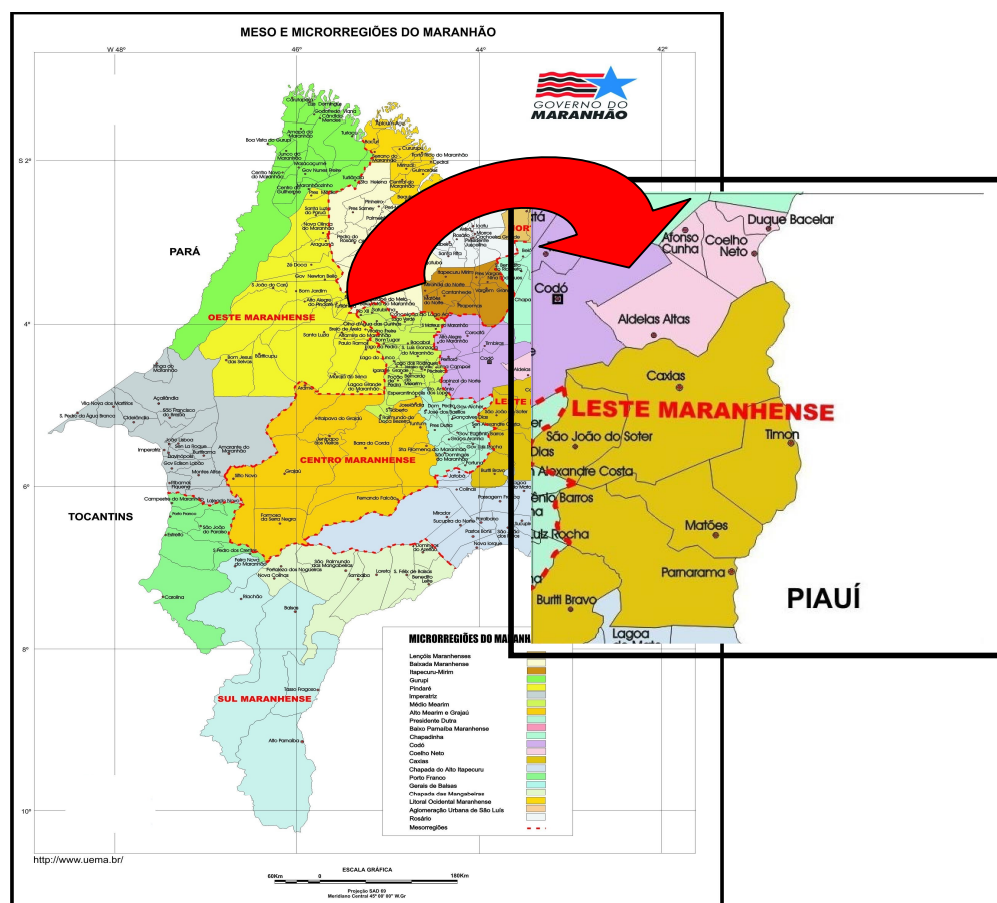


Fig. 01 – Mapa das meso e microrregiões do Maranhão.
(No detalhe região em que se insere Caxias)
Fonte: Sítio ZEE – Maranhão, 2005. Adaptado pela autora.

⁴ Região de transição, entre comunidades que contém espécies características de cada uma delas e presumivelmente é intermediária em termos de condições ambientais. www.bioten.bio.br. Acesso em 21 de maio de 2007.

Dentro desses sistemas destacamos a Macrozona C, chamada de superfície e Patamar de Caxias, caracterizado por áreas planas, rampeadas em relação à drenagem, com Plintossolos e Areias Quartzosas resultantes da cobertura areno-argilosa descontínua sobre os arenitos argilosos de Formação Corda. Destacam-se na paisagem, relevos residuais em colinas, cristas, pontões e morros talhados nos arenitos argilosos da Formação Motuca com solos Podzólicos Vermelho-Amarelos Concrecionários. Essas características fazem dessa área um ambiente instável com predominância da vulnerabilidade alta (BRASIL, 1998). As áreas planas sempre favoráveis à pecuária extensiva, que ocorrem sempre nas grandes propriedades. Com altitudes que variam de 120 a 155 m e sob clima regional subúmido a semi-árido com pluviosidade anual entre 1.400 e 1.600 mm. A cobertura vegetal é representada pelo contato do Cerrado com a Floresta com o predomínio da primeira. Esta vegetação tem sido devastada para dar lugar a agropecuária e a agricultura de abastecimento (BRASIL, 1997).

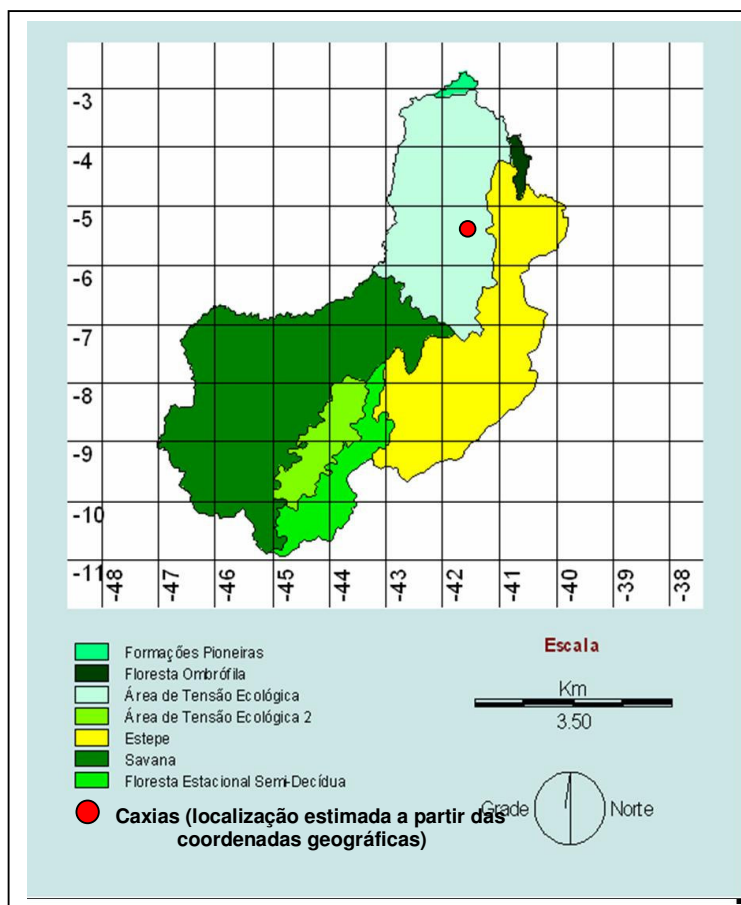


Fig. 02 – Ecorregiões da Bacia do Parnaíba.
Fonte: Rivas (1996). Adaptado pela autora.

Ocorrem ainda referências à região em estudo como pertencente à Zona dos Cocais que segundo Rebelo, (1998) ocupa o centro-oriental, notadamente os vales dos rios Itapecuru e Mearim. É o domínio da Matas dos Cocais, destacando-se o babaçal, secundado por outras palmeiras, como tucum (*Bactris setosa* Martius, 1826) (REBELO et al., 1998).

Rebelo et al. (1998) dizem ainda que na região de contato entre a Zona dos Cocais e dos Cerrados, no Vale do Parnaíba, predominam as florestas mistas, floresta estacional perenifolia aberta com babaçu, carnaúba (*Copernicia cerifera*, Arruda, 1816) e manchas de cerrados. Os cerrados ocupam grande parte do território maranhense, recobrendo toda a região oriental e meridional do Estado, formando duas zonas distintas: os Chapadões e os Cerrados.

A localização da região dentro de área sob tensão ecológica (Fig. 02) faz com que a definição ecossistêmica da área investigada seja privilegiadamente diversa, sendo que o domínio de babaçuais faz com que fique conhecida como Região dos Cocais (FIG. 03).

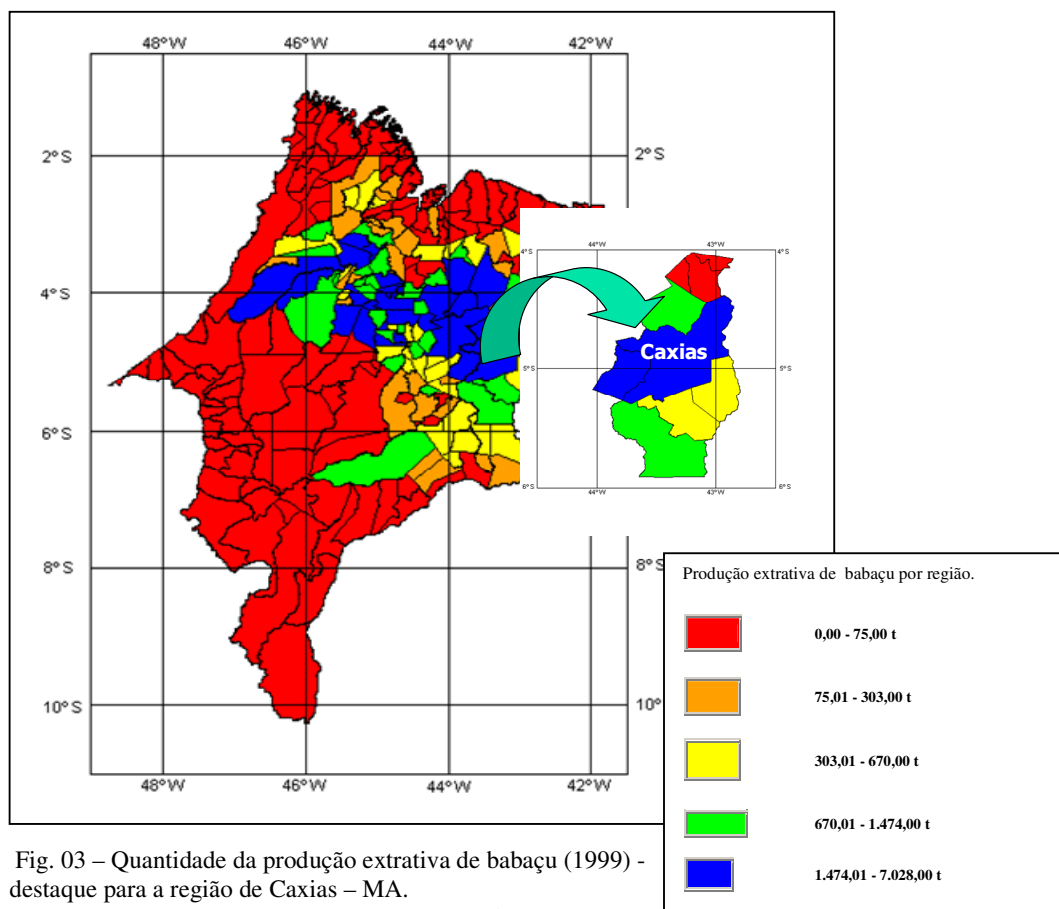


Fig. 03 – Quantidade da produção extrativa de babaçu (1999) - destaque para a região de Caxias – MA.

Fonte: Sítio do governo do Estado do MA. 2005. Adaptado pela autora.

Almeida et al (2005) também contribuem para a definição dos espaços maranhenses, delimitando a zona ecológica do babaçu, associando as áreas em que ocorrem babaçuais e aponta as regiões de Cerrado, Cocais e Baixada, áreas de expansão da Pré-amazônia e Chapadões. No âmbito de Caxirumbu, de acordo com assentados/as⁵ entrevistados/as, a vegetação dominante na área em que está situada a agrovila, eram os babaçuais. Ainda pode ser vista uma grande mancha de babaçu no entorno do assentamento, sobretudo ao longo do trecho que vai da área urbana de Caxias a Caxirumbu (FOTO 01).



Foto 1 – Babaçuais às margens da estrada no trecho Caxias-Caxirumbu.
FONTE: Lima, 2005.

No que tange às várias definições sobre a situação ecossistêmica da área, lembra-se ainda que já exista estudo na intenção de inserção de parte do Maranhão no Semi Árido brasileiro, através de 45 municípios, dentre estes Caxias (Anexo 01). O estudo realizado pela Secretaria Estadual de Assuntos Estratégicos, analisa características climáticas, sociais e econômicas semelhantes àquelas que prevalecem nas zonas semi-áridas já estabelecidas no Brasil. Permeia por todo o corpo do estudo o resultado intencional que se espera alcançar com a consolidação do semi-árido maranhense, podendo-se destacar:

⁵ Optou-se pela incorporação da dimensão de gênero em todo o corpo do texto, e desta forma os termos referentes ao sexo masculino e feminino ficaram devidamente explicitados, contrariando as regras gramaticais da Língua Portuguesa em que os termos relacionados ao gênero feminino ficariam subentendidos quando do uso do masculino.

[...] “objetiva-se demonstrar a partir de indicadores físicos e sociais que o Estado do Maranhão tem, atualmente, ao menos 45 (quarenta e cinco) municípios que exibem características semelhantes àsquelas encontrados nos demais municípios identificados como pertencentes ao Semi-árido do Nordeste. Esta constatação servirá para recuperar uma espécie de injustiça cometida com aquela população de 1.818.897 pessoas que sobrevivem naqueles municípios, que estão privadas de instrumentos de políticas públicas voltados destinados a mitigarem as condições adversas a que estão submetidos.[...] A inserção do Maranhão na região Semi-árido do Brasil, sem dúvidas, contribuirá para corrigir um erro histórico e assim trará inúmeros benefícios para a população de pelo menos 45 municípios a serem incluídos nessa região. Dentre estes benefícios pode-se destacar a possibilidade de acesso aos programas de combate à desertificação. [Sem grifos no original]. (BRASIL, MARANHÃO, 2005, p. 7).

Parece certo dizer que o contexto de inserção no Semi-árido esteja diretamente ligado a condições morfo-climáticas, técnicas e políticas na intenção de captação de recursos. É também um dos objetivos do referido estudo, antever as prováveis áreas do Estado do Maranhão onde podem ocorrer o processo de desertificação. Acerca da discussão sobre o semi-árido brasileiro, Sueli Sousa (2005) analisa que a inserção dos Estados do Maranhão, e ainda Espírito Santo, apresenta características parecidas com a zona de solidariedade pela qual passou o Nordeste, denotando os esquecidos pelas políticas públicas enfatizando nesta caracterização ou nova delimitação, o critério sócio-econômico e marginalizando o critério natural.

Aprofundando a análise ao ZEE da Bacia do Itapecuru (BRASIL, 1998), identifica-se que o Assentamento Caxirumbu está localizado dentro da Macrozona D, o chamado Tabuleiro do Médio Itapecuru na zona D2. Situada na parte leste da bacia do Itapecuru, ocupa uma área de 3.360 km² e abrange parte da zona rural dos municípios de Timon, Matões, Caxias e Parnarama. Atendida no aspecto rodoviário por duas estradas, a MA - 034, que corta o Assentamento Caxirumbu, e a BR – 226, contribui para a influência de trocas comerciais e escoamento de produção da região (Fig. 04). Dos problemas ambientais identificados nesta área, de acordo com o Zoneamento, tem destaque a alta vulnerabilidade natural caracterizada por relevos dissecados e solos ralos concrecionários. O desmatamento das margens dos mananciais e o extração de lenha também contribuem para os agravos ambientais da área.

De acordo com o Diagnóstico Rural Participativo – DRP⁶ de Caxirumbu, na área de 4.960,600 hectares em que está inserido o assentamento, as classes de relevo estão associadas às condições de declividade, comprimento de encostas e configuração

⁶ Preferiu-se utilizar como referência o Diagnóstico Rural Participativo em substituição ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, por terem sido detectados vários erros em sua versão original, como se explicará posteriormente.

superficial dos terrenos e na área do assentamento, foram identificados as seguintes classes de relevo:

plano, que tem sua superfície topográfica esbatida ou horizontal, onde os desníveis são muito pequenos, com declividades variando entre 0 a 3%; suave ondulado: superfície de topografia pouco movimentada, constituída por conjunto de colinas ou outeiros (elevações de altitudes relativas até 50m e de 50 a 100 m), apresentando declives suaves, variando entre 3 a 8%; ondulado: superfície de topografia pouco movimentada, constituída por conjunto de colinas ou outeiros, apresentando declives moderados, variáveis de 8 a 20%; forte ondulado: superfície de topografia movimentada, formada de outeiros ou morros (elevações de 50 a 100m e de 100 a 200m de altitudes relativas) e raramente colinas, com declives fortes, variando entre 20 a 45% (BRASIL, 2005, p. 17).

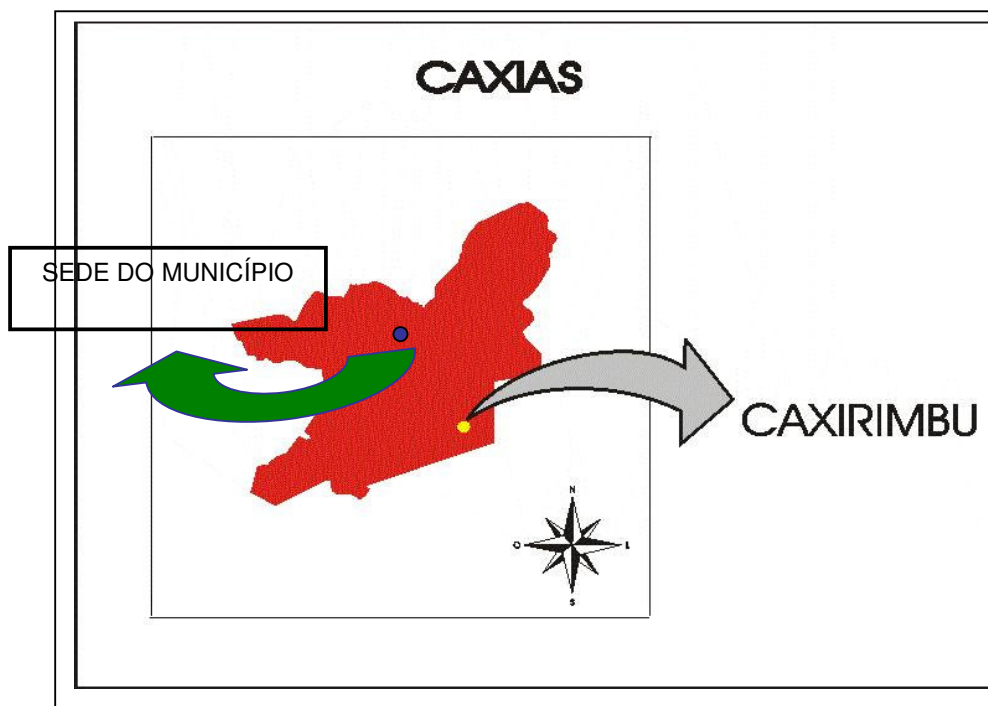


Fig. 04 – Mapa de Caxias. Destaque para sede do município e Caxirumbu⁷.

Fonte: Sítio do ZEE MA, 2004. Adaptado pela autora.

Consta no DRP de Caxirumbu, confirmado através de depoimentos de camponeses/as assentados/as, que no ato de criação a área do assentamento se constituía em 6.760,60 hectares. Destes, foram repassados 1.800,00 ha (um mil e oitocentos hectares) ao Assentamento Buenos Aires, localizado na área de entorno de Caxirumbu. Esta negociação está registrada em ata, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Caxias - MA. A justificativa para tal negociação de acordo com informação de assentados/as é que o Assentamento Buenos Aires no momento da demarcação de sua área

⁷ Localização estimada pela pesquisadora a partir das coordenadas geográficas constantes no mapa do Caxirumbu. INCRA. (s/d).

teria necessitado de área destinada à preservação permanente de acordo com as diretrizes do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Essa perda se reflete para as famílias de Caxirumbu na perda de uma área de mata densa e “boa”, que poderia ser extraída, em pequena escala, e utilizada em ações que envolvem atividades de trabalho do assentamento, como construção de paióis, as casas que as famílias constroem nos centros produtivos, dentre outros usos.

Como apresentado no Quadro 01, o relevo dominante na área do assentamento é plano a suave ondulado, ocupando cerca de 67% da área total, propício à produção agrícola tradicional realizada pelas camponesas e camponeses da área.

Classes de Relevo	Área (ha)	%
Plano	99,21	2
Plano a suave ondulado	3.323,60	67
Suave ondulado	1.537,79	31
Total	4.960,600	100

Quadro 01 - Distribuição das classes de relevo na área do Assentamento Caxirumbu

Fonte: DRP – Caxirumbu. ATES Caxias, 2005.

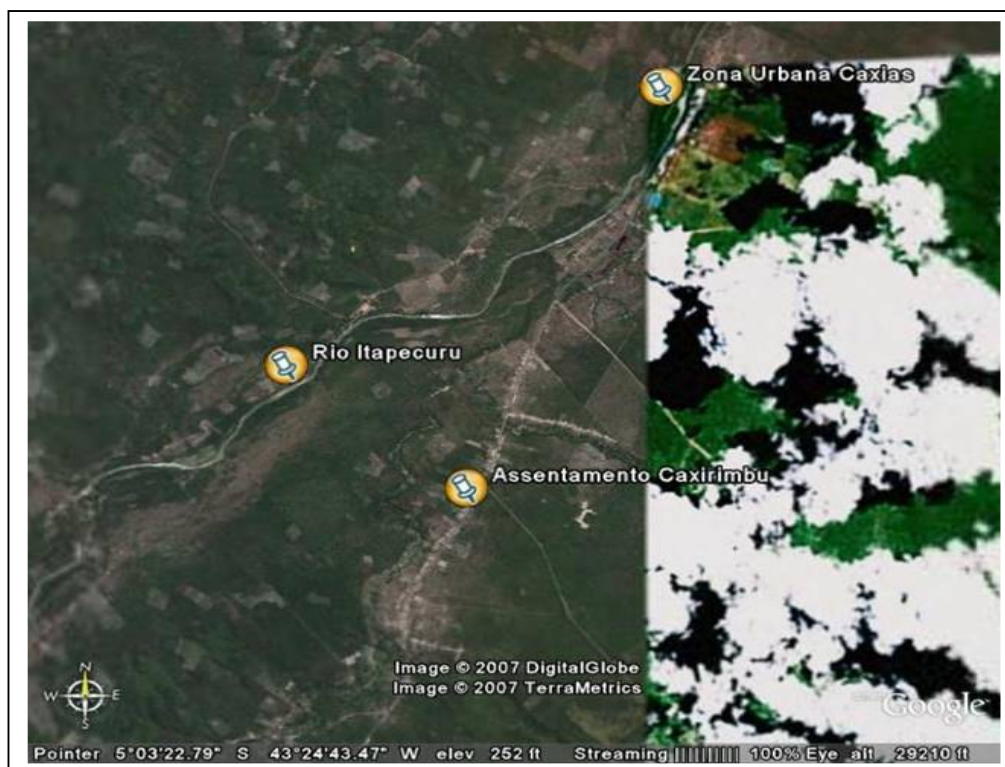


Fig. 05 - Visão geral de Caxirumbu.

Fonte: Google Earth. Visualização em 25 de janeiro de 2007.

Sobre o uso adequado das terras no tocante à preservação do ambiente do assentamento, o D.R.P. atenta para a existência de três áreas: preservação permanente, reserva legal e uso e ocupação. As áreas de “Preservação Permanente” são de uso restrito, sendo permitido uso direto apenas com prévia autorização do Poder Executivo Federal, diante da necessidade de execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social. A área de “Reserva Legal” destina-se à preservação da fauna e flora local e poderá ter uso direto mediante a elaboração de plano de manejo que preveja estudos de inventário florestal e capacidade de suporte. Para a região de Caxias a lei estabelece que sejam destinados 35% da área total para averbação da Reserva Legal. A classe “Uso e Ocupação” são áreas destinadas às finalidades diversas como: instalação de projetos produtivos, infra-estrutura, uso urbano etc.

A área apresenta 198,42 hectares de preservação permanente, 992,12 hectares, em torno da qual deverá ser demarcada a reserva legal e 3.770,06 hectares para uso e ocupação, como demonstradas no Quadro 02.

Uso da terra	Área (ha)	%
Área de preservação permanente	198,42	4
Área de reserva legal	992,12	20
Ocupação	3.770,06	76
Total	4.960,600	100

Quadro 02 - Uso adequado⁸ das terras do Assentamento Caxirimbu – Caxias, MA.

Fonte: DRP – Caxirimbu. BRASIL, 2005.

Vale lembrar que as diretrizes que orientam a constituição de assentamentos, através do Programa Nacional de Reforma Agrária, atentam para a responsabilidade ambiental na constituição desses assentamentos.

O Assentamento Caxirimbu (Fig. 05, 06 e 07), com uma população aproximada de 791 habitantes, segundo dados do DRP (BRASIL, 2005) tem uma área de 4.960,600 hectares, geodésicamente localizado entre 43° 26'43" W e 43° 17'44" W e 05°02'45" S e 05°11'00" S no sentido Sul da sede municipal de Caxias – MA. Apresentando de forma panorâmica o universo de Caxirimbu, tem-se que este é formado basicamente por famílias oriundas de outras localidades rurais e também da zona urbana da cidade. Essas famílias foram inscritas no programa de assentamentos do INCRA através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Caxias. Passou a ser Assentamento Rural legalizado pelo INCRA a partir de 2001, depois de mais de quinze anos de luta e confronto entre moradores e proprietários, juntamente com os organismos que representam os/as trabalhadores/as rurais da região como

⁸ Esses valores são os recomendados através do Diagnóstico Rural Participativo de Caxirimbu.

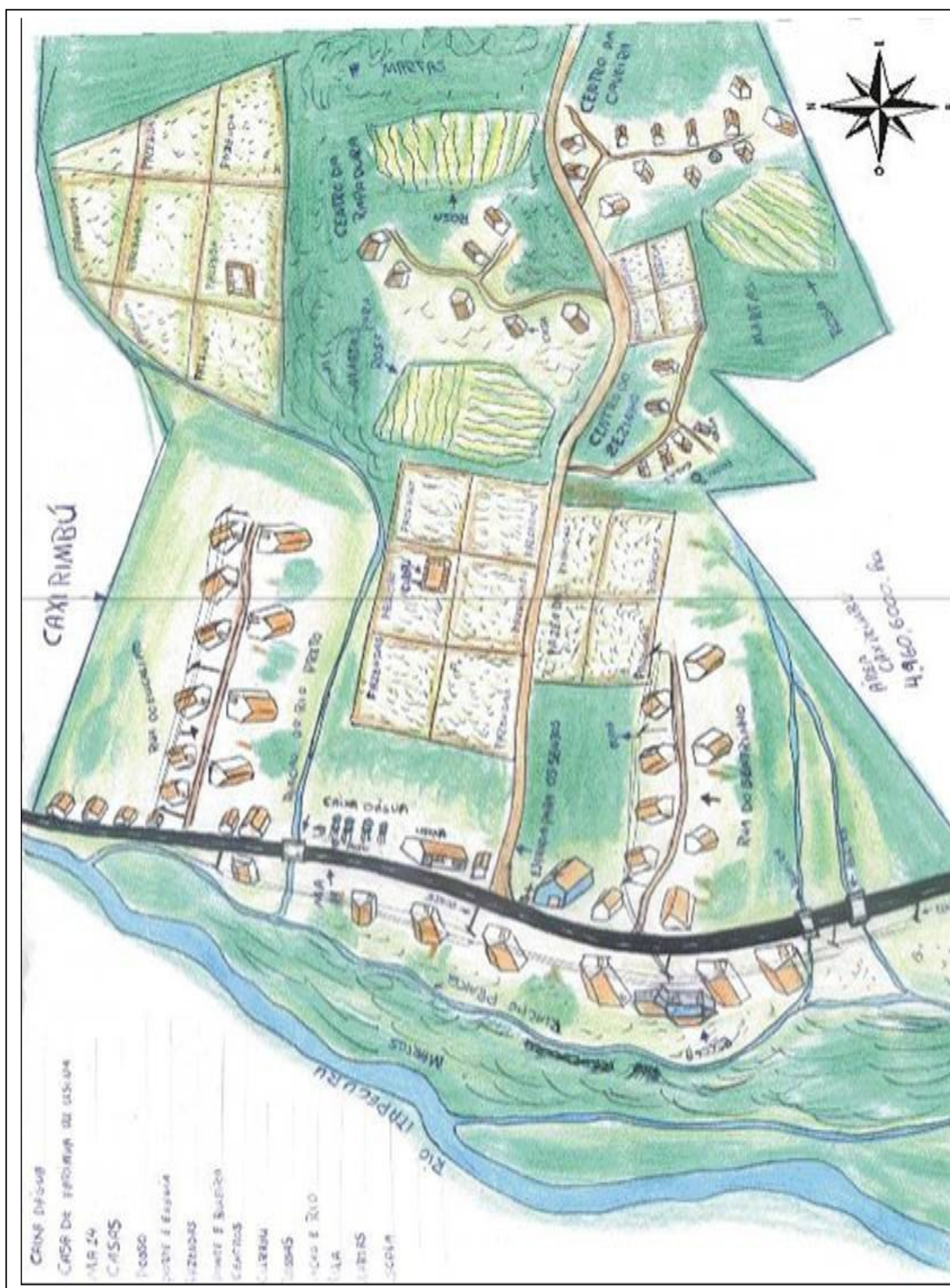


Fig. 07 - Mapa cognitivo – Assentamento Caxirimbu.
Fonte: Desenhista - Wagner Lopes, Caxirimbu – 2006.

1.2 - Frentes de povoamento dos sertões maranhenses e a gênese camponesa nas Aldeias Altas: sobre a formação do campesinato na “Princesa do Sertão”⁹ Maranhense.

Para tentar compreender a trajetória das famílias assentadas atualmente em Caxirimbu, antiga Fazenda Caxirimbu, localizada na área rural do município de Caxias - MA, faz-se necessário uma reconstrução histórica sobre a ocupação deste município que ocorre em fins do século XVII. São várias as análises feitas sobre a formação e colonização das Aldeias Altas, como era conhecida àquela época e procurou-se então, resgatar algumas idéias propostas por autores que de alguma forma contribuem para a análise desse processo.

Assim também vê-se a necessidade de se retomar historicamente algumas nuances pelas quais passou o Maranhão em pleno Brasil-Colônia na intenção de uma melhor articulação e compreensão da composição do cenário atual.

No que tange à colonização maranhense, através da historiografia, têm-se observado as condições específicas e diferenciadas que apresentavam o norte e o sul das terras que estavam sendo colonizadas. Avaliava-se, sobretudo a dificuldade de comunicação entre as duas partes. Nessa perspectiva, achou-se conveniente a criação de uma estrutura administrativa autônoma que fosse condizente com as particularidades do norte da Colônia. E é diante dessa premissa que em 1621, com sede na cidade de São Luís, é criado o Estado do Maranhão, que é desmembrado do Estado do Brasil, compreendendo duas Capitanias Gerais: o Maranhão e o Grão Pará. O novo estado envolvia a área em que se localiza atualmente desde o Ceará ao Amazonas (CABRAL, 1992) (Fig.08).

Pela Provisão de 25 de agosto de 1654, foram mais uma vez reunidas as duas capitanias que estavam separadas desde 1652, com a jurisdição independente uma da outra, conforme patentes de seus capitães-mores, desta vez com o nome de Maranhão e Grão-Pará, nomeado então para governador André Vidal de Negreiros. Em 1753, o Maranhão muda de nome e passa a se chamar Grão-Pará e Maranhão com quatro capitanias subalternas: São José do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí, para em 1772, ser dividido em dois estados autônomos: Grão-Pará com Rio Negro, com capital em Belém e Maranhão com o Piauí, com sede em São Luís (LIMA, 1981). Com a reforma pombalina é extinto o Estado do Maranhão e Grão - Pará.

⁹ Caxias - MA foi chamada pela primeira vez dessa forma, pelo Rvmo. D. Manoel Joaquim da Silveira, em 1858 em visita à cidade (MEDEIROS, 2005).



Fig. 08 – Estados do Maranhão e Grão Pará e Estado do Brasil.
Fonte: Cabral (1992).

A criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará em 07/06/1755 pelo Marquês de Pombal, vem impulsionar o desenvolvimento no aspecto econômico da região, já que tem como objetivos principais, revitalizar as fontes produtoras de riqueza, incrementar a produção e o consumo de gêneros tropicais nos mercados europeus e assim valorizar a terra economicamente. Carlos de Lima (1981) lembra que a partir disso surgem nas capitanias, grandiosos edifícios públicos e particulares. Muitas obras públicas foram patrocinadas pela Companhia durante os 20 anos em que se manteve. Era responsável pelo aparelhamento militar e as despesas com o clero e desenvolveu inúmeros projetos de navegabilidade da região, na intenção de melhor escoamento de produtos das áreas de maior distância do litoral. Toda essa ostentação enfatizava o triunfo conquistado pelo mercantilismo pombalino, representado na Companhia. Assim a colonização do extremo norte do Brasil, na segunda metade do século XVIII é por muitas vezes apresentada como “primeira experiência séria de humanização do espaço tropical amazônico” (DIAS, apud LIMA, 1981, p. 105).

Carlos de Lima, apresenta um trecho em que Manuel Dias descreve bem esse triunfo: “(...) Formaram-se vilas, definiram-se instituições, miscigenaram-se elementos humanos de

três continentes, criaram-se novas relações de produção, abriram-se novas vias comerciais de penetração continental” (LIMA, 1981, p. 105).

Por outro lado, sob o ponto de vista social, a instalação da Companhia foi marcada pela implementação de mão-de-obra escrava, que foi a base desse desenvolvimento. Com a proposta de incentivar e melhorar a produção agrícola da região, é responsável pela entrada de cerca de 10.000 escravos, em 20 anos de funcionamento, braços usados no incremento da cultura do arroz e algodão, principais produtos de exportação. Analisando-se numa perspectiva da relação humana com a natureza, já se verifica uma grande mudança socioeconômica e como consequência vem transformar a paisagem física e cultural das áreas atingidas pelo agrarismo incentivado pela Companhia.

O crescimento avante da produção mercantilista maranhense começa a mostrar os primeiros indícios de crise. O fim da Companhia ocorre devido a inimizades conquistadas pelo próprio Marques de Pombal, seu idealizador, que contrariava interesses da nobreza, de religiosos e estrangeiros com ações que os descontentavam. A proibição da exportação da moeda, a emancipação dos índios, a extinção do poder da Igreja em Portugal, foram algumas das ações que, a partir de então, os tornaram inimigos.

Em se tratando da ocupação e povoamento do que se passa a tratar como sertões maranhenses - região em que se insere o Assentamento Caxirimbu, localizado na zona rural do município de Caxias - MA, Socorro Cabral (1992) apresenta a tese sobre a formação da identidade dos sertões maranhenses não a partir da corrente povoadora vinda do litoral, com suas invasões, com a cultura da cana e do algodão. Para esta autora, o avanço do povoamento seria resultante da implantação das fazendas de gado, oriundas do interior do São Francisco e que se espalharam pelos sertões a partir de 1730. Protagonistas de verdadeiras disputas de terras com as tribos indígenas que ocupavam as áreas, vaqueiros e criadores vinham em busca de pasto para os seus rebanhos. Ao contrário da ocupação através de incentivos públicos, a ocupação pastoril era patrocinada por iniciativa dos próprios boiadeiros, como eram conhecidos os proprietários das fazendas.

Para situar a área chamada de sertões dos Pastos Bons ou sertões maranhenses, a autora se refere à obra de Francisco de Paula Ribeiro em seu “Roteiro de viagem que fez o Capitão Francisco de Paula às fronteiras da Capitania do Maranhão e de Goiás em 1815”. Na descrição de Francisco de Paula, Caxias servia como limite tanto na “primeira parte” da Capitania que ia do litoral até esta cidade, como quando se seguia para a “segunda parte”, do sul de Caxias até as nascentes do Parnaíba, Balsas e Manoel Alves Grande. A primeira parte

da Capitania em crescente evolução, graças a produção de algodão¹⁰, que demandava mais de 200.000 escravos. A segunda metade alavancaria diante da atividade criatória ou pastoril, usando de menos de 1000 escravos (CABRAL, 1992). Vê-se então que Caxias, situada entre as duas atividades e mais que limite entre as duas partes, funcionava como elo de ligação entre os dois comércios, a partir do rio Itapecuru, principal responsável pelo escoamento de seus produtos (Fig. 09).

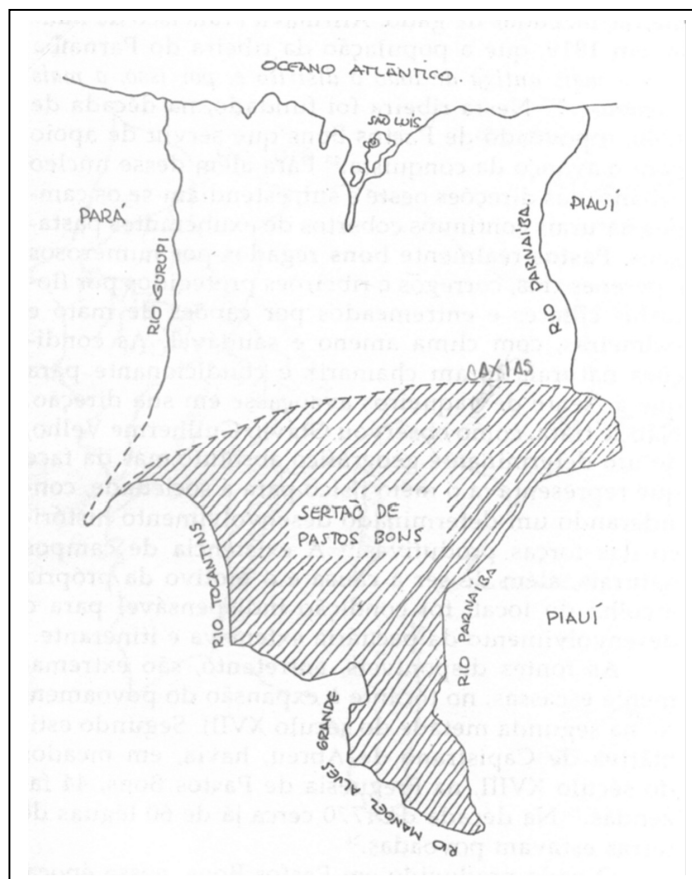


Fig. 09 – Sertão de Pastos Bons.
Fonte: Cabral, 1992.

Carlota Carvalho (2000) quando se refere à ocupação dos sertões de Pastos Bons fala que esta tenha ocorrido em duas etapas: primeiro quando com o incentivo do governo pernambucano, vaqueiros baianos e pernambucanos chegam aos sertões piauienses e extrapolam os limites impostos pelo rio Parnaíba, chegando em 1674, à vila de Pastos Bons. Uma segunda etapa ocorre a partir do início do século XIX, através de expedições colonizadoras, estimuladas pelo governo maranhense, expandiram frentes de povoamento até o Tocantins.

¹⁰ A fertilidade do solo permite às Aldeias Altas tornar-se o grande produtor de algodão da Capitania.

A idéia de Cabral (1992) diverge dessas versões e define o processo de colonização maranhense como fruto de duas frentes de expansão. Frentes com estruturas e características próprias e bem definidas. E constata que o tipo de colonização verificado tem grande influência nos momentos em que tensões e conflitos marcaram o processo de integração entre as duas regiões, o norte e o sul maranhense. A frente litorânea, que se expande sob o controle direto do Estado português e a frente do interior ou pastoril, baseada na pecuária, que ocorre no Maranhão somente a partir de 1730, ocupando os campos naturais sul-maranhenses, os chamados Pastos Bons.

A frente de expansão a partir do litoral é marcada pela influência e o domínio das forças políticas da época. Isso pode ser diagnosticado quando, no governo dos capitães-mores (1618-1626) são implantadas as primeiras unidades açucareiras e no domínio holandês (1641-1644) a produção açucareira é ampliada com a instalação de mais seis engenhos. Apesar do interesse por parte da Colônia, no que diz respeito em valorizar a terra desta região, alguns fatores apontavam no sentido de impedir o crescimento da produção agrícola para a exportação. Um desses fatores seria a falta de incentivos financeiros suficientes para fomentar a produção em condições competitivas com a das florescentes capitanias do Nordeste. A mão-de-obra escrava negra, diante da escassez de capital por parte dos produtores locais torna-se inacessível. Dessa forma, o setor produtivo maranhense esteve, até meados do século XVIII, confinado basicamente a atividades de subsistência e tem no índio, escravo ou livre, mão-de-obra fundamental para atividades agrícolas, extrativas e diversas atividades servis aos colonos como guia, pescador, remeiro, soldado, além de se tornar mercadoria de fácil comercialização em centros açucareiros do nordeste (CABRAL, 1992, LIMA, 1981).

A segunda frente referida por Cabral (1992) foi impulsionada basicamente pela iniciativa privada, sem influência do Estado ou Igreja, com o desbravamento dos caminhos e campos por vaqueiros baianos que se estabelecem nesta região, formando uma vida em sociedade bastante característica: “a época do couro” (ABREU, 1954) (Fig. 10).

A expansão açucareira não deixa de aparecer como um dos fatores responsáveis pela expansão da pecuária. O gado era utilizado como meio de transporte e de força motriz nos engenhos, como alimento para a população que ocupava as fazendas de açúcar e seu entorno, desde os escravos aos proprietários e era vasta a utilização do seu couro na fabricação de objetos domésticos tais como cadeiras, bancos, vestimentas e utensílios para os vaqueiros.

Entretanto, diante das particularidades da dinâmica que envolviam os dois tipos de exploração, a açucareira e a pecuária, o pastoreio tende a se distanciar dos engenhos. Isso porque a agroindústria se tornara a principal fonte de renda da colônia. Qualquer outra

atividade que desviasse mão-de-obra, terra e capital poderia vir a atrapalhar este desempenho. Ainda levanta-se a possibilidade de que diante dos desgastes do solo sofridos através do seu uso tanto pela atividade açucareira quanto pela própria pecuária, - sob o ponto de vista ambiental uma das mais degradantes – buscavam-se novas áreas férteis para exploração.

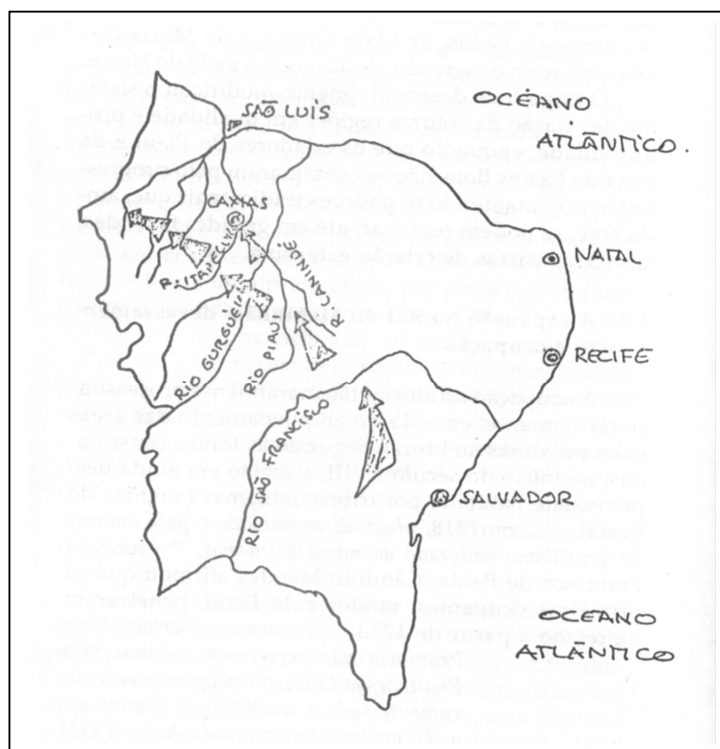


Fig. 10 - Correntes de povoamento pastoril.
Fonte: Cabral, 1992.

Assim, partindo da Bahia e de Pernambuco e por iniciativa particular, “um dos traços marcantes do povoamento dos sertões” (CABRAL, 1992, p. 101), saem, vaqueiros e gado, em busca de novas regiões que fossem favoráveis à atividade ganadeira. Ao chegar ao rio São Francisco, tomam dois sentidos diferentes: uma parte dos vaqueiros e boiadeiros tende a subir pelas margens do grande rio. E outro grupo desses desbravadores dirige-se ao Norte, chegando ao Piauí e Ceará e, no início do século XVIII, chegam às “campinas sulmaranhenses” (CABRAL, 1992, 103).

Coutinho (2005), quando se refere à ocupação da região em que está situada Caxias, atualmente, lembra que os sertanistas que partiram do sul e leste do Brasil na segunda metade do século XVIII, avançam pelos sertões do Piauí, atravessam o Rio Parnaíba chegam ao curso médio do Itapecuru, instalando-se em Caxias atraídos pela oportunidade oferecida por seus solos férteis, próprio para o cultivo de arroz, milho, feijão e algodão e pela disponibilidade de

uma farta pastagem natural para a criação de gado. Nesse sentido, o autor, ao tentar recuperar a origem das Aldeias Altas, reporta-se à existência de “pousos e paióis” frequentes no processo de formação da maioria das cidades do interior do norte do Brasil.

Os pousos, segundo Coutinho (2005), eram construídos de folhas de palmeira, (no caso do Maranhão, pode-se supor que seriam de babaçu, diante da abundância dessa espécie na região) que serviam como áreas de descanso aos tocadores de gado, vindos da bacia do São Francisco. Os paióis eram depósitos provisórios construídos pelos lavradores que serviam para o armazenamento dos produtos de seu trabalho.

Marques (1970) vem reafirmar essas idéias, quando apresenta um processo registrado em cartório sobre uma questão de limites de terras ou propriedades de terras envolvendo jesuítas e um criador de gado. O processo narrava que o lugar em que estava “fundada Caxias tinha sido demarcado a um fazendeiro, que aí estabelecera uma fazenda de criação, em torno da qual se fora aglomerando a população, e com o tempo se criara um arraial” (MARQUES, 1970, p. 185).

O poeta (caxiense) Antônio Gonçalves Dias, é lembrado por Coutinho (2005) para tratar deste povoamento a partir do interior. Em missão imperial, Gonçalves Dias retrata Caxias no século XVIII através de um relatório sobre sua extensão, povoamento, cultura, população e comércio local. Sobretudo, já focava o interesse dos mineiros e sertanistas oriundos da Bahia, Pernambuco, Piauí, ao porto então chamado Aldeias Altas, situado na margem oriental do rio Itapecuru, que vinham atraídos pela fertilidade do solo e pela expansão das terras, apropriadas para pastagem. A partir disso confirmava que “As fazendas de gado que há naquele Julgado, de *vacum* e cavalari, excedem muito o número de 80” (DIAS, apud COUTINHO, 2005, p. 31).

Por vários anos, desarticulado de São Luís, somente a partir do início do século XIX o sertão maranhense vem-se vincular à capital, tornando-se fornecedor de carne bovina a São Luís e demais regiões maranhenses. Essa desarticulação tem forte ligação à difícil navegabilidade de que dispunham os rios até os altos sertões e o processo de vinculação é referido por Cabral como “lento, demorado e marcado por tensões” (CABRAL, 1992, p. 23).

Não há o que se contestar sobre a importância que exercem os rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim, tanto quando se trata de via de acesso aos sertões, como quando se refere ao escoamento de produção e deslocamento de população, já que têm cobertura considerável na Capitania. Destaca-se o Itapecuru, que pela sua grande extensão e boa navegabilidade, proporcionava acesso aos altos sertões maranhenses e a outras capitanias como Bahia, Piauí e Goiás.

E é nessa perspectiva, que o governador Lobato e Sousa (1753-1761) chega a Aldeias Altas em 1758, com a intenção de promover a articulação econômica, incentivando as comercializações do couro das fazendas de Pastos Bons, inclusive com a exploração da navegação do alto Itapecuru de Aldeias Altas para o sentido norte que se concretizasse o pleno escoamento dos produtos. Em 20 de junho deste mesmo ano, com o objetivo de promover essa articulação, um Termo de Junta é assinado solicitando que se faculte a navegabilidade do rio até a Matriz de São Bento das Balsas (Pastos Bons)¹¹ (CABRAL, 1992).

Quanto à população indígena que habitava esta região, apesar de se tornar difícil precisar a quantidade de suas nações, os grupos que ocupavam o interior eram chamados de tapuias. Habitavam os vales do Itapecuru, Pindaré, Grajaú, Mearim e Munim: os Guajás, Guajajaras, Gamelas, Tupinambás, Tremembés, Uruatis, Barbados, Guanazes, Aranhis e Guanarés (MARQUES, 1970, LIMA, 1981, CABRAL, 1992, COUTINHO, 2005). Com destaque para os Guanarés e Gamelas que supostamente habitavam o alto Itapecuru, região em que hoje está constituída Caxias. Com hábitos semelhantes aos tupis, (que habitavam o litoral) em se tratando de características físicas, eram de estatura mais alta que estes, de pele mais clara e traços do rosto mais duros, excelentes na caça e na pesca.

Marques (1970) traz que, no século XVII, quando portugueses avançam em suas investigações e explorações pelo interior da Província, os índios Gamelas ou Timbiras sendo perseguidos, se refugiavam nas florestas e montanhas. Tresidela, atualmente bairro da zona urbana do município de Caxias, segundo Marques (1970), deriva de Três Aldeias e etimologicamente acomoda-se com a denominação de Aldeias Altas.

Outro ponto de partida, lembrado por Coutinho (2005) ao discutir a formação de Caxias, seria a chegada da Companhia de Jesus que através do padre Antônio Dias, percorre os sertões maranhenses localizados entre os rios Itapecuru e Parnaíba. Constitui em Aldeias Altas uma escola de palha e barro destinada a alfabetizar os indígenas que habitavam estes vales em 1741. Preso e deportado para Portugal em 1760, o padre é obrigado a encerrar suas atividades e por 40 anos Caxias, ficou sob a escuridão do ensino. Vale lembrar que a Companhia de Jesus teve importante papel na colonização e foi uma das grandes responsáveis pela modificação ou descaracterização das tribos indígenas. Muitos índios foram inseridos nas atividades econômicas da Ordem do Maranhão e a todas as regras sociais necessárias que

¹¹ Ao transcrever trecho do documento, Socorro Cabral destaca a forma dicotômica como é tratado o litoral e o sertão, como se tratassem de dois mundos à parte.

eram impostas para o cumprimento de suas funções seguindo o perfil dos colonizadores. Somavam forças aos escravos negros nas diversas atividades das fazendas de açúcar e gado.

Eram confinados em aldeias em pequenas palhoças, em substituição às espaçosas malocas (LIMA, 1981) e foram muitas vezes, obrigados a ter seus costumes alterados com o avanço da colonização. Com a chegada dos criadores de gado (CABRAL, 1992), batalhões do exército e polícia, tanto pela costa como pelos vales dos rios muitas tribos que tiveram suas terras apossadas, foram incorporadas às comunidades sertanejas. Com a consolidação da conquista lusitana, os que contaram com o recurso de maior resistência emigraram para mais distante da costa, dando assim mais espaço inclusive aos rebanhos (LIMA, 1981, CABRAL, 1992) e alguns optaram por uma ação suicida em ato de extremo desespero.

Por outro lado, não pode deixar de ser lembrada a contribuição positiva dos jesuítas no sentido da formação intelectual das elites maranhenses, estrato privilegiado com acesso ao ensino das letras. Com afincos, os religiosos foram responsáveis por todo um sistema escolar que abrangia desde a alfabetização ao ensino superior. Em se tratando de Caxias, a escola de palha e barro de 1741, foi a primeira sede de um seminário que prestaria grandes serviços à região, desenvolvendo o campo intelectual dos jovens dos sertões maranhenses, do Piauí e de Goiás. O Seminário das Aldeias Altas com patrimônio próprio disponibilizava de duas fazendas: a Fazenda do Seco e a Fazenda da Prata, dirigidas pelo próprio padre Antônio Dias. As fazendas funcionavam como suportes econômicos, com criação de gado, olaria e cultivo agrícola (COUTINHO, 2005, CABRAL, 1992). Essas informações reforçam a tese de Cabral e ressaltam a predisposição para a atividade ganadeira na região.

Antes disso e, apontando para outra vertente do povoamento de Caxias, entre 1725 e 1726, consta na historiografia que, Diogo Álvares desbravou matas por áreas ainda não exploradas, pela dificuldade de acesso, estabelecendo-se às margens do Itapecuru, na altura em que atualmente está sediada Caxias. Segundo a pesquisa de Coutinho, que fez um profundo levantamento de documentos da época, Álvares, então, solicita através de carta de data e sesmarias, a área “conquistada”, o que lhe é concedido pelo então Governador e capitão-general, João da Maia da Gama. Veja-se trecho do documento expedido por Álvares, descrevendo o perímetro da área: “três léguas de terra de comprimento e uma de largo, nos campos das Aldeias Altas, principiando no riacho do Ouro, correndo pelo dito rio ao do Itapecuru, como consta da Carta junta, e para lograr a dita mercê, lhe é necessário confirmação de V. Majestade” (COUTINHO, 2005, p. 40).

Os escravos, em geral, eram instalados nas fazendas ou no seu entorno em áreas próprias a eles. Eram disponibilizados uma pequena porção de terra para que pudesse

desenvolver uma pequena produção agrícola, na intenção de se abastecer de produtos para o consumo familiar. Caxias, então conhecida pelos engenhos e fazendas de algodão e açúcar não poderia ser diferente: a mão-de-obra usada era a escrava negra ou índia. E sua expressiva riqueza, reconhecida como grande pólo exportador de algodão, com inúmeras fazendas de gado, no século XVIII, tem em sua base uma enorme população resignada à periferia das fazendas. Enquanto as nobres famílias da época importavam azulejos de Portugal para que os escravos construíssem seus casarões, estes últimos se restringiam a pequenos casebres dentro das propriedades. O quadro tende a mudar, com a Lei Áurea, no que diz respeito à forma de uso da mão de obra, que não é mais escrava. Mas o modelo permanece no sistema de patronagem-dependência (FORMAN, 1979).

Assim, a partir do final do século XIX e início do século XX, com a crise do sistema de monocultura exportador, nota-se no Maranhão a formação de um campesinato formado por esses ex-escravos que se dedicam a uma agricultura com base no trabalho familiar dentro do próprio latifúndio e com um modelo econômico baseado na exploração do trabalho camponês pelo latifundiário, desde a produção agrícola, na pecuária, na coleta do babaçu reproduzindo a economia do Maranhão colonial (ANDRADE, apud ALMEIDA, 1976).

As famílias camponesas, apesar de produzirem através de um sistema de unidade familiar, são submetidas ao aforamento e ao controle de comercialização de seus produtos pelo proprietário da terra. Vale lembrar que, o emprego desse modelo era visto como a possível solução para a crise com que se deparam os grandes latifundiários pós-libertação dos escravos, já que se viam sem condições de sustentar as relações de produção surgidas a partir do trabalho livre.

Durante anos, alguns do que são hoje assentados/as em Caxirimbu eram envolvidos/as por este modelo de dependência tanto na área em que se encontra atualmente o Assentamento quanto em outros lugares da área rural de Caxias. O fazendeiro piauiense Gérson Marreira, proprietário da área nesta época, mantinha os/as moradores/as na área na medida em que tivesse participação em sua pequena produção agrícola. Sobretudo as quebradeiras de coco babaçu, que, naquela ocasião dispunham de mata mais densa de palmeiras e conseqüentemente, uma coleta superior àquela de que se disponibiliza atualmente. Eram obrigadas a entregar metade do coco inteiro ou da amêndoa a uma quitanda (pequeno comércio) que funcionava como entreposto. Ao fazendeiro cabia a negociação com os fabricantes de óleo de babaçu que havia na cidade, sendo assim o maior beneficiado com a atividade.

Do processo de expulsão ocorrido na área da Fazenda Caxirimbu e entorno por grandes grupos econômicos ligados a agropecuária, até o re-assentamento das famílias atualmente assentadas naquela área, decorreram cerca de quinze anos de tensão como se verá a seguir.

CAPÍTULO II

O caso estudado à luz da questão agrária brasileira e maranhense

2.1. Situando Caxirimbu no âmbito da questão agrária brasileira e maranhense

À luz da questão agrária no Brasil, e apontando para o Estado do Maranhão, destaca-se a situação de tensão que ocorre na cidade de Caxias, o que, para o caso estudado, interessa demarcar desde o início dos anos de 1980, e que por sua vez, vai desencadear um processo de luta, resistência e conquista de terras por populações camponesas da região.

É longa a história da existência do latifúndio¹² no Brasil. Desde sua origem, com a colonização portuguesa, que se sustentou durante anos através da exploração na agricultura exportadora em grandes extensões de terras brasileiras. Isso ocorreu devido à dimensão territorial e à diversidade de biomas com que se defrontaram os europeus que imaginavam estar diante de fontes inesgotáveis de riquezas e terras férteis disponíveis para exploração. O modelo agrícola instaurado, pautado na grande propriedade e na monocultura de exportação, tinha como base de sustentação, em um primeiro momento, a produção agrícola baseada em mão-de-obra escrava cuja libertação deu lugar a camponeses que continuaram a produzir no entorno das áreas de fazendas ou continuaram nas terras particulares, desta vez como arrendatários, parceiros, agregados ou posseiros¹³. O café (*Coffea arabica* Linnaeus, 1753) era o principal produto das exportações e ancorava a economia nacional acompanhado de longe, por outros produtos como o açúcar fabricado a partir da cana-de-açúcar (*Saccharum*

¹² O termo latifúndio é definido juridicamente através da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) em seu Capítulo 1, Art. 4: “V - "Latifúndio", o imóvel rural que: a) exceda à dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.” Por outro lado, de acordo com Medeiros (2003), latifúndio pode ser visto não só como equivalente de grande propriedade, de atraso tecnológico e improdutividade, mas também, como sinônimo de relações de poder, de opressão, de ausência de direitos.

¹³ Aliás, Queiroz (1973), chama a atenção para a variada e heterogênea relação do camponês/a com a terra levando em conta, também a extensão desta. Podem ser propriedades grandes ou minifúndios assumindo várias categorias no tocante à sua condição de estabelecimento na terra como o caso dos camponeses posseiros, localizados em terras devolutas ou em terras apropriadas mas sem autorização de proprietário; os parceiros que pagam aluguel da terra com uma porcentagem da colheita em dinheiro; os arrendatários, que pagavam aluguel da terra, independentemente do volume da produção; os moradores ou agregados, habitando nas propriedades monocultoras, cultivando também gêneros com a permissão do proprietário dando em troca, dias de serviço. Brandão (1999) refere ainda, os termos sitiante e camarada. Forman (1979) lembra as diferentes denominações e as diferentes relações entre lavradores, moradores e foreiros com os senhores de engenho.

officinarum Linnaeus, 1753), o algodão (*Gossypium* sp.¹⁴), a borracha extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis* Mueller-Argoviensis, 1865), com a produção sempre voltado para o exterior e a intensa exploração de mão-de-obra nas formas referidas. Ao passo que se fortalece uma pecuária extensiva, em terras não utilizadas pela agricultura de exportação (MEDEIROS, 2003).

Não diferente do que aconteceu no contexto histórico brasileiro, a partir do final do século XIX e início do século XX, com a decadência do sistema monocultor-exportador, gerado pela economia colonial, têm-se a formação de um campesinato originado pela libertação dos escravos, tanto nas áreas de litoral como nas áreas da Baixada do Golfo Maranhense com as famílias camponesas dedicadas à agricultura de subsistência¹⁵, com base no trabalho familiar, cultivando em terras do próprio latifúndio. O proprietário volta-se, basicamente, para a pecuária extensiva, tirando o restante de sua renda do aforamento da terra ao campesinato e da comercialização do babaçu, coletado pela unidade familiar camponesa. No caso da região do Itapecuru, em que está inserido o município de Caxias, – região esta, considerada de colonização mais antiga do estado – o algodão, cuja produção se volta ao mercado interno até os anos de 1950, no início da crise da indústria têxtil, é responsável pela existência do grande latifúndio na região, utilizando força de trabalho camponesa, que se vê imobilizada dentro de seus limites, conjugando o produto comercial com culturas de subsistência das famílias camponesas (ALMEIDA e MOURÃO, 1976).

A região apresentava, com algumas variações locais, um modelo econômico baseado na exploração do trabalho camponês pelo latifundiário, desde a produção agrícola, na pecuária, na coleta do babaçu que, reproduzindo a economia do Maranhão colonial, “são comercializados em pequeno entreposto que ainda trás para negociar com os camponeses aquilo que não era produzido por eles” (ANDRADE, apud ALMEIDA e MOURÃO, 1976, p. 16).

De acordo com Almeida e Mourão (1976), incluem-se nesse modelo as grandes unidades de exploração dos sertões maranhenses originadas pela frente pastoril de ocupação. Apesar de a atividade pecuária utilizar-se da mão-de-obra escrava em menor escala, ainda assim é notada a formação de um campesinato que faz uso da terra que é arrendada do

¹⁴ Em relação a algumas plantas e animais, há grande variedade de espécies na região. Por esse motivo, neste trabalho, alguns se apresentam indeterminados e identificados pela nomenclatura científica geral, não estando, portanto, especificados com nome de autor e respectiva data, como sugere a classificação científica específica.

¹⁵ Apesar de respeitar, nesta passagem o uso dos termos agricultura de subsistência utilizados por Almeida e Mourão (1976), ressalta-se que a concepção a ser adotada nesta dissertação é a de agricultura de abastecimento (GODOI, 1999, MORAES, 2000).

latifundiário, tipo de relação que torna o camponês mão-de-obra imobilizada pelo latifundiário.

Nessa relação, famílias camponesas, apesar de produzirem através de um sistema de unidade familiar, são submetidas ao aforamento e ao controle de comercialização de seus produtos pelo proprietário da terra. Almeida e Mourão (1976) lembram que essa forma era vista como a possível solução para a crise com que se deparam os grandes latifundiários pós-libertação dos escravos, já que estes viam-se sem condições de sustentar as relações de produção surgidas a partir do trabalho livre. Aqui pode-se fazer uma aproximação com o modelo de patronagem-dependência referido por Shepard Forman, o qual, segundo ele, era fruto da necessidade, mas reforçado por um conjunto de relações de dependência e de obrigações do repagamento de dívidas. Assim, marcada por um conjunto de noções formadas por confluências ideológicas diversas, a relação de patronagem-dependência, transformou-se em sustentáculo ideológico da estrutura de classe. Embora não encubra a desigualdade da transmissão de bens e serviços, a relação tende a minimizar a dureza da troca contratual entre camponeses/as e os senhores da terra e a ajuda a aliviar tensões suscitadas pelo sentimento de perda sofrido. Entretanto, o autor lembra que a relação, carregada por conteúdo cultural e ideológico representado por relações de compadrio, admiração e obediência ao “bom patrão”, também levava ao questionamento o comportamento de um “mau patrão”, fazendo com que famílias, caso ameaçadas, buscassem um “patrão melhor”, esquecendo, assim, de questionar o sistema ao qual se submetiam (FORMAN, 1979).

Convém lembrar que em meados do século XIX, o debate acerca de novas formas e relações de trabalho e uso da terra, resultara na Lei de Terras de 1850, que apesar da existência de vozes a favor da divisão ordenada de áreas, trazia mecanismos que garantiam a concentração fundiária e a disponibilidade de mão-de-obra, prevalecendo assim os grandes proprietários e fortalecendo, por exemplo, a monocultura do café, do algodão, borracha e a pecuária extensiva. Entretanto, em 1920, em meio à efervescência das discussões sobre a constituição da identidade nacional e da importância da industrialização, retoma-se o tema da reforma agrária, desta vez através do tenentismo, movimento de jovens oficiais do exército, engendrado no debate sobre os destinos da nação, que tentou garantir condições para a realização de uma reforma agrária na Constituinte de 1934, sendo derrotados. Segundo eles, o atraso político do Brasil, estava relacionado ao coronelismo e ao controle político dos eleitores pelos proprietários dos grandes latifúndios (MEDEIROS, 2003).

Contingenciado pelo contexto decorrente, desde o início da década de 1920, como lembram Alfredo Wagner e Laís Mourão, um contingente de população nordestina parte em

direção à zona da extração da castanha, no Pará e borracha na Amazônia. Ocorre movimento migratório de camponeses expulsos pela crise da *plantation* açucareira em 1929 e pelas sucessivas secas na primeira metade do século XX. Estes são fatores importantes quando se pensa na formação da frente agrícola como reforço para a economia maranhense, que ocorre nas áreas já ocupadas.

A crise industrial de 1930 provoca fortes mudanças tanto na economia quanto na política nacional, com Getúlio Vargas assumindo o poder. Em se tratando do setor agrícola, as exportações constantemente perdiam mercado, enquanto isso, a demanda interna por alimentos e matéria prima aumentava substancialmente. Isso tendência a reorientação da agricultura para o abastecimento desse mercado interno valorizando a produção de alimentos e sugerindo a formação de núcleos coloniais policultores (LINHARES e SILVA, 1999).

É através do governo Vargas que pela primeira vez, segundo Linhares e Silva (1999), um governo se declara contrário à política agrário-exportadora e à monocultura. O campo passa a ter uma função num programa, apesar de ainda difuso, de desenvolvimento nacional e o camponês e a agricultura camponesa se tornam alvo de discussão no sentido de servir de base para um desenvolvimento contínuo e auto-sustentável¹⁶. São tomadas várias medidas, voltadas para a modernização das relações de trabalho no campo e acesso à terra aos que não a possuíam. Contudo se por um lado, Vargas conseguiu limitar a expansão fundiária, promover a pequena produção familiar, deixou de propor a reorganização da estrutura agrária já existente, deixando o latifúndio tradicional intocado.

No início dos anos 1950, a criação da Comissão Nacional de Política Agrária e do Serviço Social Rural indicava os primeiros ensaios de uma intervenção estatal no meio rural, sendo que nenhum dos órgãos pode gerar políticas consistentes e contínuas. É no governo Kubitschek que a reforma agrária aparece como sinônimo de eliminação de atraso tecnológico no campo através da modernização produtiva da agricultura que se torna prioridade do governo em todo o país (MEDEIROS, 2003). A proposta de reforma agrária,¹⁷ defendida pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB e pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, visava a modernização do latifúndio para realização de revolução através da tese do feudalismo e da necessidade de aliança com a burguesia para essa modernização. Por outro lado, teóricos como Caio Prado Junior questionavam a tese do feudalismo, sugerindo que se

¹⁶ Embora se referindo à “Era Vargas” na década de 1930, autora e autor utilizam o termo auto-sustentável – apesar de ainda não se verificar muito seu uso à época – para denominar a política de desenvolvimento no campo adotada por aquele governo.

¹⁷ Considerava a agricultura obstáculo ao desenvolvimento econômico, pelo domínio do latifúndio esta proposta de reforma visava modernizar o latifúndio para realizar a revolução, através da aliança à burguesia (ABRAMOVAY, 1994).

pensasse outro tipo de aliança que não a burguesia, haja vista que esta já estava aliada ao capital estrangeiro¹⁸ (ABRAMOVAY, 1994).

Naquele contexto, por volta de 1950, ocorre a chamada reordenação jurídica do espaço territorial maranhense, fato que constituiu um marco histórico registrado na memória dos trabalhadores/as do campo, conhecido como “demarque” (ANDRADE, 1984). No sul do Maranhão, por exemplo, a terra que até então era usufruto de todos os trabalhadores, orientado pela lógica camponesa (MORAES, 2000) assume valor mercantil sendo introduzida a cobrança do aluguel da terra.¹⁹ A demarcação legitimava o processo de grilagem no estado e a terra, que até então era usufruída livremente pelas populações camponesas como bem natural e comum, assume valor mercantil e se inauguram novas relações de produção.

Assim, no final dos anos de 1950 a 1960, a reforma agrária transforma-se na tradução das lutas por terras que se desenvolviam em diversos pontos do país. Fatores como o crescimento e a relativa unificação política das lutas por terra em Estados, o contexto interno de relativas liberdades democráticas, a conjuntura da Guerra Fria²⁰ e o intenso debate sobre as condições para o desenvolvimento dos países latino-americanos contribuíram para a construção deste quadro. As diferentes formas de conflito que ocorriam no meio rural brasileiro começaram a se unificar por intermédio de uma mesma linguagem (MEDEIROS, 2003), resultado da disseminação das concepções do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no meio rural. Até então apesar de já existirem conflitos fundiários, estes aconteciam de forma isolada e muito localizada. Posseiros, arrendatários, foreiros, em diversos pontos do país, resistiam à ação dos proprietários de terras, visando alterar regras de contratos já consagradas ou simplesmente, à expulsão de terras. Muitos das expulsões aconteceram ante a expansão da fronteira agrícola, introdução de novos cultivos, e pecuária (MEDEIROS, 2003).

Na era pós-Juscelino, o governo João Goulart reforçava a idéia das reformas de base. Rua e Abramovay (2000) referem um momento importante na reivindicação e organização da luta pela terra quando ocorre a organização das Ligas Camponesas de 1950 a 1960. O movimento foi responsável pela luta de foreiros, moradores, arrendatários, pequenos

¹⁸ Caio Prado Júnior questiona a tese do feudalismo já que, para o autor, o campo, no Brasil, já era capitalista. Então, a reforma agrária deveria refazer alianças, já que a burguesia estaria aliada ao capital estrangeiro (ABRAMOVAY, 1994).

¹⁹ Andrade (1984) refere-se às áreas de chapadas que vieram a ser incorporadas pela modernização agrícola os cerrados.

²⁰ A chamada Guerra Fria partiu de um complexo de razões, principalmente, o conflito entre dois blocos políticos e econômicos antagônicos, a antiga União Soviética e os Estados Unidos da América, a luta pela manutenção de suas áreas de influência, a estruturação deste mesmo conflito dentro dos interesses internos das nações em consideração e a formação de uma cultura que lhe é própria, criando um o conflito bipolar que apontou para um sistema articulado que engendrava seus próprios eventos e formas de conduta (HEIN, 2007).

proprietários e trabalhadores da Zona da Mata em Pernambuco, contra o latifúndio. O surgimento das Ligas Camponesas coincide com o movimento de organização de horticultores de Recife pelo Partido Comunista do Brasil e com o posicionamento da Igreja Católica em relação ao tema, na década de 1940 (OLIVEIRA, 1991, MEDEIROS, 2003). Vale ressaltar que o movimento das Ligas Camponesas não deve ser entendido como um movimento local, mas como manifestação nacional resultado de um estado de tensão pelo qual passavam famílias camponesas. Organizaram-se em outros estados nordestinos e seu impacto político espalhou-se por outras regiões, abrangendo quase todo o país. Nessa perspectiva também surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, como importante instituição no que diz respeito à luta pelos direitos dos trabalhadores/as rurais e pela terra. Em 1964 é reconhecida oficialmente como entidade nacional representante do setor.

Também nos anos de 1960, a CEPAL reforça a tese da reforma pelo desenvolvimento do mercado interno capitalista com idéia de que população com terra significaria mais consumo de bens industriais. Surge o Partido Comunista do Brasil que defende a idéia de luta popular com a tese de que as massas camponesas tomariam o poder (ABRAMOVAY, 1994).

Com o golpe militar em 1964, o Marechal Castelo Branco assume o governo e para surpresa da oposição política da época, institui o Estatuto da Terra em novembro de 1964 e propõe que, mais do que uma lei de reforma agrária, haveria uma lei de desenvolvimento rural brasileiro (MEDEIROS, 2003). Cria ainda o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, com o objetivo de efetuar a reforma em áreas prioritárias predefinidas que deveriam ser alvo de estudos e medidas de infra-estrutura básica para receber as famílias. É através do Estatuto da Terra que se define claramente pela primeira vez o termo latifúndio (LINHARES e SILVA, 1999). Por outro lado, o governo intervém na CONTAG, decretando a prisão e exílio de vários dirigentes e só em 1968 são retomados os trabalhos de luta pela terra através do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. No que tange ao modelo de desenvolvimento para o país opta-se por um processo de modernização técnico-agrícola no campo, com o surgimento dos complexos agroindustriais²¹. Com isso os espaços correspondentes às massas camponesas se restringem a espremer-se diante as fronteiras agrícolas, modificando também

²¹ Para Marafon, (2006) a implantação dos complexos agroindustriais no Brasil, a partir da década de 1970 foi responsável por um processo de modernização da agricultura através do uso de máquinas e insumos, um processo de industrialização – já que as máquinas e insumos passaram a ser produzidos no Brasil –, e de mudanças nas relações de trabalho no campo.

as relações de trabalho. De um lado, através da implementação do trabalho assalariado no campo e do outro, a intensa mecanização também corresponde a altos índices de desemprego.

No período militar (1964-1985), apesar de os governos militares terem sido responsáveis pela promulgação do Estatuto da Terra, poucos foram os avanços ao que diz respeito à política agrária no Brasil. A ênfase recaiu sobre os projetos de colonização, estimulando a ocupação das terras devolutas, gerenciadas pelos estados, e as áreas sob jurisdição federal, a exemplo dos projetos da Transamazônica. De fato, foram implementados cerca de 800 projetos de colonização, a maioria na Amazônia legal. Incentivos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM foram fartamente canalizados para a ampliação da fronteira agropecuária, privilegiando grandes grupos econômicos.

Foi ainda no regime militar que as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) serviram como espaço de socialização política e mobilização das organizações de trabalhadores rurais trazendo o ressurgimento das organizações desses trabalhadores seguido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT²², que foi responsável pelo fortalecimento de entidades associativas de mobilização e representação dos/as trabalhadores/as rurais sem terra ou reprimidos/as pela relação patronal que se estabelecia nos latifúndios (RUA e ABRAMOVAY, 2000). Em Caxias, isso pôde ser notado a partir de 1975 com a chegada de uma missionária italiana que ancorada nas linhas de ações da Teologia da Libertação²³, formou um grupo de catequização, responsável por um significativo movimento de conscientização política. Teve como consequência uma forte mobilização de trabalhadores/as rurais contra o latifúndio e desigualdades sociais em toda a área rural do município, inclusive na área de Caxirimbu, em que as reuniões com os/as moradores/as aconteciam regularmente. Participavam das reuniões moradores/as da fazenda como também do seu entorno, como São Miguel e Buenos Aires²⁴.

²² A Comissão Pastoral da Terra – CPT é um organismo da igreja católica ligado à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 1975, por um grupo de bispos, padres, religiosos e leigos, com o objetivo central de assessorar e dinamizar os trabalhos e lutas de trabalhadores/as. Suas principais linhas de ação são luta pela terra e pela água; formação dos trabalhadores/as rurais e agentes da Comissão; agricultura familiar; gênero e direitos e cidadania (<http://www.cptnac.com.br>, acesso em 10/07/2007).

²³ Na Teologia da Libertação estão presentes conceitos da luta de classes elaborado por Karl Marx que serviram como impulso às Comunidades de Base em todo o Brasil, para trabalhos de luta por moradia, educação, saúde pública, dentre outros. Essa teologia colaborou para organização sindical e para a luta pela liberdade de organização partidária (LESBAUPIN, 1997).

²⁴ São Miguel e Buenos Aires eram propriedades em torno de Caxirimbu em que a população vivia na condição de morador/a. Buenos Aires, atualmente também se constitui em Assentamento rural. Em São Miguel em maio de 2006 cerca de 30 famílias foram expulsas da área, através de decreto judicial. As famílias foram acolhidas por assentados/as de Caxirimbu e puderam se instalar provisoriamente no local onde funciona a Unidade Escolar Flora Alves de Andrade. Após uma semana de negociação as famílias estabelecidas naquela área, a mais de 40 anos, tiveram mandado judicial autorizando o retorno para a área.

Ainda no âmbito da questão agrária, no tocante à reordenação jurídica, de acordo com análise de Almeida e Mourão (1976), há que se considerar que os planos governamentais e os estudos de caráter oficial relativos à economia maranhense, na primeira metade da década de 1970²⁵, enfatizavam de forma consensual, a importância e a necessidade de uma alternativa econômica para o Maranhão, apoiando fundamentalmente o então chamado, “setor primário”. Na visão dos industrialistas da época, que compunham então o chamado “setor secundário”, isso se opunha à sua proposta de que haveria uma relação entre o atraso da economia maranhense e a posição de se continuar optando por dar suporte às atividades relacionadas ao campo, entre elas, a pecuária, a agricultura e o extrativismo. Apregoavam, inclusive, que isso só se modificaria a partir da implementação de parques industriais. Somente se esta se tornasse atividade dominante é que se poderia visualizar uma alavancagem para a economia maranhense.

Almeida e Mourão (1976) analisam que a opção pelo apoio à economia agrícola se dá a luz de dois aspectos: a opção pelo “setor primário” denotava a concentração do apoio do poder público às famílias camponesas na intenção de transformar esta população em produtores de mercadorias a ponto de introduzi-la no mercado consumidor de manufaturas e de serviços. E ainda porque é a agricultura familiar que produz o arroz, o principal produto agrícola do Maranhão, é a responsável pela atividade extrativa do babaçu e pelo cultivo de outros produtos básicos necessários ao consumo humano como a mandioca, a macaxeira, o feijão e o milho. Mas outro ângulo pelo qual a situação pode ser analisada diz respeito à abertura para a introdução das grandes empresas agropecuárias, baseadas no trabalho assalariado.

Nesse sentido, vale ressaltar que esse esforço atribuído ao chamado “setor primário” à época, representava a introdução de grandes projetos agropecuários no Estado, mais especialmente à pecuária, formando empresas agropecuárias com avançada tecnologia e com mínima utilização de mão de obra assalariada. Nessa direção setor primário e pecuária, no âmbito da política agrária apresentada são, por muitas vezes, tratados como sinônimos sendo larga a diferença dos benefícios que eram disponibilizados a cada uma das atividades, o apoio às famílias camponesas e o apoio às empresas agropecuárias (ALMEIDA e MOURÃO, 1976)²⁶.

²⁵ Tem-se o surgimento da tese do *smaal is beautiful* como base para a tese da funcionalidade da pequena produção, ancorada na idéia da oferta de produtos pelo pequeno produtor sem visar a taxa média de lucros, para concorrer com empresas capitalistas (ABRAMOVAY, 1994).

²⁶ Ressalta-se que esta divisão por setores (primário, secundário e terciário) é uma discussão datada e que não faz mais sentido o tema ser tratado desta forma setorial, após o processo de industrialização da agricultura.

A escolha por essa alternativa, se dá ainda ante a existência de “um considerável estoque de terras disponíveis no Maranhão, avaliado entre 90.000 km² de terras devolutas na região pré-amazônica e 100 mil km² de terras sem ocupação” (ALMEIDA e MOURÃO, 1976, p. 09). Ademais, somava-se o fato de essas áreas se constituírem próximas ou relativamente próximas dos centros de comercialização e dos centros consumidores, conferindo-lhes sob esta ótica, vantagens relativas sobre as terras abundantes e livres dos demais estados e territórios da região Amazônica.

À luz do mote nacional, são criadas empresas pelo governo estadual como a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), em 1971, responsável pelas alienações de terras, seguindo um plano de ocupação racional e ordenado de terras, a grupos econômicos, interessados em implantar unidades agropecuárias que disporiam de áreas para projetos e ainda para o assentamento de 10.000 famílias na região centro oeste do estado. Esta empresa recebeu as terras objetivando a execução de projetos de colonização, ordenação das ocupações existentes e localização de médios e grandes projetos agropecuários. As ações discriminatórias promovidas pelo governo para legalizar as grandes glebas foram utilizadas como um meio de exclusão dos posseiros que só tomavam conhecimento quando já estava decretado seu despejo. Da área de 200.000 hectares reservada pela Comarco para assentamento de pequenos agricultores, menos de 80.000 foram entregues, tendo sido o restante ocupado por grandes empresas ou grileiros (BRASIL, 1997).

Ao fazer isto, incorriam contra um dos componentes do “setor primário”: as famílias camponesas já estabelecidas nas áreas, anteriormente. Ao implantar projetos agropecuários em áreas para onde se desloca a fronteira agrícola, limitavam a expansão da ocupação espontânea, impedindo seu avanço. Dessa forma, as famílias camponesas passam a se defrontar com cercas e demarcações, em áreas para onde pretendiam se deslocar. Resumindo: a implantação de grandes projetos em áreas já ocupadas, ameaçava a condição de moradores(as) favorecendo a sua expropriação (ALMEIDA e MOURÃO, 1976).

Almeida e Mourão (1976) lembram ainda que a reorganização jurídica do espaço territorial maranhense da década de 1970 não atingiu apenas as áreas consideradas devolutas e ocupadas pela expansão agrícola de 1950 (ANDRADE, 1984). Sobretudo nas áreas de ocupação mais antiga, consideradas as do Vale do Itapecuru, onde se insere o assentamento investigado, verificavam-se casos de perda do direito de propriedade dos latifúndios por falta de pagamento de impostos, e ainda nas áreas que excedem os 3.000 hectares legais, antigas posses cartoriais que haviam perdido valor, terras de herdeiros ausentes que não tomaram

posse de suas parcelas, e também destacava-se existência de extensas áreas de propriedades de ordens religiosas.

A Comarca, com o apoio de dispositivos legais como a Lei nº 2.979 de 17 de julho de 1969, conhecida como Lei Sarney de Terras, e da política de incentivos fiscais no mesmo período, beneficiou grupos agropecuários que obtiveram lucros com processos desapropriatórios de grandes áreas transferidas a seus patrimônios chegando, em alguns casos, a atingir ágio de 2.481% quando comparados os preços de aquisição inicial e de desapropriação (CARNEIRO et al., 1998).

Desta forma é que grupos agroempresariais dos Estados de Pernambuco e de Alagoas se sentem atraídos para se instalarem na região do leste maranhense, nas cidades de Aldeias Altas, Coelho Neto e Caxias, especificamente na área em que se situa atualmente o Assentamento Caxirimbu, em relação ao qual a reação do empresário pernambucano Aníbal de Freitas aconteceu diante a grande área de pasto já existente e a grande área que teria disponível para expansão. Os desdobramentos em relação a este caso, serão abordados no próximo item deste capítulo.

Assim, a partir de 1989, quando se registrava grande concentração fundiária na região e a massiva presença de latifúndios por exploração²⁷, ocorrem oferta de terras, que se dão, mais por meio de apropriação fraudulenta, do que através do mercado de terras como argumenta Maristela Andrade (1995). De fato, terras foram vendidas pelo Instituto de Terras Maranhense – ITERMA, em favor de grandes grupos econômicos, com vistas a desenvolvimento do Estado, porém, sem levar em consideração seus ocupantes anteriores, populações que há várias gerações moravam, cultivavam e trabalhavam a terra.

Do ponto de vista ambiental, apesar de as empresas se comprometerem em desenvolver seus projetos dentro de um conjunto de atividades que garantissem o prevailecimento da perenização das florestas, evitando sua degradação exaustiva, isto não se consagrava já que empresas ligadas ao Grupo João Santos, promoviam, mediante decreto do próprio governo estadual, desmatamento a fim de implantarem projetos de celulose e cana-de-açúcar na área de Caxias, chegando a um total de 65 mil hectares de babaçuais (MAY apud ANDRADE, 1995). Em 1980, o então governador do Estado João Castelo assinou um decreto, que protege os babaçuais exceto em áreas de implantação de projetos de desenvolvimento agrícola, protegendo na realidade, os grupos agroindustriais que, agora amparados, promovem destruição ambiental e expulsões através de incêndios em vários

²⁷ Para o INCRA são imóveis rurais com área entre 1 a 600 módulos fiscais que seja mantido inexplorado com fins especulativos, no sentido de ser incluso no conceito de empresa rural (ANDRADE, 1995).

povoados na região de Caxias, atingindo populações tradicionais que viviam nas grandes propriedades.

Nessa perspectiva, Almeida e Mourão (1976) ressaltam que a expressão “terras disponíveis”, assim como “terras devolutas”, tem sido interpretada usualmente de maneira equivocada. Ao se usar esta expressão tem-se levado em consideração apenas o fato de serem estas terras pertencentes à União, sem os parâmetros jurídicos que a consideram de um proprietário. Mas, isso não significa necessariamente que sejam áreas completamente desabitadas, isentas do aproveitamento econômico ou que não tenham recursos naturais ainda não incorporados ao processo produtivo. Assim, ao se absolutizar o vazio, está se ignorando o fato de que, muito antes da chegada dos grandes projetos, populações camponesas já estavam localizadas nas florestas, com seus roçados de arroz, mandioca e milho próximos aos “caminhos do gado” (CABRAL, 1992).

E é dessa forma que, a partir da segunda metade do século XX, o Brasil passa por um intenso processo de transformação no seu tecido social. Capitaneado pelo “milagre econômico” e a “revolução verde” que ocorre a partir da década de 1970, tem início o processo de intensificação do capital e de elevação de produtividade no campo a chamada “modernização dolorosa” da agricultura (SILVA, apud GRAZIANO, 2004), momento em que acontece um grande êxodo rural.

As famílias trabalhadoras rurais foram, em grande parte, afastadas da vida rural contra a sua vontade, já que a legislação trabalhista inibia a continuidade das formas tradicionais de moradia e parceria, além de a crise da *plantation* reduzir a necessidade de mão-de-obra do/a trabalhador/a rural. Sendo forçadas a sair pela expansão e mecanização agrícola ou ainda atraídos/as pela oferta de mão-de-obra da construção civil durante o processo de expansão das cidades, famílias tiveram que deixar suas produções, esvaziando o campo e se alocar em cidades sem estrutura suficiente para acomodação de todos (PÁDUA, 2004). Linhares e Silva (1999) ainda acrescentam que as secas regionais, especialmente as ocorridas no Nordeste, também foram fatores determinantes para esta saída forçada do campo.

Assim, uma grande parcela da população passou por uma dinâmica de “desruralização” segundo Sachs (2004) que usa esse termo ao invés de urbanização. Isso acontece sem que as forças políticas reformistas fossem capazes de implantar um processo de reforma agrária capaz de reassentar essa população ou pelo menos parte substancial dela, em um “novo ambiente agrário democratizado” (PÁDUA, 2004, p. 205).

A percentagem da população urbana do país que em 1940 era de 31,2%, chega a 81,2% em 2000 (PÁDUA, 2004)²⁸. Se por um lado a migração diminuía a exploração imposta pelos grandes proprietários rurais, por outro lado representava para as famílias uma pauperização, seja nas grandes e pequenas cidades, seja nas novas fronteiras de colonização (PÁDUA, 2004). Entretanto, sobre os dados que envolvem o processo de desruralização do Brasil, José Eli da Veiga diz que estes em geral são analisados de forma equivocada, já que os 81,2% dos habitantes estariam nas 5.507 cidades seguindo uma regra que segundo o autor, é única no mundo: a que considera urbana, toda sede de município ou distrito, sem levar em consideração quaisquer características estruturais, fazendo com que toda a população residente em sedes, mesmo com mínimas condições estruturais seja contada como urbana já que estas sedes tem estatuto legal definido com iguais características às que são atribuídas a grandes centros (VEIGA, 2003).

Na tentativa de contornar este equivocado dado, alguns estudiosos sugerem que devam ser consideradas urbanas as populações das sedes de municípios com mais de vinte mil habitantes, fazendo cair o percentual de urbanização para 70%. Combinando aspectos como tamanho populacional do município com sua densidade demográfica e mais a sua localização, constituem-se as aglomerações metropolitanas e os grandes centros urbanos do país que juntos acomodam 57% de população que segundo o autor, seria a inequivocadamente urbana (VEIGA, 2003).

Nesse novo cenário, o universo econômico, cultural e político da *plantation* tradicional veio perdendo espaço diante das flutuações do mercado internacional, da migração para as cidades e do surgimento de uma legislação trabalhista no meio rural, ressaltando que este processo não favoreceu uma democratização socioeconômica do campo (PÁDUA, 2004, p.205). Assim, correndo em sentido contrário ao que a esquerda da época apregoava, não houve divisão de propriedade para encaminhamento dos processos de acúmulo de capital e industrialização no campo. Em várias regiões do país, como na expansão do Centro-Oeste e do Norte, nos estados do Goiás, Mato Grosso e área amazônica do Pará favoreceu-se prioritariamente às grandes propriedades, que receberam todos os incentivos fiscais necessários para alavancarem seus projetos agropecuários. Seria a chamada “tese da perda da importância da pequena produção agrícola”, com a setorização da agricultura e a chegada dos complexos agroindustriais trazendo novas relações de trabalho, com a implantação do

²⁸ Índices que, com base em Veiga et al. (2001) e Veiga (2003) merecem revisão, considerando-se os critérios de definição do rural e do urbano no Brasil.

trabalho assalariado, a mecanização da agricultura e a maturidade do setor agrícola (ABRAMOVAY, 1994).

Contudo, Linhares e Silva (1999) lembra que apenas o Maranhão manteve uma população rural mais elevada que a urbana. Porém, há que se considerar o processo migratório de trabalhadores sazonais dos estados do Maranhão e do Piauí em direção àquelas áreas do Norte, desde a década de 1960, responsável pelo regime de escravidão por dívida na Amazônia (SILVA, 2004).

Já em 1970, o governo transforma o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e só então se estabelece um cadastro da propriedade da terra, mesmo que com base apenas na informação do proprietário, mascarando os limites reais das propriedades e impedindo assim melhor controle na cobrança de tributos (LINHARES e SILVA, 1999). O tema da reforma agrária foi incorporado à pauta das centrais sindicais formadas no início dos anos de 1980, o que pode ter surtido efeito a ponto de ser criado o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, que realizou desapropriações de terras e algumas regularizações fundiárias em áreas de tensão social como Paraíba e Rio de Janeiro.

Com o final do regime militar e o início da Nova República reacendem discussões acerca da realização da reforma agrária que culminou com a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. O documento afirmava a ação prioritária que teria a reforma no governo, destacando sua importância pelo impacto positivo através de emprego, renda, produção alimentar, dentre outros. Com o objetivo de assentar, em 15 anos, 7 milhões de trabalhadores/as rurais, o programa básico do Plano era o de assentamentos em imóveis desapropriáveis, sendo que colonização, regularização fundiária, e mecanismos tributários apareciam como mecanismos complementares, apesar de apontar para possibilidades de transformações fundiárias em áreas amplas e não somente em áreas de conflito (MEDEIROS, 2003)²⁹.

Entretanto, o plano passou por resistência de diferentes forças representativas seja do próprio Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, que o denunciou como versão rural do “pacto social” proposto pelo governo Sarney, seja pelos proprietários de terra que, defendidos no Congresso Nacional, pela “bancada ruralista” através da União Democrática Ruralista – UDR eram estimulados a usarem a força no combate às ocupações de terra. Assim, as discussões provocadas pelo PNRA foram marcantes no cenário rural brasileiro à época, e

²⁹ Para aprofundamento teórico sobre a questão agrária no Brasil, conferir Linhares e Silva (1999), Medeiros (2003), Ramos Filho e Aly Jr. (2005).

culminaram em momentos de tensão e conflito em diversas regiões brasileiras, inclusive na área em que se insere Caxirimbu, como apresentado no próximo item.

2.2. Fazendeiros, “pernambucanos” e moradores/as: tensão e ocupação no Vale do Itapecuru

Como parte do processo referido, é a partir dos anos de 1980, quando ocorre a efervescência da grilagem de terras no Maranhão, que podem ser notados os maiores movimentos de luta pela posse da terra em Caxias. As terras férteis e providas de pastos de boa qualidade da área rural do município são alvo de negociações com empresários rurais do Estado de Pernambuco que instalam fazendas-empresas na região para o plantio de eucalipto, cana-de-açúcar e criação de gado. Foi o início dos processos de demarcação e divisão das Datas São Joaquim, Santa Rosa, São José e Nossa Senhora da Conceição, esta última onde se situava o lugar Caxirimbu. As negociações são feitas entre os fazendeiros proprietários e agroempresários. Segundo narrativas de antigos moradores, as terras pertenciam à Senhora Ana, conhecida pelos moradores como Donana, cujo sobrenome não foi identificado. Ao falecer, teve suas terras negociadas por seus herdeiros com Gérson Marreira,³⁰ rico comerciante piauiense.

Este manteve as terras com a população lá estabelecida na condição de moradores/as, cultivando a roça e negociando com os proprietários da fazenda parte da produção a preço conveniente ao proprietário. Quando ocorre o falecimento de Marreira, os herdeiros negociaram as terras de Caxirimbu, aproveitando a oportunidade da chegada dos “pernambucanos” no início dos anos de 1980. O pernambucano interessado pela área foi o Sr. Aníbal de Freitas. Como o negócio não levava em conta a população moradora da região, acordou-se que a partir da compra, as terras negociadas deveriam ser desocupadas pelos/as moradores/as para dar espaço a novos usos e exploração dessas áreas.

A fazenda aqui foi comprada em oitenta e quatro [1984]. Na época, não era fazenda aqui. Só era mesmo as matas, os morador e as roças. Aí foi que começaram o desmatamento, sabe? Começaram plantar capim, comprar gado. Já era o Aníbal³¹.

³⁰ O sobrenome do Senhor Gérson, por vezes é apresentado pelos/as entrevistados/as como Marreiros outras vezes como Marreira. Como não tivemos alcance a documentos oficiais para consenso, usaremos então, Marreira, como declara a maioria dos/as camponeses /as consultados/as.

³¹ Francisco das Chagas Santos, 43 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

Em noventa e dois [1992], os pernambucanos já estavam firmados ali com sua fazenda ali no Caxirimbu com criação de gado. A gente passava, lamentava. Era só arame e gado e aquelas casinhas de telha onde tinha os capataz da fazenda lá dentro e de morador só umas poucas famílias que resistiram. As demais foram todas expulsas. Era só a fazenda.. sem ninguém... você passava de um lado a outro era só arame e aquelas cabecinhas de gado branca lá dentro³².

“Pernambucanos³³” foi como ficou conhecido o grupo agroempresarial que chegou à região de Caxias, como apresentado no item anterior, dentre os quais se identificam o Grupo João Santos no município de Coelho Neto, Grupo Costa Pinto, no município de Aldeias Altas, Grupo Ramires e Grupo Romero Maranhão no município de Caxias, e especificamente na área de Caxirimbu o Senhor Aníbal de Freitas. Os “pernambucanos” guiados pela expansão agrícola capitaneada por um acalorado discurso de desenvolvimento, ancorado pelo governo estadual, promovida desde a década de 1970, como tratado no item anterior, foram responsáveis por um impulso no crescimento econômico da região até o início dos anos de 1990, quando o Grupo Costa Pinto, produtor de álcool hidratado, dá os primeiros sinais de dificuldade financeira e pede concordata em 1992, refletindo um processo de readaptação econômica da região.

Vale lembrar que foram responsáveis também, por um considerado quadro de degradação ambiental em toda a região³⁴, tendo substituído grandes extensões de mata virgem para o plantio da cana-de-açúcar, em Aldeias Altas e Coelho Neto; para o cultivo de eucalipto, na zona rural de Caxias, e para cultivo de pasto caso específico de Caxirimbu. Ali, apesar de já existir área cultivada anterior à chegada do “pernambucano”, houve grande expansão desta com a derrubada de parte do ecossistema natural e a substituição de utilização de área com

³² Eulina Moraes da Silva, 55 anos, em entrevista concedida Luciana B. Lima, em 20 de abril de 2006. Bairro Itapecuruzinho, Caxias, MA.

³³ Pernambucanos é um termo que se tornou genérico, atribuído aos agroempresários que se instalavam na região, sendo que alguns não eram, necessariamente, naturais do estado de Pernambuco, mas também de Alagoas e da Bahia. Fenômeno semelhante ocorrido com a denominação “gaúchos” no sudoeste do Piauí, no sul do Maranhão e no oeste baiano (MORAES, 2000).

³⁴ Em se tratando da cidade de Aldeias Altas o Grupo Costa Pinto, chegou ao Maranhão em 1975 e a instalação da empresa coincidiu com o lançamento do Proálcool, programa com incentivos fiscais do governo federal para a produção de álcool carburante. Em 1977 foi iniciado um estudo do projeto e feita a implantação da planta industrial, com o desenvolvimento e plantio das primeiras variedades de cana-de-açúcar em Aldeias Altas, a partir de 1978. No ano seguinte foi colhida a primeira safra. A empresa se manteve em operação constante até 1992, produzindo álcool carburante. A crise que culminou com a falência da usina foi agravada por circunstâncias internas do grupo Costa Pinto, que nada tinha ligado diretamente com a atividade sucro-alcooleira, coincidindo com a crise geral na economia brasileira, causada por programas econômicos que desestabilizam constantemente a capacidade produtiva das empresas de todos os setores. Em Coelho Neto, o grupo empresarial João Santos instala duas indústrias: a Itapagé S.A - Celulose, Papéis e Artefatos e a Agrimex – Agroindustrial e Mercantil Excelsior e consegue se manter até atualmente, sendo que em 2005, a Itapagé S.A paralisa suas atividades para “uma fase de reestruturação tecnológica”, segundo a diretoria da empresa, resultando em demissão de mais de 50% dos funcionários. O grupo Ramires devastou grande área virgem do perímetro rural de Caxias às margens da BR – 316, no sentido de Teresina e reflorestou cultivando eucaliptos.

excelentes resultados em termos de produção agrícola e extrativismo, para o uso exclusivo da pecuária.

A Fazenda Caxirimbu foi comprada pelo Sr. Aníbal de Freitas em 1984 e era uma fazenda de criação de gado administrada por seis empregados, sendo um “encarregado” e mais cinco vaqueiros. Encarregados era como eram chamados os homens de confiança dos proprietários das fazendas – os “pernambucanos” – e eram responsáveis pela administração destas, já que, a vinda dos proprietários à região ocorria no máximo duas vezes a cada ano. No caso de Caxirimbu, de acordo com narrativa de um dos ex-vaqueiros da fazenda, que hoje é assentado, o senhor Aníbal veio de helicóptero apenas uma vez conhecer sua fazenda que tinha aproximadamente 7.600 hectares e com mais de 6.000 cabeças de gado *vacum*, em sua época mais produtiva. Assim se configura a extensão física e representação econômica da área em que se constituía Caxirimbu, fazenda com potencial agrícola não explorado pelo proprietário pernambucano.

A notícia da venda das terras de Caxirimbu ao pernambucano Aníbal de Freitas, chegou à população moradora como uma afronta e moradores/as se sentiram lesados/as com a perda de seu patrimônio. Algumas famílias resistiram, dispostas a permanecerem no local até às últimas consequências. O movimento organizado de trabalhadores/as rurais que havia se iniciado de forma tímida tomou fôlego e os “conflitos roça x gado” (ALMEIDA E MOURÃO, 1976, p. 24), assumiam proporções cada vez mais radicais, revelando a resistência camponesa ante a expropriação de suas condições materiais de existência e a ameaça à descontinuidade da reprodução familiar.

Vale ressaltar que algumas áreas limítrofes com Caxirimbu não foram vendidas aos “pernambucanos”, e apesar de ainda serem moradores/as das terras, algumas pessoas trabalhavam a terra e não pagavam renda e, inclusive, criaram uma associação de moradores/as, como é o caso do Povoado Buenos Aires, que por isso, se destacou como primeira manifestação de organização política no campo em Caxias, segundo lideranças sindicais locais.

O sistema econômico vivenciado por moradores/as até os anos de 1980 em Caxirimbu e povoados do entorno não era diferente do modelo de patronagem-dependência (FORMAN, 1979) praticado em outras regiões brasileiras como apresentado pelas narrativas:

Aqui era terra de morador. Você pagava renda pro dono. Ele cobrava renda. Como era que ele cobrava: o caboclo vendia o coco que quebrava pra ele, vendia o arroz que produzia na roça e a farinha. Não deixava sair nada e pagava renda. Só ele que comprava, né? Não queria que você vendesse nada pra fora, só pra ele. E se você vendesse, ele achava ruim. (...) Todo mundo só podia vender só pra “casa”,

chamava-se assim. A “casa” compra tudo. Compra o coco, compra o arroz, compra a farinha, compra o milho. Compra o que produzir! Até no caso que se você que tinha um pé de laranja, eles queriam comprar até um pé de laranja. Não era pra tirar laranja pra vender, não. Elas, as laranjas, podia comer... mas na hora de vender, a “casa” comprava. Agora o preço era muito pouco... o povo não queria mais passar por isso³⁵. [Aspas da autora].

Os moradores eram agregados dos donos da terra, pagavam renda, as mulheres quebravam coco e tinha uma quitanda lá, pra trocar mercadoria. E em cada uma dessas terras que extrema com o Caxirumbu o regime de trabalho era o mesmo. Parece que os fazendeiros planejavam juntos a mesma exploração dos moradores e se uma mulher quebradeira de coco saísse da terra do lugar Caxirumbu que era do senhor Janelinha e fosse quebrar lá na terra do Marreira, o agregado [responsável pela fazenda] ameaçava de matar as mulheres, expulsava, botava cachorro, pras mulheres não quebrarem coco lá, como que se a palmeira tivesse sido ele que plantasse. Por que a palmeira é uma planta nativa, né? Plantada por Deus pela natureza. Mas era expulsa dali, pra não quebrar um coco lá na outra terra³⁶.

Neste caso ao serem analisadas, as categorias morador e agregado são usadas para definir a mesma condição de dependência em relação aos proprietários. Carvalho (1978) cita estes dois termos para referir às famílias que residem e trabalham em latifúndio e mantém relação de dependência entre patrão e moradores das propriedades e diz que ainda podem ser usados os termos posseiros, arrendatários e parceiros. A categoria agregado sendo atribuída pelos/as camponês/as como os que moram na terra através do pagamento de renda como no caso da área de Caxirumbu, pôde ser vista com essa mesma representação por Andrade (1984) no estudo sobre camponeses do sul maranhense. Naquele caso, bem como neste, trabalhadores/as só conseguem se apropriar dos meios de produção mediante pagamento de renda aos fazendeiros (ANDRADE, 1984).

Foram muitos os casos de expulsão de famílias do campo para a área urbana de Caxias. Muitas vezes isso acontecia através da pressão de forças militares, com a conivência das forças políticas da época o que resultou na expulsão de 4.020 famílias camponesas, no período de dezembro de 1982 a fevereiro de 1984, envolvendo toda a área rural do município de Caxias³⁷ (CPT, 1987) e municípios vizinhos como Parnarama, Matões e Buriti Bravo.

Os fazendeiros, eles eram os ‘ditos’ donos... os grileiros de terra, compra uma área bem aqui, aí, dá aquele pulo e toma a terra lá na frente. É assim. Expulsou gente

³⁵ José Alves de Sousa, (Sr. Zé do Óleo), 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

³⁶ Eulina Moraes da Silva, 55 anos, Líder sindical da época, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 20 de abril de 2006. Bairro Itapecuruzinho, Caxias, MA.

³⁷ Caxias – MA, tem sua área rural dividida em três distritos, 1º, 2º e 3º Distritos, contemplando Assentamentos e povoados. O recorte feito para envolver povoados e Assentamentos pertencentes a cada distrito e foi orientado pela proximidade geográfica entre estes. Ao sul da sede municipal está o 1º distrito, a leste o 2º distrito, e ao norte está o 3º distrito.

que tinha documento na mão. Verdadeiros donos e eles expulsaram. Botava o pessoal nas caçambas e vinham jogar aqui na Volta Redonda como que fosse não sei nem o quê. Era uma coisa horrível. (...) Nós levamos pra frente do palácio do bispo [zona urbana de Caxias - MA] mais de três mil lavradores. Uma multidão de gente e o vice-governador lá dentro, negociando com bispo, com fazendeiro, com cepetê [CPT], direitos humanos, mas não teve acordo. O resultado foi expulsão mesmo. Onde lá no Central lavrador comeu capim, pedaço de japonesa, [sandálias tipo havaianas] policiais de Caxias não deram conta pra expulsar eles, que eles estavam organizados na Central. O delegado [da época] precisou acionar a polícia do Entrocamento³⁸, de Bacabal [município maranhense] de não sei de onde. Passaram foi ônibus aqui, cheio de policiais pra expulsar esses lavradores que tinha roça, melancia, produção pra abastecer o mercado. Foram expulsos, pelo lucro dos fazendeiros. Isso é uma verdade³⁹. [Aspas da autora].

Os “fazendeiros” da época eram, para os/as camponeses/as, os proprietários, os que detinham o título de propriedade da terra, e os chamados “pernambucanos”, como referido, agro-empresários que adquiriram as terras através do grande movimento de grilagem ocorrido no Maranhão desde o início dos anos de 1980. Andrade (1984) atenta para o fato de o termo fazenda muitas vezes não assumir a conotação que lhes é emprestada usualmente. Para os trabalhadores rurais ao sul do Maranhão, fazenda dizia respeito ao gado e a outros bens e fazendeiro remete ao dono do gado e não ao dono de terras de acordo com o modelo de criação “a solta”. Diferente disso, no caso de Caxirumbu, o termo fazendeiro era atribuído ao dono da terra e do gado.

A narrativa de Eulina Moraes da Silva, retrata o clima de tensão que acontecia na área rural de Caxias nos anos de 1980. Em 29 de setembro de 1985, uma comissão formada por representantes do INCRA de Brasília, representantes dos “pernambucanos”, representantes de trabalhadores rurais de Caxias e entidades de apoio aos trabalhadores, como o Núcleo da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, a Central Única dos Trabalhadores – CUT e a CPT, se reúnem, firmando o primeiro acordo no processo de desapropriação das áreas em que estão constituídas as Fazendas Caxirumbu e também a Fazenda Rio Largo, esta última, localizada no mesmo distrito, e alvo da mesma problemática de Caxirumbu também de propriedade de Gerson Marreira e posteriormente de seus herdeiros. Nesse acordo, o INCRA determinava a delimitação de uma área rural “com características da área antes ocupada (água, mata e babaçu)” (CPT, 1987, p. 1) para que 128 famílias pudessem se reinstalar e trabalhar sua produção, enquanto definiam as questões da desapropriação das Fazendas Rio Largo e Caxirumbu, dedicadas à pecuária. Pelo acordo, as famílias se

³⁸ Povoado próximo a Peritoró – MA, que por ter grande fluxo de caminhões de cargas, é abastecido com forte sistema de policiamento militar.

³⁹ Eulina Moraes da Silva, 55 anos, líder sindical da época, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 20 de abril de 2006. Bairro Itapecuruzinho, Caxias, MA.

estabeleceriam no local sem que sofressem mais ameaças por parte dos “pernambucanos”, através de seus encarregados.

As famílias reconstruíram suas casas no lugar denominado Central, no 1º distrito, que também pertencia ao grupo de fazendas, lugar escolhido pelas famílias por possuir terras férteis, água em abundância e babaçual. Mas ocorre o afastamento do então superintendente do Incra Meio Norte que estaria sensível ao acordo, pois este se dedicaria às eleições estaduais. Essa descontinuidade atropela o processo de desapropriação das Fazendas Rio Largo e Caxirimbu. As ameaças feitas pelos fazendeiros voltam a rondar os/as camponeses/as. Assim, em 22 de maio de 1986, moradores/as rurais da área chegam à Superintendência do Incra Meio Norte, em São Luís, para entregar uma carta-denúncia de não cumprimento do acordo. Com efeito, o representante da superintendência entra em contato com os “pernambucanos”, no sentido de serem suspensas as ameaças aos/as camponeses/as.

Mas, a burocracia emperrava o processo de vistoria, sendo alegada falta de recursos do órgão, para que viesse a ser feita a inspeção das áreas a serem desapropriadas. Mas em 16 de agosto de 1986, acontece essa ação feita pelo próprio superintendente do Incra que em sua chegada às áreas das fazendas em que os/as camponeses/as estavam instalados/as, se depara com estes/as sem acesso ao canal em que se abasteciam de água do Rio Itapecuru. Este teria sido fechado pelo encarregado da fazenda a mando do proprietário, um dos fatos determinantes que teria contribuído na agilidade do processo de desapropriação das fazendas.

Outro momento de violência após a retomada do trâmite de desapropriação acontece em 26 de agosto do mesmo ano. Ao mesmo tempo em que acontecia uma reunião com a participação de representante do Ministério da Reforma Agrária – MIRAD, representante do Incra Meio Norte, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, Central Única dos Trabalhadores – CUT, em que se deliberava a respeito do imbróglio que interpelava o processo, os empresários, através dos encarregados, expulsavam mais uma vez as famílias instaladas no lugar Central, mandando atear fogo em suas casas.

Quando os “pernambucanos” chegaram, a história era essa: todo mundo que tava na área era pra sair. E saíram mesmo, expulsos. Eu sei que aqui ficou quatro moradores de resto. Esses quatro não queria sair. E a história que saiu na época é que eles [“pernambucanos”] mandaram queimar a casa deles [moradores]. E por isso que ela foi desapropriada, por que quando eles queimaram, foi quando o incra [INCRA] passou seis dias depois e viu as casas queimadas. Pegaram a relação [de moradores] levaram lá no comando do incra e ele botou pra ser desapropriada. Quem me disse foi a primeira equipe do incra que veio aqui depois que nós chegamos. Ela foi a primeira fazenda desapropriada. E só foi ela! Por que foram

desapropriadas diversas propriedades, mas era de morador, já morava gente, e aqui não, era uma fazenda⁴⁰ [aspas da autora].

Entretanto, aos poucos, o movimento foi contido com contínuas repressões e expulsões e sobretudo com a conivência por poder público local da época que fazia passar despercebidas as ações compulsórias as quais as populações sofriam. Passaram-se quase seis anos, com a situação de conflito amenizada, mas não resolvida. A chegada dos anos de 1990 faz surgirem novas questões, algumas delas retomadas de anos atrás como a necessidade da luta pela terra e o fortalecimento de atores sociais coletivos, como sindicatos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST este, surgido no final dos anos 1980 (ABRAMOVAY, 1994).

Em Caxirimbu, com a neutralização das lutas e sem as famílias instaladas no local, a próspera fazenda de gado vai-se tornando referência no mercado, sendo fornecedora a outros grandes proprietários de fazendas de abate da Região dos Cocais. Funcionava com quatro vaqueiros e um encarregado, e assim permanecia até que entre os anos 1997 e 1998, surge por parte do “pernambucano” Aníbal de Freitas o interesse em negociar a Fazenda. Segundo Sr. Simeão, ex-vaqueiro da Fazenda Rio Largo, a área estava se tornando improdutiva e inviável para o proprietário, fato resultante da diminuição das cabeças de gado. Isto pode ser analisado como falta de interesse do proprietário em continuar investindo a área, haja vista a quantidade de outras fazendas que possuía, segundo o Sr. Simeão. Assim, o pernambucano Aníbal de Freitas abriu falência, e partiu para a oferta e negociação com o INCRA como relata um camponês:

A fazenda foi acabando o gado viu... abriu a falência. Aí, tava tudo parado né? Foi querer do fazendeiro mesmo... ele queria negociar com ele [INCRA]. Ele [Aníbal de Freitas], abriu falência, porque achou que não tava dando renda pra ele... aí, você sabe gente rico não que tomar prejuízo. Isso foi em noventa e sete [1997] pra noventa e oito [1998], que eles negociaram. Aí, foi o Antonio Queiroga [encarregado da fazenda] que chegou e contou: ‘– o incra hoje negociou o Caxirimbu com o doutor Aníbal! A partir de hoje os moradores vão entrar aqui!’ Aí começou a entrar gente. Então foi um querer do fazendeiro mesmo. Ele que quis negociar com o incra.⁴¹

De acordo com dados do Diagnóstico Rural Participativo – DRP, a área desapropriada para assentamento, foi de 6.760,600 hectares, destes, 4.960,600 destinados a Caxirimbu e o restante ao Assentamento Buenos Aires. Destaca-se que Seu Simeão foi

⁴⁰ José Alves de Sousa, (Sr. Zé do Óleo), 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

⁴¹ Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

vaqueiro da Fazenda Rio Largo de propriedade de Gérson Marreira, posteriormente vendida ao “pernambucano” Romero Maranhão. É atualmente assentado em Caxirimbu e não sofreu expulsão devido à posição estratégica que tomou durante esta negociação:

Eu não passei por isso, sabe por quê? [referindo ao processo de expulsões] porque quando o Marreira vendeu, eu fiquei do lado dos pernambucanos trabalhando pra eles. Teve essa chance pra eles não ter me expulsado. O primeiro vaqueiro que teve lá foi eu, aí com os tempos eu fui saindo, fui saindo, mas toda a vida fiquei do lado dele quando ele precisa! Minha valência foi isso, senão eu tinha saído também na força e hoje eu estou aqui! [risos].⁴²

Nesse sentido, Bourdieu (1989) argumenta que quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação ou da assimilação da definição dominante da sua identidade que supõe um trabalho de eliminação de sinais ou pelo menos criam-se estratégias de dissimulação da imagem da identidade legítima. Para Cuche (2002), esse tipo de estratégia pode dar conta das variações de identidade que poderiam ser chamados de deslocamentos de identidade.

Em 1998, após receber comunicação sobre uma possível negociação da área por parte do INCRA, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caxias realizou cadastro de famílias interessadas em estabelecer-se na área e, mediante uma triagem, selecionou 186 famílias, que foram orientadas a realizar o primeiro processo de ocupação na região do 1º Distrito de Caxias e a área ocupada é Caxirimbu. Nesse intervalo de seis anos, as famílias que tinham sido expulsas da área rural, ou continuavam em situação precária na zona urbana da cidade⁴³ ou estavam instaladas em outra área rural não atingida pelo processo de expulsão como, por exemplo, São Miguel, área limítrofe de Caxirimbu e na Central, área negociada pelo INCRA, no momento de maior tensão, para que as famílias camponesas pudessem ali permanecer.

Até a saída do Decreto de desapropriação da Fazenda Caxirimbu, que aconteceu apenas no ano 2000, muitas famílias de outras áreas da zona rural e da zona urbana de Caxias se instalam na área desapropriada provocando um movimento migratório em sentido inverso ao que se constata normalmente: famílias inteiras rumando da zona urbana para a zona rural,

⁴² Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

⁴³ O Bairro Volta Redonda em Caxias, por exemplo, foi formado especialmente por famílias que sofreram expulsão nas áreas que passaram pelo processo de grilagem acontecido em toda a zona rural do município. Os despejos aconteciam na área em que hoje está constituído o bairro e as famílias expulsas construíam casebres de taipa e tentavam reconstruir suas vidas. Muitas destas conseguiram se reorganizar, mas em sua maioria permanecem em situação de extrema pobreza.

que na maioria das vezes se encontravam em condições precárias, em busca de um espaço para a reprodução familiar. Vale lembrar que algumas dessas famílias, mesmo que residentes na zona urbana, anteriormente já estiveram na zona rural, e têm mais uma vez a oportunidade de usar a terra para a reprodução familiar, na nova condição, agora, de camponeses/as assentados/as, tentando recuperar aspectos e modo de vida característicos do mundo rural e da lógica camponesa de trabalhar na terra, tendo em vista a reprodução familiar através de atividades agrícolas e não-agrícolas, (r)estabelecendo laços de reciprocidade e redefinindo seu espaço.

O processo de ocupação pelo qual passou Caxirimbu, apesar de ter sido orientado pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caxias – STTR, tomou corpo por si só e as famílias que chegaram à área, se instalaram buscando as formas de reprodução necessárias, instalando-se em local próximo aos corpos d'água (GODOI, 1999) e à estrada de acesso à zona urbana, experimentando a produtividade da terra, no sentido da produção agrícola, dentre outros.

Em se tratando disso, de acordo com declaração do Presidente do sindicato à época Sr. João Batista, o processo de ocupação⁴⁴ ocorreu da seguinte forma: o STTR divulgou em meios de comunicação como carros de som, que para famílias que estivessem interessadas em retornar ao campo, haveriam inscrições para assentamentos em áreas de fazendas que estavam em vias de negociação com o INCRA. Assim, com a inscrição de mais de 400 famílias, a diretoria do Sindicato, avaliou o perfil de 186, quantidade estabelecida através da capacidade de assentamento, prevista pelo órgão. Estas se orientaram em direção ao assentamento para constituírem suas casas e seus espaços. Lamenta-se que, usando essa forma de ocupação, apesar das intenções positivas, o Sindicato não tenha priorizado o engajamento das vinte ou trinta famílias participantes dos momentos de tensão que passaram na, então, Fazenda Caxirimbu. Durante a pesquisa não se conseguiu identificar nenhuma família, das 206 assentadas que tenha participado deste embate. O que se identificou foram parentes ou filhos de trabalhadores rurais vítimas das expulsões.

Por sua vez, os/as camponeses/as, maiores vítimas do processo no que tange à segregação de espaço de trabalho apresentam o que vivenciaram, dando força à discussão.

⁴⁴ Sobre trajetórias de famílias camponesas e processos de desapropriação de terras, vale conferir Costa (2006) em estudo acerca de camponeses piauienses que após mais de 40 anos vivendo na terra na condição de moradores, tiveram acesso definitivo a esta, através da política de Assentamento. Destaca-se também estudo de Andrade (2002) sobre populações camponesas do Médio São Francisco, em que estas atingidas pela política agrária do governo, passaram da condição de posseiros para a de assentados. Vale conferir ainda Siqueira (2001) que trata da trajetória de camponeses que de trabalhadores/as de agroindústria no norte de Minas Gerais passaram a assentados/as na área que pertencia à mesma.

O começo daqui, a gente não chamava como fazenda, chamava como propriedade. Tinha o Marreira. Era terra de gente morar e trabalhar, depois o Marreira vende. Entrou esse negócio de fazenda aqui no Maranhão, foi uma alternativa do governo federal e com isso ele tirou todo o povo que tinha aqui pra colocar fazenda, né? O povo que tava aqui, saíram. O que o que não quis sair, saiu por força também. Aqui no Maranhão teve muito forte esse lado. Fazenda Caxirimbu foi muito conhecida. Que não foi só o Caxirimbu, foi também o Lavras, lá mais na frente a Fazenda Rio Largo, que era São João. Foi também outras fazendas do nosso patrão, Seu E., a Fazenda Floresta e a Fazenda Santa Cruz, são vizinhas, divide só a estrada. Foi tirado gente pra colocar fazenda. Aí, depois disso o governo vai desmanchar o rastro da antiguidade. Voltar a apropriar de novo essas fazendas que tinha sido desapropriada pra criar gado. Não sei qual foi a idéia do governo? Por que a gente já tinha isso na mente. O governo, foi o empréstimo que ele fez, a gente sabe disso. O empréstimo foi feito no exterior, foi feito com a Alemanha que era pra criar gado, né? E a sudene [SUDENE], que era justamente a empresa que tinha isso aí, não queria que nem uma pessoa passasse por dentro da fazenda. ‘– você que não trabalha na fazenda, não tem nada com a fazenda, é proibido passar aqui. A sudene [SUDENE] fazia isso. E com isso, o pessoal saíram de todas as propriedades. Nós conhecemos propriedade com quase trezentas pessoas. Foi tudo abaixo, só pra fazer fazenda. A Floresta [Fazenda localizada no Município de Matões] mesmo chegou a ter trezentos e noventa morador.⁴⁵

De fato, ao distinguir os termos fazenda e propriedade, o camponês refere espaços sociais diferenciados. Enquanto propriedade, apesar de estarem na condição de moradores e sujeitos às relações de dependência impostas, os/as camponeses teriam acesso às disponibilidades naturais com garantia, mesmo que precária, da manutenção da reprodução familiar. Ao passar a se chamar fazenda, através da implantação das agroempresas, não existe mais a possibilidade de manutenção das relações anteriores de reprodução social desse campesinato, ficando implícita a nova condição de negação do uso da terra.

Nesse sentido, Klaas Woortmann, diz que segundo uma moralidade camponesa, o significado dessa negação do trabalho familiar faz com que a terra fique sem sentido, já que para os grupos caracterizados teoricamente como camponeses, o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família (WOORTMANN, 1990). Este autor verificou, junto a populações camponesas de Sergipe este tipo de distinção entre os termos “dono” e “proprietário”. Para aqueles grupos, proprietário remete a uma ordem econômica pela qual a terra é mercadoria jurídica correspondente a esta, enquanto dono segue uma ordem moral pela qual a terra é patrimônio, transmitida de geração a geração, seguindo padrões de um *ethos* camponês. Entretanto o autor cita Motta Santos sobre a não distinção entre sítio e fazenda por camponeses goianos, que refere a fazenda como um território de parentesco e reciprocidades. Como o processo de ocupação daquela região foi desenvolvido por grupos de parentes, proprietário e camponeses/as mantêm relações de parentesco. Nesse sentido, pode-se analisar que “fazenda” pode ser representada no imaginário, a depender das

⁴⁵ José Alves de Sousa, 66 anos, Assentado, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006.

relações concretas, caso a caso, tanto o lugar de liberdade como do cativeiro, pois não é a fazenda em si que representa a situação de subordinação, mas as relações que a envolvem. No caso aqui estudado, a transformação desta numa direção racional, dentro da lógica econômica empresarial moderna.

A fala de José Alves de Sousa, retrata também a noção da injustiça sofrida, que faz parte da percepção dos/as camponeses/as que se sentem prejudicados/as pela expansão agrícola a que em contrapartida, levou à expropriação de milhares de famílias. Representa ainda a retomada pelo governo de elementos da política agrária no país que, à ótica do camponês entrevistado, nada mais é do que a tentativa de reconhecer o erro incorrido contra as famílias camponesas impedidas de desenvolver sua reprodução familiar. Segundo dados de 2002, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Maranhão conta com 52 assentamentos rurais com cerca de 8.000 famílias assentadas.

O Joãozinho dizia que a gente não podia sair porque senão o governo não comprava a terra... Foi dia treze de maio de dois mil, dia da alforria dos negros, duas horas da tarde... debaixo do pé de sapucaia [*Lecythis pisonis*]. O primeiro cadastro foi dia vinte de junho de dois mil. Aí quando o Hortelino [representante do INCRA] veio fazer, a gente ficou seguro. Aí, ninguém toma mais!⁴⁶

A referência à data em que se comemora a Abolição da Escravatura relacionada à data em que foi anunciada a desapropriação aponta para o sentimento de liberdade conquistado pelas famílias que por muito tempo viveram na condição de dependência patronal. Liberdade conquistada através da resistência às dificuldades apresentadas na área, alimentada pela vontade de melhoria das condições de reprodução social familiar. Liberdade, para grupos camponeses, segundo Woortmann (1990) está associada, especialmente, à autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de geração a geração. A condição de liberto é plena pelo/a camponês/a, na medida em que a família tem controle sobre a terra e o trabalho, e o que é por ela produzido⁴⁷.

Os primeiros anos foram considerados difíceis para as famílias que ocupavam a área. O processo iniciou-se em meados de maio de 1999, e as famílias passaram por muitas privações inclusive alimentar, já que chegaram à área fora do período ideal para o plantio e perderam oportunidades de cultivo. Na época foram, por curto tempo, contempladas com doações de alimentos em campanhas promovidas pelo sindicato até conseguirem se organizar em relação à local para cultivo da roça. Na espera das casas de alvenaria a serem construídas,

⁴⁶ Fortunato da Silva Góis, 53 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007.

⁴⁷ Vale conferir Woortmann (1990) e os vários sentidos de diferenciação entre liberdade e subordinação de grupos do campesinato brasileiro e estrangeiro.

que segundo o INCRA aconteceria imediatamente, construíram casebres de palha, frágeis, que desabavam facilmente, principalmente durante o período chuvoso. O decreto de desapropriação⁴⁸, ação acontecida por interesse particular do dono da Fazenda Caxirambu, ocorreu apenas em 2000 e as primeiras casas de alvenaria, chegaram a partir do início de 2003.

⁴⁸ Portaria de Criação: 045/2001, de 17 de outubro de 2001, cujo imóvel foi desapropriado através do Decreto N° S/N, datado de 26 de maio de 2000. Código SIPRA MA 0575000. Fonte: DRP – ATES- Caxias, 2005. No ato de criação sua área era de aproximadamente 6.760,60 hectares. Foram entregues formalmente 1.800,00 ha ao Assentamento Buenos Aires, restando 4.960,600 ha área atual de Caxirambu. A área entregue ao segundo assentamento, ficou destinada a área de reserva legal deste.

CAPÍTULO III

Dinâmica da reprodução social camponesa em Caxirimbu

3.1. Um modo de vida em processo

Os/as camponeses/as do Assentamento Caxirimbu podem assim ser concebidos teoricamente por ser este o conceito que, em sua abstração confere, talvez, maior amplitude teórica para pensar populações agrárias. Entretanto, ao tratar da categoria camponesa no âmbito do Assentamento investigado deve-se ter claro que se refere a uma população cujo modo de vida é apreensível pelo conjunto de suas práticas e regras, permeadas pelo universo simbólico e por diversas outras categorias mediante os quais os sujeitos sociais pensam e vivem as próprias existências (GODOI, 1999, MORAES, 2000).

O modo de vida camponês, para Mendras (1978), é um sistema econômico de autarquia relativa que não diferencia consumo e produção, mas tem relação com a economia envolvente, e contempla grande importância estrutural do grupo doméstico na organização social e econômica da coletividade.

Para Moraes (2005), o enfoque ao modo de vida de populações rurais requer que também se recorra à dinâmica de reprodução social do grupo investigado para além de funções especificamente econômicas. Além disso, a autora argumenta que a compreensão do modo de vida de um grupo social se constrói não somente através de procedimentos de pesquisa que tenham a quantificação como modo de raciocínio, mas também através da abordagem qualitativa, aplicada neste caso, levando-se em consideração seus símbolos e tradições na apropriação das possibilidades oferecidas pelos ecossistemas (GODELIER, apud MORAES, 2000) e como tais populações transformam essas possibilidades em recursos para a reprodução familiar.

Este enfoque se ancora em Bourdieu (1989, 2004) que utiliza o conceito de *habitus* como produto de práticas individuais e coletivas, explicando, por meio dele, como membros de uma mesma classe agem de maneira semelhante, sem a necessidade de acordo. Pierre Bourdieu define *habitus* como um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas produzidas, exprimindo a posição social

em que foi construído, sendo ainda ele que, conforme os esquemas engendrados pela história, assegura a presença ativa de experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma dos esquemas de percepção, pensamento e ação, tendem, mais que todas as regras formais e normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância através do tempo. O *habitus* propicia então, que práticas e representações disponíveis para classificação sejam objetivamente diferenciadas e percebidas pelos esquemas classificatórios necessários à sua compreensão, no sentido social. Assim, seguindo a sugestão de Godoi (1999), a noção de *habitus* ajudará a pensar como se dá a aproximação dessas populações à natureza e à ética subjacente às suas práticas.

A população abordada nesta premissa que pode ser definida pelas características teoricamente atribuídas ao campesinato, apresenta relativa autonomia em face da sociedade envolvente, dominante mas, sobretudo, conserva seus traços distintivos, apesar do envolvimento com uma economia mais ampla da qual procura se proteger. Nesse tipo de economia, o grupo doméstico e seus membros são vistos como unidade indissolúvel, sendo ao mesmo tempo produtores e consumidores, sendo a terra, sob o ponto de vista da economia do grupo, o seu meio de vida e não um capital rentabilizado. Por isso, o sistema econômico camponês não cabe nos termos de uma economia industrial (MENDRAS, 1978).

Ao analisar grupos caracterizados teoricamente por campesinato, Shanin (1976) sugere algumas avaliações. À luz da economia camponesa, o planejamento da produção e o cálculo do desempenho têm significados diferentes do que prega a economia capitalista, até porque os seus padrões de organização política, os sistemas de intermediação e apadrinhamento e o lugar do banditismo e rebeliões são fatos verificáveis, em várias partes, como categorizadores de identidades campesinas que têm normas e cognições típicas, com forte influência nas formas de produção e na vida do grupo. Argumenta ainda o autor que o cerne das características definidoras do grupo camponês parece estar na natureza e dinâmica do estabelecimento rural familiar, como unidade básica de produção e meio de vida rural. Os padrões internos típicos de interação e exploração que ocorrem dentro das unidades de produção podem ser característicos, autônomos e repetitivos, e ainda manter uma posição subserviente dentro de uma rede mais ampla de dominação, política, econômica e cultural. A produção das necessidades materiais, a reprodução dos sujeitos e do sistema de relações sociais e, sobretudo as causas e padrões fundamentais de mudança estrutural denotam padrões específicos e genéricos a grupos camponeses.

Aliás, um ponto forte da lógica camponesa (MORAES, 2000) é o significado que tem a terra vista como um patrimônio e não como um bem, de sorte que, para os/as

camponeses/as, a terra é, antes de tudo, um meio de produção e reprodução social do qual se apropriam e por meio dela conseguem a reprodução grupal pela mediação do trabalho familiar.

O sistema camponês comporta diversas combinações de direitos de apropriação da terra segundo a forma de trabalho – seja pelo grupo familiar individual, seja pelas formas específicas da sua cultura – e diversas atividades produtivas, como a agricultura e a criação de pequenos animais e coleta do coco (ALMEIDA e MOURÃO, 1976), como é o caso de Caxirumbu. Vale ressaltar que para os/as que participam do trabalho familiar não existe uma remuneração específica, já que no grupo camponês cada um/a contribui no limite de suas forças, almejando a reprodução social familiar (MENDRAS, 1978).

A terra vista como natureza sobre a qual se projeta o trabalho da família, e pela qual se constrói a família como valor, não é, como lembra Woortmann (1990) simples coisa ou mercadoria. Mais que objeto de trabalho, é a terra o espaço da família.

Mendras (1978) explica que um sistema de autoconsumo tem estreita relação entre produção e consumo e entre regime agrário e regime alimentar. Essa relação pode ser estável ou não em determinados períodos dependendo da introdução ou não de novas técnicas ou novos produtos à dieta tradicional, mas em todos os casos cada produção corresponde a um consumo preciso e nenhum produto é substituível por outro. De cada produto, a família consome uma quantidade definida, para suas necessidades, sendo que se mais variada a produção mais diversificada será a dieta.

A propósito, Godoi (1999) e Moraes (2000) se referem a Marshal Sahlins, quando tratam “economia de aprovisionamento” e “produção para aprovisionamento”, com base nesse autor. Parece então certo dizer que com a produção de subsistência as populações camponesas produzem só aquilo que a família irá consumir, não considerando a necessidade e a forma de acesso a outros produtos. Mais que isso, Emília Godoi (1999) enfatiza que a forma de economia de aprovisionamento “fornece à família o seu costumeiro estoque de bens, tem seus limites na produção e não possui propensão inerente para um trabalho contínuo” (GODOI, 1999, p. 51). Não é, pois descrita propriamente como “produção para uso”, isto é, para consumo direto, por que as famílias podem produzir para troca, assim conseguindo indiretamente o que precisam, urgindo sublinhar que a troca permanece como um interesse de consumo e não um interesse capitalista.

Moraes (2000) reforça a argumentação ao afirmar que a economia de aprovisionamento nem tem sua produção voltada somente para consumo direto das famílias,

nem é totalmente suficiente, ocorrendo muitas vezes troca de produtos e a necessidade do dinheiro para acesso a certas mercadorias não produzidas por eles. Nesse sentido, o fator determinante para essa produção é a necessidade e não um possível lucro.

No todo, a economia camponesa é não-monetária, já que cada produto corresponde a uma necessidade particular, não existindo também remuneração específica a trabalhadores/as. A moeda aparece no momento em que o/a camponês/a deixa seu espaço original para se relacionar com o comércio externo, quando ocorrem eventuais necessidades que escapam a seu modo de produção, como a compra de fármacos e vestuário industrializados. A relação entre o autoconsumo camponês e a economia de mercado assegura ao campesinato a autonomia que lhe é necessária para se firmar no âmago de economias de concepções diferentes como, por exemplo, a capitalista, o que denota que a economia camponesa coexiste com economia diferente da sua, estabelecendo com ela relações de complementaridade (CARVALHO, 1978) ao trocar ou vender o excedente de sua produção visando, adquirir tudo aquilo que não produz.

Analisando características eleitas por diversos autores, Queiroz (1973) elenca alguns traços comuns que podem caracterizar o camponês, relacionadas às regiões e situações particulares em que se encontram. Trata-se, então de trabalhadores/as rurais que produzem primordialmente para o sustento da família, podendo ou não vender o excedente da colheita, deduzidas as quantidades destinadas ao aluguel da terra, no caso de não ser seu proprietário. Similarmente é o que acontece entre os/as camponeses/as de Caxirumbu: como a produção não está necessariamente atrelada à obtenção de lucro, em geral não ultrapassa certo nível de gastos, para não comprometer a disponibilidade econômica da família, emprega-se sistema de cultivo tradicional – a roça – e se utiliza mão-de-obra familiar, podendo ainda, em face da necessidade, contratar outros braços.

Praticando o sistema de roça-de-toco ou coivara, ou ainda *swidden*, como o sistema é conhecido na língua inglesa (WOLF, apud MORAES, 2000) em que produzem mandioca e macaxeira, arroz, e no sistema de consórcio o feijão e milho – que significa o plantio numa só área ou linha de roça⁴⁹ das sementes citadas – em Caxirumbu é comum duas ou três famílias produzirem conjuntamente numa mesma área, em forma de parceria. Geralmente são parentes

⁴⁹ A forma de se estimar ou mensurar áreas no local se resume pelo uso da expressão “tarefa”, que corresponde a 3,5 linhas de roça que, por sua vez, equivale, no sistema internacional de medidas, a um hectare. “Uma tarefa é 25 braças em quadro [na forma de um quadrado], uma braça é dois metros ou dez palmos. Tem gente que sabe quantos metros pega uma tarefa. Mas, a gente que só conhece mais a braça já sabe: se eu vou fazer quatro tarefas de roça eu marco 200 braças, cinquenta em cada aceiro, que é o quadro. Aí dá quatro linhas, mais ou menos.” Em média, a colheita de uma linha de roça representa de 600 a 1000 kg, dependendo se “o inverno for bom ou ruim.” José Alves de Sousa, 66 anos, assentado, Caxirumbu, Caxias – MA.

ou possuem uma relação de compadrio, configurando o que Lopes e Costa (2002) chamariam de pequenos clãs.

Seguindo a lógica camponesa sob a qual não há espaço inútil ou vazio, como sugere análises capitalistas, utilizam diversas áreas no perímetro do Assentamento, seja nos centros, ou nas áreas mais próximas à agrovila, para a apropriação das oportunidades naturais. Neste sistema de cultivo de roça-de-toco, manejo agrícola tradicional comum na região assim como em outras regiões brasileiras, procedem o corte e a derriba da vegetação da área, para depois disso queimarem o local para iniciar o novo plantio, como referido no Quadro 3.

O primeiro da roça que você faz não é plantar! O que você faz primeiro é brocar. Nós broca aqui em agosto. Brocar é cortar o mato, é broca manual de foice. Em setembro você tá fazendo o serviço ainda, plantando e derrubando o mato que ainda ficou. Aí, o mato vai secar. Em outubro, você queima. Em novembro, você tem que tá encoivarando ela. Preparando a terra pra plantar em janeiro. Em janeiro a gente planta. Por que a gente quase não tem mais inverno em dezembro pra plantar em dezembro. A gente planta tudo: arroz, milho, mandioca. O feijão, a gente planta sempre na primeira chuva. Se der chuva em janeiro, planta em janeiro se não der, planta quando chover.⁵⁰

Em Caxirimbu, este procedimento é repetido por dois ou três anos em média seguidamente na mesma área, momento em que observam que a terra fica fraca, ou seja, a produção diminui, o que aponta para a busca de outra área para plantio a fim de que a área anterior descance, ou seja retome à mesma fertilidade.

Em um ano da mata a gente vai, bota aquela roça na mata, e aí você broca ela, derruba e bota fogo e faz aquele plantio. Ele dá bom... mas não é muito bonzão. Aí no outro ano, ele tá melhor, aí você não vai lá. É no mesmo lugar, é porque é mato maduro tá descansado, aí do outro ano você não bota mais ali. Deixa ela lá. Aí, você vai mais pra adiante e depois de cinco ou dez anos⁵¹, volta pra ela [mesma área] de novo.⁵²

O sistema de produção, funciona para uma agricultura de sequeiro, durante ciclo anual marcado por duas estações climáticas: o “inverno”⁵³ tradicionalmente, na região ocorria entre o início do mês de dezembro até o mês de março, mas diante as alterações climáticas

⁵⁰ José Alves de Sousa, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

⁵¹ O Sr. Sebastião refere o tempo de pousio entre 5 e 10 anos. Como lembra Moraes (2000), a média de tempo para “formação da capoeira” varia conforme o terreno. Mas se quatro anos – como entre populações camponesas pesquisadas por esta autora, é um tempo pequeno e contraria outras fontes que referem, em média, a dez anos (GUTBERLET, apud MORAES, 2000), essa diferença deve ser referida, conforme a autora, a uma lógica camponesa que funciona, segundo Bourdieu (apud Moraes, 2000), nos limites do senso prático.

⁵² Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

⁵³ Corresponde ao período chuvoso na região.

mundiais acontece tardiamente, segundo assentados/as, entre os meses de janeiro a abril, com chuvas frequentes que contribuem na lavoura e o “verão”⁵⁴, com altas temperaturas, ocorrendo entre os meses de agosto a dezembro. No “inverno”, é o momento de intensa atividade agrícola após o preparo da terra que antecede o plantio das sementes. O “verão”, corresponde efetivamente ao início do Calendário Agrícola, quando iniciam o trato com a terra e se alteram em executar também atividades não-agrícolas, seja no Assentamento ou fora deste (Quadro 4). Os produtos colhidos na safra são armazenados e continuam a manter as famílias nesse período de entressafra.

Conforme informações dos/as assentados/as do Caxirimbu, no tocante à preparação e trato da terra orientadas pelas práticas comuns à agricultura de sequeiro, o calendário agrícola é distribuído da seguinte forma: no mês de janeiro ocorre a “capina do primeiro mato”, que corresponde à limpeza do local feita manualmente, sendo que, após essa etapa, vai ser feito o plantio dos legumes⁵⁵, iniciando com o arroz, o milho e o feijão.

No mês de fevereiro acontece o plantio manual de mandioca, da macaxeira, e do amendoim, atividades geralmente realizadas pelos homens, e cabendo nessa fase, às mulheres a coleta do coco e o preparo da alimentação dos homens, que estão no plantio. Em março, ocorre a “apanha” do feijão, da mandioca e do amendoim. Esta fase do ciclo, envolve homens e mulheres. O feijão ainda vai para a secagem e depois será “debulhado”. O momento de debulhar o feijão, que significa a retirada dos grãos da vagem, é compartilhado por toda a família, já que em muitos casos, assentados/as que estão nos “centros”⁵⁶, enviam parte da produção para a agrovila, para ser debulhado pelos filhos/as que lá permanecem. De abril até junho, é feita a colheita e “batição” do arroz. Nesta fase, ganha força o trabalho familiar, quando se unem praticamente todos os braços para esta atividade. Inclusive, os filhos/as em idade escolar, haja vista que o período está inserido no cronograma escolar municipal rural, havendo dispensa dos/as alunos/as nesse período. Em junho, já se verifica a diminuição do coco babaçu e a conseqüente diminuição da atividade que o envolve.

Em julho, continua a “batição” do arroz e a colheita da mandioca e do amendoim, seguida da “quebra” do milho, até agosto, quando também se inicia a “broca” da roça. A broca é a ação de “cortar o mato fino” do local do plantio e o “derribamento” (corte) do mato

⁵⁴ Corresponde ao período de estiagem, regionalmente.

⁵⁵ Moraes lembra que Ferreira (1999) registra como legume “qualquer cereal no sertão”, mas que Heredia (apud Moraes, 2000) alerta para a variante na classificação verduras/legumes, segundo os momentos do processo produtivo. Entre camponeses/as nos cerrados piauienses, onde pesquisou, Moraes (2000) diz que isso pode depender, ainda, do volume da produção: melancia e mandioca, no roçado, em grande quantidade, são tidas como legume.

⁵⁶ Os “centros” são as áreas destinadas a produção agrícola no Assentamento. Este tema será detalhado no item 3.2 deste capítulo.

mais grosso, tipo de manejo com que se prepara o solo para as queimadas preparatórias do novo plantio que vai até o mês de setembro. Nessa época, tem início a fabricação da farinha pelo beneficiamento da mandioca produzida no Assentamento. Na verdade, em Caxirimbu o início das atividades relacionadas ao trato da terra acontece em agosto, com o broque ou broca. Para detalhes, inclusive da divisão do trabalho, ver Quadros 3 e 4. O calendário agrícola do grupo e as ações que antecedem o plantio propriamente dito, como o roço, a coivara e a derriba, baseiam-se nas safras dessas espécies.

No Assentamento além de arroz, de mandioca, que beneficiam para a obtenção da farinha, do feijão e do milho, verifica-se o cultivo paralelo de outras espécies vegetais como por exemplo o “mudubim” ou amendoim (*Arachis hypogaea* Linnaeus, 1758), a melancia (*Citrullus lanatus* Thunberg 1807), o urucum (*Bixa orellana* Linnaeus, 1753)⁵⁷ a fava (*Vicia faba* Linnaeus, 1753), a abóbora (*Cucurbita pepo* Linnaeus, 1753), o caju (*Anacardiaceae occidentale* Linnaeus, 1753), o limão (*Citrus limon* (Linnaeus, 1753), a laranja (*Citrus sinensis* (Linnaeus, 1753), a manga (*Mangifera indica* Linnaeus, 1753), a acerola (*Malpighia emarginata* Sessé & Mociño ex DC, 1824), a cajá (*Spondias mombim* Linnaeus, 1753), o tamarindo (*Tamarindus indica* Linnaeus, 1753), dentre outros, pimenta malagueta (*Capsicum frutescens* Linnaeus, 1753) e “pimenta de gosto” (*Capsicum chinense* Jacquin, 1776).

Além disso, apanham⁵⁸ o coco babaçu, vendem a amêndoa limpa, tiram o azeite e o carvão da casca, tem criação de galinhas (*Gallus gallus* Linnaeus, 1758), porcos (*Sus scrofa* Linnaeus, 1758), capotes (*Numida Meleagris*), patos (*Anas platyrhynchos* Linnaeus, 1758.) e algumas famílias têm cabeças de gado *vacum*. A maior fatia dessa produção abastece as famílias do Assentamento no autoconsumo e outra parte, em menor quantidade, tem escoamento para a área urbana de Caxias, estabelecendo uma economia interna organizada informalmente que funciona de forma dinâmica e rotativa, de forma cíclica e direcionada basicamente pelos/as próprios/as assentados/as, que ainda mantêm um pequeno estoque para autoconsumo durante os meses de escassez de arroz, farinha de mandioca e coco, na época em que este “não está bom para tirar o azeite” (Maria Lameuza Pereira dos Santos (Zulene), 30 anos, assentada). A terra fértil, e o desempenho de camponeses/as através do trabalho familiar são os responsáveis por esse quadro, o que contribui diretamente para a manutenção dessa população.

⁵⁷ As classificações científicas das espécies usadas neste trabalho, foram pesquisados em sítios de instituições especializadas como da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Ministério da Agricultura, em enciclopédias virtuais e em sítios de universidades brasileiras.

⁵⁸ No Assentamento, o verbo apanhar é utilizado para se referir ao ato de coletar e a expressão “apanha do coco” para designar a atividade com o coco babaçu.

A produção para provisão do Caxirimbú transparece no relato de um camponês entrevistado, que a sistematiza, de forma clara, no âmbito do Assentamento:

Por que nós chegamos aqui, que aqui não tinha nada, tudo que era consumido aqui vinha de fora. Agora não! Tem pra aqui e tem pra exportar. Que aqui nós já cria galinha, nós já cria gado, nos trabalha na roça. Aqui nós come e vende⁵⁹. Não fica só pra nosso gasto, como também pra gente se manter. Porque tudo que você faz, você tem que sobreviver daquilo. Você não pode fazer só pra comer não. Tem que vender também. Porque no caso, eu vou gastar o arroz, o feijão, a farinha, que na realidade a planta é mandioca, mas eu vou precisar de outras coisas que eu não produzo. Aí tenho que vender do que eu planto pra trocar lá com o comércio. É isso que a gente tá fazendo. A mulher, ela aqui, ela quebra o coco, ela tira a gordura e vende também. Vende o quilo de coco e isso é a vida da gente. E é desse lugar aqui, que a gente vive⁶⁰.

A atividade produtiva nos “centros” se dá durante o ano inteiro em clareiras de matas de babaçu com algumas roças distantes dos locais em que se estabelecem os barracos, sendo essa uma das dificuldades de trabalho apontada pelos/as assentados/as. Nas áreas onde se localizam os barracos estão as casas de farinha, que servem como pontos de apoio a todas as famílias com roças nessa área.

As casas de farinha são cobertas de palha de babaçu e foram construídas comunitariamente pelas famílias que se estabeleceram em determinado “centro”. Estruturadas com pequenos motores que acionam moedores de mandioca que facilitam e agilizam o processo de produção dos tipos de farinhas, contando ainda com forno, que serve para torrar a farinha e, assim, diversificá-la como farinha de puba, esta com grãos maiores e tonalidade mais escura. Há também um tanque de tijolo e cimento para demolhar a mandioca, outra parte do processo de produção da farinha de puba.

A casa de farinha tem uso comunitário⁶¹ pelas famílias dos centros e podem ser vistas tanto neles quanto na agrovila. Lá se reúnem homens e mulheres para ralar a mandioca colhida e realizar todo o processo de produção das farinhas e da tapioca, além de servir para a armazenagem e a quebra do coco babaçu, apanhado no entorno dos centros.

Os motores são, geralmente, de propriedade de uma das famílias, mas os interessados na facilidade da moagem podem ter acesso à pequena máquina através do pagamento de

⁵⁹ A comercialização da maioria dos produtos é realizada tanto na zona urbana de Caxias, entre os povoados da circunvizinhança e também entre as próprias famílias assentadas. Entre as famílias, esta “comercialização” algumas vezes não inclui recurso monetário, dando lugar às trocas de produtos.

⁶⁰ José Alves de Sousa, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbú, Caxias, MA.

⁶¹ Aliás, Moraes (2003), descreve a ação do beneficiamento da mandioca em comunidades rurais do Rio Grande do Norte e esta ação tem lugar para relações de sociabilidade que ocorrem durante a farinhada. Segundo a autora, a produção da farinha de mandioca é uma atividade econômica que gera renda para a comunidade e favorece a sociabilidade do grupo, já que reúne parte dos moradores, fortalecida pela convivência nas casas de farinha, incluindo-se familiares ou não.

diária aos proprietários, que garantem a compra do óleo diesel utilizado, asseguram a manutenção técnica do equipamento e contribuem para a reprodução da família proprietária. Vale ressaltar que no Centro da Caveira, dona Lourdes, assentada, afirmou que o recurso adquirido com a comercialização do coco babaçu foi o responsável por ter ela conseguido comprar o próprio moedor de mandioca, uma vez que reservava o dinheiro da venda das amêndoas e do azeite até atingir o montante necessário para a aquisição da máquina.

A mandioca é cultivada em duas variedades: a mandioca propriamente dita ou mandioca brava, ou mandioca amarga⁶² destinada ao beneficiamento para produção de diversificados tipos de farinha e a macaxeira, esta própria para o consumo humano, podendo ser cozida ou assada (MORAES, 2000). Em Caxirimbu elas são cultivadas na mesma área, sendo colhidas juntas e a distinção e devida separação entre elas é feita no momento que é feito o descasque, quando então se reconhece a casca mais lisa como sendo da macaxeira, amontoando-a separadamente da mandioca⁶³. Segundo Moraes (2000), o cultivo da mandioca, em função de seu ciclo relativamente longo, requer um escalonamento contínuo entre plantios mais antigos e mais recentes, de modo que se tenha sempre raízes em condições de serem colhidas para o fabrico anual da farinha.

Aliás, é da mandioca que fabricam a farinha branca, a farinha de puba, a tapioca e a puba⁶⁴, produtos que têm em parte, destino comercial e outra que contribui para o incremento alimentar. Da tapioca fazem bolos de caroço, que são bolos salgados feitos com a massa escaldada com leite, ovos e azeite de coco babaçu; bolo de puba, com sabor doce; o beiju de coco e o beiju comum. O beiju de coco é uma espécie de panqueca que tem na sua massa o coco babaçu ralado ou pisado no pilão, é assado, geralmente nos fornos das casas de farinha, enquanto que o beiju comum é visto durante o café da manhã das famílias, assados em frigideiras nos fogões domésticos.

⁶² Essas denominações populares, usadas nas diversas regiões brasileiras, referem-se à maior ou menor presença de ácido cianídrico nas variedades. Na mandioca mansa, a proporção é menor que na brava (MORAES, 2000). A população relata que o consumo da mandioca brava é evitado por humanos e animais, sob pena de falecimento por asfixia.

⁶³ A propósito dessa distinção, em maiores detalhes, ver Moraes (2000) em cuja pesquisa entre camponeses nos cerrados do Sudoeste piauiense encontrou os cultivos da mandioca e da macaxeira em terrenos separados. A primeira na roça e a segunda no quintal.

⁶⁴ A atividade de beneficiamento da mandioca se assemelha à descrita por Moraes (2000), sendo realizada por camponeses nos cerrados do sudoeste piauiense, sendo que naquele caso, a população não contemplava com mini-usina. A importância da farinha para a reprodução de grupos camponeses no Maranhão, e outros temas é explorada em trabalho coordenado por Andrade e Souza Filho (2006). De acordo com a região no Brasil, a farinha de puba também é conhecida como farinha d'água ou farinha de caroço, a tapioca recebe o nome de goma ou polvilho azedo e a puba pode ser encontrada com a denominação de goma fresca, já que é usada para bolos e para venda ainda úmida.

Com as espécies de pimenta, além do autoconsumo, produzem e comercializam molhos em conserva, muito apreciados no acompanhamento de pratos culinários, embora a pequena comercialização das garrafas de molho se divida entre a venda no próprio Assentamento e na zona urbana, sobretudo a ambulantes do mercado central de Caxias. Os molhos são armazenados em garrafas plásticas vazias de refrigerantes de diversos tamanhos, ou em garrafas de vidro, que reutilizam após o uso, o que não deixa de contribuir com o acúmulo de resíduos. As pimentas são colocadas nas garrafas inteiras quando se adicionam vinagre e azeite de coco babaçu, depois disso as garrafas preparadas são deixadas em repouso por uma semana para que o azeite “tome o gosto da pimenta” Teresa Gomes Pereira, assentada.

Com o urucum, assentados/as extraem um corante natural muito apreciado na culinária, utilizam o pó para autoconsumo e o vendem às famílias do Assentamento que não o extraem e a pequenos comerciantes da zona urbana, semelhante ao que ocorrem com o amendoim, a abóbora, a fava e o limão. Apesar de não se descartar a idéia de que, surgidas oportunidades, haja a comercialização dos demais produtos citados – fava, caju, laranja, manga e acerola – e outros porventura não identificados, seguindo, como refere Brandão (1999), uma obrigação camponesa de transformar em mercadoria o restante das safras, bem como formar reserva de dinheiro e adquirir outros bens e os produtos sazonais da agricultura familiar.

Os animais de pequeno porte como galinhas, porcos, capotes, patos, dentre outros são criados à solta, salvo a família contemplada com o projeto de avicultura do Pronaf, que disponibiliza de aprisco para a criação das aves destinadas à comercialização. As demais famílias mantêm as criações como forma de reserva alimentar, servindo para consumo tanto sua carne como os ovos, no caso das aves, no momento da falta de outra “mistura” como, por exemplo, a carne bovina. Mistura é como se referem ao acompanhamento do arroz, considerado alimento principal na mesa desse grupo camponês juntamente com o feijão. A falta de arroz representa para este grupo, situação precária de fome e pobreza. Ressalta-se que também entram em negociação ocasionalmente assim como os já produtos citados. Os porcos e galinhas são ainda oferecidos como pratos principais em comemorações especiais como casamentos, batizados, aniversários ou outras festas. Especialmente os porcos, que são reservados anteriormente à engorda para este fim.

A distância e dificuldade de deslocamento do “centro” para a agrovila são sempre citados por assentados/as quando tratam de suas condições de trabalho. Os centros ficam a 14 km de distância da agrovila, sendo o meio de locomoção mais usado por assentados/as a

bicicleta, seguido dos jumentos, embora existam famílias que têm ainda automóveis e motocicleta. Entretanto, a maioria tem, nas próprias pernas, o meio de locomoção para percorrer os quilômetros de estrada de areia fina e branca que correspondem em média, a quase três horas de caminhada.

A dificuldade de acesso se reflete também na dificuldade do escoamento da produção. É que ao final da colheita de arroz, milho e feijão e demais produtos, assentados/as necessitam pagar fretes de caminhonetes ou carroças, pois é quase impossível o transporte de outra forma, o que minimiza os lucros e contribui para perdas dos produtos mais perecíveis. Por outro lado, a situação retrata o volume de produção dos centros e reflete a viabilidade econômica do Assentamento, na verdade um resultado do trabalho familiar e do modo de vida camponês.

Vale ressaltar que a combinação de atividade agrícola, cultivo de árvores frutíferas somadas a atividade que envolve o coco babaçu no Assentamento, aponta para práticas agroextrativistas, que segundo Nobre (2006) constitui-se num consistente processo de valorização de florestas e de resgate do valor socioambiental de ecossistemas, que apresenta os “princípios básicos desejáveis para o desenvolvimento sustentável: capacidade dinâmica de renovação, base para sustentabilidade; capacidade de adaptação, versatilidade; equilíbrio, a base da estabilidade; eficiência, a base da produtividade; e compatibilidade” (NOBRE, 2006, p. 4).

Nesse sentido, a atividade com o babaçu, parte integrante da composição da renda de muitas famílias assentadas, ocorre mais na área dos centros e menos na agrovila, um espaço definido no calendário dos/as assentados/as. Como é prioritariamente executada pelas mulheres do Assentamento, surge no dia-a-dia das assentadas, simultaneamente aos demais trabalhos que executam na terra, de modo que, após a realização das atividades agrícolas diárias de acordo com o calendário, como por exemplo, “a broca” ou “broque”⁶⁵, as mulheres instaladas no centro saem em busca do coco, nas palmeiras localizadas no entorno da clareira dos centros e utilizando jumentos trazem as cargas para as clareiras.

Certas quebradeiras aproveitam ainda a casca do babaçu para que seja queimada e transformada em carvão, o qual em parte é comercializado e em parte é bastante utilizado no uso doméstico, como combustível. É que apesar de muitas famílias terem fogão a gás, o elevado preço do botijão e a sua indisponibilidade no Assentamento – necessitando de ser trazido da zona urbana – faz com que o carvão do coco seja muito utilizado. É comercializado

⁶⁵ Segundo assentados/as, brocar é a ação de cortar o mato rasteiro para início do trato da terra para posterior plantio. O broque ou a broca é realizado manualmente com foice, facão, enxada, especialmente pelos homens.

para outras famílias e para a zona urbana, sendo mais uma contribuição para a composição da renda, além de minimizar um possível gasto das famílias com gás de cozinha.

Nas ações que envolvem o agroextrativismo com o babaçu, desde a coleta do coco até à quebra e extração da amêndoa, mulheres saem individualmente ou em grupos para apanhar coco nas áreas com maior quantidade de palmeiras no caso de Caxirimbu, no Beija-Flor⁶⁶ cerca de três horas de caminhada a pé, nos três centros e, apesar de disporem de menor quantidade, apanham também na agrovila, nas proximidades das margens do riacho Praquê. Quase sempre vão à apanha do coco com as crianças, em geral os/as filhos/as menores ainda não em idade escolar, e os homens, quando estes não estão no ponto alto da produção agrícola. Coletam o coco após sua queda, nas áreas do entorno da palmeira.

O período de chuvas freqüentes faz com que as mulheres, que coletam o coco babaçu localizado nas áreas de matas mais densas, sintam mais dificuldade na atividade, pela maior quantidade de mato formado nos caminhos de acesso a tais matas e pelo fato de que o coco fica encharcado e mais pesado, tornando o transporte deles para o centro e do centro para a agrovila mais dificultoso. No entanto há quebradeiras que consideram o coco molhado, sob o ponto de vista econômico, mais vantajoso porque o maior peso proporcionado pela água acumulada, confere efeito positivo no seu ganho, posto que é vendido por quilo. “Dá mais trabalho, ele (o coco) escorrega mais (no momento da quebra), mais a gente ganha mais na hora do peso” diz dona Maria Lameuza Pereira dos Santos, assentada.

Varia muito a forma de armazenamento do coco após a coleta. Alguns grupos realizam a quebra na própria mata, em clareiras formadas pelo uso e pisoteio das quebradeiras e de animais nesses locais, carregando para as casas somente a amêndoa, enquanto outros carregam o coco inteiro até as casas, para armazenamento.

O coco aqui, eu como e vendo. Serve pra mim comer e pra vender e comprar as coisas pra botar dentro de casa. Ajuda bastante. Pelo menos eu não compro azeite. Não é só ajuda. Por que a renda que eu tenho é esse bolsa escola dos meus meninos. Fora a bolsa escola eu não tenho outra renda. A renda que eu tenho é o coco. Pra mim é um meio de vida. (...) Eu não compro carvão. Eu queimo a casca, faço o carvão. Quando a gente vai quebrar lá no Beija Fulô a gente faz a caeira e traz o carvão feito. E aqui eu quebro nem perco nenhuma casca. Faço o carvão, cozinho com o carvão, às vezes vendo uma lata pra comprar um quilo de açúcar⁶⁷.

⁶⁶ O Beija Flor ou Beija Fulô é um espaço utilizado pela população, localizado dentro da área do assentamento distante da área da Agrovila com grande concentração de mata nativa inclusive palmeiras de coco babaçu. Neste espaço foi construído um curral para o caso de confinamento do gado que, em geral, é criado solto na área de pasto de Caxirimbu. Para a “viagem” ao Beija Flor, as mulheres saem em grupos a pé, acompanhadas dos “animais”. Usam este termo geral “animal” para se referirem aos jumentos.

⁶⁷ Maria Lameuza Pereira dos Santos, (Zulene), 30 anos em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

Para a quebra do babaçu, as mulheres se dispõem sentadas no chão e usam um machado com gume virado para cima, prendendo-o com as pernas. Com uma das mãos, seguram o babaçu em cima da lâmina, com a outra um pedaço de madeira e batem no coco para que dele se desprenda a amêndoa, que fica na parte interior do fruto. Observa-se que a maior parte das famílias usa o babaçu para a extração de azeite, resultado do cozimento das amêndoas e que substitui os óleos vegetais no preparo da alimentação e também comercializado, já que é muito apreciado nos cardápios da região, inclusive na fabricação de sabão. Vale lembrar o uso do leite extraído a partir do coco moído⁶⁸, também muito utilizado pela culinária da região de Caxias e o azeite é ainda usado pelas indústrias na fabricação de sabão⁶⁹. Destaca-se que assentadas de Caxirumbu fabricam sabão em barra caseiro a partir do azeite extraído, com resultados satisfatórios na limpeza, higiene e na economia familiar.

A quantidade resultante de óleo extraído em relação à quantidade de amêndoa utilizada inicialmente no processo de cozimento não é uma regra. Apesar de se tentar generalizar que para a obtenção de um litro de azeite são necessários dois quilos de amêndoa, durante a pesquisa assentadas revelaram que tal medida pode sofrer variações, associadas não só aos modos de fazer e a condições relativas a fenômenos naturais, como o ciclo lunar, mas especialmente às peculiaridades pessoais predispostas por quem for executar a tarefa⁷⁰.

Quando a lua está boa, de três litros de coco eu tiro um litro de azeite. Depende da lua. Mas a regra mesmo é quatro quilos. Quando a lua está fazendo quarto crescente, rende mais. De quarto crescente até cheia. Mas tem gente que o azeite rende mais e outros, rende menos. Inclusive tem gente que eu conheço que de quatro litros de coco não tira nem um litro de azeite. Minha mãe mesmo. Nem todas as vezes, mas de três litros de coco, ela só tira um litro de azeite.⁷¹

Minha cabeça é ruim, mas eu tiro um litro ainda. Mas tem muitas mulheres que tiram de dois. Tem uma mulher que ela tira, de dois litros de coco, tira um litro e um bocado. Mas o meu é só mesmo a conta, dá só de um litro. (...) Porque ela tem a cabeça melhor e a minha é mais ruim! Assim, porque a cabeça dela aumenta mais. Porque vai pelas cabeças, e também pelas pessoas. Depende da cabeça da gente. Se a cabeça de quem tá fazendo for boa, às vezes dá um litro e tem delas que dá mais

⁶⁸ Sobre o leite que pode ser extraído do coco babaçu, conferir estudo do Instituto de Recursos Naturais, sobre a sua composição química para aproveitamento na alimentação infantil, em que demonstraram tecnicamente que os teores de aminoácidos encontrados aproximam-se aos no leite humano, indicando boa qualidade protéica do leite de babaçu (GRUPO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO, GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 1973).

⁶⁹ Em Caxias, a maior compradora de amêndoa de babaçu da região a Assunção Indústria e Comércio S/A que produz sabão e óleo bruto de babaçu, este último usado na fabricação de creme dental. Tem como cliente, empresas multinacionais como a Gessy Lever.

⁷⁰ Sob o ponto de vista industrial, ou seja o azeite extraído de forma industrial, prevê-se que 2,3 quilos de coco babaçu tenham o rendimento de um quilo de óleo (ALMEIDA, 1995). Porém, sob o ponto de vista cultural, para assentadas de Caxirumbu depende “da cabeça” da quebradeira que está extraíndo o azeite.

⁷¹ Maria dos Reis, 36 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

de litro. E também, se por exemplo eu estou tirando o azeite e chega uma pessoa lá fora falando comigo, se ela não tiver a cabeça boa, atrapalha, e o azeite mistura todo [não ocorre decantação entre a parte oleosa e a parte sólida]. Então a gente tem que ficar com a cabeça só no azeite. Eu não tenho a cabeça boa, não. Aí, eu faço assim, antes de eu botar pra torrar, eu já boto um pouquinho de sal, pro azeite subir [decantar]. Então, se chegar uma pessoa com a cabeça mais ruim de que a minha, aí ele já tá concentrado, né?⁷²

No entanto, como se observa na última fala, há um diálogo de saberes entre aquele da dimensão mítica e outros práticos (técnicos) pelos quais o sujeito humano intervém no processo: talvez se possa falar de um sistema de conhecimento para o qual comparam várias fontes⁷³.

A propósito registra-se a receita para a extração do azeite a partir da amêndoa, de acordo com o “modo de fazer” de D. Teresa:

Então eu quebrei o coco, aí trouxe do Beija Flor pra cá. Aí ontem cheguei tarde, não deu mais pra mim torrar, eu já fui torrar agora de manhã, né? Aí a gente acende o fogo, aí bota na panela, aí pega um pouquinho de outro azeite, se tiver sobrado. Não tenho assim muita base nas horas não, né? Mas, se você tiver fazendo o almoço, você pode cuidar no almoço e pode cuidar no coco. Ou então, se você tá cuidando da casa, varrendo a casa, você cuida lá, vem de vez em quando dar uma mexidinha [na panela que contém as amêndoas]. Não pára nenhum serviço, nem outro, né? E aí, já tá torrquinho, aí a gente bota no pilão e pisa. Depois dele pisado, você bota dentro da panela de novo, aí bota uma água, aí sai mexendo. Bota no fogo e fica mexendo. Aí o azeite sobe todo em cima. Depois dele em cima, você tira, bota em outra panela e bota água nessa borra. [Quando] acabar, tira todo por cima e bota junto com aquele azeite e pode deixar lá. Depois de apurado é só deixar esfriar e botar nos litros.⁷⁴

Para a produção do sabão, utilizam-se 9 colheres de soda cáustica cristalizada em escamas (96%) dissolvidas em solução de 1 litro de azeite e 1 copo de água. A assentada Dos Reis ensina que a solução deve ser misturada num balde plástico, mexendo “como se faz papa de criança” por 15 minutos em média ou até engrossar, sem precisar ir ao fogo. Após este ponto, derrama-se a mistura numa bacia plástica para “pegar forma” e endurecer, o que dura em média 30 minutos, ficando pronto. A assentada Maria dos Reis diz que fez um curso de produção de sabão, ministrado pela Prefeitura Municipal, mas não se adaptou à metodologia repassada durante as aulas, “lá é tudo na metragem... eu faço do jeito que meu olho dá e fica melhor que o deles”.

⁷² Teresa Gomes Pereira, 56 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias – MA.

⁷³ Sobre o saber camponês como sistema de conhecimento, ver Suarez et al. (1983).

⁷⁴ Teresa Gomes Pereira, 56 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias – MA.

Estas tarefas compõem o diversificado leque de atividades realizadas pelas mulheres no Assentamento, somadas à cuidar da casa e dos filhos, tanto na agrovila como nos centros, cuidar da roça, fazer carvão, apanhar coco e outras identificadas no Calendário Agrícola (Quadros 3 e 4). Apesar de duros esforços e diversas atividades às quais se desdobram, o trabalho das mulheres é sempre visto como ajuda entre populações camponesas⁷⁵. Entretanto, nas narrativas de assentados/as, parece que o verbo ajudar em relação ao trabalho da mulher, soa não somente como complementaridade, mas como participação essencial nas tarefas e na reprodução familiar. “A mulher lá de casa tem que ir também [para trabalho nos centros]. Se ela não for, a coisa não anda, por lá.” (Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, assentado Caxirimbu, Caxias, MA).

Tanto no trato com a terra para a produção agrícola quanto na “apanha” do coco (babaçu), o trabalho é realizado por assentados/as, envolvendo, direta ou indiretamente, toda a família, sobretudo filhos/as mais velhos/as, (Quadros 3 e 4) que têm a oportunidade de freqüentar escola à noite e ainda aqueles que não se dispõem mais a permanecer em sala de aula. Estes, de acordo com os direitos informais estabelecidos pelas famílias no âmbito do Assentamento, são os que devem contribuir ainda mais para o cultivo agrícola, já que não têm outra atividade para exercer, uma vez que, consoante diz Woortmann (1990), nas sociedades camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, e não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Para o autor, essas categorias estão diretamente vinculadas a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia, de modo que no âmbito do Assentamento, o trabalho familiar, as atividades agrícolas e as não-agrícolas são organizadas a partir da disponibilidade dos membros familiares em contribuir na reprodução do grupo, daí que os chefes de família, representados pela mãe ou pelo pai, se dedicam à produção agrícola e à apanha do babaçu, tarefas realizadas, quase sempre, nos centros produtivos.

Enquanto isso, os filhos que freqüentam a escola têm o direito de permanecer na agrovila, para que não atrapalhem a atividade escolar⁷⁶. Os filhos que, por algum motivo, deixaram a escola, ficam no dever de participar da atividade familiar nos centros e, de acordo com os direitos vigentes no Assentamento, devem contribuir diretamente para a reprodução familiar, através, neste caso, do aumento do número de braços por família.

Além disso, os camponeses de Caxirimbu trabalham em determinadas épocas do ano, ou em alguns dias por semana, em atividades diferentes da lavoura, as mais diversas. É

⁷⁵ Sobre o trabalho feminino como ajuda, vale conferir Oliveira (2002), Moraes (2003) e sobre invisibilidade do trabalho feminino, Rua e Abramovay (2000).

⁷⁶ No período estabelecido pelo Calendário Escolar Rural Municipal, quando são dedicados 45 dias para a “apanha do arroz”, ficam os alunos disponíveis à atividade agrícola familiar.

que, no sentido do que diz Carvalho (1978), os assentados/as de Caxirimbu além de exercer o trabalho na roça, que convém chamar de atividades agrícolas (Quadro 3), em paralelo ou diferentemente disso realizam outras funções ou atividades não-agrícolas (Quadro 4). Foi identificado, na área do Assentamento, o exercício de ofícios vários, como os de pedreiros, ajudantes de pedreiros, encanadores, vendedoras de produtos cosméticos, desenhistas, cabeleireiros, manicure, fotógrafo amador e pequenos comerciantes, sem mencionar os assentados/as que trabalham como diaristas ou “bicos” diversos na zona urbana de Caxias, seja em atividades domésticas, seja na construção civil.

O Assentamento apresenta assim, de certa forma, o que Mendras (1978) chama de coletividade local que, segundo o autor, se caracteriza por relações internas de interconhecimento e de vínculos débeis com as coletividades circunvizinhas. Contrariando, em parte, essa interpretação, vê-se que a relação de Caxirimbu com a circunvizinhança é patente, em face da proximidade entre o Assentamento e os povoados do entorno, como Jacurutu, Criminosa, Barriguda, São Miguel, Baú, e Buenos Aires, dentre outros. É, aliás, comum o deslocamento dos/as camponeses/as de Caxirimbu a esses locais, seja para fins recreativos, como festejos religiosos e atividades esportivas, seja para acesso à atividade escolar⁷⁷, na atividade do babaçu, em que os/as assentados/as lhes ultrapassam os limites ao encontro de matas de palmeiras mais fartas, e se encontram com quebradeiras de lugares vizinhos, o que aponta para o aumento de sociabilidade do grupo com populações de povoados vizinhos.

Nesse sentido, Cetrulo Neto (1999) argumenta que sociabilidade é a satisfação sentida nas relações sociais de um indivíduo com outros em grupos sociais os mais diferenciados. O autor lembra Simmel, que diz que a sociabilidade está relacionada à maneira como as relações sociais se dão, sendo as formas que assumem na prática. Ressalta que, para existir sociabilidade, as diferenças devem ser postas de lado, porque, quanto mais as diferenças sejam sentidas, menor o sentimento de sociabilidade existe. Enfatiza que a sociabilidade entre membros de estratos sociais muito diferentes pode ser inconsistente diante das possíveis diferenças de formação e de pensamento, tornando o “jogo da sociabilidade” impraticável, uma vez que ela só pode dar-se na neutralização momentânea ou não das diferenças dos contrastes individuais, na absoluta gratuidade de seu fazer-se e na sublimação da realidade.

⁷⁷ No assentamento, o ensino disponibilizado somente até as primeiras séries do ensino fundamental e muitos/as alunos/as, precisam se deslocar até o povoado Baú para continuar cursando as séries posteriores, ou ainda recorrer às escolas da zona urbana. Esses acessos são possíveis através de transporte escolar disponível através da Secretaria Municipal de Educação.

QUADRO 3 - Calendário de atividades agroextrativistas e pecuárias⁷⁸ do Assentamento Caxirimbu.

Mês	Terra (espaço)	Atividade agroextrativistas e pecuárias	Divisão do trabalho	Ferramentas, utensílios, técnicas e finalidades
Agosto		Broca e “derriba” da roça.	Mulheres em menor quantidade (jovens e idosas)	Foice, facão e enxada. Deixar a área limpa, cortando o mato mais grosso.
Setembro		- Realização do aceiro;	Homens (jovens e idosos) Mulheres (jovens e idosas)	Enxada, facão, vassouras de palha de babaçu. Limpar a área de entorno da roça evitando expansão do fogo na queimada.
Outubro	- Centros: Caveira, Rapadura e Zezinho e algumas áreas próximas da agrovila.	Início da colheita da mandioca e macaxeira e processamento da mandioca;	Homens (jovens e idosos) Mulheres (jovens e idosas)	Motores das casas de farinha, mini-usina, cofos, jumento e bicicleta para transportar da roça para de farinha.
Novembro		Encoivara e queima	Homens (jovens e idosos)	Colher, separar mandioca da macaxeira, ralar e torrar mandioca. Fazer farinha branca, de puba, tapioca e a puba. Fósforo, gravetos secos.
Dezembro		Continuação da encoivara e queima	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Deixar a terra pronta para o início do plantio “dia 25 pra frente até o dia 10 (de janeiro)” Fósforo, gravetos secos.
	Áreas do pasto	Colheita de semente de capim “andropol”	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Facão, sacos de náilon para armazenagem (capacidade: 60 kg)
Durante todo ao ano	Riachos Preto, Praquê e rio Itapecuru	Pesca - realizada como entretenimento e também para auto-consumo de pequenos peixes, como piabas e piranhas.	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Vara de pesca, linha, anzol e carretel, ou tarrafa, ou somente a linha presa a galhos de árvores próximas à margens dos “riachos”.

⁷⁸ Compreendidas em sentido amplo, envolvendo o cultivo, a criação, o extrativismo, a pesca, o processamento e outras atividades relacionadas.

Continuação Quadro 3.

Mês	Terra (espaço)	Atividade agroextrativistas e pecuárias	Divisão do trabalho	Ferramentas, utensílios, técnicas e finalidades
Janeiro		- Plantio do arroz, milho, feijão e mandioca e da macaxeira, melancia.	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Plantio consorciado: numa mesma tarefa, plantam-se todos os legumes. Sementes, enxada, insumos químicos e receitas caseiras para proteção da safra.
Fevereiro		Plantio de “mudubim”(amendoim) - Pubar a área (Limpar a roça, capinar o primeiro mato) “Apanha” do feijão, mandioca e macaxeira.	Homens (jovens e idosos)	Facão, foice, faca.
Março	- Centros: Caveira, Rapadura e Zezinho e algumas áreas próximas da agrovila.	Capina do segundo mato	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Sacos de fibra de náilon
Abril		Construção dos paióis nos centros para o armazenamento do arroz colhido		Facão, foice, faca. Madeira extraída no Assentamento, palha de babaçu.
Maio		- Início da “apanha” do arroz.	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos) Crianças em idade escolar	Faca e facão Paióis e sacos de fibra de náilon e cofos para armazenamento
Junho		- “Batição e pilação” do arroz.	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos) Crianças em idade Escolar	Mini-usina. Separar o grão de arroz da palha.
Julho		- Continua a “batição” do arroz - Início do broque ou broca. Quebra do milho, colheita da mandioca e mudubim.	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Separar o grão de arroz da palha. Mini-usina. Foice, facão e enxada. Deixar a área limpa, cortando o mato mais grosso.

Continuação Quadro 3.

Mês	Terra (lugar)	Atividade agroextrativistas e pecuárias	Divisão do trabalho	Ferramentas, utensílios, técnicas e finalidades
Ocorre durante todo o ano, com mais intensidade à época de safra do coco, em média entre os meses de setembro a dezembro.	- Beija flor - Área próxima ao riacho Praquê - Centros da Caveira, Rapadura e Zezinho. - Agrovila	- Apanha e quebra do coco babaçu - Extração do azeite de coco babaçu - Fabricação de sabão de coco babaçu - Carvão	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Machado, pedaço de madeira, sacos, cofos de palha; jumentos e bicicleta para o transporte Panela, colher de pau, fogão, fogareiro fogueira. Garrafas para armazenagem Panela, colher de pau, fogão, fogareiro fogueira, balde plástico, soda cáustica. Casca de coco babaçu, fogo e caieira.
	Agrovila	Atividade em açougue, granja, pocilgas	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Balança de aferição, <i>freezer</i> , Galinheiro, pocilga, ração.
Durante todo o ano	Áreas de pasto	Limpeza do pasto e construção da cerca	Homens (jovens e idosos em minoria)	Facão, enxada, foice, estacas de madeira, extraída em área do Assentamento, furadeira, pregos, arame farpado e liso
	Agrovila	Construção de apriscos, pocilgas, galinheiro.	Homens (jovens e idosos)	Tijolos, cimento, tela de aço, palha para cobertura, madeira, arame liso
	- Fora do limites do Assentamento: migração para outros estados os quais: Pará, Mato Grosso, Piauí, São Paulo.	- Como trabalhadores rurais nas fazendas de algodão, colhendo sementes.	- Homens (jovens)	- Instrumentos que auxiliam a colheita manual, como faca e facão.

QUADRO 4 - Calendário de atividades não-agrícolas do Assentamento Caxirimbu.

Mês	Terra (lugar)	Atividade não-agrícola	Divisão do trabalho	Ferramentas, utensílios, técnicas e finalidades
Durante todo o ano.	- Centros e agrovila	- Cozinhar para os/as trabalhadores/as que estão no trabalho agrícola.	Mulheres (jovens e idosas)	Panelas, mantimentos, fogão a lenha, fogareiro
	- Zona urbana de Caxias	- Serviços domésticos (lavar e passar roupa, babá, faxina).	Mulheres (jovens e idosas)	Ferro de passar, sabão, vassoura.
	- Agrovila e Zona urbana de Caxias	- Ofício na construção civil	Homens (jovens e idosos)	Pá, colher de pedreiro, escada, carro de mão, pincel e brocha.
		- Ofício de mototaxista	Homens (jovens e idosos)	Motocicleta e capacete
Durante todo o ano.	Agrovila	- Ofícios de manicure e cabeleireira	Mulheres (jovens)	- Secador de cabelo, chapinha, alicate, tesoura, esmaltes de unha, produtos de embelezamento de cabelos, espelho, lixa.
		- Ofício de barbeiro	Homem idoso	- Navalha, barbeador, creme de barbear.
		- Ofício de fotógrafo amador	Homem jovem	- Máquina fotográfica, filme, <i>flash</i> .
		- Ofício de músicos e cantores (coral dos templos religiosos e em momentos de lazer).	Mulheres (jovens e idosas)	- Violão, tambores, teclado, caixa de som, microfone,
		- Ofício de desenhista	Homens (jovens e idosos) Homem jovem	- Lápis colorido, canetas coloridas, papel, tinta de parede de cores variadas.

Continuação Quadro 4.

Mês	Terra (espaço)	Atividade não-agrícola	Divisão do trabalho	Ferramentas, utensílios, técnicas e finalidades
Durante todo o ano.	Agrovila	- Pequenos comerciantes: mercearias, bares, padaria, mini-cinema e locadora de DVD.	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Balança de aferição, freezer, gêneros diversos; Forno, ingredientes de panificação; Aparelho de DVD, DVD's.
		- Ofício de Costureira	Mulheres (jovens e idosas)	- Máquina de costura, tecido, agulha, linha, fita métrica.
		- Trabalho assalariado (assentadas contratadas como zeladoras e merendeiras das escolas)	Mulheres (jovens e idosas)	Fogão, gêneros alimentícios, material de limpeza (sabão, vassoura, detergente).
Durante a construção da escola de ensino médio, de novembro de 2006 a maio/2007		- Trabalho assalariado (durante a construção da escola e do posto de saúde, houve contrato de mão-de-obra de assentados/as como ajudantes de pedreiros e vigia, e fornecimento de alimentação aos operários).	Mulheres (jovens e idosas) Homens (jovens e idosos)	Pá, colher de pedreiro, escada, carro de mão, pincel e brocha.
Mês de junho de 2006	Beija - Flor	Escavação do açude (trabalho realizado por pessoa de fora, contratado por assentados/as)	Homens (jovens)	Trator contratado, escavadeira.
	- Fora dos limites do Assentamento:	- Construção civil;	- Homens (jovens)	Pá, colher de pedreiro,
Durante todo ao ano	Migração para zona urbana de Caxias e municípios vizinhos e para outros estados os quais: Pará, Mato Grosso, Piauí, São Paulo ⁷⁹ .	- Serviços domésticos, em geral, de lavadeira, faxina e como babá.	- Mulheres (jovens) ⁸⁰	escada, carro de mão, pincel e brocha

⁷⁹ Segundo dados da ATES, tem diminuído após implantação dos projetos do Pronaf.

⁸⁰ Os jovens são em maioria, mas ocorre também migração de homens e mulheres mais velhos/as.

A sociabilidade tem relação com as concepções de comunidade e sociedade. Comunidade se refere a um grupo social pequeno, com forte coesão, enquanto que sociedade aponta para um grupo mais amplo, sendo a sociabilidade o sentimento de pertencer a uma comunidade. Segundo Simmel (apud CETRULO NETO, 1999) sociabilidade é um sentimento de satisfação por estar fazendo sociedade em si. “Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência” (SIMMEL, apud CETRULO NETO, 1999, p. 16), sendo a sociação a forma como os indivíduos se agrupam para satisfazer seus interesses.

Nota-se, ainda forte relação da população assentada com a zona urbana municipal, em razão da proximidade e facilidade de acesso a esta⁸². No centro comercial da cidade, adquirem vestuário e medicamentos e têm acesso a tratamento especializado de saúde, além de, como muitos já residiram na zona urbana, têm laços familiares ou de amizade que visitam oportunamente. A população depende ainda da rede bancária de Caxias para o recebimento de recursos de previdência rural, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, ou ainda dos programas de crédito rural do governo federal.

Sobre as relações entre grupos camponeses constituídos em diversas áreas no Maranhão, Alfredo Wagner Almeida e Laís Mourão dizem que: “embora variem as modalidades pelas quais o campesinato se articula com outros grupos sociais, a organização das relações internas ao grupo social camponês se dá sob a forma de pequenas comunidades que articulam as diversas unidades familiares através de padrões de relações baseadas no parentesco, no compadrio, na vizinhança.” (ALMEIDA e MOURÃO, 1976, p.76). A forma de ocupação de Caxirumbu enfatiza esse sentido, já que a chegada das famílias respeitou uma lógica orientada pela relação de parentesco entre si.

Ressalta-se também a relação de reciprocidade (WOORTMAAN, 1990) e solidariedade (RUA e ABRAMOVAY, 2000) entre os/as camponeses/as assentados/as em Caxirumbu. Como referido no capítulo 2, a constituição do Assentamento deu-se a partir do processo de ocupação de famílias contempladas com a inscrição no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais local, sendo a convivência interfamiliar um fato comum em vários momentos do cotidiano do grupo: no plantio da roça, quando se reúnem

⁸² Esse movimento diário e em horários diversos, faz com que existam outras várias formas de acesso ao assentamento. A Líder é uma empresa que disponibiliza, mesmo em situação precária, ônibus de 40 lugares, em horários regulares e existem os carros do tipo “pau-de-arara”, que fazem o percurso Caxias – Povoado Baú – Caxias no mínimo duas vezes por dia. Não são caminhões grandes, mas caminhonetes onde os proprietários montam, na carroceria, cobertura de lona e bancos de madeira para acomodação dos passageiros. O valor da passagem, nesses carros e no ônibus é de R\$ 2,00 (valor de dezembro/2006).

para ir ao cocal⁸³, na ida a Caxias, quando tentam resolver assuntos não solucionáveis no próprio Assentamento, nos festejos ali organizados, quando os jovens vão às reuniões de grupos destinados a discutir questões a eles pertinentes, ou quando praticam esportes, como capoeira e futebol, nas idas das mulheres ao riacho Praquê para lavar roupas, e nas ocasiões de ferrar o gado, quando os homens para isso se reúnem, dentre várias atividades do dia-a-dia, em Caxirumbu.

A disposição próxima dos domicílios contribui para o quadro relatado embora existam pontos de habitações mais adensadas que outros ao longo do Assentamento. Tal forma de ocupação foi orientada a partir do sistema regido pela ordem de chegada das famílias na área que, segundo a população, ocorreu assim: após cadastro e seleção das famílias residentes na zona urbana ou das que viviam na condição de agregados ou moradores em outras áreas particulares da zona rural – por exemplo, esposa, marido e filhos, filho/as casado/as e respectiva família, irmãos/ãs e família, sobrinho/a e família – foram acionadas e se instalaram no local, a fim de demarcarem simbolicamente seus espaços, com relativa proximidade entre as casas. Antes da chegada dos domicílios padronizados pelo INCRA, o que aconteceu em 2001, desde 1999 os recém-assentados construíram casebres cobertos de palha e com paredes de barro, chamados por eles de “barracos”, e se organizaram de modo que os membros de uma mesma família ficassem próximos entre si.

Por outro lado, essa forma de ocupação do Assentamento, consoante cadastro de famílias, pode ter favorecido uma clivagem entre assentados/as (RUA e ABRAMOVAY, 2000), representada pela existência de três Associações de Moradores em Caxirumbu. Já que a relação de proximidade acontece entre vizinhos e estes já possuem afinidade, segundo uma relação de parentesco, não haveria a necessidade da extensão de laços mais estreitos entre outras famílias para se favorecer uma melhor integração entre os/as camponeses/as do povoado⁸⁴. Aliás, no caso do Caxirumbu observa-se que as 206 famílias assentadas se conhecem, seja pelo nome, seja pela área onde mora.

⁸³ Cocal é o nome dado por assentados/as às florestas de palmeiras de babaçu, localizadas no entorno do Assentamento, sendo que a região na qual este se localiza é chamada, de acordo com algumas classificações, de Região de Cocais.

⁸⁴ O termo povoado é usado por alguns assentados/as para se referem a Caxirumbu em substituição ao termo assentamento. Povoado, segundo o IBGE, é uma localidade em que a característica de aglomerado rural isolado e possui pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo e dispõe dos seguintes serviços ou equipamentos: 01 estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 01 posto de saúde e 01 templo religioso de qualquer crença. A saber, Caxirumbu dispõe das características apontadas pelo IBGE, a não ser do posto de saúde como estrutura física sendo que este está em fase de construção, mas dispõe de agentes de saúde comunitária que fazem o acompanhamento às famílias.

O Assentamento, conta com três associações de agricultores rurais, duas delas criadas, por orientação do STTR de Caxias, época da sua constituição, em 1999, em razão da extensão da área. As famílias foram associadas a cada uma delas (Associação I e Associação II) pelo fator de proximidade entre elas, sendo satisfatório o raio de abrangência de cada uma cobria, até surgirem as primeiras divergências entre associados. Com efeito, alguns optaram pela dissociação das associações originárias e se organizaram numa terceira instituição, o que desordenou o círculo organizacional inicial do Assentamento, como será abordado posteriormente no item 4.3.1.

O sindicato pediu que nós fizéssemos duas associações porque eram cento e oitenta e seis famílias. É muita gente! Quando junta tudo num lugar só, cada um falando uma palavra ela se torna só uma grande zoadá. Então ele disse pra se dividir em duas, por com gente mais pouca, fica melhor de se entender. Aí depois das duas associações criadas, botaram na cabeça de inventar mais uma. Mais aí, não foi mandado pelo sindicato, não! Foram eles mesmos [assentados/as], que criaram isso aí.⁸⁵

O fato revela que a estruturação de organizações sociais não são necessariamente originadas de forma sistêmica ou metodologicamente constituída. É que muitas vezes, as questões ideológicas e culturais de cada grupo tomam fôlego e extrapolam os limites premeditados ou anteriormente ordenados, redesenhando suas linhas e reconstruindo pensamentos e ações, de modo que tendem a funcionar de maneira efetiva e em consonância com objetivos mínimos propostos⁸⁶.

3.2. Centros produtivos e agrovila: caracterização dos espaços de Caxirimbu

Hall (2004) se refere a Anthony Giddens para tratar sobre a separação entre espaço e lugar, pois para este autor o lugar é específico, concreto, familiar e delimitado, sendo o “ponto de práticas sociais e específicas que nos moldam e nos formam e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas”. Por outro lado, o espaço “pode ser ‘cruzado’ num piscar de olhos – por avião a jato, por fax e por satélite” (GIDDENS, 1990 apud HALL, 2004, p. 72) pela chamada destruição do espaço através do tempo. Contudo, Tuan (1983) argumenta

⁸⁵ José Alves de Sousa, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

⁸⁶ O tema será retomado com maiores detalhes no Capítulo IV no item 4.3 – Dimensões socioculturais.

que se pensamos no espaço como algo que permita movimento, então lugar é, antes de tudo, pausa.

A propósito, para Carlos (1996) o lugar seria a base da reprodução da vida segundo a tríade habitante-identidade-lugar. É que as relações que os indivíduos mantêm com os espaços se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, como no secundário, e no acidental, sendo o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. Além disso, homens e mulheres percebem o mundo através do corpo, e é a partir de seus sentidos que constroem e se apropriam do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo. Segundo a autora a tríade habitante-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele e dos modos de uso que o homem habita e se apropria do espaço.

Nesse sentido, em Caxirumbu, com o início do povoamento, o grupo de camponeses/as que se estabelecia deparou-se com a necessidade de organização no novo lugar, que passaria a fazer parte do seu cotidiano. Em se tratando da reprodução social familiar, o desafio inicial foi o trato com a terra para fins de cultivo, de sorte que a busca por áreas férteis para o plantio deu-se por meio de um processo que envolveu várias tentativas em diversas porções do Assentamento até que se obtivessem resultados satisfatórios. Assim, estabeleceram-se também nos chamados centros produtivos de Caxirumbu que se localizam a cerca de 14 km a leste da agrovila, constituindo dois lugares (o outro é a agrovila) com características bem distintas.

O acesso aos centros se dá por uma estrada estreita, coberta com areia fina (Fig. 11). Na verdade o mesmo percorrido pelos encarregados da antiga Fazenda Caxirumbu quando se dirigiam à casa-sede. Ainda restam algumas paredes, que, cobertas por azulejos e tijolos de boa qualidade, refletem o poder econômico dos antigos proprietários, cuja casa-sede era mantida sempre desocupada, haja vista não visitarem eles o lugar, com as casas dos encarregados próximas à estrada MA-034.

Ainda na estrada de acesso pode ser identificada a área de pasto da Fazenda (Fig. 12), que atualmente contribui na criação de gado dos assentados/as que, contemplados com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, optaram pelos projetos de bovinocultura. Na área, consta plantação de capim “andropol” (*Andropogon gaynus*) e “braquiara” (*Brachiaria decumbens*), considerados de boa qualidade.



Fig. 11 – Estrada de acesso aos centros produtivos do Assentamento.
 Fonte: *Google Earth*, com visualização em 25 de janeiro de 2007.

Quando se trata da constituição de espaços, Carlos (1996) reforça que a produção espacial pode se dar no plano do cotidiano e aparecer nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico, o que se revela pelo uso como produto da divisão social e pela técnica do trabalho, que produzem uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada.

Dessa forma, o chamado Centro da Caveira é constituído por 30 barracos em média e 3 casas de farinha com 3 fornos à lenha, o da Rapadura, com 14 barracos, 1 casa de farinha e dois fornos e o do Zezinho, por 15 barracos, 2 casas de farinha e 3 fornos. Barracos é como se chamam localmente os casebres construídos com paredes de taipa e cobertos com palha de palmeira de babaçu.

O Centro da Caveira recebeu tal nome, segundo a história contada por assentados/as, ao fato de que uma senhora idosa que morava sozinha na área em que se localiza o centro nos anos de 1970 e que mantinha pouco relacionamento com os vizinhos, ter se perdido na mata e os moradores, passados alguns dias, quando perceberam o desaparecimento, terem entrado nos babaçuais à sua procura, até lhe encontrarem apenas os restos mortais. Essa história, que vem sendo repassada por moradores/as da área do entorno do Assentamento que desde tempos anteriores dela faziam uso, é, pois a origem do nome Centro da Caveira.

Já o Centro do Zezinho, de acordo com as famílias assentadas, é assim chamado como forma de homenagear o desbravador da área onde se localiza, já que Zezinho foi o primeiro a ali instalar-se com a família em busca de área para plantio. O Centro da Rapadura, por sua vez, não teve identificada a origem do nome, não havendo entre a população informações acerca de como surgiu, porquanto que assim o chamaram, sem conhecimento de quem tenha dado o nome e o motivo pelo qual fez. Entretanto, na busca dessa informação, ocorreu uma passagem peculiar em que uma assentada dizia não conhecer a origem real da denominação, mas justificou que: “rapadura é coisa doce... e doce é coisa boa, né, não?”, relacionando assim um sentimento de afetividade ao lugar (BRANDÃO, 1999) face o bom retorno que este tem proporcionado.

Em geral, as famílias com roças nestas áreas, passam a semana toda nos centros, no trato da lavoura e na apanha do coco, salvo quando ocorre alguma necessidade, como a de negociar a produção na zona urbana ou outra questão qualquer. Nos finais de semana, retornam às suas casas na agrovila.

Por seu turno, a agrovila⁸⁷ é o espaço em que se constituem os domicílios das famílias. Os domicílios estão distribuídos às margens da estrada ao longo de três quilômetros. Acontecem ramificações nesse intervalo, como a formação da rua do Eucalipto e a rua do Centrinho, identificadas no mapa cognitivo (Fig. 13). Segundo o IBGE (2005), domicílio é a moradia estruturalmente separada e independente constituída por um ou mais cômodos caracterizado pela separação de despesas e independência de acesso.

É na agrovila que estão localizadas as escolas do Assentamento. A Escola Municipal Rio Preto funciona nos turnos manhã, tarde com turmas da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, um barracão de taipa coberto de palha onde se constitui a sede da Associação I. As duas professoras residem em Caxias e, diante da proximidade com a zona urbana, retornam diariamente após suas atividades.

⁸⁷ Agrovila é um termo técnico que aparece nos documentos oficiais sobre a política de assentamentos no Brasil, correspondendo à área de assentamento em que existe a estrutura mínima local. Assentados/as nomeiam esta área de Caximbu como o “lugar da preguiça”, diferentemente dos centros que seriam o “lugar do trabalho”.



Fig. 12 – Mapa Cognitivo - Área dos centros de Caxirimbú

Fonte: Wagner Lopes, Assentamento Caxirimbú, Caxias – MA, 2006. Adaptado pela autora.

A Unidade Escolar Flora Alves de Andrade funciona nos três turnos com as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série) e uma turma de EJA. Fica instalada na sede administrativa da antiga fazenda. Vale lembrar que no momento desta pesquisa encontra-se em construção uma escola pólo em Caxirimbu, contemplada com o ensino médio. Esta iniciativa do governo estadual irá contribuir para minimizar o deslocamento de jovens que precisam se deslocar até a zona urbana de Caxias ou até o povoado Baú para a continuidade dos estudos, assim como contribuirá para minimizar o número de evasão e reprovação escolar. Sobretudo diminuir riscos aos quais esta comunidade escolar se expõe com esse deslocamento, sejam estes acidentes propriamente ditos – pelo transporte escolar que precisam utilizar, seja pelo contato com problemas tidos como urbanos, que venham a se estender até a população do Assentamento, mais diretamente.

Vale lembrar que, em relação à educação formal, diferentemente da agrovila não existem escolas nas áreas dos centros produtivos, o que é um dado de suma importância, seja pelas crianças menores que precisam acompanhar os pais até o lugar por não poderem contar com assistência de irmãos/ãs mais velhos que ficam na agrovila para frequentar a escola, seja pela quantidade de adultos não-alfabetizados que lá se encontram. Geralmente essas crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos, acompanham os pais até o centro e lá permanecem até o retorno para a agrovila. Os cuidados com as crianças acontecem por um acordo de revezamento das mães: enquanto uma parte delas acompanha os companheiros no trabalho da roça, as demais permanecem nas áreas dos barracos, se alternando também nas tarefas de cozinhar para os que estão no serviço, cortar mandioca, quebrar coco, tirar azeite, dentre outras, variando conforme o período do calendário.

Vale ressaltar que foi demonstrado interesse de alguns assentados/as na implantação de uma sala de aula pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA na área, haja vista que, como permanecem a semana inteira nos centros, trabalhando, torna-se impossível frequentar a sala de EJA que existe na agrovila. Observou-se ainda, no período da realização da presente pesquisa (2005/2007), a diminuição de famílias com roças estabelecidas nos três centros, quer porque mudaram para áreas mais próximas da agrovila, quer porque optaram por não “botarem roça”, a fim de oferecerem maior dedicação à execução de projetos de investimentos (construção de curral, limpeza de pasto coletivo).



Fig. 13 – Mapa cognitivo – Área da agrovila de Caxirambu.

Fonte: Wagner Lopes, Assentamento Caxirambu, Caxias – MA, 2006. Adaptado pela autora.

Estruturalmente, a agrovila conta ainda com uma mini-usina, construída com recurso do Crédito Fomento dos associados da Associação III, mas serve como opção a todos/as, inclusive, à população da circunvizinhança, que precise beneficiar o arroz e a mandioca, no caso de não possuírem casas de farinha. A mini-usina possui uma estrutura ampla e maquinário necessário para pilar o arroz, separá-lo da palha, moer e torrar a mandioca. Assentados/as têm seu uso, através do pagamento de uma taxa mínima de R\$ 0,10 por quilo de arroz ou mandioca beneficiados, que contribui para o custeio da manutenção da mini-usina no que tange à mecânica e lubrificação e pagamento das taxas de energia elétrica. A responsabilidade de arrecadação e organização da usina fica a cargo da diretoria da Associação III com direito a prestação de contas bimestral aos associados/as (Foto 2).



Foto 2 – Mini-usina de Caxirumbu.
Fonte: Lima, 2007.

Ao lado da mini-usina está localizado um dos sistemas de captação de água composto de um poço artesiano com vazão de $10\text{m}^3/\text{h}$ com quatro reservatórios de água com a capacidade de 20 mil litros cada um (Foto 3) e casa de força, responsável por abastecer a todos os domicílios da agrovila. Estão sendo construídos mais sistemas com a mesma capacidade, sendo dois na agrovila e um próximo à área do curral para abastecer o açude para o gado em tempos de deficiência de chuvas.



Foto 3 - Sistema de armazenamento de água. Assentamento Caxirimbu.

Fonte: Lima, 2007

Em que pese a existência dos equipamentos referidos, por outro lado, há a necessidade de outros que seriam básicos à melhoria de vida das famílias como por exemplo, um posto de saúde e fossas sépticas nos domicílios, e telefone público. Em caso de problemas de saúde que requerem cuidados específicos, a população recorre ao posto de saúde mais próximo, no povoado Baú, e algumas pessoas preferem ir à zona urbana de Caxias. No Assentamento há duas agentes comunitárias, que acompanham a saúde das famílias assentadas e existe cobertura de uma operadora de telefonia celular na área, aparelho de uso, ali, cada vez mais freqüente.

Aliás, no âmbito do Assentamento, especificamente na agrovila, diante a existência de energia elétrica, caso este que não ocorre nos centros, pode ser visto uma diversidade de aparelhos eletro-eletrônicos nos domicílios, para comodidade das famílias, como geladeiras, *freezers*, liquidificadores, televisores de tamanhos diversos, antenas parabólicas, rádios, aparelhos de som, aparelhos de DVD, dentre outros.

É significativo o número de pequenos comércios e bares no universo de Caxirimbu, bem como a penetração do comércio informal representada por vendedores ambulantes com larga variedade de artigos que vão desde redes, cadeiras, perfumes, roupas, artigos de cama, mesa e banho, eletro-eletrônicos, CDs, DVDs, dentre outros.

Avalia-se que a condição de acesso a estes objetos, em muitos casos, é dada pelo reflexo do trabalho familiar, das atividades agrícolas (Quadro 3) e não-agrícolas (Quadro 4) que compõem a renda familiar dos/as assentados/as. Podem ser vistas condições de melhoria dos domicílios da agrovila, no sentido de aumentar o espaço original da construção inicial financiada pelo INCRA, em número de quartos, banheiro interno e em muitas moradias, a construção de varandas para descanso e conversas entre amigos/as, aspectos que serão retomados neste trabalho posteriormente.

Sobre os corpos d'água, o Assentamento é privilegiado por apresentar dois riachos em sua área, mais precisamente nas proximidades da agrovila. O riacho Praquê, um afluente do rio Itapecuru, e o riacho Preto (Foto 4). O riacho Praquê é utilizado por assentados/as tanto para lazer, como ponto de abastecimento d'água e ainda para lavar roupas, utensílios domésticos, dar banho em animais como cavalos e jumentos de propriedades das famílias.



Foto 4 – Riacho Preto, próximo à MA – 034.

Fonte: Lima, 2006/2007

O Rio Itapecuru também margeia o Assentamento (Fig. 13) servindo principalmente para pesca como atividade de lazer, não deixando de se utilizar o pescado como alimento. Sob o ponto de vista ambiental, no entanto, vem sofrendo agressões, sobretudo pela destruição da mata ciliar, em que assentados/as utilizam suas margens no manejo da cultura de vazantes. Contribui também com o abastecimento de água das famílias tanto nos centros como na

agrovila, os poços artesanais, – os cacimbões construídos pelas famílias, estando, no momento, sendo construídos, para esse abastecimento, dois poços artesanais.

Apesar da força produtiva do Assentamento Caxirimbu ser mais concentrada nos centros produtivos, ocorre também cultivo de roças e coleta de babaçu na agrovila. É vista inclusive uma ação que pode ter efeito negativo no que se refere à conservação das possibilidades naturais locais que é a agricultura de vazante realizada às margens dos riachos Praquê e Preto que passam pela área do Assentamento. Os riachos já se encontram com baixo potencial hídrico o que tende a se agravar com a consequência dessa prática.

3.3. De “morador/a⁸⁸ de patrão” a “morador/a do governo” e “herdeiro da terra”: processos identitários dos/as assentados/as de Caxirimbu

A maioria das famílias camponesas de Caxirimbu já esteve sob a condição de morador em outras localidades rurais. Assim, sofreram as pressões características do regime de dependência patronal (FORMAN, 1979), mas o cenário estabelecido pela condição de assentado/a da Reforma Agrária fez com que assumissem novas características e retomassem outras, sendo que sua identidade foi aos poucos se moldando pelas novas situações apresentadas. Nesse sentido, lembro com Cuche (2002) que os membros de um grupo não são vistos como definitivamente determinados por sua vinculação pois são eles próprios que atribuem uma significação a esta vinculação, em face da situação relacional em que se encontram.

Assim, Cuche (2002) argumenta que as identidades podem ser construídas e reconstruídas constantemente no interior das trocas sociais, não sendo atributos originais e permanentes, indiferentes à evolução. Uma identidade existe sempre em relação a uma outra, estabelecendo-se uma dialética entre identidades e alteridades, de modo que se a identidade resulta de um processo de identificação no interior de uma situação relacional pode, por ser relativa, evoluir de acordo com a mudança dessa situação. Assim, “a identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre uma “auto-identidade” definida por si mesmo e uma ‘exo-identidade’ definida pelos outros” (SIMON apud CUCHE, 2002, p. 184). A auto-identidade é percebida como menor ou maior que a exo-identidade, a depender da relação de força entre os grupos de contato.

⁸⁸ A condição de moradores/as vivida pela maioria de assentados/as não ocorreu no caso deles/as, propriamente, na antiga Fazenda Caxirimbu, mas em outras áreas da zona rural de Caxias.

Por seu turno, Castells (1999) compreende identidade como um processo de construção de significados baseado num atributo cultural ou num conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significação. Para o autor, constituem os atributos ou conjunto de atributos, fontes de significados para os próprios atores sociais, construídos e originados por eles no processo de individuação, diferentemente dos papéis definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade.

Nessa perspectiva, o significado conferido pelas famílias camponesas de Caxirimbu à condição de assentado – uma norma estruturada pela política governamental – é marcado, sobretudo, pela idéia de conquista da independência e liberdade (WOORTMANN 1990), na relação que fazem com a subordinação antes vivida pela maioria, nos marcos das relações de patronagem-dependência referidas.

Aqui nós vive por conta própria! Aqui não tem esse negócio de patrão esse... patrão, aquele.. por que esse aqui é empregado de alguém.. não! Não aqui não tem isso. Eu já passei por isso aí. Mas aqui hoje é uma coisa liberta! Por que vamos supor: não é loteado, cada um tem seu lote não... Isso aqui é comum para os que moram aqui. (...) Eu já passei por ser empregado, ganhando do patrão, mas hoje é como diz a velha história: 'eu já fui empurrado.. hoje eu posso empurrar'. Então essa é que é a vantagem. Quando a gente mora em terra de dono, a gente é obrigado a ele.. Vive debaixo dos pés dele. Hoje, não senhora... hoje ninguém me empurra assim, não. Só o governo Lula... mas outro, não... hoje ninguém diz assim: opa, sai daí que isso me pertence... Isso não existe mais, não... Aqui não tem ordem de ninguém pra tá mandando em você, não! Aqui tem ordem do governo!⁸⁹[aspas da autora]

Morar em Assentamento é bom demais! É melhor do que morar em terra de dono. Porque em terra de dono a gente não pode nem sequer melhorar uma casa, emportar [colocar portas], plantar alguma coisa por que o dono acha ruim. Em terra de Assentamento, o que a gente planta já é pros filhos da gente. Isso aqui a gente tá fazendo e a gente tá sabendo que vai ficar pros filhos, né? E na terra de dono, não. A gente não pode plantar nada, simplesmente fica só trabalhando pros outros. Porque além de não ter o direito de fazer uma casa boa, por que o dono não quer e outra, porque a gente não vai fazer benfeitoria em terra alheia. E aqui não! O que a gente planta é da gente, o que a gente faz, o que fica é pros filhos, né?⁹⁰

Em relação às instituições governamentais que participaram do processo de negociação da terra, os/as camponeses/as assentados/as desvelam sentimentos de agradecimento e autonomia pela conquista, permeados por uma mescla de dependência e parceria:

Por que essa terra aqui foi paga pelo governo. Essa área aqui que está todo mundo tranquilo, essa área foi paga pelo governo, foi ele quem pagou... Então, mas nós

⁸⁹ Fortunato da Silva Góis, 53 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

⁹⁰ Lindalva Maria Damasceno, 47 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

somos os donos, porque ele entregou bem ali debaixo daquele pé de sapucaia, veio fazer uma reunião e disse: isso aqui é de vocês! Pra vocês viver com a família, trabalhar... Vocês manda e desmanda aqui. A ordem é essa. Por isso é que eu digo: ainda não existe patrão pra nós aqui, não. Existe o governo. (...) O governo é o único que pode tirar nós, por que foi ele quem botou [assentou]. Porque essa terra aqui nós ainda não pagamos ela ainda, não! Nós estamos aqui, e é como ele [governo] diz: ‘ – vocês manda e desmanda, por que vocês são os dono!’ É igual quando você bota uma empregada pra trabalhar e quando sai diz: ‘ – eu quero isso aqui feito quando eu chegar’ e quando chega está feito. Assim, estamos nós aqui, só que aqui não tem nenhum patrão que venha adiante do governo.⁹¹

Alguns assentados/as compreendem que a oportunidade dada pelo governo para o uso da terra é relevante, mas que ela, de fato, não lhes pertence. É como se fossem “reféns” do Estado (LEITE, MEDEIROS, HEREDIA, et al., 2004), uma vez que sua permanência na área está relacionada à forma pela qual nela conduzem seu estabelecimento:

Essa terra aqui, eu vou morrer e não vou deixar para ninguém (...). A gente tem que conservar isso aqui, porque isso aqui é nosso e não é: isso aqui é do incra [INCRA]! Ele deu pra nós zelar, para nós morar, isso aqui é do incra, não é nosso, não!⁹²

Eu sou um assentado na terra do governo. Quando alguém pergunta: – Nato, onde tu mora? – Eu moro no Caxirimbu! – E lá, a terra é o quê, de dono, de morador? Eu digo: – não, eu sou morador do governo. Porque essa terra aqui é do governo! Porque nós não compramos ela. Nós não pagamos ela, quem pagou foi o governo. Ele pagou pros pernambucanos que eram os donos daqui. Aí, jogou nós pra cá.⁹³

Não obstante, é marcante, segundo depoimentos de assentados/as, a credibilidade das instituições oficiais que estiveram presente à frente do processo de desapropriação da terra e que a eles puderam favorecer melhores condições de vida. É patente a referência ao governo Lula [2002 – 2006, 2007 – atual] como o responsável pela possibilidade da inclusão vivida, representada pela conquista de um lugar para morar, cultivar e deixar para os filhos, além do acesso a instituições e créditos bancários.

Por outro lado, há uma consciência das regras impostas para se enquadrarem na categoria de assentados/as, como as tomadas de decisões, que devem apontar para o bem do coletivo, as formas de organização social, que devem ocorrer por meio de associações e, sobretudo, de modo a evitar conflitos que conturbem a tranquilidade das famílias, fato responsável pela expulsão, por exemplo, de duas delas, caso este já vivenciado por lá.

⁹¹ Fortunato da Silva Góis, 53 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

⁹² Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

⁹³ Fortunato da Silva Góis, 53 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

Teve uma vez que tinha um pessoal aqui que tava com confusão com os outros, aconteceu bem aqui mesmo nessa casa aqui do lado. No ano passado, [2006] no dia dez de agosto, passaram a noite todinha bebendo por aí, um sobrinho meu, irmão do Merinha, e um rapaz daí da casa. Quando foi cinco horinhas da manhã, a gente só viu a confusão aí, eles discutindo aí por causa de um dinheiro. Aí, meu sobrinho saiu para a casa dele, pegou a espingarda e disparou pro rumo da casa do Merinha [outro vizinho]. Tava a Nedina e a Diana [vizinhas] no terreiro e pegou um tiro de chumbo na Diana e na Nedina. Aí eu liguei pra polícia [da zona urbana de Caxias], a polícia veio e levou eles dois presos. Aí a Nedina disse que não queria eles aí e se eles ficassem aí a família dela ia embora e aí a gente fez uma assembléia, uma ata e mandou pro incra e eles teve que sair. Fizeram a reunião com todos nós e aí a pessoa vota, né? Só teve um voto a favor dele ficar que foi o do sogro dele [risos]. É o incra que autoriza a gente a fazer assim, né? O que a associação e os sócios decidir, o incra apóia.⁹⁴

Sobre as categorias assentado e assentamento, Carneiro et al (1998) criticam a forma como é tratada a categoria assentado⁹⁵ no sistema brasileiro de políticas oficiais, já que produzida de “fora pra dentro”, a partir de resultados de ações oficiais ou de políticas governamentais, que só lhe conferiam existência após os atos jurídicos que permitem aos órgãos públicos administrar as áreas em questão.

Ao contrário disso, e em se tratando especificamente do Maranhão, não houve momento algum em que o Estado, após identificar e preparar áreas tenha nelas alocado e fixado trabalhadores/as e segundo Marcelo Carneiro, os assentamentos são em geral, “resultado da ação das próprias famílias de posseiros, pequenos arrendatários, foreiros que, em muitos casos, lutam para permanecer na terra, tendo muitos deles sido assassinados em decorrência dessa luta” (CARNEIRO et al. 1988, p. 48). Como no caso de Caxirumbu, a ação oficial de desapropriação ocorre geralmente *a posteriori*.

Ao caracterizar esses segmentos que conquistam a terra como assentados, o Estado enfatiza, assim, a própria ação, embora possa estar completamente omissa, considerando-os como beneficiários, ou parceiros e não como ocupantes e tendo-os como objetos e não sujeitos. No caso de Caxirumbu como referido, a forma como foi orientada a ocupação não priorizou famílias expulsas da área nos conflitos anteriores e muitas destas, apesar da resistência inicial e do confronto empreendido, não tiveram essa participação reconhecida e não tiveram a oportunidade de retorno à terra.

⁹⁴ Lindalva Maria Damasceno, 47 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

⁹⁵ A categoria assentado surge na metade da década de 1980, com a retomada, pela Nova República, da política agrária brasileira. Para Costa (2006), mais que um nome ou designação, assentada ou assentado resulta de um processo de construção identitária, implementada sobretudo por movimentos organizados de trabalhadores e trabalhadoras rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que procuram implementar, nas agendas governamentais, ações de melhoria para a política de assentamento nacional.

Almeida e Mourão (1976) compreendem que essas formas de direitos de apropriação da terra precedem à formalização jurídica que, para a sociedade global, é a maneira de garantir sobre ela os direitos individuais diferentemente do que se estabelece pela lógica camponesa, segundo a qual a terra não é mercadoria. Aliás, a mercadoria, se absolutiza pelas regras jurídicas de mercado não como bem natural que, para os/as camponeses/as, só tem significado econômico se, articulado ao trabalho familiar criando condições de reprodução das famílias em decorrência da produção que, vendido o excedente ou consumida inteira e diretamente, assim as sustenta.

Dessa forma, a possibilidade de se adquirir um título de propriedade pode ser, para os camponeses/as tida como uma defesa de seus direitos de cultivo diante de direitos alegados por outros grupos sociais que tenham com a terra uma relação diferente. Assim, a condição de assentado, para os/as camponeses/as de Caxirumbu, significa sobretudo a oportunidade de fixação na terra para a partir dela conseguir sustento familiar.

Eu vim pra cá porque Caxias não dava pra nós. Nós tem muito filho. Não dava pra nós morar em Caxias, não. O ganho em Caxias é muito pouco pra quem não tem emprego fixo. Meus meninos trabalhavam no mercado, eu trabalhava também, mas aí eu vi que não dava. Aí surgiu esse Caxirumbu aqui e eu disse: é para ali mesmo, vambora. Muito difícil, quando nós chegamos aqui. Difícil mesmo. Sofrimento total, mas aí, graças a Deus, fomos nos recuperando. Agora, não. Agora tá melhor. Na vista do que nós chegamos pra cá, tá é bom.⁹⁶

Nós não pagamos ela, quem pagou foi o governo. Ele pagou pros “pernambucanos” que eram os donos daqui. Aí, jogou nós pra cá. O Joãozinho⁹⁷ dizia que a gente não podia sair porque senão o governo não comprava a terra... Aí, no dia que foi a entrega do documento dessa terra pra nossas mãos, ele disse: vocês são os donos... se apossaram da terra e são os donos agora.⁹⁸ [aspas da autora]

Cuche (2002), afirma que o conceito de estratégia pode dar conta das variações de identidade, denominadas deslocamentos de identidade, haja vista que identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações, num movimento incessantes em que cada mudança social leva a se reformular de modo diferente, caracterizando-se assim, pelo conjunto de suas vinculações num sistema social, que permite ao indivíduo nele socialmente localizar e ser localizado. Daí que, como diz Stuart Hall, quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se desvinculam de tempos, lugares, história e

⁹⁶ Fortunato da Silva Góis, 53 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

⁹⁷ João Batista Rios, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Caxias à época.

⁹⁸ Fortunato da Silva Góis, 53 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

tradições específicas e parecem “flutuar livremente” diante de diferentes opções identitárias. Tal flutuação de fato, dificulta a definição de uma identidade, porém querer tratá-la, a identidade, como monolítica pode impedir a compreensão dos fenômenos de identidade mista, que são frequentes em toda sociedade.

Por que eu tô muito grilado com tanto nome que tem nos livros do governo. Então esse nome [assentado] é o que tá lá. Se eu for sair já dá problema pra mim. Aqui, agora eu sou um herdeiro dessa terra. Antes eu não era, mas hoje eu sou! E eu não quero sair. Eu quero ficar o resto da vida aqui. Eu só vou sair daqui pro cemitério. Eu não vou sair daqui pra outro lugar, não.⁹⁹

Quando Seu Edson se diz “grilado” com os termos utilizados, remonta ao que Cuche (2002) afirma sobre o Estado como gerente da identidade de um grupo para o qual instaura regras e controles, o que tende à mono-identificação, sem liberdade de definir a própria identidade. Assim, como resultado de sua resistência às dificuldades e obstáculos, na reafirmação de identificação com o lugar e às possibilidades por estes disponibilizadas, e devido ao sentimento de pertencimento e à vontade de permanência, apresenta-se o/a assentado/a como herdeiro da terra viabilizada pelos órgãos oficiais.

Por muitas vezes, em algumas narrativas, verifica-se que a identidade de assentado/a não parece diretamente vinculada à condição de dono/a do lugar. Apesar de se sentirem herdeiros/as da terra, a situação de “moradores/as do governo” é a forma em que mais se identificam no que tange à permanência no lugar, o que certamente, influencia no trato e conservação da natureza.

Aqui tem um bocado que tentam conservar a mata para servir mais pra adiante... e tem outros que já pensam logo é em acabar: ‘ – se eu não vou ficar para toda a vida aqui, vamos acabar! Essa terra aqui, eu vou morrer e não vou deixar para ninguém, então vamos acabar!’ . Mas a gente tem que conservar isso aqui, porque isso aqui é nosso e não é: isso aqui é do incra [INCRA]! Isso aqui é nosso para nós zelar para nós morar. [A terra] da gente é quando você vai saindo, aí você pega e vende... vem o comprador e a gente vende, né? Mas aqui você não vai vender nada! Então, não é da gente, não! Eu tenho uma casinha lá em Caxias e hoje, se eu quiser vender ela eu vendo, porque ela é minha... e aqui não é meu! É meu se um dia eu pagar ela e pegar as escritura dela... Aí, ela é minha! Mas pra isso aqui ficar para os filhos, nós vamos pagar daqui a dez anos que nós vamos começar a pagar isso daqui!¹⁰⁰ Mas precisa pagar nada! Isso aqui é do governo, ele deu isso aqui foi para nós zelar... Agora nós ficar morando aqui e ficar zelando, né? Aí nós fica dizendo que isso aqui é nosso: é nosso para ficar morando aqui, isso aqui é para nós sobreviver com o que tem aqui, com as matas, viu?¹⁰¹

⁹⁹ Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁰⁰ O assentado se refere ao título de domínio, que dá posse definitiva do lote à família nele assentada, o qual não pode ser negociado pelo prazo de 10 anos. Após o recebimento do título de domínio, o/a beneficiário/a tem 20 anos de prazo, com três anos de carência, para efetuar o pagamento em prestações anuais (BRASIL, 2001).

¹⁰¹ Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

CAPÍTULO IV

Em direção à sustentabilidade?

4.1 Concepções norteadoras para se pensar o caso de Caxirumbu

Como referido, essa pesquisa se debruça sobre o cotidiano do grupo camponês a fim de apreender a sustentabilidade do assentamento em suas dimensões sócio-culturais, econômicas e ambientais. Neste sentido compreende-se a necessidade de uma revisão teórica sobre a temática sustentabilidade, com vistas a dialogar com a realidade empírica do assentamento. Nessa direção, lembrando a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, de 1972, tem-se muitas contribuições acerca da temática, dando corpo à necessidade de se ampliarem as discussões sobre implementação de novas estratégias para o desenvolvimento socioeconômico mundial e gerenciamento ambientalmente adequado do meio ambiente, momento em que se sugere a incessante busca do eco-desenvolvimento (SACHS, 1994), do desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2005), do desenvolvimento sustentado (RIBEIRO, 1992) e de forma mais ampla, da sustentabilidade (SACHS, 1994, MORAES e VILELA, 2003, BOFF, 2004, CAVALCANTI, 2005, SANTOS, 1996, SOUSA, 2005).

Dez anos após a primeira conferência, acontece no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, em que foram assinados importantes acordos ambientais globais como as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a Declaração de Princípios para Florestas. A Agenda 21, documento acordado por 179 países, foi estruturada em quatro temas: enfoca desde a questão do desenvolvimento, com suas dimensões econômicas e sociais; os desafios ambientais que tratam da conservação e gestão de recursos naturais; o papel dos atores e dos grupos sociais na organização da sociedade humana, e os meios de implantação das iniciativas e projetos que revelam os conflitos e os riscos da fragmentação social.

Assim, de acordo com o proposto pela agenda brasileira que foi orientada por seis áreas temáticas – gestão dos recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, infra-estrutura e integração regional, e ciência e tecnologia

para o desenvolvimento sustentável – o objetivo comum a ser atingido não se restringe à preservação do meio ambiente, mas ao “desenvolvimento sustentável ampliado e progressivo que introduz, na discussão, a busca do equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental” (BRASIL, 2002, p. 2).

Avançando conceitualmente acerca da temática, Sachs (1994) lembra o movimento de institucionalização gerado pela preocupação sobre o gerenciamento do meio ambiente representada em quase todos os países na forma de ministérios, agências voltadas para o meio ambiente, convenções, tratados e negociações. Por outro lado, alerta que ainda há muito o que ser feito, sobretudo muitos desses acordos a serem cumpridos e que as conquistas institucionais são resultados de pressões levadas a cabo pelo crescente movimento organizado de grupos civis e do público em geral que se tem tornado cada vez mais conhecedor do funcionamento da biosfera e os riscos e ameaças ante a posse de recursos ecológicos (SACHS, 1994).

Sachs (1994) contribui, então, na construção de propostas viáveis para a nova forma de gestão do desenvolvimento, sugerindo que todo planejamento deve levar em conta o que chama de dimensões da sustentabilidade. A social: que teria como meta a construção de uma sociedade com equidade; a econômica em que a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, para além dos critérios da rentabilidade empresarial; a cultural que procura no cerne dos processos de expansão agrícola, processos que busquem mudanças, porém dentro de uma continuidade cultural. Sobre a dimensão espacial, sugere a direção para o equilíbrio da configuração rural-urbana a partir de uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e de atividades econômicas. Para a sustentabilidade ecológica, diz que esta pode ser melhorada através da utilização de mecanismos dentre os quais ressalta: limitar e/ou substituir o consumo de combustíveis fósseis e outros produtos facilmente esgotáveis por recursos ou produtos renováveis ou abundantes utilizados de forma não agressiva ao meio ambiente; promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo planeta, redução de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem e intensificação de pesquisas para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial.

Propõe ainda que se faça uso da “criatividade ecológica” para repensar as formas desenvolvimentistas. Oportunamente o autor trata da capacidade das populações no agir de forma não-agressiva ao mundo natural. Isso deve acontecer uma vez que se removam

obstáculos que as impeça de executar essas ações. Obstáculos esses que podem estar relacionados à má distribuição de posse e propriedades de terras, falta de reforma agrária adequada e à marginalização dos povos das florestas e exploração predatória dos recursos naturais com objetivos de maximizar o lucro a curto prazo. “A promoção do meio de vida sustentável deve se tornar parte da linha mestra da estratégia de desenvolvimento e não pode ter sucesso sem a participação dos grupos e das comunidades locais” (SACHS, 1994. p. 39).

A propósito, sobre o tema desenvolvimento, a proposta de Amartya Sen é que o desenvolvimento seja visto a partir do exercício das liberdades das pessoas. Isso inclui não só os aspectos econômicos que envolvem concentração de renda, o combate à sua má distribuição, rendas individuais ou crescimento de produto interno bruto. Sen (2000) considera que o desenvolvimento deve estar relacionado com a expansão das liberdades substantivas e que o não exercício destas relaciona o indivíduo com a pobreza econômica, a privação de necessidades básicas como serviços sociais e de saúde. Acrescenta que a violação da liberdade resulta diretamente da negação de liberdades políticas e civis e de sofrer restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. Ao tratar de liberdade, ele reitera que essa discussão envolva processos e oportunidades. Os processos devem permitir a liberdade de ações e decisões do indivíduo e as oportunidades devam ocorrer de acordo com suas circunstâncias pessoais e sociais, haja vista que diante de processos e oportunidades inadequadas os indivíduos podem ser privados de realizar o mínimo do que gostariam e exemplifica que isso pode ir desde a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar de morte prematura ou fome involuntária.

Tratando o desenvolvimento como liberdade, o autor aprofunda a questão da liberdade, chamando a atenção para a possibilidade de expansão das capacidades do indivíduo e destaca duas razões distintas para a importância da liberdade individual nesta concepção de desenvolvimento: a avaliação e a eficácia. Avalia o êxito de uma sociedade através das liberdades substantivas desfrutadas pelas pessoas, sendo este ponto a principal diferença entre as abordagens tradicionais que consideram outras variáveis como, por exemplo, liberdade processual e renda (SEN, 2000).

O desenvolvimento a partir da liberdade para a realização de situações que são importantes para si e que possa favorecer resultados satisfatórios ainda está vinculado à condição de agente do indivíduo que está expressa no momento em que ele age e essa ação resulta em mudança julgadas de acordo com seus valores e objetivos. Essa motivação pode

influenciar diretamente questões de política pública que vão desde a contribuição da formulação de idéias que possam atender diretamente às suas necessidades até a dissociação da atuação dos governos do processo de fiscalização e rejeição democráticas. A perspectiva da liberdade está relacionada com preocupação com a qualidade de vida das pessoas a partir do modo de vida destas e não apenas nos recursos ou renda de que dispõem, fazendo assim certo rompimento com as concepções propostas pela economia tradicional como renda e riqueza (SEN, 2000).

Assim, Sen (2000) propõe desenvolvimento como principal fim e não como meio, partindo da eliminação da limitação de escolhas e oportunidades das pessoas, propondo que o conjunto de liberdades relevantes é bastante amplo o que pode se tornar outro problema diante de uma abordagem “operacional” do desenvolvimento centrado a partir da liberdade. Nessa perspectiva, pode ser pensado que a questão da sustentabilidade ambiental de Caxirimbu pode estar atrelada à liberdade de escolha que assentados e assentadas se permitem ter. Escolhas estas que passam pela decisão do que devem cultivar e produzir¹⁰²; liberdade de se apropriar das possibilidades da natureza e assim transformá-las em recursos (MORAES, 2000) e quais as medidas a serem tomadas para conservar essas possibilidades a fim de não terem diminuído o poder de escolha sobre as mesmas.

Remetendo a sentido mais amplo Cavalcanti (2005) defende a necessidade de assegurar a sustentabilidade num conjunto de domínios que vão além do ecológico, através das dimensões econômica, política, social e cultural, e a ambiental. Sobre a sustentabilidade econômica sugere o uso eficiente dos recursos, num ritmo que não chegue a uma irreversível exaustão. A sustentabilidade política requer a criação de interesses de sobrevivência a todos os membros de uma sociedade, com todos desfrutando de liberdade de escolhas, direitos pessoais invioláveis e com um sistema político contribuindo para um bem comum, e não para interesses pessoais. A valorização e proteção dos fundamentos de comunidade e sistemas de significação simbólica de um grupo significa, para o autor, caminhos para a sustentabilidade sócio-cultural. E a sustentabilidade ambiental impõe manutenção da diversidade de formas de

¹⁰² Leite et al. (2004), se referem a estudo de L’Estoile em assentamentos no Estado de Pernambuco e aponta que a burocratização no processo de criação de assentamentos somadas às rígidas orientações dos técnicos rurais sobre o que as famílias deveriam plantar e como plantar, limitam o poder de escolha destas, criando a sensação de estarem sendo constantemente direcionados pelo Estado. Suscita a idéia de que a condição de privação das liberdades possa estar diretamente ligada às questões que envolvem a tão discutida viabilidade dos assentamentos rurais no Brasil. Aliás, Sen (2000) associa a idéia de pobreza à privação das liberdades. Ao tratar de liberdade ele reitera que essa discussão envolva processos e oportunidades. Os processos devem permitir a liberdade de ações e decisões do indivíduo enquanto as oportunidades devam ocorrer de acordo com suas circunstâncias pessoais e sociais, haja vista que diante de processos e oportunidades inadequadas o indivíduo pode ser privado realizar o mínimo do que gostaria.

vida e biosistemas necessitando, então, de uso de modo restaurador de uso da natureza e da disposição de dejetos dentro da capacidade de absorção da natureza.

Argumenta que sustentabilidade seria a possibilidade de se obter condições de vida iguais ou superiores a um grupo de pessoas em um dado ecossistema e estando a busca dessa sustentabilidade, resumida ao ponto em que se pudesse atingir harmonia entre humanos e a natureza (CAVALCANTI, 2005).

Há que se considerar que o termo desenvolvimento sustentável, que parte da idéia de sustentabilidade tem um conceito posto em constante análise e como alerta Ribeiro (1992) é um processo em curso, ante um amplo espectro ideológico e uma variabilidade de interpretações sendo que suscita uma “reeticização” do capital quando incorpora a preocupação com as gerações futuras.

Com isso Ribeiro (1992) analisa que mais que a determinação de um conceito, as discussões sobre desenvolvimento sustentado fluem para um “metarrelato de características utópicas” o que possibilita alianças entre ambientalistas e agentes sociais interessados no crescimento econômico, deixando vaga a condição da preocupação ambiental. Sendo assim, desenvolvimento sustentado vem a ser a noção central responsável tanto para articular quanto para neutralizar interesses divergentes internamente ao campo político formado pelo grande “metarrelato utópico ambientalista” (RIBEIRO, 1992, p. 38).

Nessa perspectiva José Eli da Veiga destaca a possível existência de um “caminho do meio” como interface ou alternativa de solucionar o problema do desenvolvimento. Assim, o caminho do meio, ao qual se refere Veiga (2005), recusa as concepções tradicionais de desenvolvimento aliado a crescimento econômico ou de que o tema seja apenas alvo de infundáveis discussões ideológicas sem que chegue ao seu alcance. A proposta é que ele exista, e o autor já adianta que além de complexo, o caminho do meio entre essas duas concepções seja ainda mais desafiador e “difícil de ser trilhado” (VEIGA, 2005, p. 18).

Em meio aos encontros e desencontros nas abordagens envolvendo desenvolvimento com teorias economicistas, surge a Carta da Terra que retoma o paradigma holístico da ecologia, harmonizando as concepções das ciências da Terra, cosmologia, física quântica e a biologia contemporânea. A declaração foi homologada em 2000 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, após oito anos de discussões, iniciadas durante a Rio-92, num processo que contou com a participação de mais de 100 mil pessoas de 46 nações, entre elas o Brasil. O documento afirma que “a Terra está viva e forma

com a humanidade parte de um vasto universo em evolução” (BOFF, 2004, p. 60). Assim a Carta da Terra faz um convite à construção de uma nova aliança com nossa “Casa Comum” fundamentada em novos pactos sociais de responsabilidade de todos, radicada em dimensão espiritual de reverência, gratidão e humildade do ser humano ante a vida, levados a cabo por princípios fundantes do novo *Ethos* mundial. Recentemente, em abril de 2007, o Brasil, através do Ministério do Meio Ambiente, formalizou seu compromisso com a Carta da Terra responsabilizando-se, em consonância com o acordo de cooperação técnica que foi assinado, em trabalhar na divulgação dos princípios éticos e políticos da Carta da Terra com o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro¹⁰³.

A Carta da Terra surge da necessidade de regular as relações entre o desenvolvimento e o meio ambiente como propunha o “desenvolvimento sustentável” da Comissão *Bruntland*, que se baseia vagamente na exploração racional dos recursos naturais com preocupação das futuras gerações. A saber: quem será a futura geração? Quantos serão e quais as suas necessidades? A idéia de sustentabilidade, então, assume, aí, o caráter de superação do conceito de desenvolvimento sustentável atinado por uma corrente economicista ancorada no acúmulo de bens e serviços que faz com que se torne contraditório em seus próprios termos, pois se tornam inexequíveis na prática contrapondo e mascarando possíveis alternativas que relacionam produção de bens necessários à vida e a limitação dos recursos naturais. Nesse sentido, é o responsável pela incorporação do sistema mundial imperante às exigências do emblemático discurso ecológico (BOFF, 2004).

Passando da discussão nesse nível de abstração para focar o tema da sustentabilidade no âmbito do Assentamento Caxirimbu, vale lembrar com Moraes e Vilela (2003) citando Sabourin e Duqué (2000) que esta, pensada em termos de grupos camponeses, corresponde à ampla reprodução das unidades de produção existentes, seja a família, a terra e o patrimônio, que possa garantir a integração econômica, social e cultural das próximas gerações, bem como a manutenção dos “agroecossistemas”, a partir de quatro enfoques: a viabilidade econômica, a viabilidade social ou “vivabilidade”, a transmissibilidade do patrimônio e a reprodutibilidade ambiental ou agroecológica dos ecossistemas cultivados.

Moraes e Vilela (2003) sugerem então, que tratar da viabilidade da produção familiar requer que se tenha compreensão tanto das instituições econômicas quanto das não-econômicas que fazem parte da vida dos grupos que operam sob múltiplas referências. Dessa

¹⁰³ Divulgado em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/30/materia.2007-04-30.6878507078/view>. Acesso em 25/05/2007.

forma a viabilidade econômica é analisada a partir da constituição da renda familiar, verificando-se atividades agrícolas e não-agrícolas, incluindo-se transferências de renda, (através de políticas sociais, encargos públicos) e produção para o auto-consumo, como pode ser observado no universo do assentamento pesquisado. Lembram ainda autor e autora que se relaciona, isso, à capacidade de acúmulo de recursos para resistência ante a dificuldade ocasionada por um “ano ruim” para a produção; capacidade de manutenção do patrimônio e a capacidade de produção e conseqüente manutenção de vida digna da família a partir das atividades agrícolas e não-agrícolas e atividades complementares afins.

Por “vivabilidade” (SABOURIN e DUQUÉ apud MORAES e VILELA, 2003) referem-se “à capacidade de integração das famílias agricultores no tecido social agropecuário e rural, focando o tema da densidade desse ambiente” (MORAES e VILELA, 2003, p. 118). Isto aponta, certamente, para a densidade do tecido institucional de apoio ao assentamento. Emerge, por outro lado, o tema da transmissibilidade como dimensão relativa aos chamados ativos materiais através da transmissão do patrimônio, e à própria capacidade de instalação das novas gerações, mas ainda, aos ativos imateriais como a cultura, as tradições e os saberes.

Em referência ao uso dos elementos naturais capazes de serem apropriados pelo grupo e transformados em recursos, ou à reprodutibilidade agroecológica, esta se constitui um critério de base no manejo dos sistemas de produção que podem passar por problemas de degradação como erosão, queimadas, e secagem de áreas úmidas como brejos. Subjacente aos usos e práticas, há uma ética da natureza, orientadora das condutas, como um conjunto de valores, a ser desvelado. Para analisar a sustentabilidade ambiental do Assentamento, levou-se em conta a apropriação adequada das possibilidades naturais disponíveis, a identificação da realização de práticas consideradas predatórias e suas conseqüências, como por exemplo, queimadas, uso de agrotóxicos no controle da produção; a realização de rotatividade no plantio das roças e o manejo da população com os afluentes existentes na área do Assentamento e seu entorno.

4.2 Faces da sustentabilidade: a perspectiva da recursividade¹⁰⁴

Ao focar as dimensões da sustentabilidade do Assentamento investigado, a partir do modo de vida da população, compreendeu-se que isso não poderia ser feito seccionando-se ou compartimentalizando as dimensões sócio-cultural, econômica e ambiental. Tendo em vista que os aspectos a serem observados para a verificação da sustentabilidade no cotidiano do grupo confundem-se e que tais dimensões são inter-relacionalmente identificadas, uma abordagem totalmente estratificada não possibilitaria uma apreensão da forma que a pesquisa se propunha a fazer. Assim, embora os enfoques estejam aqui descritos, estrategicamente apresentados por dimensão verificada, estas devem ser compreendidas como interrelacionadas, sendo esta recursividade (MORIN, 2002) uma premissa epistemológica para apreensão do objeto de estudo cujas concepções norteadoras de sustentabilidade igualmente apontam para a observação de possíveis pontos que gerem insustentabilidade e podem ser apreendidos ao longo do texto.

Busca-se aqui, também compreensão do tema sustentabilidade a partir da lógica da população investigada: camponeses/as assentados/as pela Política de Reforma Agrária, apreendida pela pesquisa em suas relações concretas com a natureza e com o mercado, através de suas formas de trabalho e em sua reprodução sociocultural tanto em seus pontos de contato quanto de distanciamento das concepções norteadoras de sustentabilidade referidas. A propósito, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2003), lançado pelo governo nacional em 2003, sugere a promoção de emprego e renda, ocupação dos territórios com soberania e equilíbrio, para assim garantir às populações segurança alimentar, promoção e preservação de suas tradições e de sua cultura e do meio ambiente em que se está inserido. Assim, busca combinar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental sem descuidar de pensar ações voltadas para reconhecimento de atividades tradicionais, igualdade de gênero e valorização da diversidade. Nesse sentido, o Assentamento constitui-se num rico campo de informações haja vista a junção de sujeitos com as mais diversas peculiaridades, atividades produtivas, devoções religiosas e com variados interesses políticos e sociais (ANDRADE e SOUZA FILHO, 2006).

¹⁰⁴ Para Edgar Morin, o princípio da recursividade ocorre na medida em que instâncias produtoras são igualmente a resultante de sua relação de produção, ou seja, são ao mesmo tempo, produto e produtoras, causas e produtores daquilo que produziram, extrapolando a idéia linear de causa e efeito, produtor e produto, já que tudo que é produzido volta sobre o que produziu num ciclo auto-constutivo, auto-organizador e autoprodutor (MORIN 2002). Aqui se pensa também no sentido da interrelação entre as múltiplas dimensões da sustentabilidade como co-produtoras, entre si e, portanto recursivamente ligadas umas às outras.

Nessa perspectiva, a possibilidade de voltar a lidar com a terra parece o ponto chave que norteou o retorno da população investigada, haja vista que a maioria veio de outros povoados, onde vivia na condição de moradora, e da zona urbana de Caxias, onde não tinha muitas oportunidades de reprodução familiar.

Os primeiros anos do Assentamento são lembrados por assentados/as como difíceis e sofridos. Quando da chegada na área, que disponibilizava condições mínimas de estrutura para os/as novos/as habitantes, considerado por eles/as o primeiro desafio foi a abertura dos espaços para instalações das moradias, devido à grande quantidade de vegetação próxima à estrada de acesso a Caxias. “Abriram”, então, a Rua do Eucalipto, nas proximidades do Riacho Preto considerando o sentido de suas margens, a fim de facilitar o abastecimento de água, sendo que esse riacho juntamente com o Praquê e mais dois poços artesanais existentes desde a Fazenda Caxirimbu eram, inicialmente, as opções de consumo de água potável (Fig. 14).



Fig. 14 – Visualização da Rua do Eucalipto, nas proximidades do riacho Preto.
Fonte: *Google Earth*, 19 de janeiro de 2007.

O segundo desafio foi a própria construção das moradias. No início, eram apenas casebres com paredes de barro e cobertos de palha de palmeira de coco babaçu, o que promoveu inicialmente muitas desistências por parte das famílias, diante das difíceis

condições dispostas inicialmente, tanto que algumas delas com residência na zona urbana, e não verdadeiramente em busca de melhores condições de reprodução familiar pelo trato com a terra, por não suportar os obstáculos dos anos iniciais, optaram pelo retorno a Caxias, cedendo espaço a outras que estavam autenticamente à procura da terra e das suas possibilidades. De fato, desde o início do povoamento da área de Caxirimbu até a resolução de todos os trâmites de desapropriação legal da Fazenda, foram mais de três anos de espera pelo recebimento dos créditos iniciais a que teriam direito como assentados, inclusive o que confere à construção dos domicílios¹⁰⁵, levado a efeito no período de novembro de 2002 a janeiro do ano seguinte.

Quando eles [diretoria do sindicato] mandaram o pessoal vir pra cá, disseram que não precisava ninguém fazer casa boa! Era só fazer uma casinha qualquer para passar poucos dias debaixo dela, né? Certo é que nós demoramos mais de três anos debaixo dessas casinhas para poder receber essa daqui. Era casinha ruim de mais! Às vezes faltava cair. Teve uma nossa mesmo que até pegou fogo.¹⁰⁶

Vale ressaltar que as primeiras oportunidades de créditos disponíveis à categoria assentado/a são representadas pelo chamado Crédito Implantação, que lhe permitia iniciarem as atividades de produção, assegurando-lhes as condições mínimas necessárias para permanência na terra¹⁰⁷ (BRASIL, 2005). Mas, ao contrário do que sugerem as diretrizes do INCRA, as casas definitivas foram construídas por empresa particular, contratada para a execução das obras, numa decisão que, conforme relatos dos/as assentados/as, foi tomada por não existir, entre eles, mão-de-obra suficiente para o serviço. Por outro lado, foi patente a participação do INCRA, no tocante à fiscalização das obras, acompanhadas mais de perto também pelo grupo, ao custo de dois mil e quinhentos reais cada domicílio, com 48 metros quadrados de área construída, com dois quartos, sala, cozinha e área de banheiro, sem, porém instalação hidráulica.

Nós ía fazer um mutirão, mas nós reunimos os companheiros aqui e vimos que não tinha pedreiros. Aí a gente empreitou. A firma dava no ponto da chave, já tinha preço fixo, aí quando o governo fazia a casa, aí, ia recebendo pelo aquilo que ele ia fazendo, toda vez que faz uma liberação para o fornecedor tinha que vir uma equipe do incra [INCRA] fiscalizar a casa. Aí, eles faziam um levantamento se o que tava

¹⁰⁵ Analisando-se as narrativas, observa-se um consenso quanto ao fato de que o povoamento se inicia a partir de maio de 1999, com a chegada das primeiras famílias.

¹⁰⁶ José Milton M. de Abreu, 35 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁰⁷ Esse crédito compreende ainda outras três modalidades: o Crédito Alimentação, para a aquisição de gêneros alimentícios necessários aos assentados e suas famílias, enquanto aguardavam os primeiros resultados da produção; o Crédito Fomento, para a aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, tratores, plantel de animais e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do Assentamento e ao desenvolvimento ou implantação das suas atividades produtivas, e o Crédito Habitação, para a construção, em regime comunitário da moradia das famílias assentadas (Cartilha PRONAF, 2005).

ali valia aquilo que foi gasto. (...) Nunca foi liberado dinheiro antes, para só depois fazer o serviço, não. E nós também acompanhando. Nós éramos o próprio fiscal das casas!¹⁰⁸

Outros desafios ultrapassados pela própria resistência do grupo dizem respeito à dificuldade inicial de organização da produção agrícola, especialmente a que seria para o autoconsumo. As famílias não obtiveram sucesso na primeira safra, em primeiro lugar por se terem instalado na área do Assentamento a partir do mês de maio de 1999, fora, em média, do período conveniente ao plantio, de acordo com o calendário de atividades. Depois, os laços afetivos entre assentados/as ainda se mostravam incipientes, fazendo com que trabalhassem de forma isolada, sendo esse, por sinal, um dos pontos enfocados pelo grupo, no tocante às dificuldades que se apresentavam na nova vida: a falta de solidariedade entre eles/as já que, à exceção de familiares que também se estabeleceram no Assentamento, eram, em sua maioria, estranhos entre si.

A necessidade de fortalecimento da união entre os/as novos/as companheiros/as¹⁰⁹ foi percebida aos poucos, em razão das dificuldades que a área apresentava. Então, juntos conseguiram ultrapassar situações diversas, sobretudo nas questões que diziam respeito à produção agrícola, um fator que atinge, em primeira instância, a reprodução das novas famílias, sendo visto, por alguns, como condição de permanência ou não na área.

Inicialmente, as linhas de roça eram cultivadas nas áreas próximas de onde se estabeleceram as famílias, mas os resultados não foram positivos. Com a fertilidade do solo insatisfatória, depois de dois anos de safras quase totalmente perdidas os homens do Assentamento partiram para desbravar outras áreas, dentro dos seus limites, em busca de solos com melhores condições de plantio. De acordo com informações colhidas por eles, existiam áreas anteriormente arrendadas a terceiros pelos vaqueiros e encarregados da Fazenda Caxirumbu, inclusive sem o conhecimento do Sr. Aníbal de Freitas, pernambucano e proprietário, as quais estariam localizadas na parte de mata mais fechada, no sentido do pasto. Assim, “descobriram” os centros – termo pelo qual denominam a essa ação conjunta – que

¹⁰⁸ José Milton M. de Abreu, 35 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

¹⁰⁹ Assentados/as referem-se entre si como companheiros/as, um tratamento que não se limita aos de Caxirumbu, mas também se refere a trabalhadores/as rurais de outras áreas. Cuche (2002) lembra que a construção da identidade é feita no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes orientando suas representações e escolhas, o que se dá numa relação de alteridade, distinguindo-se um grupo dos outros com os quais contacta. No caso dos/as camponeses/as de Caxirumbu, entende-se que distinguem-se de outros/as trabalhadores/as não vinculados/as à reprodução social através do trato com a terra e com causas que envolvam o campo. Vale lembrar que esse tratamento é mais usado pelos atores mais envolvidos com os movimentos sociais, como as associações e o sindicato, presidentes e lideranças.

nomearam de Centro da Caveira, Centro do Zezinho e Centro da Rapadura e que, a partir disso, tornaram-se, no Assentamento, áreas preferenciais para a produção.

Por outro lado, mesmo antes da “descoberta do centro”, alternavam-se entre a pequena produção resultante das primeiras roças e outras atividades de composição de renda para manutenção e reprodução familiar, até extrapolando os limites do Assentamento. Prestavam ainda serviços de diaristas em tarefas complementares como por exemplo, no beneficiamento de mandioca em casas de farinhas de localidades circunvizinhas¹¹⁰, na lida com o coco babaçu, na venda de amêndoa, azeite ou carvão, entre outras, somando-se a isso as atividades não-agrícolas, como os serviços domésticos em casas de famílias na zona urbana, na construção civil, dentre outras.

Mas, contrariando as expectativas negativas que ouviam à época, sobre a consolidação da desapropriação da fazenda, a persistência e a vontade do grupo de nela permanecer, fez com que conseguissem constituir seus espaços. Vale ressaltar que os créditos disponíveis na fase inicial do Assentamento são lembrados como importantes, quer como instrumento educativo, quer como primeiras oportunidades de praticarem o trabalho mútuo e solidário.

Só agora em fevereiro [ano 2006], que nós recebemos o primeiro recurso pra trabalhar, o recurso do Assentamento [refere-se ao Pronaf A]. Até agora, todo mundo vinha trabalhando com seu próprio braço, com seu próprio esforço pra viver e sobreviver. A gente recebeu um recursozinho pra fazer essas casas, porque tinha que fazer. Aí a gente recebeu outro recurso: foi mil reais¹¹¹. Não era pra gastar, [aplicar em destino diferente ao que o programa sugeria] era pra empregar! Nós compramos um trator, depois comprou outro e fez a casa de farinha. Mas não sobrou para a sobrevivência do dia-a-dia. O que nós tiramos pra sobreviver foi quatrocentos reais, que nós compramos de alimentação. O resto é a gente vivendo do dia-a-dia, trabalhando. O povo daqui é trabalhador! Aqui tem mulheres trabalhadoras, homens trabalhadores. Cidadãos e cidadãs que trabalham bem! Porque o trabalho faz parte da vida humana e o trabalho é honra. É tão bom você viver do seu próprio suor do seu rosto!¹¹²

Como afirmam Leite, Heredia, Medeiros et al. (2004), o acesso à terra, e o aporte da mão-de-obra familiar para o trabalho, são elementos necessários, mas não suficientes para as plenas condições de produção da população assentada. Assim, os autores focalizam o acesso ao crédito e a máquinas e equipamentos, bem como a existência de instalações e a obtenção

¹¹⁰ As atividades mais realizadas são o descasque da mandioca e a produção da farinha de tapioca. Ainda é corrente, no Assentamento a presença de mão-de-obra temporária diarista, verificada especialmente entre mulheres chefes de família que, sem companheiro, algumas vezes têm menor participação da produção agrícola na composição da renda familiar e a complementam com as diárias.

¹¹¹ O valor do crédito para aquisição de material de construção recebido foi de R\$ 2.500,00 e do Crédito Apoio, que serve para comprar gêneros alimentícios, ferramentas e animais, receberam R\$ 1.000,00.

¹¹² José Alves de Sousa, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

de informação como fatores que influenciam de forma decisiva para o sucesso de suas possibilidades produtivas.

Nesta perspectiva, foi observada a existência de instalações para criação animal como, por exemplo, chiqueiros, pocilgas, granjas e cerca, de instalações de armazenamento de água, como dois açudes que servem principalmente para saciar a sede do gado e pequenos reservatórios domiciliares (caixas d'água), de instalações de beneficiamento, como casas de farinha e mini-usina de beneficiamento de arroz, sem dizer de instalações outras, como depósitos e pequenos armazéns, utilizados para a reserva da produção e garagens. A maioria das instalações não existiam na fase anterior ao Assentamento, salvo um dos açudes, que antecede até à Fazenda Caxirimbu, a qual contava, na sua fase mais promissora, com mais de seis mil cabeças de gado, servindo este, então principalmente para o consumo destes animais.

Isso mostra a precariedade das condições de estrutura da área na fase inicial do Assentamento, quando ainda tudo estava por fazer (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS et al., 2004), inclusive cercas e reservatórios, por outro revela a importância da sua constituição para o acesso da população aos meios de produção e a capacidade das próprias famílias de estruturar seus espaços. Vale ressaltar que os domicílios e a mini-usina foram adquiridas por meio dos créditos disponíveis, como explicou José Alves de Sousa.

Destacam-se mais uma vez, as melhorias das condições da estrutura dos domicílios feitas pela maioria das famílias do grupo. Algumas revestiram as paredes, que eram de tijolo aparente, expandiram a área construída, que era de 48 m², aumentaram o número de cômodos, construíram varandas e depósitos para armazenamento de safras, além de banheiros internos (Foto 5). O piso das residências é construído de cimento e todas são cobertas com telha comum, porém os interessados em estabelecimentos comerciais as ampliaram e adequaram aos padrões de pequenos comércios ou quitandas e até a de um salão de festas que anima a população, de sorte que assentados/as afirmam que as moradias em que vivem hoje têm melhor qualidade que as da situação anterior.

São assim, mais uma vez, reveladas as mínimas condições de moradia disponibilizadas inicialmente, mas se reafirma, em algumas famílias, a capacidade de se estruturar melhor por conta própria, a partir de seu trabalho, antes mesmo das intervenções feitas com recursos do financiamento do Pronaf. Ademais, ainda sobre os elementos somados ao acesso à terra para condições de produção, destaca-se, no âmbito do Assentamento, a utilização de máquinas e equipamentos, como dois tratores de esteira pertencentes, respectivamente às Associações I e II, disponíveis também aos associados da Associação III,

que organizaram a mini-usina de arroz. Há também motor elétrico das casas de farinha e as bombas para captação de água nos poços artesanais.

Quando assentados/as estabelecem opções para driblar as dificuldades seja pela tentativa de entrar no mercado, conseguir financiamento, atender às certas imposições do Estado pela sua nova condição, estão buscando construir, numa relação dialética, um novo sentido de produtividade, produção e uso dos recursos naturais, embora sempre os mesquem a um certo grau de tecnologia, como por exemplo o uso de motores elétricos para moer a mandioca nas casas de farinha ou no beneficiamento do arroz. Além, em se tratando de acesso à terra para produção agrícola, no início do processo de povoamento do Assentamento os centros produtivos foram considerados os melhores solos para essa finalidade e as famílias construíam as roças quase totalmente nessas áreas, como já tratado anteriormente, de modo que as terras ou solo do Centro da Rapadura, Centro do Zezinho e Centro da Caveira, destinam-se prioritariamente à agricultura, enquanto as áreas próximas à sub-sede da antiga fazenda são direcionadas à criação de gado e coleta da semente de capim “andropol”, o que contribui na composição da renda familiar.



Foto 5 – Domicílio com condições melhoradas de moradia.
FONTE: Lima, 2006/2007.

Observa-se, atualmente, um aumento da quantidade de roças, nas áreas mais próximas da agrovila, com fertilidade em medida igual à dos centros. Essa mudança de opção proporcionou melhor comodidade aos assentados/as no que se refere ao transporte da produção da área da roça até à agrovila, de onde escoar a parte destinada à comercialização,

evitando que se ausentem a semana inteira de seus domicílios para os Centros. É que devido ao plantio mais próximo da agrovila, podem os trabalhadores/as se deslocar no início da manhã e retornar a suas casas ao final do dia, diminuindo a ausência de pais e mães em casa, o que traz mais tranquilidade para as famílias que têm essa opção, já que a permanência nos centros provocava inquietações a respeito da segurança de filhos/as, que ficavam na agrovila.

As terras férteis dos centros não foram, entretanto, totalmente abandonadas, sobretudo após as obras executadas na via de acesso a esses locais. No início da pesquisa, registraram-se obstáculos enfrentados por assentados/as, tanto pela distância, (quatorze quilômetros) quanto o relevo íngreme, que fazia com que o deslocamento realizado a pé, bicicleta, motocicleta ou carro se tornasse cansativo e demorado, contribuindo inclusive para perda de safras facilmente perecíveis, como melancia e abóbora, que se estragavam, antes de serem levadas para a agrovila, pela dificuldade de transporte. Com o processo de melhoria da estrada (alargamento e raspagem), isso se modificou pela facilidade de acesso aos três centros, ação essa prevista no Diagnóstico Rural Participativo – DRP e no Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e que aconteceram entre os meses de abril e maio de 2006. A mesma estrada também possibilitou o acesso ao Assentamento Buenos Aires, o que contribui para as relações de interconhecimento com a população de Caxirimbu.

Aliás, sobre o PDA, concorda-se com Sparovek (2003) quando diz que o documento, além de necessário para a liberação de crédito, constitui-se no primeiro instrumento formal de planejamento detalhado e participativo adotado nos assentamentos merecendo destaque na análise da sustentabilidade sócio-cultural. Porém, ao analisar o PDA do Caxirimbu viu-se que ele passou por adequações desde o início dos trabalhos da equipe da ATES¹¹³, que atua na área, realizadas a partir do momento de inserção da equipe, que se deparou com informações não condizentes com a realidade do Assentamento, inclusive com dados idênticos aos existentes no PDA do Assentamento Buenos Aires.

De fato, não foi identificada nenhuma família que tenha participado da construção do PDA de Caxirimbu, contrariando o que diz o corpo do texto do próprio documento sobre a ação que deveria representar, ou seja, “as aspirações e interesses, bem como o acate as decisões dos sujeitos locais (assentados e assentadas)” (BRASIL, PDA, 2004, p. 7), devendo

¹¹³ O serviço de Assessoria Técnica, Ambiental e Social à Reforma Agrária – ATES no Maranhão foi estabelecido por convênio entre o INCRA e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Maranhão (Fetaema) que é responsável por selecionar e contratar prestadoras de assistência técnica, em geral organizações da sociedade civil. No caso da ATES – Caxias, a responsável pela Assessoria é a Cooperativa de Serviços Técnicos (Coosert), cuja equipe composta por profissionais das áreas da educação, ciências humanas e agrárias, atua em dez assentamentos rurais, sendo oito no município de Caxias e dois no município de Timon – MA a 65 km de Caxias.

isso ser feito através de metodologia participativa, o que leva a pensar que o documento tenha sido organizado aleatoriamente, apenas com informações superficiais da região e alguns dados da área. Em face disso, a equipe de ATES atualizou os dados constantes do PDA e caracterizou melhor a área, desta vez com participação, ainda que modesta, da população, o que se deu por meio de reuniões com as associações e o técnico agrícola que visita regularmente o Assentamento, de sorte que o PDA cedeu espaço para o Diagnóstico Rural Participativo - DRP que, reformulado não elimina o PDA, mas foi, por razões óbvias, documento oficial que serviu de consulta para esta pesquisa.

As famílias assentadas trabalham nos centros e agrovila com o cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca, realizando uma produção para provisão que tem ainda na composição de renda, atividades não-agrícolas, como a que envolve o coco babaçu e atividades temporárias, tanto na área do Assentamento quanto fora dele, além de contar com benefícios previdenciários e programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa-Família.

4.2.1. Economia de Caxirimbu: entre representações e símbolos de melhoria de vida

Em se tratando da viabilidade econômica do grupo, como geração de renda e ganhos monetários dos assentados, lembro Leite, Heredia, Medeiros et al. (2004) que, ao investigar assentamentos em diversas regiões brasileiras, concluíram que, se analisados apenas em termos absolutos, os resultados acerca da questão econômica podem ser considerados insatisfatórios por si sós, daí que a análise deve associar-se a uma percepção de melhoria de condições de vida. Isso, a partir do acesso à terra concedido mediante a condição de assentado/a, sinaliza para uma maior “estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar” (LEITE, HEREDIA e MEDEIROS et, al., 2004, pág. 233), não se priorizando então a verificação do intitlamento que cada um possa desfrutar, pois segundo Sen (2000), o intitlamento de uma pessoa ou grupo depende diretamente dos recursos de que dispõem e das possibilidades de troca, dos preços relativos e do funcionamento dos mercados.

Nesse sentido, Moraes e Vilela (2003) dizem que o trato da viabilidade da produção familiar requer a compreensão das instituições econômicas e não-econômicas que fazem parte da vida dos grupos sociais, operando sob múltiplas referências. Assim, diante da complexidade de análise da renda na agricultura familiar (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS et

al., 2002), ao invés de tratar especificamente de renda monetária, usou-se nesta pesquisa o termo composição de renda.

Por esse prisma, a verificação da viabilidade econômica de Caxirimbu foi considerada a partir dos seguintes pontos: a produção agrícola das famílias, seja para a comercialização, seja para autoconsumo; as atividades não-agrícolas dos/as assentados/as; os recursos oriundos das políticas de transferência de renda; as aposentadorias e pensões e contribuições financeiras vindas de familiares externos ao assentamento; o acesso aos alimentos; as condições de habitação; a posse de bens duráveis (telefones celulares, fogões a gás, geladeiras, televisão, antenas parabólicas, aparelhos de som, DVD, transporte próprio, inclusive bicicletas e animais, como cavalos, jumentos, burros).

Como visto no capítulo 3, as famílias de Caxirimbu têm as atividades agrícolas voltadas para o cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca e seu beneficiamento, pasto, criação de pequenos animais, e também outros produtos, não tão valorizados pelos/as assentados/as, se analisado a partir de conversas e narrativas, mas a partir do aprofundamento empírico no grupo, são identificados como importantes, seja quanto à diminuição de dispêndio de recurso monetário para o acesso a tal produto, seja no tocante à diversidade no cardápio alimentar, considerando que um elemento importante à análise da sustentabilidade do grupo diz respeito às condições alimentares de que as famílias dispõem. Produtos como, amendoim, melancia, urucum, fava, abóbora, caju, limão, laranja, manga, acerola, cajá, tamarindo, pimenta malagueta e “de gosto”, dentre outros, servem para auto-consumo e são comercializados entre as famílias do Assentamento e com pequenos comerciantes da zona urbana. Do gado, a carne vai para comercialização, e o leite é direcionado mais para o auto-consumo. Dos animais de pequeno porte como galinhas, porcos, capotes, patos, aproveitam-se para venda e consumo tanto a carne, como a banha (gordura animal) e os ovos no caso das aves.

Em geral, os recursos monetários obtidos na comercialização dos produtos não são contabilizados diretamente pelas famílias em sua composição de renda. Com efeito, ao serem perguntadas sobre a média do valor mensal recebido pela comercialização, a maioria não consegue especificá-lo, o que pode acontecer por dois motivos: não se trata de uma venda regular, já que foi observado que, geralmente o grupo realiza a comercialização, ao sentir a necessidade de algum produto ou gênero em casa; não há liberdade de aplicação do recurso monetário recebido, que muitas vezes já tem destino certo como por exemplo, o pagamento de tarifa de energia, a compra de medicamentos, a quitação de carnês, dentre outros. Assim, se o produto é comercializado na zona urbana, o valor recebido é imediatamente aplicado ainda lá, o que faz com que sua agregação à renda seja percebida de forma dispersa.

Vale lembrar que, até o momento da presente pesquisa, Caxirimbu tem sete anos de existência, considerando-se o início do povoamento da área em 1999 e, em 2001, a constituição oficial do assentamento. Assim, a população ainda está em constante processo de organização, até porque somente em fevereiro de 2006 se puderam acessar créditos direcionados à categoria. Assim, as análises e observações desta pesquisa atentam para o fato de que ainda se constroem perspectivas a cada dia.

Nesse sentido, são perceptíveis estratégias e alternativas de reprodução familiar absorvidas pelos/as assentados/as diante das oportunidades disponibilizadas pela natureza, de modo que possam inserir-se no mercado. Nessa perspectiva, uma atividade promissora que se apresenta em Caxirimbu é a comercialização de semente de capim “andropol”, colhido na sua área de pasto¹¹⁴, sendo que, apesar de a quantidade de famílias que praticam a coleta ainda ser pequena (cerca de cinco), e segundo o Sr. Edson, um dos primeiros a, no ano de 2005, exercê-la, chegou-se a comercializar sete toneladas, devido ao que abdicou do cultivo de roça desde a safra de 2004/2005 para se dedicar exclusivamente a essa coleta, numa ação que envolve toda a família e se torna rendosa pela inexistência de custos financeiros até o momento, no plantio, a não ser a energia humana gasta na coleta, armazenamento e transporte. Nesse sentido, observa-se uma mudança importante na lógica camponesa, quando parte de múltiplas atividades como o trato da terra e atividades não-agrícolas, para a coleta de sementes deixando de ser, para esta família, atividade complementar para ser a principal fonte de renda e reprodução social.

4.2.1.1 Condições de acesso e utilização de créditos financeiros por assentados

Em se tratando de acesso aos créditos disponíveis à categoria, assentados/as de Caxirimbu foram contemplados desde janeiro de 2006, com o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Os projetos viabilizados pelos recursos do Programa, estes estão em andamento e envolvem atividades de bovinocultura, avicultura, suinocultura e ovinocaprino cultura (Quadros 5 e 6). As famílias contempladas ainda não têm resultados concretos, mas vêm cumprindo as etapas com acompanhamento técnico, enquanto alternam seus esforços entre as várias atividades, ressaltando-se que a chegada do “projeto”¹¹⁵

¹¹⁴ O cultivo da grande área de pasto de capim *andropogon* existente em Caxirimbu data da época da Fazenda Caxirimbu e serve atualmente como atividade complementar de algumas famílias camponesas da área.

¹¹⁵ Em geral, assentados/as referem-se aos recursos do crédito do Pronaf que recebem e ao conjunto de atividades previstas para a execução do Programa como “o projeto”.

em fevereiro de 2006, foi muito aguardada e gerou grande expectativa no grupo. Assim, os resultados a médio prazo não deixam de causar insatisfação, mas o sentimento de impaciência não interfere na execução das atividades previstas, como entre outras, construção da cerca para o gado, roço no pasto, escavação de açude, construção de pocilgas e aviários.

Com o acesso ao Pronaf, as famílias que optaram pelo projeto de bovinocultura organizaram-se para a construção da cerca, o roçado do pasto e custearam a escavação de um açude que servirá para saciar a sede do gado. O trabalho foi realizado em regime de mutirão, sendo as decisões para a execução destas atividades tomadas em comum acordo com as famílias beneficiadas, através de reuniões convocadas pelos técnicos da ATES. São exemplos a compra de arame para a cerca, o custeio da escavação do açude para manter o gado e o local de retirada das estacas de madeira, de modo a não penalizarem excessivamente a área verde.

Identificação	Tipo de projeto	Quant. de famílias contempladas	Custo do projeto por família (R\$)	Quantidade média do rebanho
Associação I dos Agricultores Familiares do Povoado Caxirimbu	Bovinocultura de corte	26	17.621,79	231
	Suinocultura	05	10.812,45	25
	Caprinocultura	07	17.675,05	252
	Sub-total	38	46.109,29	508
Associação II dos Agricultores Familiares do Povoado Caxirimbu	Bovinocultura de corte	22	17.446,79	264
	Suinocultura	08	9.477,88	40
	Caprinocultura	01	13.751,85	37
	Avicultura Caipira	01	14.582,36	40
	Sub-total	32	55.258,88	381
Associação III dos Agricultores Familiares do Povoado Caxirimbu	Bovinocultura de corte	17	16.468,77	204
	Suinocultura	04	9.477,88	20
	Caprinocultura	07	12.725,13	252
	Sub-total	28	28.678,78	476
	TOTAL GERAL	98	140.039,95	1.365

Quadro 5 – Número de famílias contempladas com o Pronaf em Caxirimbu

Fonte: Dados disponibilizados pela ATES – Caxias, 2007.

Por outro lado, há o descontentamento de alguns assentados/as com as ações que dependem dos recursos financeiros concernentes aos projetos, que são liberados somente com a autorização da equipe de ATES, pelo cumprimento de etapas propostas anteriormente, como por exemplo, a entrega do recurso para a compra do arame da cerca, que acontece após o

roçado do pasto. O uso dessa estratégia, segundo a engenheira agrônoma Simoni Pereira, que participa da equipe que contempla Caxirimbu, serve para que os recursos não sejam usados indevidamente e aplicados em produtos que fujam aos objetivos do projeto, na intenção de minimizar problemas posteriores como a inviabilidade da produção, e a impossibilidade de pagamento do débito constituído, dentre outros.

Associações	Gado	Galinhas ¹¹⁶	Suínos	Caprinos
Associação I	231	-	25	252
Associação II	264	40	40	37
Associação III	204	-	20	252
Total	699	40	85	541

Quadro 6: Quantidade de animais adquiridos através do Pronaf.

Fonte: Dados disponibilizados pela ATES – Caxias, 2007.

Assim, alguns assentados se dizem à mercê dos técnicos, sem oportunidade de escolhas de uso do crédito que fizeram (SEN, 2000), embora admitam que, feita a liberação pela ATES, conseguem “pechinchar” preços de mercadorias, já que comprem material em quantidade significativa¹¹⁷, de sorte que conseguem fazer reserva de recursos para gastos imediatamente necessários, pois o valor orçado em projeto é sempre superior ao alcançado no mercado, como se pode depreender do seguinte depoimento:

Nós estamos trabalhando no sentido de que implante o projeto, né? Mas o projeto não sai recurso em mão, pra gente se virar! Aí, sai as [fases de] implantações do projeto. (...) Aí, o cara tem que se virar com aquilo, ele vai pechinchando. O banco dá o dinheiro pra comprar a ração, a gente vai racionando os bichos. Aí se o cara não tiver outro meio vai e pega a parte pra ir se “arremediando” e também guardando para o futuro.¹¹⁸

O acordo para a realização do regime de mutirão, realizado nestas fases, foi sugerido às pessoas que concordaram, pela equipe de ATES, idéia que complementaram com a proposta de uma lista de frequência diária para os participantes das atividades de bovinocultura, numa estratégia que funcionou como uma espécie de fiscalização sobre o cumprimento de responsabilidades.

¹¹⁶ Segundo a ATES – Caxias, apenas uma família da Associação II optou por projetos de avicultura.

¹¹⁷ Ver Proposta/Plano de Negócio – Pronaf. Anexos 2, 3, 4, 5.

¹¹⁸ Bernardino da S. L. Nascimento Nepomuceno, 62 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

Foi feito um termo de mutirão e quando é o dia, tem que ir tudo! Porque se ficar um [assentado], os outros ficam falando: ah, fulano não foi... para onde ele foi? O que é que aconteceu? Ah, o fulano tem duas faltas, três faltas, não sei quantas faltas! Aí, ficam falando isso, né? E aqueles mais zangados ficam logo brabos e diz logo: ' ah, rapaz, eu não vou mais! Pra mim estar trabalhando e uns ficarem lá parado e ganhando do mesmo tanto que eu ganho!! Se isso aqui é nosso, ele não vem por quê?' Aí fica naquela briga, né?¹¹⁹

A equipe técnica considera que o Assentamento tem dificuldade de trabalhar de forma comunitária devido a constantes conflitos de idéias relativas a decisões a serem tomadas. É que muitas vezes reclamam dessa condição estabelecida para o trabalho, demonstrando a preferência por realizar todas as fases individualmente como, por exemplo, fazer uma cerca individual ou separar uma área de pasto para o próprio gado.

Entretanto, durante a pesquisa, observando-se a condução de reuniões de tomadas de decisões, verificou-se a participação efetiva de assentados/as, que sugeriam, narravam experiências anteriores sobre as atividades a serem desenvolvidas e previam possíveis erros e deficiências, além de questionarem, e não só se manterem passivos às sugestões da assistência técnica. Assim, parece certo dizer que para a equipe técnica a inexistência de conflitos e questionamentos, no âmbito do Assentamento, poderia significar o pleno sucesso de suas atividades, mas a população é dinâmica, tem vontade própria e muitas vezes não se acha predisposta a trabalhar como determina as diretrizes de programas institucionais cujos técnicos, apesar do compromisso de pensar as particularidades locais, algumas vezes não conseguem conduzir o processo de assessoria da melhor forma. Além disso, talvez, não estejam suficientemente preparados para lidar com a realidade social, com o embate de idéias, as diferenças, os conflitos internos aos grupos sociais, e a necessidade de negociações internas, inerente a qualquer grupo, sobretudo nesse caso em que o discurso institucional do comunitarismo e do coletivismo é tão forte e estranha à cultura dos/as assentados/as.

As famílias que optaram pela ovinocaprinocultura, suinocultura e avicultura têm um trabalho mais individualizado, já que as pocilgas estão sendo construídas próximas aos seus domicílios, embora as compras de materiais em maior quantidade também sejam feitas de forma conjunta, na intenção de obter menor preço do que o orçado no projeto. Aliás, uma forma de geração de renda em Caxirimbu é o aluguel de área de pasto, pois parte do gado que ali se alimenta é propriedade de criadores com fazendas da circunvizinhança, motivo de descontentamento, uma vez que o pagamento somente beneficia algumas famílias, que

¹¹⁹ Bernardino da S. L. Nascimento Neponuceno, 62 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

permitem a permanência do gado em troca de uma remuneração de dez reais mensais por animal.

A identificação dos que ganham com tal aluguel não é feita abertamente pela população. Mas os assentados/as e a diretoria das associações sabem quem são e, segundo eles mesmo informam, apesar de já terem conversado a respeito, o gado particular continua pastando, caso que perdura na história do Assentamento desde pouco depois de sua constituição. A equipe de ATES, assim que tomou conhecimento da locação do pasto, tenta conscientizar a população para que denuncie os beneficiados, mas ela silencia para evitar conflitos maiores entre si, numa atitude que pode ser vista como uma forma de manutenção das relações de sociabilidade. É que se, por um lado, sentem-se prejudicados pela injusta forma de aluguel, por outro, não querem que isso rompa o bom relacionamento entre as famílias, daí que, no âmbito do assentamento, o assunto sempre seja tratado de modo desconfortável.

As cabras, o gado, os porcos, e as galinhas, foram adquiridos também de forma individual, mas no momento da compra assentados/as beneficiados/as com o Pronaf, reuniram-se em grupos de três ou quatro pessoas para irem a outras cidades, como Graça Aranha (MA), Teresina (PI) e Campo Maior (PI), em busca de animais de boa qualidade por melhor preço.

Quando da limpeza do pasto e da construção da cerca, verificou-se contratação de trabalhadores temporários em Caxirimbu. Essa forma de trabalho é constante, seja durante o ciclo agrícola, quando os membros da família não são suficientes porque as tarefas exigem rapidez e muitos braços, seja nos momentos ou anos de inverno ruim, sublinhando-se que, em geral, os/as trabalhadores/as contratados/as para esses trabalhos, são sempre do universo do Assentamento, ou parentes de assentado/a, que, por algum motivo, não esteja disponível para a execução da atividade, como os mais idosos e mulheres que por alguma razão não se disponibilizam a exercer as atividades mais pesadas.

Há, entretanto, casos de assentados/as que iniciaram e mantiveram atividades sem o incentivo do crédito referido. A compra de moedores a motor para as casas de beneficiamento de farinha e as pequenas criações já existentes de galinha caipira, de porcos e até de gado são exemplos disso. De modo geral, nesses casos, as aves e os porcos são mais utilizados para o autoconsumo, não descartada a possibilidade de venda no âmbito do Assentamento ou em Caxias, enquanto a atividade ganadeira funciona como reserva de recursos, equivalente a uma

“poupança”¹²⁰, e só entra em negociação se houver necessidade de levantamento de quantidade significativa de recurso monetário. Apesar da quantidade do rebanho próprio para o abate ainda estar reduzido, já existe família assentada que abate uma cabeça de gado a cada quinze dias, comercializando seu principal derivado, a carne, tanto no Assentamento, quanto nos povoados circunvizinhos, mantendo, para isso, um pequeno açougue em seu domicílio¹²¹. Vale ressaltar ainda a existência, no Assentamento, de pequenas panificadoras e de uma granja, mantida por um filho de família assentada.

Nesse caso, além de dar a essa família uma condição de reprodução pelo desempenho de mais uma atividade agrícola, o Assentamento configura-se como uma oportunidade de reunião familiar, antes quebrada pela necessidade de busca de trabalho em outros lugares.

Eu tava lá no Sorriso, no Mato Grosso mesmo. A mulher e os meninos estavam em Caxias. Três dias e três noites viajando daqui para lá. Aí eu vim! Cheguei aqui, botei uma rocinha bem aí, e de lá para cá venho trabalhando, trabalhando! Hoje, graças a Deus, eu estou me achando bem! Botei uma roça lá no centro, peguei bons legumes... Só essa roça já me quebrou um bocado de galho!¹²²

“Meu filho chegou agora aí. Ele trouxe dinheiro trouxe de lá do Mato Grosso. Ele comprou uma máquina de pilar arroz, está fazendo ração para porco, para galinha. Ele chegou aqui há poucos dias e já está levando dez ou doze quilos de frango todo dia pra vender! Está dando certo! Eu disse: vocês [os filhos] têm que ficar é aqui mesmo, é aqui perto de mim”.¹²³

Neste caso, a migração temporária para outro estado¹²⁴ proporcionou a condição econômica de iniciar a atividade em Caxirumbu, uma expectativa também observada em outras famílias. Mas ainda há situações de migração no Assentamento que ocorrem como alternativa de renda familiar em casos de “inverno ruim”¹²⁵ e como oportunidade de se

¹²⁰ Como se vê em estudos clássicos sobre campesinato (WOLF, 1976, apud MORAES, 2000), o gado constitui poupança para essas populações.

¹²¹ De fato, as instalações do estabelecimento não se encontram em condições sanitárias satisfatórias, haja vista que o abate é feito em local impróprio (terreiro do domicílio) e não disponibiliza de câmara frigorífica, mas de um *freezer* para conservação da carne. A comercialização da carne ocorre entre as famílias do Assentamento e também nos povoados vizinhos. O valor do quilo de carne (R\$ 5,00) é em geral, menor que o do comercializado na zona urbana (em média, R\$ 7,00). Valores de abril de 2007.

¹²² Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima em 05 de outubro de 2006. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

¹²³ Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

¹²⁴ Entre os lugares para onde migram a maioria dos/as assentados/as, se destacam a zona urbana de Caxias, São Luís (MA), Teresina (PI) e cidades do Tocantins, Mato Grosso como por exemplo Sorriso, onde se envolvem em trabalhos que vão desde a construção civil até a colheita de algodão. Ressalta-se que “ir para o Mato Grosso” tornou-se uma expressão genérica entre assentados/as para se referirem à migração, já que muitas vezes não é este, necessariamente, o destino – Estado – do migrante.

¹²⁵ Os camponeses de Caxirumbu usam esta expressão para se referirem às dificuldades ocasionadas pela perda de safras, atribuindo-as ao período chuvoso iniciado tardiamente. Os camponeses dos cerrados do sudoeste piauiense, focalizados por Moraes (2000), utilizam a expressão “ano ruim”. Através das estações meteorológicas, a época a qual se referem à falta de chuvas corresponde especificamente ao verão.

acumular recurso monetário para a realização de projetos pessoais, destacando-se investimentos em produção agrícola, como é o caso do filho do Sr. Simeão, e na aquisição de motocicletas, pois ser moto-taxista é uma opção de atividade não-agrícola identificada no Assentamento, geralmente na zona urbana, que serve igualmente como forma de deslocamento de assentados no ir e vir a Caxias, no transporte de safras e pessoas dos centros para a agrovila e entre os povoados circunvizinhos.

Aliás, observa-se que tal atividade é uma das opções escolhidas especialmente pelos jovens assentados e filhos de assentados/as, muitos dos quais fazem parte da fatia que corresponde aos migrantes de Caxirimbu, até porque alguns, sem afinidade com a atividade agrícola, migram para outras cidades e regiões, empregando-se em atividades as mais diversas. Com a pretensão de retornar, priorizaram o acúmulo de recursos para investimentos, tentando sua independência econômica, sobretudo a da atividade agrícola, não deixando porém de contribuir na composição de renda de suas famílias.

Ainda tratando da produtividade no Caxirimbu, a atividade ganadeira não tem relevância e não se percebe a comercialização de produtos derivados do gado, sendo que o leite proveniente do rebanho do Assentamento também se insere na produção para o autoconsumo e como incremento ao cardápio das famílias. Com o fortalecimento dado pelos projetos financiados do Pronaf para que as famílias pratiquem a bovinocultura, visualiza-se uma mudança nessa situação com a possibilidade de comercialização mais significativa, podendo atender ao mercado lácteo da zona urbana¹²⁶. De fato, a “chegada do projeto” tem sido apontada como forma de acesso a recurso financeiro ao ponto de muitas famílias declararem que substituíram a atividade na roça pela dedicação à implementação do projeto, no que corresponde ao calendário agrícola de 2005/2006. Diante a liberação das parcelas correspondentes ao financiamento dos projetos¹²⁷ ao invés de contratar mão-de-obra e onerar custos, algumas famílias se organizam para realizar as tarefas acerca da etapa a ser cumprida, como construção das pocilgas, apriscos e cercas.

A gente trabalhava no mercado e lá tinha dia que arrumava [dinheiro] e dia que não arrumava. E aqui, depois de nós assentado aqui, aí melhorou muito, principalmente depois do “projeto”. Porque depois do projeto, aquele serviço daquele aprisco que tu viu ali, a cerca e tudo, foi só meu marido com meus filhos que fez. Aí aquele dinheiro foi a gente que ganhou, né? A gente só não ganhou dinheiro aí do arame, que a gente não sabe fazer, né?(risos) Até hoje a gente vive... de vez enquanto a gente pega num dinheirinho, porque a gente tira lá pra fazer um serviço do projeto,

¹²⁶ Caxias conta com duas fábricas de laticínios, especialmente de iogurte e leite pasteurizado, com uma delas adquirindo toda a matéria-prima em municípios circunvizinhos, como Codó – MA e Pedreiras – MA.

¹²⁷ Ver Proposta/Plano de Negócio, no item Desembolso de parcelas. Anexos 2, 3, 4, 5.

mas aí a gente não paga gente pra fazer... a gente mesmo faz.¹²⁸

Vale ressaltar alguns casos em que as famílias não se disponibilizam a realizar as tarefas e optam por contratar serviços de diaristas, contratos informais, com valor em torno de dez reais, contemplados por pessoas do próprio Assentamento, inclusive filhos/as e ainda parentes “de fora”, o que pode ser visto como contribuição do Assentamento para além dos seus limites, já que incrementa ou subsidia provisoriamente uma população não beneficiada com a política agrária e desempenha o papel de reprodução social no território em que está inserido. Aliás, a preferência por contratar pessoas com grau de parentesco, mesmo que distante, se dá pela preocupação de não inserir no universo do Assentamento sujeitos que não tenham a dedicação e responsabilidade de executar as tarefas ou possam perturbar o cotidiano do grupo. Ressalte-se que essa decisão é inicialmente proposta por assentados/as e não significa que a condição de parente não traga insatisfações.

A propósito, respeitando a diversidade da agricultura familiar brasileira para fins de crédito do Pronaf, as famílias são enquadradas nos grupos A, A/C, B, C, D e E. Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda advinda da atividade rural, o tamanho da propriedade e a forma de emprego da mão de obra familiar. Para cada grupo, existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, garantindo-se assim uma maior proximidade da capacidade de endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção¹²⁹.

Em se tratando do crédito disponível à categoria assentados, o Pronaf A, cada família pode ter acesso a até R\$ 16,5 mil, mais R\$ 1,5 mil para assistência técnica, num total de até R\$ 18 mil, com juros de 1,15% ao ano. Os recursos podem ser utilizados para custeio associado ao projeto de investimento, como por exemplo, ração e medicamentos para animais, com o prazo para pagamento de até dez anos, com três ou cinco anos de carência, conforme o projeto produtivo apontar. A família terá um desconto de 40% ou 45% sobre cada parcela paga em dia, caso tenha contratado ou não a assistência técnica (BRASIL, 2005). A agência financiadora de créditos que atende os assentamentos em Caxias é o Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

Paralelo ao acesso da família ao recurso disponível através do Pronaf A, a agência do BNB em Caxias, disponibiliza o Pronaf Mulher, uma linha de crédito de investimento voltada

¹²⁸ Lindalva Maria Damasceno, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹²⁹ Para detalhes, ver Cartilha do Pronaf (2005) e conferir sítio www.mda.gov.br/saf. Consulta em 12 de maio de 2007.

para a valorização do trabalho feminino no campo e para o fortalecimento das atividades produtivas por elas desenvolvidas, individual ou coletivamente. Há também o Pronaf Jovem, para maiores de 16 e menores de 25 anos, que podem montar um projeto segundo o seu interesse, aplicar seus conhecimentos e gerir sua atividade, numa primeira experiência com o crédito Pronaf e segundo diretrizes que podem estimular e facilitar a emancipação da juventude no campo. Além dos requisitos em relação à idade os/as jovens deverão ter concluído ou estarem cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, tendo participado de curso ou estágio de formação profissional com carga horária mínima de 100 horas, de acordo com requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2005). No caso de Caxirimbu, atualmente os/as jovens ficam limitados/as quanto este acesso, já que a rede de ensino existente no município, não disponibiliza da formação específica que é pré-requisito para o mesmo, e a turma de PRONERA do Assentamento atende apenas ao ensino fundamental.

No que tange às condições de manutenção do grupo, tem lugar, na composição de renda da maioria das famílias, recursos provenientes de renda previdenciária, fundamental na constituição da renda total, sendo uma espécie de garantia da sobrevivência de diversas famílias assentadas. Delgado (apud LEITE, HEREDIA, MEDEIROS, 2004) chega a afirmar que tal fonte acaba se tornando uma espécie de “seguro agrícola”, haja vista que, nos domicílios que possuíam aposentados e pensionistas situados na zona rural por ele pesquisados, metade dos recursos auferidos com o benefício era aplicado no custeio da atividade agrícola.

Nesse sentido, os grupos no Caxirimbu se mostram bastante heterogêneos. Há famílias que praticam atividades agrícolas e têm na composição de renda recursos previdenciários, outras exercem atividades agrícolas e não agrícolas e ainda outras que não se dedicam a nenhuma das atividades, garantindo manutenção apenas através de renda previdenciária e de programas de transferência de renda, como o Bolsa – Família¹³⁰.

¹³⁰ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias pobres com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 e extremamente pobres com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00. Os valores pagos pelo Bolsa-Família variam de R\$15,00 a R\$95,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças, sendo que as famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa podem ser incluídas no Programa independentemente de sua composição. Por sua vez, as famílias com renda mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 por pessoa podem ingressar no Programa desde que tenham gestantes, nutrizes e crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos. O público-alvo preferencial para o recebimento do benefício em nome da família é a mulher, decisão essa que tem como base estudos sobre o seu papel na manutenção da família e a sua capacidade de usar os recursos financeiros em proveito de toda a família (www.mds.gov.br). Consultado em 03 de novembro de 2006.

Há que se ressaltar que as famílias que somam recursos previdenciários e resultados de atividade agrícola conseguem um melhor resultado na composição de renda, sobretudo porque contam com a produção para autoconsumo e o recurso “certo” – aquele que vem da transferência ou da previdência, geralmente empregado na aquisição de outros itens que não produzem, como pagamento de tarifa elétrica, bens duráveis (HEREDIA, MEDEIROS, LEITE et al., 2002), entre outros. É considerável o número de famílias que possui fogões a gás, geladeiras, telefone celular, televisão, aparelhos de som, DVD, antenas parabólicas e transporte próprio como carros e motos, sendo a bicicleta também bastante utilizada, inclusive para ir a Caxias, devido à facilidade de sua compra e sobretudo à boa condição da pavimentação asfáltica do trecho que liga o Assentamento à cidade. Aliás, é importante para as famílias assentadas a posse de bens de consumo, que contribuem para significativas realizações pessoais, à custa do esforço diário e da oportunidade de trabalho decorrente da condição de assentado.

Antes, o legume que apanhava, a farinha que fazia, tudo que era de legume partia com o dono da terra, o que eu ia comprar, uma camisa, um calçado, um remédio, um móvel pra dentro de casa, ia pro dono da terra. E hoje, não. Hoje eu já tenho minhas coisinhas aqui, não é muito, mas já dá pra influir meus meninos. Os meninos não vão mais na casa alheia pra assistir alguma coisa. Estão assistindo dentro de casa. Tem as coisas que eles precisam. Tem som, tem tudo. (...) E eu paguei com a maior tranquilidade. Comprei uma televisão, que foi o primeiro. Paguei com tranquilidade. Depois comprei um *freezer*! Eu tinha o maior sonho de comprar. Tudo com o trabalho daqui.¹³¹

Colabora ainda para a posse de bens e na composição final da renda a contribuição dos parentes que trabalham e moram fora de Caxirimbu. São muitos os casos de famílias que recebem essa contribuição, principalmente de filhos/as que moram em Caxias e outras cidades, muitos dos quais já não faziam parte da familiar nuclear à época do povoamento do Assentamento, enquanto outros, a minoria, saíram em busca de alternativas de trabalho fora das perspectivas rurais – as mulheres, sobretudo, procuram a realização de laços matrimoniais fora do Caxirimbu.

Os animais de médio porte – cavalos, jumentos, burros, etc. – servem como meio de locomoção e trabalho na roça, transportando cargas e pessoas, especialmente no deslocamento até os centros produtivos. No universo de Caxirimbu, a aquisição desses animais significa investimento econômico e, apesar de vistos com menor frequência que as motocicletas e os automóveis, também integram o patrimônio das famílias. Veículos, com pequenas carrocerias

¹³¹ Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

(tipo saveiro), denotam a principal finalidade do bem, que é o transporte de mercadorias e pessoas dos centros para a agrovila e da agrovila para Caxias e povoados do entorno, com muitas famílias que mantêm roças no centro, fretando os serviços desses veículos, ao custo de R\$ 5,00 a R\$ 10,00, em média, por viagem.

Vê-se, pelo Quadro 7 que mais de trinta por cento da população de Caxirumbu é formada por crianças de 0 a 14 anos, o público-alvo do Programa Bolsa-Família, e mais de dez por cento se enquadra na faixa etária com direito à aposentadoria por idade, sendo significativa a participação dos programas assistenciais e previdenciários na composição da renda das famílias¹³². De fato, segundo o DRP (BRASIL, 2005) de Caxirumbu, há 137 famílias cadastradas no Programa Bolsa-Família, ou 73,66% das famílias e 37 aposentados ou 4,68 % da população. Verifica-se ainda que cerca de 48% da população assentada está entre a faixa de 19 aos 50 anos, o que expressa certa potencialidade e disponibilidade física para o trabalho, agrícola ou não.

Faixa-etária	Quantitativo	Total %	Homens %	Mulheres %
00 a 05	137	17,32	05,54	11,78
06 a 10	112	14,16	07,20	06,96
11 a 18	148	18,72	05,62	13,10
19 a 25	099	12,52	05,01	07,51
26 a 32	76	09,61	04,90	04,71
33 a 40	54	06,82	04,43	02,39
41 a 50	75	9,49	03,90	05,59
51 a 60	48	06,06	03,03	03,03
61 a 70	25	03,17	01,43	1,74
71 a 80	13	01,65	00,75	00,90
81 a 90	03	00,36	00,17	00,19
91 a 100	01	00,12	-	00,12
TOTAL	791	100 %	41,98	58,02

Quadro 7 - Demonstrativo da população do Assentamento Caxirumbu por faixa etária

Fonte: Dados disponíveis no DRP – Caxirumbu – ATES, 2005.

¹³² A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher. Para os trabalhadores rurais o limite de idade é de 60 (sessenta) anos de idade, para o homem e 55 (cinquenta e cinco) anos para mulher. Esclarecem-se os dois casos, pelo fato de alguns estarem na condição de aposentados antes de estarem na condição de trabalhadores rurais.

Na identificação das atividades não-agrícolas¹³³ praticadas pela população de Caxirimbu, são diversas as opções a que assentados/as recorrem a fim de promover melhoria na composição de suas rendas. Aos serem questionados/as sobre isso, inicialmente se nota certo receio em tratar do assunto, justificado talvez pelo fato de que para se enquadrarem na condição de assentados, as famílias cadastradas não deveriam ultrapassar um valor de renda pré-estabelecido proveniente de atividade não agrícola¹³⁴. É o que dizem, no Capítulo I, os Procedimentos para Seleção de Assentados:

“(…)
 “Subseção I
 Critérios Eliminatórios
 Art. 21. Não poderá participar do programa de reforma agrária aquele que:
 (…)
 III - Auferir renda proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais do conjunto familiar;”
 (…)
 (Norma de Execução nº 18, de 19/10/2001 - Procedimentos para Seleção de Candidatos a Assentamento em Áreas de Reforma Agrária).

Apesar de a legislação estabelecer que tal renda não deva superar a três salários mínimos e muitos dos/as assentados/as não alcançarem esse teto, acredita-se que prefiram se resguardar de tratar sobre esse tipo de ganho, para não incorrerem em contradições ao critério legal. Nesse sentido, Leite, Heredia e Medeiros et al. (2004) frisam que, ao serem questionados sobre a renda monetária auferida, esta pode ser subdeclarada, em face do receio de admitirem uma situação que foge à lógica oficial dos organismos competentes e gerenciadores de assentamentos.

O mesmo acontece quando são indagados a respeito da profissão: identificam-se como trabalhadores rurais. Nessa perspectiva, quando se autodefinem como trabalhadores rurais, demonstram a construção dessa identidade como estratégia para atingir um objetivo, haja vista a expressiva disponibilidade de financiamentos e políticas sociais direcionadas à essa categoria. Segundo Denis Cuche, isso ocorre quando a identidade é vista como um meio para o alcance de um objetivo, sendo relativa e não absoluta, por demonstrar que os sujeitos não são desprovidos de uma certa margem de manobra, uma vez que avaliam sua situação utilizando seus recursos de identidade e constroem sua identidade de maneira estratégica, “na medida em que ela é motivo de lutas sociais de classificação que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação” (CUCHE, 2002, p. 196). Entretanto, afirmam que

¹³³ Ver Quadro 4, Cap. 3.

¹³⁴ Ressalta-se que no DRP, consta que “não existem atividades não-agrícolas no assentamento” (DRP, 2005, p. 37).

recorrem a alternativas de condições de manutenção familiar, mediante as perdas agrícolas resultantes do “inverno ruim”.

Quando a roça não dá nenhuma ajuda daí todo mundo tem que se virar, tem que trabalhar por outras formas e procurar se redimir, porque se não deu da roça, acabou: só o próximo ano. Aqui no Caxirimbu, nós estamos empenhados pra permanecer aqui na área e morar. Então, aqui o cara tem que fazer o quê? O cara tem que quebrar coco, por exemplo, pra ganhar um dinheiro. Os homens saem pra ganhar um trocado em Caxias ou em alguma fazenda, outra área aqui perto ou alguma coisa que tiver surgindo por aí. E aí, a mulher que fica em casa pode até quebrar um coco e ajudar em qualquer coisa, né? Tira [o coco] e vende. Tira o azeite e vende o azeite também. E assim a gente vai, né? Mas não é bem fácil. E no momento, nós não estamos fazendo nada assim pra sair, porque agora nós começamos implantar um projeto do banco, aí a gente está pechinchando com aquilo que deu, com aquilo que saldou da perca.¹³⁵

Dessa forma, muitas vezes extrapolam os limites de Caxirimbu em busca de trabalho temporário ou mesmo regular, realizado como autônomo, como é o caso da significativa quantidade de assentados mototaxistas citados páginas atrás. A propósito da noção de pluriatividade de condições de agricultura familiar, Carneiro (2003) afirma que é importante que seja reconhecida devido a aspectos econômicos e culturais, já que a reprodução social desses grupos incorpora atividades de setores distintos da economia, reafirmando uma nova ruralidade.

Assim, têm lugar de destaque entre assentados/as a atividade que envolve serviços na construção civil (pedreiro, ajudante de pedreiro, pintores e outros) com a maioria tendo contratos como diaristas na zona urbana ou no próprio Assentamento. Diante disso, entende-se que o fato de se declinarem no momento da construção das casas através de mutirão – já tratado anteriormente – pode ter sido uma manobra dos atores que fizeram parte do quadro institucional da época ou uma impossibilidade decorrente de quantidade de pessoal necessário à execução das obras.

No âmbito do Assentamento, é corrente também o trabalho de mulheres que prestam serviços domésticos especialmente na zona urbana do município, como diaristas serviços de faxinas ou em lavagens de roupas. Nos limites do Assentamento, vê-se que Assentados/as contam com serviços de manicure, cabeleireiro, barbeiro, fotógrafo amador, desenhista, corte e costura e de pequenos estabelecimentos comerciais, como bares, açougues, mercearias e até “cinema”¹³⁶ (Foto 6) onde, em geral aos finais de semana, assistem a filmes através de aparelhos de Tv e DVD, os quais, como os bares, tornaram-se uma das alternativas de lazer.

¹³⁵ Bernardino da S. L. N. Nepomuceno, 62 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹³⁶ Ver quadro 4, Cap. 3.

Durante a pesquisa, não foram identificadas em Caxirumbu, a realização de atividades artesanais em grupo, mas se constataram práticas isoladas de habilidades manuais, como as de bordadeira, bijuterias confeccionadas com sementes, desenhista e músicos como violonistas e tecladistas.



Foto 6 – “Cinema” de Caxirumbu.
Fonte: Lima, 2006/2007.

Como tratado no item 3.2, capítulo 3, a atividade com o coco babaçu tem presença no Assentamento não só em épocas de “inverno ruim”, mas durante todo o ano. Apesar de tratada pelo grupo como atividade complementar, uma investigação mais aprofundada leva a compreender a participação importante dessa atividade na composição de renda das famílias, sendo que sua safra (época da queda de cocos), em maior quantidade, ocorre nos meses de outubro a dezembro. Entretanto, assentados/as colhem durante o ano todo o que chamam de “coco velho”, que é o coco da entressafra e que apesar da menor quantidade também é importante contribuição para a composição da renda familiar.

É relevante enfatizar a avaliação dos próprios assentados/as sobre a atual condição de vida e o futuro de suas famílias. Todos/as os/as entrevistados/as põem em primeiro plano a oportunidade de retorno à terra, desta vez na condição de donos da própria produção, haja vista que a maioria vem de outras áreas rurais onde viviam como moradores/as. A autonomia e independência socioeconômica conquistada no Assentamento fala mais alto que os momentos difíceis ultrapassados e os que estão por vir, não abrindo mão de permanecerem no lugar.

Eu vou dizer por que aqui é bom: porque a gente colhe o legume e não paga renda para 'seu ninguém'. Eu morei numa terra acolá, onde eu fui nascido e criado e eu botava roça lá. No começo meus pais não andavam pagando renda, aí de tantas para tantas os donos começaram a cobrar renda. E nós a pagar! Aí foi o tempo que eu fui e comecei a ter família e fiquei pagando renda também. Era trinta quilos por cada uma tarefa de chão. Aí, nós pagava todo ano a renda. Aí cheguei aqui botei roça e não pago renda para seu ninguém! A mulher quebra um quilo de coco: se nós quiser vender em Caxias, eu coloco na garupa da bicicleta e vou vender lá.... Não tenho conta a prestar com 'seu ninguém'! Para que melhor? Lá fora, onde eu morava, eu não fazia isso. Eu não pegava um litro de azeite... porque o dono não quer. Ele quer que a gente trabalhe para ajudar ele. E aí eu não podia tirar um saco de arroz pra viver daquilo: não, o dono não aceita. Ele aceita assim: se você botar uma roça e vender para ele, que é para dá aquele lucro pra ele. (...) Então, está todo mundo daqui de parabéns, que cada qual está com suas coisinhas dentro de casa.¹³⁷

Então melhorou demais, na vista que a gente tava lá [antes de chegar ao assentamento] e do que chegou aqui. E foi pra todos. Até quem não fez projeto, a vida de hoje tá mudada na vista do tempo que nós chegamos pra cá. Tinha muita gente que dizia assim: 'o que tu vai fazer naquele lugar? Aquele lugar é muito ruim. Ali não vai chegar projeto é nunca! — Ali não vai ter nada é nunca.' — E muita gente foi embora antes de chegar as casas, antes de chegar tudo.¹³⁸

Aliás, o Diagnóstico Rural Participativo – DRP de Caxirimbu (2005) registra a desistência de 23 famílias inicialmente cadastradas que tiveram tais cadastrados anulados devido à não-permanência na área do Assentamento. Pelo documento, são vários os motivos para o desligamento: abandono do domicílio e o retorno de residência em Caxias, desmotivação da família pela demora dos créditos financeiros iniciais, mudança da família para outro estado, dentre outros.

4.2.1.2 Elementos da composição de renda mensal média das famílias assentadas

A tentativa de conhecer a renda média mensal das famílias assentadas, apesar da certeza de enfrentamento de dificuldades de ordem teórica e prática para determiná-la, foi fundamental para a verificação da viabilidade econômica e da melhoria, ou não, de condição de vida no Assentamento. Assim, diante do desafio da construção dos dados da composição de renda média familiar no âmbito de Caxirimbu, optou-se pela aplicação de questionário, na busca de informações para análises da referida renda e as mencionadas condições de melhoria, ou não, de vida das famílias.

¹³⁷ Sebastião R. da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 05 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹³⁸ Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

A seleção das famílias foi feita consoante a constatação de que, no âmbito do Assentamento, a composição de renda ocorreria de forma bastante heterogênea. Nessa perspectiva, elaborou-se um questionário para construir dados de determinação dessa renda de modo a envolver a maior quantidade de atividades ali e fora dali praticadas, obtendo-se consequentemente, o valor médio em cada atividade.

Entretanto, ao tratar de valores a receber pela venda de produtos agrícolas, houve certa imprecisão nas respostas fornecidas pelos/as entrevistados/as, que dizem tratar mais de produtos para autoconsumo, o que dificultou a homogeneidade de dados no valor da renda média mensal das famílias assentadas. A quantificação numérica dos dados também foi, aliás, um obstáculo mencionado na pesquisa de Sparovek (2003) em assentamentos rurais, tanto que se arrisca a dizer que a renda realmente apresenta restrições para ser descrita de forma coletiva, tendo assim, algumas limitações metodológicas. Ao contrário de outros aspectos coletivamente verificáveis como o acesso a políticas de saúde e educação e as questões ambientais, a renda é essencialmente individual, haja vista que cada família a tem diferente, oriunda de formas de trabalho semelhantes já que num mesmo assentamento existem sistemas de produção e comercialização diversificadas. Vale lembrar que o conjunto de dados analisados qualitativamente pelo autor continha informações de assentamentos de variadas regiões brasileiras.

Identificou-se na composição de renda das famílias assentadas, três eixos delimitadores: renda pela safra dos produtos cultivados, renda obtida através dos produtos e renda auferidas de outras fontes (atividade não-agrícola, benefícios previdenciários, transferência de renda ou ajuda externa de parentes). No universo de 206 famílias estabelecidas em Caxirimbu, aplicaram-se os questionários a cinquenta delas, selecionadas segundo os seguintes parâmetros: 10 com atividade agrícola exclusivamente; 10 com atividades não-agrícolas; 10 com pelo menos um componente familiar beneficiário da previdência; 10 com presença desde o início do povoamento e 10 famílias com menos de cinco anos de assentadas.

Os questionários foram, prioritariamente, aplicados ao/à responsável pela família, sendo que, algumas vezes, as respostas eram complementadas por outros membros. As questões foram explicadas no sentido que se expressasse o ganho de todas as pessoas que fizessem parte da família daquele domicílio, bem como as safras obtidas de uma ou mais roças existentes, desde que pertencessem a membros familiares residentes no referido.

Os questionários foram aplicados durante os meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, devendo-se considerar que as respostas correspondam a valores desse período. Tal

alternativa foi utilizada em face da dificuldade de se conseguir a estimativa média resultante da venda dos produtos, já que se indagou qual o valor médio obtido por determinado produto no último mês. Não houve perda nem rasura de nenhum dos questionários, sendo analisados os dados dos 50 inicialmente propostos.

Destaca-se mais uma vez que o cálculo da renda através da produção agrícola, vem, devido à complexidade (LEITE, HEREDIA e MEDEIROS et al., 2004, SPAROVEK, 2003), acompanhado de certa imprecisão, haja vista que as famílias a vendem durante todo o ano e em sua maioria dela faz uso para a renda de autoconsumo. Em relação ao tratamento das informações dos questionários, o armazenamento dos dados foi feito em planilha eletrônica (*MS Excel*), levando-se em conta, para os valores da renda mensal média, o salário mínimo então vigente de trezentos e cinquenta reais (R\$ 350,00).

Como a presente pesquisa é predominantemente de cunho qualitativo, nos dados construídos pela aplicação de questionários e análise das entrevistas constata-se que as condições de vida, passando pela condição econômica das famílias, melhoraram se comparada à de antes de se tornarem assentados/as, a partir do fato relatado pelos próprios sujeitos da pesquisa. Em sua maioria, o aspecto mais enfatizado se refere à conquista de autonomia e independência da situação de dependência-patronal vivida anteriormente e de estarem também anteriormente na zona urbana em precárias situações.

Reafirmou-se ainda que grande parte da produção agrícola se destina ao autoconsumo.

Perguntadas sobre a renda auferida através de atividade não-agrícola, 10% das famílias afirmaram realizar venda de mão-de-obra (diária) dentro da área do assentamento e, apesar de se identificar durante a pesquisa que a realizam fora do assentamento, nos domicílios pesquisados não foram identificados quando da aplicação (Quadro 8). Vale lembrar que pela dificuldade de se conseguir a estimativa dos valores, durante a aplicação dos questionários, os/as entrevistados/as apresentavam a situação referente ao último mês, de modo que a nulidade dessa questão pode associar à sazonalidade da realização dessas atividades, uma vez que nos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, essas famílias não realizaram a atividade, o que não significa dizer que não a pratiquem no restante do ano. Entretanto, em três domicílios foi constatada a participação de mão-de-obra assalariada fora do Assentamento, havendo ainda casos em que num mesmo domicílio se identificou mais de um tipo atividade com contribuição na composição da renda, daí terem sido os itens analisados individualmente.

Fontes de renda	Total/mês (R\$)	Quant. de famílias que as realizam	%	Não se aplica	%	TOTAL
Valor recebido como diária dentro do Assentamento	450,00	5	10%	45	90%	50
Valor recebido como diária fora do Assentamento	0,00	0	0%	50	100%	50
Emprego assalariado ¹³⁹	1.050,00	3	6%	47	94%	50
Bolsa Família	2.130,00	28	56%	22	44%	50
Pensão	1.050,00	3	6%	47	94%	50
Aposentadoria	8.600,00	14	28%	36	72%	50
Ajuda de parentes que moram fora	200,00	2	4%	48	96%	50
Outras ¹⁴⁰	100,00	1	2%	49	98%	50
Renda média mensal	271,60					

Quadro 8: Renda média através de atividade não-agrícola

Fonte: Lima, 2006/2007.

Das 50 famílias questionadas, 56% se declararam contempladas com o Programa Bolsa-Família, a maioria delas afirmando ser este o único recurso financeiro regular a que têm acesso, sendo que o restante da “despesa da casa”¹⁴¹ vem da roça e de serviços temporários. De fato, diversos estudos acerca de assentamentos rurais demonstram que a reprodução das famílias ultrapassa a da produção exclusivamente agrícola, resultante que é de um conjunto de atividades que, somadas, contribuem na composição da renda familiar dos grupos em questão¹⁴². Contudo, a produção agrícola continua a responsável por uma fatia considerável dos rendimentos.

De acordo com os dados, os valores declarados pelos 28% das famílias que têm em sua composição de renda fundos previdenciários (aposentadorias) somadas à 6% de pensionistas são as responsáveis pelo aumento da média de renda geral do Assentamento, por ser este um “valor certo e garantido todo mês”, como diz Seu Bernardino Nascimento,

¹³⁹ Inclusive dentro do assentamento, durante a construção da escola e do posto de saúde, contratou-se mão-de-obra assalariada no Assentamento como servente, vigias e no fornecimento de alimentação aos operários.

¹⁴⁰ Moto-taxista, fotografia, costura, cabeleireiro.

¹⁴¹ Chamam de despesa da casa, ao conjunto dos custos para a manutenção da reprodução social de suas famílias, como alimentação, compra de medicamentos, pagamentos de tarifas e carnês, dentre outras.

¹⁴² Conferir Quadros 03 e 04, no Capítulo 3 desta dissertação.

assentado, aposentado. O recebimento de um valor fixo e regular leva à precisão da declaração.

Na intenção de se obter a renda mensal média no âmbito de Caxirimbu, relacionaram-se os valores estimados pelas famílias com a execução de atividades agrícolas nele identificadas e ainda os resultados da renda declarada de atividades não-agrícolas. A renda média obtida por produtos especificamente agrícolas, – arroz, feijão, milho, etc. – não ficou definida, pois os entrevistados não conseguiram expressar esses valores, limitando-se a explicar que a safra foi quase totalmente destinada para o autoconsumo (Quadro 9).

Entende-se tal procedimento como resultado do recebimento dos valores correspondentes ao desembolso dos financiamentos dos projetos do Pronaf, que servem para subsidiar as “despesas de casa” como pagamento de tarifas de energia elétrica e compra de gêneros não produzidos por eles, dentre outros. Aliás, o autoconsumo corresponde a um aspecto importante na verificação do padrão de vida e da renda das famílias, já que muitas delas contempladas com o Pronaf, deixaram de “botar roça” na safra de 2005/2006. Por este prisma, optou-se pelo levantamento da safra quantificando a média dos produtos cultivados sem tratar especificamente de valores obtidos com sua comercialização.

Quando questionadas sobre os valores obtidos com outros produtos não-diretamente ligados à roça, mas identificados como parte da composição da renda, as famílias expressaram valores estimados, obtidos por algumas delas, apesar de também destacarem que os utilizam para autoconsumo.

Tomando como exemplo a produção da mandioca e da macaxeira, na safra de 2004/2005 das famílias pesquisadas, das 50 famílias que serviram de amostragem, 19 plantaram 68 linhas de mandioca. Durante a aplicação dos questionários encontrava-se em fase de colheita do produto e assentados/as ainda estavam por estimar os resultados da safra. Entretanto optou-se por método de estimativa de safra, de acordo com a forma local de verificação dos resultados da colheita, ou seja, uma linha de roça de mandioca plantada pode resultar uma média de 600 a 1.000 kg, dependendo se o inverno for bom ou ruim. Como consideram que os invernos dos últimos anos não têm sido bons, haja vista que as chuvas têm-se iniciado tardiamente, estima-se que nesta safra a colheita média total dentre as famílias pesquisadas tenha sido de 40.800 kg da raiz. Na safra de 2005/2006 as mesmas famílias plantaram 43 linhas de mandioca. Analisando-se da mesma forma da safra anterior, a produção ficaria em torno de 25.800 kg. As 19 famílias identificadas declararam não ter comercializado a mandioca e os produtos obtidos através dela, como farinha e tapioca

serviram para autoconsumo. Os resultados da colheita dos demais produtos apresentados na tabela foram a partir da declaração dos entrevistados/as.

Produto	Safra 2004/2005 (kg)		
	Nº de famílias por produto	Plantou	Colheu
Arroz	37	2.196	50.240
Feijão	28	173	2.126
Milho	36	292	21.415
Mandioca/macaxeira ¹⁴³	19	68	40.800
Outros		0	0

Produto	Safra 2005/2006 (kg)		
	Nº de famílias por produto	Plantou	Colheu
Arroz	31	1187	34640
Feijão	19	130	1620
Milho	28	231	19555
Mandioca/macaxeira	19	43	25.800
Outros	0	0	0

Quadro 9: Levantamento das safras.

Fonte: Lima, 2006/2007.

Por outro lado, os/as entrevistados/as tiveram mais facilidade em dimensionar os ganhos a partir de outros produtos agrícolas e extrativistas como o babaçu e derivados, porco e derivados (Quadro 10), haja vista que são os mais “negociados” quando se trata de auferir recurso monetário quando necessário, apesar de também se destinar ao autoconsumo. “Quando precisa de um dinheirinho, a gente vende um coco aqui, faz um azeite ali e vende, vende uma galinha. E assim, vai indo” (Teresa Gomes Pereira, 56 anos). No todo, a renda mensal média referente à comercialização destes produtos ficaria em de R\$ 280,64.

Em se tratando de valores obtidos pelas famílias com atividades não-agrícolas identificadas no âmbito do Assentamento, os resultados também foram mais especificados pelos entrevistados/as, sobretudo no que tange à transferência de renda do governo federal (Bolsa-Família) e os fundos previdenciários (pensão e aposentadoria), cuja renda média mensal a eles relacionada esteve na média de R\$ 271,60. Assim, a média mensal dos dois tipos de atividades especificadas, excluindo-se os produtos oriundos diretamente da roça, fica em R\$ 276,12, sendo que, conforme dados do IBGE (2001), o rendimento familiar mensal médio do município de Caxias é de R\$ 274,37, pelo que se deduz que a renda média das famílias de Caxirumbu se situa na média municipal ou até a supera, se se consideram os valores monetários obtidos com as safras agrícolas.

¹⁴³ Os valores apresentados são relacionados ao plantio da mandioca/macaxeira sem distinção e os resultados estão estimados aqui através da quantidade de linhas de roça plantadas.

Na intenção de comparar a situação socioeconômica atual das famílias em relação à condição anterior, optou-se por verificar o poder de compra do momento e pode-se atestar uma considerável melhoria, denunciada pelo número de bens duráveis existentes nos domicílios do Assentamento, sempre levando em consideração o seu tempo de constituição.

No começo o pessoal chegou aqui puxando a cachorrinha. Eu conheci deles que não pedia esmola porque não tinha saco! Hoje, você chega na casa deles aí, você limpa os pés para poder entrar dentro de casa. O governo deu a casa feita pra ele, e aí Deus ajudou... eles fizeram o projeto, e do dinheiro do projeto um bocado deles puderam aproveitar, compraram televisão, compraram sofá, compraram coisas boas e botou dentro de casa. O Paraíba [loja de departamentos] mora aqui¹⁴⁴! Você vê aí, muitos móveis dentro de casa¹⁴⁵.

Esse fato demonstra o impacto do Caxirimbu na movimentação do comércio do município de Caxias. A análise dos vários elementos confirma, pois, que a verificação da renda isolada, sem levar em conta especificidades internas (LEITE, HEREDIA, MEDEIROS et al, 2004) pode mascarar a situação socioeconômica de uma população que, apesar de não atingir parâmetros ou indicadores numericamente estabelecidos como favoráveis, tem garantidas condições de vida compatíveis à da inserida no quadro exposto.

Entretanto, assumem-se os limites desse cálculo da composição de renda média familiar. Talvez, valesse o empenho em aplicar questionários a todas as famílias para assim, conseguir-se visualizar com mais profundidade a diversidade da renda, realizado uma análise estratificada a partir de cada atividade agrícola e não-agrícola, já que se pode observar grande dispersão de valores, mascarados através do cálculo médio.

No entanto, levando-se em consideração as condições de acesso aos bens de consumo, a possibilidade de investimento no trabalho promovida pelo acesso aos créditos e financiamentos e a análise da composição final da renda média mensal obtida através das atividades agrícolas e não-agrícolas e das safras dos produtos cultivados, percebe-se a melhoria de condição de vida da maioria das famílias, se levado em consideração a sua situação anterior segundo relato dos próprios, já que se desconhece a condição real destas, antes de se tornarem assentados/as. Desta forma, entende-se que o assentamento foi fator de modificação positiva para a melhoria da condição de vida dessas famílias já que lhes

¹⁴⁴ Nesta fala, o assentado se refere ao fato da loja de departamentos enviar pessoal do setor de cobranças para o assentamento para que as famílias lá mesmo, realizem pagamento das parcelas dos bens que adquirem.

¹⁴⁵ Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 05 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, em Caxias, MA.

proporcionou ou aumentou a capacidade de se dedicarem a múltiplas atividades com vistas a reprodução social.

Produto	Valor venda (R\$)	Quantidade de famílias		Destinação para autoconsumo		Venda e autoconsumo		Não se aplica		TOTAL
		famílias	%	famílias	%	famílias	%	famílias	%	
Babaçu	2.135,00	13	25,49%	15	30,00%	7	14,00%	15	30,00%	50
Derivados Babaçu	688,00	7	13,73%	19	38,00%	11	22,00%	13	26,00%	50
Produtos derivados (porco)	600,00	3	5,88%	8	16,00%	1	2,00%	38	76,00%	50
Semente de Capim	1.005,00	15	30,00%	2	4,00%	1	2,00%	32	64,00%	50
Pesca	0,0	0	0,00%	15	30,00%	0	0,00%	35	70,00%	50
Gado	300,00	4	7,41%	5	10,00%	0	0,00%	41	82,00%	50
Frango	110,00	3	5,88%	20	40,00%	0	0,00%	27	54,00%	50
Urucum	46,00	4	8,00%	22	44,00%	1	2,00%	23	46,00%	50
Caju	90,00	2	4,00%	23	46,00%	2	4,00%	23	46,00%	50
Manga	90,00	0	0,00%	18	36,00%	0	0,00%	32	64,00%	50
Acerola	10,00	1	2,00%	23	46,00%	0	0,00%	26	52,00%	50
Renda Média	280,64									

Quadro 10: Renda média proveniente de produtos agrícolas

Fonte: Lima, 2006/2007.

4.3. Dimensão sociocultural

Com base nos padrões de sociabilidade referidos no Capítulo 3, observa-se ainda em Caxirumbu que quando se trata dos modos, costumes e tradições da população, a religiosidade surge como pano de fundo da vida camponesa, regendo padrões de conduta e, por vezes, funciona como ferramenta de que lançam mão nos momentos adversos, por meio de promessas e benzeduras inclusive para o trato com a roça e a criação de pequenos animais. Aliás, as atividades religiosas servem como elemento de socialização no Assentamento, pois durante a participação da pesquisadora nesses “festejos”, que serão referidos adiante, foi possível observar a presença de pessoas de todo o Assentamento. São momentos até de diversão, especialmente para os jovens, que têm, por exemplo, a oportunidade de se encontrar, conversar, paquerar e exibir trajes novos.

Leite, Medeiros e Heredia et al. (2004) dizem que a integração no interior dos assentamentos consiste na troca de informações e favores e nas demais formas de ajuda mútua, que são interações comuns a esse tipo de comunidade. Dessa forma, nos dias festivos religiosos e esportivos de Caxirumbu, os espaços coletivos, como o campo de futebol (Fig 15), constituem-se os centros de lazer onde se reúnem para que aconteçam as atividades de lazer como o time de futebol, a capoeira, os banhos nos riachos, etc. A esses espaços de integração se somam, com grande peso, as visitas entre vizinhos, e parentes que como dizem Leite, Medeiros e Heredia et al. (2004), têm, como em todas as comunidades do interior, lugar nos dias de folga, nos quais se realizam também atividades esportivas.

Sobre as festividades que o catolicismo comemora, em Caxirumbu, são três as datas importantes: o dia 6 de maio, dedicado à Virgem Maria, o 4 de outubro, a São Francisco, e o 12 de outubro, a nossa Senhora Aparecida. Com a visita do pároco à capela, ocorrem celebração de missa, batizados e casamentos e os diversos rituais complementares, como confissão, comunhão, cânticos e ofertórios, o que reúne a maioria da comunidade devota dessa religião, sendo que nas ocasiões de festividades, especialmente as religiosas, observa-se que é comum a participação de pessoas “de Caxias”, como se referem à zona urbana da cidade¹⁴⁶, no Assentamento, com uma inversão de deslocamento, que revela a integração efetiva da cidade ao cotidiano do grupo.

¹⁴⁶ Ao se referir à zona urbana do município, assentados/as dizem “ir a Caxias”, “moravam em Caxias”, “comprar em Caxias”. Apesar de demonstrarem uma forte ligação com a zona urbana, separam simbolicamente o Assentamento, fortalecendo laços de pertencimento com o lugar. Woortmann, (1990) lembra que, no Nordeste, a cidade é referida como rua e é como se fosse dela e nunca de casa que vêm a doença, os problemas, os males. Diferentemente disso, em Caxirumbu, assentados/as se referem a Caxias para se referir à zona urbana e com ela



Fig 15: No detalhe, campo de futebol de Caxirumbu.

Fonte: *Google Earth*, com acesso em 19 de janeiro de 2007.

No 4 de outubro, dia de São Francisco de Assis, a grande festa é realizada por um assentado, o Sr. Francisco Pereira, devoto do santo, que contrata grupo musical e oferece “merenda” a todos os/as convidados/as. É uma data cuja comemoração se dá a noite, muito esperada por grande parte dos assentados/as e de pessoas de fora, contribuindo para a sua organização, durante o dia, os demais assentados/as, especialmente as assentadas, que, em solidariedade à família do Sr. Francisco, participam do cozimento dos bolos de farinha de tapioca e farinha de puba, fazem café e achocolatados para servir aos/as convidados/as, e ainda ajudam no farto jantar servido aos familiares que vêm “de fora”. A solidariedade, visível neste momento, é imprescindível para a realização do ato de devoção do Sr. Francisco, haja vista a grande quantidade de pessoas que participam da festa, sendo de mencionar que famílias contribuem, inclusive, com gêneros para os ingredientes dos quitutes oferecidos no festejo, os homens se dedicando mais à organização do salão de baile, com retoques na cobertura de palha de palmeira de babaçu e na cerca que serve como parede. A festa entra pela madrugada e vai até o amanhecer, de modo que a data se transforma num verdadeiro feriado em Caxirumbu.

estabelecem uma relação de parceria por diversas formas de participação no seu cotidiano, como estudar, fazer compras, trabalhar, etc.

O 12 de outubro, é quando se comemora Nossa Senhora Aparecida, considerada pelos devotos, a Padroeira de Caxirumbu. Essa instituição foi dada pelo pároco, quando ofereceu uma imagem da santa para adornar a primeira capela, construída de taipa e palha pelos/as assentados/as ainda no início do povoamento. Posteriormente a Paróquia Nossa Senhora da Conceição e São José, encarregou-se de construir um pequeno templo de alvenaria. Nesta oportunidade, faz-se presente o pároco ocorrendo rituais importantes para a população de fé católica, como os já citado sacramentos do batismo e casamentos, sendo que em um desses eventos, no ano de 2006, contabilizaram-se a realização de 42 batizados e 2 casamentos em uma única missa. Além de uma reafirmação de fé, esse fato pode ainda ser visto ainda como um aumento de relações de parentesco ritual (WOORTMANN, 1990), através do compadrio no universo do assentamento, haja vista que a maioria dos casais padrinhos são assentados, embora se tenham identificados alguns não-assentados, o que enfatiza o fortalecimento das relações entre Caxirumbu e a circunvizinhança. Ocorrem também em datas irregulares, algumas festas dançantes, realizadas geralmente nos diversos bares existentes no Assentamento, as quais sob a animação de grupo musical, são chamadas de “baião”¹⁴⁷ e atraem grande parte da população, inclusive idosos que dizem aproveitar a oportunidade para se divertirem, em especial nas danças.

Aliás, a inter-relação entre as famílias no Assentamento, se dá de tal maneira que a maioria delas tem informações de todos/as os/as assentados/as, ou seja, o que fazem, se alguém está doente, – de modo que não há grandes limites entre o público e o privado. Há, pois, uma intensa teia de relações travada em razão da vizinhança, do parentesco ou das suas mesclas o que pode ser representado sobretudo pelos casamentos entre os assentados/as solteiros/as e pelo compadrio estabelecidos entre as famílias depois da constituição do Assentamento. É grande o número de uniões matrimoniais entre as famílias assentadas, cujos filhos/as, sobrinhos/as e netos/as se casaram sendo bastante comum, também, um/a assentado/a referir-se o outro como compadre ou comadre. Dessa forma, reafirmam padrões de relação de sociabilidade (CETRULO, 1999) fundados nas relações locais que definem práticas de entretenimento e lazer, parentesco e solidariedade.

Além da Igreja Católica, há outros credos no Assentamento. A população que participa da “Assembléia de Deus”, igreja evangélica de Caxirumbu, conta com cultos e escolinha dominical para crianças e, aos sábados, reuniões com grupo de jovens para ensaio de cânticos e leituras bíblicas. O casal Maria da Conceição Farias e Nonato Farias,

¹⁴⁷ Nome genérico para o tipo de festa e para um ritmo dançado ao pares ou individualmente, no interior do Maranhão.

responsáveis pelo templo, explica que a participação dos assentados é relevante: o grupo de jovens formou um coral, o pastor realiza os cultos aos domingos pela manhã e fazem comemorações especiais na semana da criança, em outubro, e no Natal e Ano Novo, em dezembro. O templo foi erguido pelos assentados e as contribuições dos dízimos são investidas para a melhoria que, segundo os/as responsáveis, deve ser ampliado devido ao aumento de aderentes.

O sincretismo religioso em Caxirimbu se expressa nas manifestações da Umbanda e do Kardecismo. A tenda de Umbanda Santa Terezinha é mantida pela assentada Maria Tereza Amorim, que ergueu uma casa de taipa nos fundos do seu terreiro e ali realiza sessões de batida de tambor em datas não estabelecidas, mas, segundo ela, não é dedicada a fazer “trabalhos” de umbanda, ou seja, rituais de cura. A tenda foi inaugurada em 10 de setembro do ano de 2006 a pedido de seus “moços”, como se refere às entidades ocultas que a acompanham e houve uma grande festa de devoção que teve a participação de vários/as assentados/as que dançaram, tocaram tambor ou foram apenas como curiosos, sendo que nela se podem encontrar sobre uma mesa imagens religiosas do Catolicismo, — como as de São Jorge, São Sebastião, Sagrada Família, Padre Cícero, Jesus Crucificado e Santa Terezinha, que a nomeia, e outras mais específicas da Umbanda, como Iemanjá, Pomba Gira, Caboclos e Pretos Velhos.

Há ainda frascos com líquidos conhecidos como “banhos de descarrego”, que a assentada adquire na zona urbana de Caxias. Dona Tereza diz que cada tenda tem o seu ritual, mas em geral, para o preparo do ambiente, costuma-se fazer defumação, acender velas com as devidas orações a Deus, aos santos e moços, a fim de lhes evocar presença, “bater tambor” e dançar ou “baiar”, com indumentárias específicas, tanto que as mulheres vestem saias compridas e rodadas e blusas com babados ou totalmente brancas ou coloridas e os homens, camisa e calça. A maioria dos participantes da dança é composto de assentados/as curiosos/as, já que os verdadeiros fiéis da religião são de fora do Assentamento. As batidas dos tambores ficam a cargo de homens assentados, inclusive um dos filhos de dona Tereza, a qual durante a festa, dança toda noite sem desgaste físico, pois está “encantada”, ou em estado de transe mediúnico¹⁴⁸.

Em paralelo a isso, a linha identificada como kardecista acontece, em Caxirimbu na sala de orações de Seu Edson Fernandes de Sousa, construída também no terreiro de seu

¹⁴⁸ Segundo Oliveira (2003), a mediunidade, capacidade de entrar em contato com o mundo invisível dos espíritos, é considerada uma qualidade inata e necessária ao ser humano no processo de evolução espiritual, cabendo à religião a promoção dos meios para que os adeptos a desenvolvam, a fim de se relacionar com os desencarnados.

domicílio. É lá que realiza consultas através da incorporação dos “mensageiros da luz que descem na sua c’roa”, ou seja, é durante as sessões de rituais que incorpora entidades mediúnicas, afirmando que a composição de sua renda tem maior origem nas orações que faz, embora, segundo ele, não receba pagamento específico pelas consultas. Mas, devido ao resultado satisfatório das orientações dos médiuns que incorpora, os clientes tendem a retornar com presentes que vão de dinheiro em espécie e eletrodomésticos até animais, como porcos, aves e novilhas. As sessões presididas por seu Edson ocorrem às sextas feiras e a cada quinze dias, iniciando-se a partir das 17 horas e “sem hora pra acabar”.

Pois tem cliente que vem de todo lugar: Caxias, Teresina, São Luís, São Paulo e de outros. Às vezes, amanheço o dia e não sinto nadinha de cansaço, pois não vejo nada.¹⁴⁹

A esposa do assentado também se envolve nas sessões como a secretária que coordena a chegada dos clientes, acompanha até a sala em que Seu Edson está incorporando e recebe os “pagamentos”, quando acontecem. Diz ele que segue a linha dos médiuns Alan Kardec e Chico Xavier, reforçada pela influência cabocla, e representada pela presença, na sala de rituais¹⁵⁰, dos pretos velhos e índios. Assim como na Tenda de Umbanda Santa Teresinha, há várias imagens de santos católicos na sala de orações de Seu Edson, que enfatiza não usar “outras figuras” por não serem “coisas da linha branca”, referindo-se às diferentes formas de existência do que chama de ciências ocultas. Aliás, sobre a semelhança entre esses rituais, Oliveira (2003) argumenta que vários tipos de passes e descarregos da umbanda trazem evidências da influência do kardecismo, porém destaca que a diferença mais marcante é que no culto umbandista ocorre maior aceitação, incorporação e convivência das mais diversas heranças étnicas e culturais.

De acordo com depoimento de assentados/as “curados” por seu Edson, no momento do transe ele prescreve medicação farmacêutica, em caso de problemas na saúde ou sugere orações específicas, com acendimento de velas e banhos de ervas, nos casos de abalos sentimentais. Sobre a utilização de espécies vegetais, o assentado se intitula como “doutor de raiz”, já que se diz conhecedor dos poderes curativos de diversas plantas, pelo que reconhece o que chama de valor incomparável da natureza para o ser humano.

¹⁴⁹ Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁵⁰ A propósito, Oliveira (2003) diz que o aspecto religioso da doutrina kardecista, de origem francesa, foi o que mais se expandiu no Brasil e dividiu-se em duas correntes: uma mais erudita, que se aproximava do pensamento racionalista de Alan Kardec, com um interesse mais especulativo do sobrenatural, e a outra mais popular e cabocla, com o sobrenatural menos discutido, e mais ênfase a manifestações dos espíritos nos corpos dos médiuns que, por sua vez, traziam consolo e cura de males mentais, físicos e espirituais.

As reuniões nos rituais das igrejas católica ou evangélica e nas festas na tenda de umbanda são oportunidades que assentados/as, sobretudo mais jovens, têm de se encontrar, em razão da falta, em Caxirimbu, de equipamentos públicos oficiais destinados ao lazer como, por exemplo praças e quadras esportivas. Assim, lançam mão de alternativas que envolvem integração e lazer, como o grupo de Capoeira Raízes, os times de futebol masculino e feminino, com que jogam “pelada”, assim como os grupos de jovens nos templos religiosos, que mantêm coral, estimulando a parte artística destes, dentre outros.

É fato a ocorrência de conflitos corriqueiros, como pequenas discussões e brigas, na verdade, um processo natural nas relações interpessoais, alguns mais relacionados ao consumo de bebida alcoólica nos bares do Assentamento, existentes em número considerável. São locais em que assentados/as se reúnem regularmente seja para consumir bebidas alcoólicas ou jogar sinuca (bilhar), mas funciona também como ponto de encontro para uma simples conversa. De acordo com Costa (1999), embora as formas de entretenimento sejam fundamentais para a definição do perfil das práticas de lazer, seu conteúdo se fundamenta nas relações de sociabilidade.

A população do Assentamento não está isolada do seu entorno, porém tal relação nem sempre é positiva. Alguns problemas diagnosticados, como a incidência de crimes na Agrovila, como furtos, arrombamentos, tráfico de entorpecentes, estupro, tentativas de homicídio, ameaças à integridade física e gravidez precoce, são associados, conforme depoimento de assentados/as, à facilidade de acesso de pessoas de fora da área.

Em geral, é durante festividades noturnas em que repetidas vezes ocorrem casos de furtos aos domicílios do Assentamento. Mais uma vez conflitos internos, discretamente silenciados, aparecem mesmo que, enquanto os assentados/as se divertem, as casas fiquem em geral vazias e se tornem alvo fácil para ladrões. Entretanto, quando perguntados sobre de onde ou quem seriam esses elementos, são enfáticos em afirmar que, apesar de poder existir alguém “de fora” do Assentamento, as ações partem de pessoas que moram ali e apontam, na maioria das vezes, jovens filhos de assentados/as, já “que somente quem vive no Assentamento sabe o que se tem de valor dentro de cada casa”, como os eletro-eletrônicos, os preferidos dos meliantes, e as sacas de produção armazenadas.

É daqui, é de fora, é de fora, é daqui [os meliantes]... É tudo misturado! Quando você vê um de fora vim apanhar aqui, já vem combinado com os daqui... Você pensa que não é? Pois é! Ele não vai vir sem ter um motivo com os daqui, não! Já são conluiados! Mas vou lhe dizer uma outra coisa: em todo lugar está assim!

Agora a gente não pode é andar misturado com aquele povo! Ele tá passando acolá, você desvia dele!¹⁵¹

Assim, Seu Sebastião desvela compreender que a condição de morar em um assentamento rural não livra o/a assentado/a da exposição a condições diferenciadas ou privilegiadas, inclusive nos problemas ditos como próprios de áreas urbanas, como o crime e a marginalidade, nem o isola em seu universo. Relata-se, até um fato de anos anteriores, nunca confirmado na sua veracidade, da existência de uma plantação de maconha (*Cannabis sativa*) nas áreas dos centros, embora não se identifique quem teria visto a plantação ou quem teria sido o responsável por ela.

Em se tratando das inter-relações no universo de Caxirimbu, vale ressaltar a que se dá entre famílias que moram próximas. Algumas dessas, como referido, possuem grau de parentesco e se estabeleceram juntas umas das outras devido mesmo a essa condição, sem mencionar que a relação se estende aqueles sem laços familiares, o que resulta em ações de solidariedade e troca de favores. Exemplo disso é o que acontece entre as famílias que trabalham nos centros produtivos.

Verifica-se uma relação de parceria nos cuidados com os filhos que permanecem no Assentamento, sobretudo entre as mulheres assentadas, sendo que os filhos menores, ainda não em idade escolar, acompanham os pais e mães. Porém, os filhos/as que freqüentam a escola, tanto em Caxirimbu, quanto na zona urbana de Caxias, ficam morando na agrovila, sob a atenção das mães que não se deslocaram até os centros, numa forma de revezamento que permite segurança para as demais mães e aos pais que lá estão.

É fato que tal proteção não significa total controle sobre os jovens, pois permanecem em suas respectivas casas, existindo uma vigilância no sentido de se verificar se estão indo à escola; se chegam nos horários convenientes, se não se excedem no tempo dos passeios noturnos. E, se alguma criança adoece e precisa de maiores cuidados, é levada aos pais a informação para que retornem à agrovila para cuidar do/a filho/a. A essa relação de solidariedade entre vizinhos, Klass Woortmann (1990) diz se tratar de uma ordem moral, pois o vizinho é tido, entre camponeses como um parente em potencial, haja vista que, na ótica campesina as relações de compadrio tendem a isso fortalecer, sem falar das relações de solidariedade que se estendem às trocas de produtos e favores, como gêneros alimentícios, carvão e outros, à realização coletiva de tarefas, que vão da captação da água no cacimbão,

¹⁵¹ Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

passam pelo transporte de carga de babaçu e chegam até o resolver problemas em Caxias, onde se efetuam pagamentos e se praticam gentilezas.

Fui no comércio¹⁵² trocar o coco por um quilo de sal. É um quilo de coco pelo um pacote de sal. Aí cheguei aqui, fui pagar a Betânia [vizinha]: eu tava devendo de ontem, que não tinha em casa. A Betânia disse que não carecia, porque quando eu tenho aqui e ela precisa, ela vem pedir e eu dou! E quando eu não tenho, vou buscar também lá na casa dela também, e aí nós ficamos assim.¹⁵³

Quando Dona Teresa trata do “pagamento” do sal à vizinha, confirma o que diz Woortmann (1990), segundo o qual a ordem moral estabelecida por populações camponesas, é a de que “com parente não se neguecia”, afirmando assim que, nas relações de parentesco por essa lógica estabelecida, o vizinho não é outro, mas um igual e, assim, a ele não se paga. Na verdade, o que vem dele (seja trabalho, empréstimo de gêneros alimentícios ou outro produto) é visto como ajuda.

O constante ir e vir Caxirumbu-Caxias-Caxirumbu, revela o importante papel que exerce a área urbana de Caxias no cotidiano desse grupo camponês. Para os assentados/as, é importante ter acesso a Caxias, a 25 quilômetros, para usufruir de todas as oportunidades que a cidade oferece, como saúde especializada, instituições financeiras, diversas opções comerciais (vestuário, calçados, medicação, móveis, eletro-eletrônicos e gêneros alimentícios, dentre outras). Destarte, Diegues (1996) ao tratar das culturas tradicionais, lembra que elas são “sociedades parciais”, inseridas numa sociedade mais ampla, na qual as cidades exercem papel fundamental.

Aliás, apesar de manterem tal informação oficialmente em sigilo, devido à condição de assentado¹⁵⁴, alguns camponeses declaram possuir residência em Caxias, a maioria conseguida antes mesmo de referida situação. Algumas permanecem fechadas e servem como apoio em caso de doença na família ou como moradia para algum parente, como filho/as casados/as, irmãos/as ou outro membro que vai prestar mão-de-obra na zona urbana, evitando-lhe o retorno diário ao Assentamento. Vale lembrar que, em geral, as casas de

¹⁵² Em Caxirumbu existe um estabelecimento comercial que negocia coco babaçu, recebendo o coco em troca de gêneros. Um quilo de coco babaçu vale R\$ 0,50 em mercadoria. (Valor correspondente a safra de 2006). Neste caso assentados/as tem a opção de negociar o produto dentro do assentamento ou com comerciantes da zona urbana.

¹⁵³ Teresa Gomes Pereira, 56 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

¹⁵⁴ De acordo com a Norma de Execução nº 18, de 19/10/2001 - Procedimentos para seleção de candidatos a assentamento em áreas de reforma agrária, na subseção I - Critérios Eliminatórios, no Art. 21, diz que poderá participar do programa de reforma agrária aquele que: for proprietário de imóvel rural com área igual ou superior a um módulo rural. Como a população de Caxirumbu em sua maioria estava anteriormente residindo na zona urbana, entendeu-se que possuir uma casa seria visto condição de eliminação.

Caxias têm estrutura inferior às casas conquistadas no Caxirimbu, nela se mantendo apenas a mobília mínima necessária, já que os bens de consumo mais novos e modernos como televisão, geladeira e aparelho de som permanecem na casa do Assentamento. Observou-se ainda que, mesmo com residência na zona urbana¹⁵⁵, filhos/as que compõem a família assentada e estudam em Caxias permanecem no Assentamento, de sorte que, resguardadas suas particularidades, a opção por Caxirimbu induz a pensar na busca por um espaço de moradia, e no fato de que a população que o constitui, ao nele fixar-se direcionam suas estratégias e alternativas para a reprodução e sustento familiar pelo trato com a terra, sem abrir mão de outras formas de renda e trabalho (LEITE, MEDEIROS, HEREDIA et al, 2004).

Há que se referir ainda ao peso político do Caxirimbu na política eleitoral. Apesar de alguns candidatos a cargos no poder executivo e legislativo local tentarem criar um reduto eleitoral homogêneo, são variadas as preferências do eleitorado do Assentamento, tanto que um fato relevante foi o lançamento da candidatura de um assentado, José Milton Moura de Abreu, 35 anos, a uma vaga na Câmara Municipal de Caxias, nas eleições de 2004, pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS). A candidatura teve o apoio da maioria dos/as assentados/as, o que se manifestou na quantidade de votos obtidos, que ultrapassou a casa dos 150 no assentamento, número considerado significativo para uma campanha com recursos mínimos.

Foi idéia mesmo dos próprios companheiros, eu não tinha essa invocação não, aí foi os companheiros mesmo aqui do Assentamento, nós aqui conversando, dizia que se nós tivesse um representante seria melhor para nós. E aí, eu aceitei a candidatura a candidato a vereador. Mas nós sabemos que para isso em Caxias é muito dispendioso! O cara não ter estrutura para fazer um trabalho organizado é meio complicado, mas foi bom, a experiência, a gente pegou. Não tinha nenhuma estrutura, foi uma coisa assim que a gente fez rápido, na mesma hora. Porque o bom mesmo é ter um representante que representa o trabalhador rural (...). A partir do momento que a gente se organizar nessa forma, não vai faltar nunca um representante. Se a gente nunca se organizar, fica todo o tempo se batendo e depois de eleito o caboclo não sabe de quem vai cobrar. Olha, a candidatura que eu fiz essa daí, a recurso não tinha, dinheiro não tinha, transporte não tinha... esse pessoal que votaram em mim, foi uma coisa de espontânea vontade mesmo. Comício eu não participava de nada! Foi assim o pessoal querendo levar a força mesmo.¹⁵⁶

O candidato, de fato, não se elegeu. Acredita-se que uma maior exploração da sua condição de assentado como possível representante da categoria no legislativo municipal

¹⁵⁵ A propósito da residência em zona urbana ver Moraes (2000) que estudou populações camponesas no Sudoeste do Piauí também com uma “casa na cidade”. Para esta autora, essa segunda residência, longe de descaracterizar o grupo camponês investigado constitui-se em mais um dos traços de sua campesinidade.

¹⁵⁶ José Milton M. de Abreu, 35 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

poderia estender-se a outros Assentamentos, com o resultado positivo servindo para levar à frente reivindicações específicas da população camponesa, como revela o próprio José Milton.

4.3.1 Sobre a organização político-social, o ambiente institucional e o acesso às políticas públicas.

Em razão da relação constituída, a partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, porque surgem novos espaços e redes de sociabilidades, sem se esquecer de refazer e retomar os antigos. Estabelece-se, assim, um novo cenário seja “para fora”, na interação com as cidades e o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica pública local (LEITE, MEDEIROS, HEREDIA et al., 2004).

Um ponto a considerar na verificação da sustentabilidade sociocultural de Caximbu é a relação do espaço local com o ambiente institucional externo, incluindo os novos atores do desenvolvimento rural (SABOURIN e DUQUÉ, 2000 apud MORAES e VILELA, 2003), numa perspectiva ampliada do local, ganhando assim dimensão territorial¹⁵⁷. Sobre estes novos atores institucionais, observa-se entre outros, a presença de conselhos, prefeituras, secretarias e associações, dentre outros, sendo que, no município de Caxias, há, além da ATES, uma gama de instituições públicas que articulam as questões do campo: Secretaria Municipal de Agricultura – MA, Coordenação Municipal de Reordenamento Agrário – CONDAG, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Caxias – STTR/Caxias, Supervisão de Acesso ao Crédito Fundiário, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Casa da Agricultura Familiar – CAF¹⁵⁸, Agência Estadual de Defesa Agropecuária – Aged, Coordenação Municipal de Meio Ambiente e Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Entretanto, percebe-se uma desarticulação entre as instituições, mesmo as que pertencem à mesma esfera (municipal, estadual ou federal).

No que tange à relação dessas instituições com o Assentamento, o STTR/Caxias tem, ali, pouca participação, por situações que envolvam má administração de recursos, fazendo com que o sindicato perdesse credibilidade perante os associados:

¹⁵⁷ Para Souza (1995), território é fundamentalmente um espaço definido e limitado por e a partir de relações de poder, destacando, dentre as questões primordiais para essa definição, não as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, mas o que se produz ou quem produz em um dado espaço ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

¹⁵⁸ A Casa da Agricultura Familiar é uma instituição pública estadual, que atualmente passa por reestruturação juntamente com a AGED, a fim de se tornarem um só órgão: a Agência Maranhense de Pesquisa e Extensão Rural – Agerp.

Apareceu aí várias coisas, vários erros que ele [sindicato] teve com o dinheiro que vem do governo¹⁵⁹. Eles têm um dinheiro que veio pro sindicato no valor de vinte mil reais, todos os meses pra despesa do sindicato, despesas dos funcionários, essas coisas assim, sabe? Que é pra guardar, botarem que lá no sindicato que é um órgão que atende a maioria dos interior [zona rural]. E muitos chegam lá, não tem nenhum café! Então, a despesa vem pra que eles distribuam para as pessoas, só que eles não fazem isso.¹⁶⁰

Porém, tais fatores não levaram a que os assentados/as deixassem de cumprir com sua contribuição sindical mensal, uma vez que a entendem como uma forma de garantia de representação de sua classe e de seus direitos, sobretudo o da aposentadoria.

De todo modo, mesmo as instituições de cunho municipal têm um envolvimento superficial com o Assentamento e só são percebidas em meio a ações realizadas em parceria com secretarias municipais, relativas a saúde e assistência social, promovidas com o apoio da prefeitura, como campanhas de vacinação contra a dengue, febre aftosa, paralisia infantil, etc. Em análise das comunicações orais feitas à pesquisadora por dirigentes de instituições ligadas ao poder municipal, percebe-se que as questões ou problemas do âmbito de assentamentos rurais não são da órbita municipal e sim de responsabilidade de órgãos federais como, por exemplo, o INCRA, embora, recentemente, tenha-se aprovado pelo Comitê Institucional de Ações Territoriais – CIATE a implantação de uma fábrica-modelo de beneficiamento de castanha de caju para o Assentamento Caxirimbu. As outras instituições citadas também desempenham as devidas funções, algumas com mais eficiência, porém cada uma de forma isolada, sem uma proposta de trabalho integrada, fazendo com que a burocratização, representada pelas diversas siglas, contribua para a diminuição da eficácia das ações reais a serem sentidas pelos que se propõem elas a atingir.

Um simples exemplo disso pode ser apresentado na baixa produção de verduras no Assentamento. É comum se observar que produtos como tomate, cebolinha, alface, batata, cenoura, pimentão e cebola, dentre outros, fazem parte dos itens comprados em Caxias, quando se supõe que um efetivo trabalho institucional contribuiria para a organização de um sistema de horticultura, devido à boa fertilidade dos solos e à capacidade hídrica da área, que supriria o abastecimento local e da zona urbana e circunvizinhança¹⁶¹, tanto que a ATES está propondo a horticultura como mais uma alternativa de trabalho em Caxirimbu, sobretudo para

¹⁵⁹ Assentada refere-se ao recurso proveniente da Contribuição Sindical, que é pago anualmente por trabalhadores/as prestadores de serviços e repassado à entidades representantes de classe, como sindicatos.

¹⁶⁰ Maria das Graças Rodrigues dos Santos, 54 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁶¹ Destaca-se que grande parte dos produtos da horticultura de Caxias são adquiridos na Central de Abastecimento (Ceasa), em Teresina – PI, provenientes em geral das cidades cearenses de Tianguá e Viçosa do Ceará.

as mulheres e os jovens. Ademais, a CAF disponibiliza-se a distribuir as sementes às famílias interessadas, mas há certa desmotivação das assentadas para a realização da atividade, o que pode ser atribuído principalmente à falta de tradição desse tipo de prática na região, com a conseqüente insegurança causada no manejo dos novos produtos.

As três associações de Caxirimbu assumem, por seu turno, papel importante na relação dos/as assentados/as com instituições ou outros atores externos, como se tratou preliminarmente no capítulo 3, apesar de esse número de entidades aparentar falta de coesão, tal clivagem se justifica por assentados/as reconhecerem a dificuldade de trabalhar com muitas famílias numa só associação. De fato, inicialmente eram 186 famílias cadastradas e atualmente são 206 ¹⁶².

Mas a importância atribuída pela população às associações têm conteúdo político-formal, servindo elas como meio de acesso às políticas públicas, uma vez que, em geral, os órgãos governamentais que atuam no assentamento exigem que a população faça parte de uma organização para ter acesso a créditos e outros benefícios e programas. Daí que, quando da constituição do Assentamento, o STTR municipal orientou que as famílias se organizassem em duas associações, como esclarecido por um dos assentados no item 3.1.

Estabeleceu-se então um raio de cobertura de área para cada associação (Fig. 16). A Associação I dos Agricultores Familiares do Povoado Caxirimbu¹⁶³ seria formada pelas famílias estabelecidas desde a área em que se iniciam os domicílios do Assentamento, ao longo da via principal, no sentido sul, até onde se encontra o templo da Igreja Católica, sendo que as residentes a partir daí até os últimos domicílios ao longo da MA-034 participariam da Associação II, havendo ainda um círculo imaginário que cobriria as casas não dispostas ao longo da margem da via, sem se ultrapassar tais limites.

Divergências internas posteriores entre associados/as deram lugar à formação de uma terceira associação, esta sem limites geográficos preestabelecidos, mas confirmada por idéias e objetivos afins (Quadro 11), o que confirma a falta de coesão interna ao Assentamento inicialmente apontada. Segundo argumentam os/as associados/as, a clivagem se deu a partir de um dos processos de eleição das diretorias, quando candidatos/as de uma das chapas derrotadas se organizaram com seus simpatizantes e formaram a terceira associação. Na verdade, nota-se uma proximidade ideológica entre os/as dirigentes das Associações II e

¹⁶² Dados constantes no DRP 2005 lembram que esse número deve ter aumentado, haja vista o número de uniões matrimoniais entre filhos/as de assentados/as acontecidas após esse período.

¹⁶³ As três associações foram nomeadas usando a nomenclatura Povoado Caxirimbu, ao invés de Assentamento, já que formadas em 1999, no momento do povoamento da área e antes da constituição legal do Caxirimbu, que se deu somente em 2001.

III, deixando a Associação I com um trabalho mais isolado, um comportamento, no entanto, denunciado pelas três entidades, que se acusam entre si. Isso, aliás, não tem atrapalhado diretamente as relações entre associados/as e diretores/as dos três grupos, podendo, até, essa divisão, passar despercebida aos olhos dos mais desavisados.

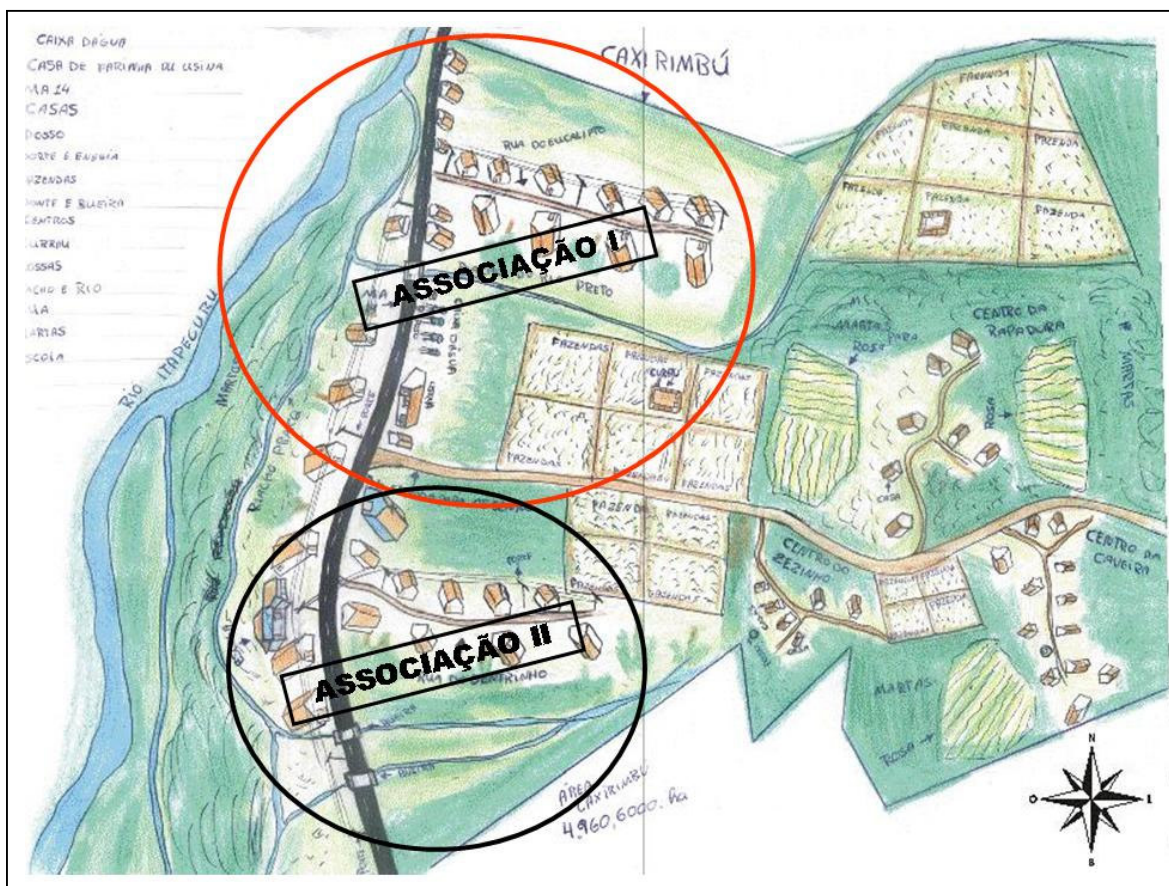


Fig 16 – Representação da área de cobertura das Associações I e II.
Fonte: Mapa Cognitivo – Wagner Lopes. Adaptado pela autora, 2006.

As três associações representam os/as assentados/as através de diretorias eleitas a cada quatro anos, e colaboram na interlocução com entidades financeiras para que tenham acesso às linhas de créditos disponíveis à categoria (PRONAF, por exemplo), às casas do Assentamento, dentre outros. Também dialogam com instituições públicas, privadas e de representação da categoria, na qual se incluem o STTR/Caxias, a FETAEMA, o INCRA e as instituições públicas ligadas às questões de trabalhadores/as do campo na região dos Cocais, como a CAF e AGED.

Uma ilustração do visível bom relacionamento entre as associações e a importância que estas representam dentro dos limites do assentamento pode ser vista quando se trata de articular associados/as para reuniões promovidas por instituições citadas ou por outras além destas, como Secretarias Municipais, ou para organizar comissões representativas dos assentados/as para participarem de eventos de seus interesses (Foto 7). Porém, detectou-se que as associações têm um papel que está restrito à articulação política do assentamento e dando lugar especialmente a questões ligadas ao Pronaf. Deixando de ser palco para tomada de decisões que envolvam organização de capital social (FRANCO, 2003) ou quando o assunto é especificamente melhoria da produtividade, escoamento de produção, execução de trabalhos direcionados a jovens, mulheres ou idosos, ou outros.

No dia que nós vamos comprar dez bolas de arame tem que reunir a assembléia todinha e dizer que nós vamos comprar dez bolas de arame e o valor é xis. Se nós vamos comprar cinco sacos de cimento, fazendo uma comparação: ao invés de cinco, compra logo cinqüenta. Reúne todos eles [associados/as] e nós vamos comprar os cinqüenta ao invés de cinco sacos de cimento, que é melhor dessa forma. Quer dizer, toda decisão em qualquer sentido, se for tomar uma decisão dentro do assentamento tem que ter uma assembléia geral. (...) Nós passamos uns quatro anos só se preparando para o pronafe [Pronaf]. Em outras coisas, a dona Consola [técnica social da ATEs] que ela tá trabalhando aqui em função disso, com as mulheres fazendo aí outra organização... trabalhar em negócio de horta, fazendo canteiro e até conversou com o prefeito e ele deu apoio... Se a pessoa se organizar no que tiver no alcance dele pudesse fazer, ele fazia... Aí, estão dando início nisso daí.¹⁶⁴

Nome/CNPJ	Endereço	Presidente	Famílias Associadas
- Associação I dos Agricultores Familiares do Povoado Caxirimbu CNPJ: 03.501.817/0001-31	Rua do Eucalipto, s/n – Povoado Caxirimbu – Zona Rural /Caxias/MA CEP: 65.900-000	Jose Milton Moura Abreu. SIPRA: MA05750000000	62
- Associação II dos Agricultores Familiares do Povoado Caxirimbu CNPJ: 03.501.805/0001-07	Rua do Centrinho, s/n – Povoado Caxirimbu – Zona Rural / Caxias/MA CEP: 65.900-000	José de Sousa Silva SIPRA: MA057500000043	48
- Associação III dos Agricultores Familiares do Povoado Caxirimbu CNPJ: 05.386.007/0001-07	Povoado Caxirimbu – Zona Rural / Caxias/MA CEP: 65.900-000	Darminio Lima da Silva SIPRA: MA057500000003	76
	TOTAL		186

Quadro 11 – Associações de Caxirimbu

Fonte: Lima, 2007.

¹⁶⁴ José Milton Moura de Abreu, 35 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.



Foto 7- Assentados/as participam de reunião com técnicos da ATES
Fonte: Lima, 2005.

O serviço de ATES que atende Caxirimbu é, além das diretorias das associações, o responsável por tentar conduzir reuniões para soluções de questões de produção do Assentamento, e o elaborador dos projetos agropecuários contemplados com o crédito do Pronaf. As famílias ainda sem acesso ao programa estão em uma situação a qual deve-se à opção delas mesmas ou ao fato de não disporem da documentação necessária. Apesar de priorizarem a assistência técnica aos contemplados pelo programa de crédito, a equipe não nega informações sobre a melhoria das condições de produção às outras famílias que não o possuam, orientando até na organização de documentos aos que desejam, posteriormente, nele se inserir.

A participação de associados/as na tomada de decisões é satisfatória. Durante a pesquisa, puderam-se acompanhar reuniões entre associados/as e diretoria, associados/as e representantes de instituições que fazem parte do cenário do Assentamento e eram frequentes as discussões tomarem força entre assentados/as, contrariando a expectativa de uma posição passiva ou omissa. Nota-se ainda a aproximação da administração pública municipal aos assentamentos existentes em Caxias, através de convocação de reuniões entre lideranças da área rural, com os representantes do poder executivo, sendo constante a participação de Caxirimbu nas tomadas de decisões e procura de pauta na implementação de ações direcionadas à sua categoria na agenda das instituições oficiais da região.

Identificou-se, ademais, uma constante participação de representantes de Caxirimbu em eventos promovidos por entidades ligadas aos trabalhadores/as rurais e à luta pela terra, realizados, em geral, na zona urbana de Caxias, alguns de cunho regional que contam com trabalhadores rurais da Região dos Cocais, e em São Luís do Maranhão e em outros estados. Vale enfatizar que duas assentadas de Caxirimbu estiveram na Marcha das Margaridas 2003¹⁶⁵ que se deu em Brasília, em agosto de 2003.

Quanto ao acesso às políticas públicas, no tocante às condições de saúde, o Assentamento ainda não dispõe de posto de saúde, que até o momento do final da pesquisa, se encontra em construção por iniciativa da prefeitura municipal, juntamente com uma escola de ensino médio através do governo estadual. As famílias assentadas são assistidas por duas agentes comunitárias de saúde, participantes do Programa de Saúde da Família – PSF, uma delas assentada e responsável pelo acompanhamento de 150 famílias, e a outra, que reside em Caxias e visita o assentamento três vezes por semana, atende às demais. O acompanhamento das agentes às famílias acontece com visitas aos domicílios regularmente com atenção especial às famílias com casos de hipertensão ou diabetes, casos frequentemente registrados no assentamento. De acordo com a agente comunitária assentada, as crianças acompanhadas pelo programa no assentamento estão nos padrões nutricionais de peso aceitos pelo Ministério da Saúde, sendo que as doenças mais frequentes são as infestações por parasitas, resultado de condições sanitárias inadequadas. Ressalta-se que as questões relacionadas à saúde e saneamento são perpassadas, ainda, pela dimensão ambiental.

Não há relatos de surtos endêmicos como dengue, malária, hepatite e outros, apesar das condições deficientes de saneamento da área. Nem todos os domicílios são contemplados com instalações sanitárias (fossa, descarga e vaso sanitário), sendo os dejetos, lançados a céu aberto, geralmente nas áreas de entorno das habitações, das quais algumas contam com fossa seca ou sentina, como referem localmente. Inexiste coleta pública de lixo, ou local apropriado disponibilizado para este fim. O doméstico é queimado e depositado numa área destinada por cada aglomerado de famílias próximas entre si, formando pequenos montantes. Nos

¹⁶⁵ A Marcha das Margaridas – 2003 Razões para Marchar –, aconteceu em Brasília, no dia 26 de agosto, promovida pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTR). Cerca de cinquenta mil trabalhadoras participaram “invadindo” as ruas da capital federal, exigindo acesso a terra, salário mínimo digno, saúde com assistência integral à mulher do campo e o fim da impunidade e da violência sexista e de todas as formas de violência e discriminação no campo. O governo federal recebeu, das mãos das representantes, não só reivindicações, mas propostas concretas para a solução de problemas das mulheres trabalhadoras rurais. A Marcha tem esse nome em homenagem à trabalhadora rural a Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada por mando de fazendeiros de Alagoa Grande, na Paraíba há mais de 20 anos.
<http://marchamargaridas.contag.org.br/> . Acesso em 08/11/06.

domicílios ainda sem banheiro, a higiene pessoal diária (tomar banho, escovar os dentes, etc) é realizada em cercados com paredes de palha de coco babaçu e chão de terra, no terreiro, ao fundo da casa.

O consumo de água potável é, em Caxirimbu, variado. A água proveniente da rede de distribuição é de boa qualidade e, apesar de ainda não terem sido feitas análise físico-químicas de amostras, através da profundidade de captação a 120 metros, pode ser considerada potável¹⁶⁶ se analisados seus aspectos físicos como cor, sabor e odor. Por outro lado, a população continua utilizando água dos poços artesanais ou cacimbão – como são chamadas as fontes, bastante susceptíveis à contaminação seja pela proximidade de fossas secas, seja pelo escoamento superficial, durante o período de chuva, o que, segundo Amaral et al. (2003), é o fator que mais contribui para a mudança da sua qualidade microbiológica.

Esses autores argumentam que a deposição diária de resíduo orgânico animal no solo, prática muito disseminada no meio rural, aumenta o risco da contaminação das águas subterrâneas. Como se observou, os pequenos animais (cachorro, porcos, galinhas e outros) e os de médio porte (cavalos, jumentos e vacas) dividem a maioria dos espaços com os assentados/as inclusive nas proximidades dos poços, expondo a população usuária a riscos.

A continuidade de maior utilização da água do cacimbão em relação à da rede de abastecimento se dá entre algumas razões relatadas pela população pesquisada, pela constante falta da água canalizada decorrente da queda de tensão elétrica necessária na captação devido a problemas na própria rede distribuidora, gerados pela grande incidência de rompimento no sistema de tubulação. Outra razão apontada pela opção da água do poço artesanal é o seu sabor, que segundo os assentados/as é salobra¹⁶⁷, o que, visto pelo aspecto cultural, significa dizer que tem sabor diferente da qual eles tinham o hábito de anteriormente consumir, tornando-se-lhes desagradável. Dizem inclusive que a da torneira não é boa para lavar roupas, pois não as deixa tão limpas quanto a dos riachos Preto e Praquê, fato que contribui para a permanência da utilização das águas dos afluentes e a deposição de produtos químicos neles.

¹⁶⁶ Dados técnicos: profundidade de 120 metros, vazão de 10.000 m³ por hora, revestimento de 60 metros, quinze canos de 06” (seis polegadas). Projeto: Empresa Planacon. Perfuração: HIDROMAR (Hidráulica Maranhense Ltda). Geólogo responsável: Marco Aurélio Carvalho de Freitas. De acordo com relatório expedido pela empresa, a perfuração do poço seguiu norma para construção de poço para captação de água subterrânea – NBR 12.244 de 1992, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A Portaria nº 518, de 25/03/2004, define água potável para consumo humano aquela cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde. Esta captação ocorre a partir do sistema aquífero Itapecuru que tem qualidade química considerada boa, de acordo com Relatório sobre qualidade de águas subterrâneas no Brasil (ANA, 2005).

¹⁶⁷ A Resolução Nº 20, de 18 de junho de 1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, que estabelece a classificação das águas em doces, salobras e salinas no território nacional e define as salobras como aquelas com teor de salinidade igual ou inferior a 0,5 % e 30 %.

Ressalte-se que na maioria dos domicílios a água armazenada para beber é antes filtrada e que conforme a agente comunitária de saúde, existe resistência de algumas famílias ao uso do hipoclorito de sódio, produto sugerido pelo PSF para a diminuição de bactérias contaminadoras, e distribuído gratuitamente. Aliás, Amaral et al. (2003), em estudos acerca de comunidades rurais, justificam que a ausência mínima ou total de qualquer tratamento de água a ser consumida por essas populações está relacionado ao anterior consumo nas fontes disponíveis por longos períodos sem problemas evidentes, somado ao bom aspecto do líquido a olho nu, experiência que proporciona às populações usuárias uma sensação de pureza que impede que agreguem juízo de valor ao tratamento dessa água que deveria passar pelo menos por um processo de desinfecção para minimizar o risco de veiculação de enfermidades.

No caso da população investigada, acredita-se que, aos poucos, essa opção será alterada frente à opção pelo poço artesiano em face da maior facilidade de acesso à água canalizada e tratada, mediante a resolução dos transtornos acarretados pela sua falta. Ademais, entende-se que as instituições responsáveis pela questão de saneamento no município haveriam de pensar uma política de informação para o melhor uso da água, tanto no sentido do benefício à saúde da população, quanto no da diminuição do desperdício. Inclusive, segundo relato de assentados/as ocorre que o primeiro poço foi instalado no local sem que fossem prestados quaisquer esclarecimentos, ou como costumam dizer, “ninguém desse satisfação” sobre este, a não ser, sobre o material a ser adquirido para as instalações domiciliares.

Em caso de necessidade de atendimento médico, recorre-se ao serviço de saúde de Caxias, seja o público, seja o privado. Ou há encaminhamentos, pelas agentes comunitárias, ao Posto de Saúde do Povoado Baú, a 25 quilômetros de distância, onde dispõem de atendimento médico por clínico geral e odontólogo, três vezes por semana, e que conta, além de aparelho de ultrassonografia, com médico especializado que atende regularmente, com medicamentos para tratamentos emergenciais e com ambulância, na necessidade de deslocamento à rede hospitalar da zona urbana de Caxias.

Em casos mais graves, assentados/as também recorrem ao Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU disponível no município, acionado por chamada telefônica, haja vista que há uma rede de telefonia celular que alcança Caxirimbu, embora inexista telefone público no Assentamento, talvez devido à telefonia celular, que gera maior lucro ao mercado. O “orelhão” mais próximo se localiza no povoado Baú. Muitas vezes, as famílias com melhor poder econômico recorrem ao serviço médico especializado privado de Teresina, capital do Piauí, a 65 km da zona urbana de Caxias.

É freqüente, ainda, a opção pela tentativa de cura por ervas medicinais ou remédios feitos de receitas tradicionais, como chás de ervas diversas, “lambedores” (xaropes feitos de ervas, plantas e mel ou açúcar dissolvido) e rezas e benzeduras. Nos “terreiros” (área no entorno das casas) podem ser vistos o cultivo de canteiros como hortelã (*Mentha piperita* Linnaeus, 1753), erva doce (*Foeniculum vulgare* Miller, 1768), manjerição (*Ocimum basilicum* Linnaeus, 1753), quebra-pedra (*Phyllanthus niruri* Linnaeus, 1753), dentre outros. Em caso de mal-estar corriqueiro, como dores de cabeça, gripe, ou mesmo febre decorrente de infecções, as pessoas também se auto-medicam com produtos disponíveis nos estabelecimentos comerciais do Assentamento (em geral, os mais adquiridos são analgésicos, anti-térmicos e sais efervescentes hepáticos). Registra-se um casal de soro-positivos residente em Caxirimbu, cujo tratamento é viabilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, com deslocamentos regulares a Teresina, a fim de receberem medicamentos e atendimento específico, levando, segundo a agente comunitária que os assiste, uma vida “considerada normal”, sendo a condição de normalidade estabelecida pela boa convivência do casal com a população, trafegando por todos os espaços do assentamento, sem sofrer discriminações ou rejeição diretamente pelo menos pela maioria da população questionada, comuns aos que são acometidos por esta doença.

Quando se trata da educação, vale ressaltar as condições de educação formal disponíveis em Caxirimbu, com dois estabelecimentos de ensino. A Escola Municipal Rio Preto funciona nos turnos da manhã e tarde com turmas da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, através do ensino multiseriado¹⁶⁸, havendo duas professoras pela manhã e duas à tarde, instalada num barracão de taipa coberto de palha que também abriga a sede da Associação I. As professoras desta escola residem em Caxias e, devido à proximidade da zona urbana, retornam diariamente, após as atividades. As crianças ficam dispostas numa só sala, sem parede divisória, cabendo à professora uma parte dos/as alunos/as, o que torna inevitáveis o barulho e a desordem, que contribuem para o baixo rendimento, como por elas mesmas apontado.

A Unidade Escolar Flora Alves de Andrade atua nos três turnos com as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série) e com uma turma do Programa de Educação de Jovens e Adultos. Fica instalada na casa em que funcionava a sede administrativa da antiga Fazenda Caxirimbu (Fig. 15, páginas atrás). Vale lembrar que está em processo de construção

¹⁶⁸ No ensino multisseriado, alunos/as de todas as séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª) permanecem numa mesma sala de aula e são orientados/as por um/a só professor/a. Os conteúdos repassados são os pertencentes às disciplinas correspondentes à etapa escolar referida.

uma escola-pólo em Caxirimbu, contemplada com o ensino médio numa iniciativa do governo estadual que irá contribuir para minimizar o deslocamento de alunos até a zona urbana de Caxias ou ao povoado Baú para a continuidade dos estudos, o que provavelmente diminuirá não só evasão e reprovação, mas também os riscos aos quais se expõem com o deslocamento (acidentes, contato com problemas urbanos, etc.)¹⁶⁹. Recentemente, formou-se um mutirão organizado por quatro jovens de Caxirimbu para uma reforma na escola, os quais arrecadaram recursos financeiros e materiais de construção junto a políticos e empresários de Caxias e se mobilizaram para a realização da obra, melhorando as condições do prédio.

Essa Unidade Escolar também funciona como sede para uma turma do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA¹⁷⁰, destinada a trabalhadores/as das áreas de Reforma Agrária, como citado no item 4.2.1.1. De fato, a escola é um local de convívio por excelência das crianças e jovens e um meio pelo qual as famílias se articulam e convivem, servindo para envolver a população em datas comemorativas, como Dia das Mães, festejos juninos, Dias das Crianças, festas de final de ano e outras. A solidariedade é aí observável, pois muitas vezes a organização dessas festas conta com a participação de mães na ornamentação e na preparação da merenda.

Os escolares das unidades de ensino são contemplados com merenda escolar fornecida pela Secretaria de Educação Municipal, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, diariamente feita por cozinheira assentada e contratada pela Prefeitura Municipal¹⁷¹. O cardápio oferecido aos alunos é composto por “baião de três” (arroz, feijão, carne bovina), bebida láctea e/ou chocolate com biscoito, arroz “maria isabel” (carne bovina e arroz) e suco de fruta, bebida láctea à base de leite e milho, “sopa napolitana” (macarrão, carne bovina, cenoura e batata) e sucos de fruta, estes, produzidos através da polpa e adquiridos, como os demais itens, pela Secretaria de Educação a fornecedores da zona urbana de Caxias. Vale ressaltar a significativa quantidade de opções de árvores frutíferas no Assentamento como caju, tamarindo, acerola e manga, dentre outras e os cursos de beneficiamento de polpa de frutas que já foram ministrados para assentados/as interessados/as através do Centro de Educação Tecnológica do Maranhão (CETEC-MA) em Caxias.

¹⁶⁹ Segundo a mãe de uma adolescente a gravidez de sua filha decorreu do fato de ela se deslocar a Caxias para ir à escola. Ao invés de freqüentar a sala de aula, a jovem manteria encontros amorosos com um rapaz, o que resultou na gravidez.

¹⁷⁰ O Programa tem em suas diretrizes o objetivo de fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

¹⁷¹ Ressalta-se esse fato porque em muitas comunidades rurais de Caxias são as próprias professoras que, além de ministrar aulas, ainda se responsabilizam pela limpeza da escola e preparo da merenda escolar.

Indagados sobre a possibilidade de aplicação dos cursos e o retorno financeiro que disso poderia resultar, inclusive para atender a necessidades no Assentamento e nas escolas, dizem somente que não têm como fazer e não sabem como fazer. Isso indica que, apesar de esforços das instituições oficiais em tentar contribuir com a melhoria de qualificação e aperfeiçoamento de técnicas da população, isso ainda não é feito de forma eficaz, supondo-se que se deva partir da organização inicial do chamado capital social (OLIVEIRA, 2003), que são as relações de confiança e colaboração e a capacidade de associação e cooperação. Não se trata de dizer que em Caxirimbu isso inexistia, até pelas ações que visivelmente sobrepõem a assertativa, mas se sugere que este capital social poderia ser melhor utilizado inclusive no que tange melhores condições de opções para a produtividade agrícola e conseqüente aprimoramento da reprodução familiar.

Há ainda jovens que estudam na zona urbana e no Povoado Baú, em busca da formação a partir da 5ª série, ainda não oferecida na área, que são transportados diariamente em ônibus da Secretaria Municipal de Educação, nos turnos vespertino e noturno. O veículo atende a alunos/as de todos os povoados ao longo do trecho Caxias – Baú da rodovia MA – 034, dentre eles Barriguda, Criminosa, São Miguel e Caxirimbu, sendo que, no povoado Baú, freqüentam a Unidade Integrada Municipal Maria Marques Coura e, na zona urbana, a Unidade Integrada Municipal Filomena Machado Teixeira, o Centro de Ensino Cônego Aderson Guimarães Jr., a Unidade Integrada Municipal Deborah Pereira, e o Centro de Ensino Fundamental e Médio Inácio Passarinho. A escolha dessas escolas se dá por serem as maiores entre as localizadas nas primeiras paradas do transporte escolar no sentido Caxirimbu – Caxias.

As ações de estruturação de um projeto de assentamento se organizam em duas fases: implantação e consolidação¹⁷². De acordo com o DRP (2005), Caxirimbu encontra-se na fase de implantação, analisando Sparovek (2003) que, de forma geral, vê-se que a titulação e a consolidação final dos projetos de assentamentos são processos não priorizados nas ações institucionais da política agrária, sendo um dos fatores o aumento da especulação fundiária a partir da consolidação do assentamento. Esta consolidação é um atestado de maioridade

¹⁷² A implantação compreende as seguintes ações: celebração do Contrato de Assentamento; elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA; aplicação do crédito de apoio à instalação para compra de alimentos e insumos básicos; capacitação básica dos/as assentados/as; execução dos serviços de medição e demarcação topográfica; aplicação do crédito de auxílio à construção de moradia; execução da infra-estrutura básica; planejamento das atividades produtivas apoiadas pelo crédito Pronaf A. O projeto de assentamento é considerado consolidado pelos órgãos oficiais quando os serviços topográficos estiverem concluídos, as famílias tiverem recebido os créditos de apoio à instalação e aquisição de material de construção; a infra-estrutura básica estiver concluída (estradas, energia elétrica e água para consumo humano ou outra considerada indispensável ao desenvolvimento do assentamento); e 50% dos títulos de domínio entregues (BRASIL, 2001).

(SPAROVEK, 2003) que significa ruptura com o agente executor da política agrária e fundiária, de modo que seria preferível que a titulação e a consolidação ocorressem depois que os/as então assentados/as tenham real identificação com a terra, evitando que a possam negociar, o que contribuiria para reverter a intervenção fundiária realizada.

Você sabia que aqui tem gente que, quando o incra [INCRA] acabasse de lotear, que passasse para o papel: ‘isso aqui é seu, isso aqui é seu, isso aqui é seu,’ quando ele saísse bem acolá, já tinha gente na frente dele que já tinha vendido e ido embora, você acredita? [risos]¹⁷³.

Por outro lado, por falta de análises das reais condições de cada assentamento por parte dos governos, diminui o número de emancipações e mantém-se sob tutela, por muito tempo, bastantes famílias assentadas em plenas condições de “independência”, apesar de Sparovek (2003) considerar que a quebra do vínculo proporcionada pela titulação pode estar atrelada à vontade do governo e dos assentados. Se, para os/as assentados/as, a ruptura representaria a perda de benefícios ou vantagens, como o fácil acesso a créditos e manutenção da infra-estrutura do assentamento, para o governo significaria a diminuição de poder político, gerado pela dependência estabelecida no ato da criação do Assentamento.

De fato, no decurso de sete anos de existência do Assentamento, a “chegada” das políticas públicas diretamente à população tem acontecido aos poucos. Porém, assentados/as não se tornaram passivos/as e buscaram acesso a estas, mesmo que além dos limites de sua área, como por exemplo, quando vão à escola ou em busca de atendimento de saúde em Caxias ou no Povoado Baú, até fazerem perceber a necessidade de tê-lo disponíveis na área, resultando finalmente, na construção desses equipamentos públicos (posto de saúde e escola de ensino médio), atual conquista da população, através do governo estadual.

Demonstra também que a condição de assentado/as colabora para um envolvimento com a política organizacional maior, mesmo que esta inicialmente esteja vinculada a formalidades propostas, há que se pensar nas associações do Assentamento como um lugar de identificação e constituição de lideranças representativas, que, transitando em meio às instituições de promoção do desenvolvimento rural, podem se tornar porta-vozes da sua categoria, caso já registrado em Caxirimbu com um assentado candidato a cargo público do legislativo municipal. Assim, em reuniões com associações, técnicos e instituições oficiais, a população demonstra desenvoltura em dialogar com questões novas para alguns, como por exemplo, crédito bancário e seus derivados como cartão magnético, juros, prazos, sem

¹⁷³ Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 5 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

descuidar de princípios e práticas tradicionais. Neste item, marcadas pelo sincretismo religioso identificado na população que resulta em festejos e atividades que contam, inclusive com a participação de pessoas de fora, seja da zona urbana ou da circunvizinhança, reforçando a inter-relação e a dinâmica de Caxirumbu “para fora”.

4.4 Dimensão ambiental da sustentabilidade de Caxirumbu: encontros e desencontros entre percepções, discursos e práticas

Quando da chegada dos primeiros moradores na área de Caxirumbu, muitas famílias, diante da possibilidade de escolha dos lotes, optaram por construir as moradias ao longo do riacho Preto, pela facilidade de acesso à água e para que seus terreiros ficassem em uma faixa de terra de boa qualidade, o que deu origem à Rua do Eucalipto, cujo nome adveio da quantidade dessas árvores em sua extensão.

As casas do Assentamento são de alvenaria e vêm passando por constantes melhorias em sua estrutura. A área no seu entorno, especialmente a que fica à frente, é chamada de “terreiro”, estando a maioria disposta sem limites físicos (cerca, por exemplo) entre uma e outra. O termo quintal aparece raramente nas narrativas, como se significasse uma área restrita e individual que não caberia no âmbito do Assentamento. Apesar de se observarem algumas casas com cercas, mesmo de baixa altura, a área ao fundo dos domicílios é comum a todos.

O hábito de manter o “terreiro” limpo, sem ervas daninhas e com pequenos canteiros de flores na parte da frente, representa para os/as assentados/as uma atitude de limpeza, organização e higiene caracterizada como uma atividade prazerosa de zelo por seus espaços individuais. Cultivam grande quantidade de árvores frutíferas e ornamentais, pequenos jardins com flores, e exibem exemplares de mangueiras e cajueiros, plantados por eles à época da chegada na área e atualmente já com frutos, como se demonstrasse que, apesar de todas as dificuldades e inseguranças que enfrentaram, existe a vontade de permanecer no lugar, com atenção inclusive à biodiversidade, reduzida no momento inicial, agora símbolo de enraizamento, produção e prosperidade. É também no terreiro que se sentam para rodas de conversas, jogos de baralho e para ver “os carros passarem” na rodovia MA – 034, sendo que no de algumas casas foram construídas, calçadas e varandas cobertas onde estendem redes e cadeiras para “sentir o vento e tirar uma soneca de tarde”. Seu Darmínio, 63 anos, assentado.

Aliás, pensar essas casas é pensar espaços referenciais do grupo camponês a ser investigado (GODOI, 1999, MORAES, 2000, MORAES, 2002). Assim, a casa na Agrovila, a

casa de alguns em Caxias, e a casa dos centros têm funções particulares e guardam importância individual. A da agrovila é o porto seguro: simbolicamente, através dela retomaram a possibilidade de trabalho e reprodução familiar; a de Caxias serve como apoio nas necessidades de providências do cotidiano na zona urbana; as casas dos centros são de taipa e as casas de farinha e os fornos são construídos ao lado, representam, para o grupo, a casa do trabalho, da luta árdua do dia-a-dia, e a reprodução e manutenção familiar.

As famílias assentadas de Caxirimbu têm composição diversificada. Além da família nuclear, (pai, mãe e filhos/as), é comum a presença de famílias ampliadas, com outros parentes (avós, genros/noras, irmãos/ãs, cunhados/as, netos/as, sobrinhos/as) e “agregados” (pessoas sem grau de parentesco). Alguns já a integravam antes de morar no Assentamento, porém a maioria foi inserida na família depois disso, muitos, em busca da oportunidade de acesso à terra como alternativa de trabalho. Isso faz refletir que a constituição do Assentamento representa para eles uma forma de amparo, já que, fora, poderiam estar em dificuldades e sem chances de reprodução familiar e de reaproximação familiar como por exemplo a filhos/as casados/as que moravam distante. Segundo Leite et al. (2004), contribuiu-se, assim, através de assentamentos rurais, para garantir não só a reprodução econômica mas também a social dos grupos.

Por outro lado, há as migrações temporárias, seja de filhos/as de assentados/as que não se identificaram com as atividades disponibilizadas na área, seja de assentados chefes de família em busca de outras alternativas de recursos. Tais migrações acontecem principalmente com destino à atividade algodoeira no Estado do Mato Grosso, com permanência média de seis a oito meses¹⁷⁴.

De acordo com o DRP, a capacidade de assentamento estabelecida para Caxirimbu é da ordem de 186 famílias. Contudo, já conta ele com aproximadamente 210, ou seja, mais de 20 famílias ainda não “sipradas”¹⁷⁵, de sorte que a então capacidade de assentamento, que considera apenas a demanda de mão-de-obra para a produção agrícola, já foi superada. Sobre isso, Sparovek (2003) diz que algumas vezes o dimensionamento do projeto no momento da criação foi equivocado e a capacidade subestimada. O que não raro ocorre, ainda, é que somente após a implantação e constatação dos assentamentos dá-se-lhe a ampliação

¹⁷⁴ Segundo a técnica social da ATES – Caxias, Maria da Consolação Gonçalves, houve uma diminuição de aproximadamente 11% no índice de migração em Caxirimbu em 2006 em relação ao ano anterior, atribuída às oportunidades de trabalho surgidas com as atividades ligadas à execução dos projetos do Pronaf.

¹⁷⁵ Sipradas são chamadas as famílias cadastradas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, que trata, sistematiza e recupera dados sobre os Projetos de Reforma Agrária (desde a criação até a sua emancipação), bem como dos beneficiários (cadastro, seleção, desenvolvimento sócio-econômico, titulação). De acordo com a cartilha “O Incra e o assentamento” (2003), o SIPRA tem informações de aspecto econômico-sociais, com registro dos programas ali desenvolvidos, e ainda o cadastro atualizado de todos os assentados.

espontânea do número de famílias, que ocupam áreas que as famílias já assentadas não conseguiram, a princípio, incorporar na produção.

Vale enfatizar o aumento do número de famílias gerado pelas uniões matrimoniais entre filhos/as ou parentes de assentados/as, residentes no assentamento, que também vão, ao longo do tempo, sendo incorporadas à sua estrutura. E, até que sejam cadastrados como assentados e possam desfrutar dos créditos a que têm direito, em Caxirimbu, os novos casais constroem casas geralmente em área próxima à dos pais de um dos cônjuges, feitas em geral de taipa e cobertas de telha ou palha, o que varia de acordo com as condições financeiras dos pais, que muitas vezes contribuem com o sustento da nova família até à conquista da sua independência financeira, desde a produção agrícola realizada autonomamente ou através de “herança” de área de roça, trabalhando com a ajuda dos próprios filhos. Apesar de se verificar em muitos casos que os/as filhos/as continuam a exercer as tarefas de antes do casamento na roça com a família ou outras que contribuam para a reprodução familiar, reduzindo o passivo fundiário (SPAROVEK, 2003) de Caxirimbu.

Outra hipótese do equivocado dimensionamento inicial da capacidade dos assentamentos citados por Gerd Sparovek é a de se ter levado em conta sistemas de produção mais extensivos, que ocupariam áreas maiores. Para este autor, o sistema praticado, o da agricultura camponesa, demandaria menor quantitativo de terra, fazendo surgir oportunidades de ocupação de áreas em geral por agregados/as ou outras famílias que buscam melhoria da reprodução familiar através do acesso à terra (SPAROVEK, 2003). Entretanto, convém pensar que a agricultura camponesa também necessita de áreas capazes de permitir a rotatividade exigida pelo sistema de roça-de-toco com suas alternâncias entre cultivo e pousio assim como a instalação das novas gerações. No Assentamento, a população considera como sendo um período ideal para a “terra descansar”, cinco a dez anos, como se abordará em item adiante.

Focando as diversas formas de possibilidades do meio natural disponíveis ao grupo, a região em que se encontra atualmente o Assentamento Caxirimbu era destinada quase exclusivamente para a atividade ganadeira, tanto que extensas áreas de babaçuais e vegetação característica do cerrado foram substituídas por currais para pastagem, contribuindo para a diminuição de exemplares de espécies características da região. O momento em que ocorre essa devastação é simultâneo à chegada dos “pernambucanos” na região na década de 1980, especificamente, com a compra da Fazenda Caxirimbu pelo Sr. Aníbal de Freitas, em 1984, uma vez que, antes, as famílias então estabelecidas em Caxirimbu, na condição de moradoras, usufruíam da terra para cultivo agrícola, extrativismo do babaçu e sua comercialização, na forma de azeite, amêndoa ou carvão, sem mencionar a criação de pequenos animais, caça e

pesca para alimentação, extrativismo vegetais alimentares e medicinais, como tratado no capítulo 2.

Atualmente, ao contrário do quadro anterior de utilização das áreas exclusivamente para a pecuária, a ação dos/as assentados/as de Caxirimbu tende a promover uma transformação ambiental positiva (LOPES e COSTA, 2002), a partir da inserção das novas formas de uso e ocupação da terra. A diversificação nos usos pode ser observada, em diversos níveis, nas culturas de arroz, mandioca, milho, feijão e urucum, no plantio de plantas ornamentais, pequenos jardins, e mudas de caju, manga e acerola, com comercialização ainda que em pequena escala, sem dizer da criação de gado, porcos, galinhas e caprinos e na atividade de pesca¹⁷⁶. Em estudos com populações que passaram por processo semelhante ao de Caxirimbu observa-se que

A transformação ambiental observada foi expressa na forma de modelos significativos da realidade construídos em uma torno da diversidade. Os novos sujeitos sociais passam a lidar, e na verdade voltam a lidar com a natureza, uma natureza que é complexa, heterogênea no espaço e dinâmica no tempo, envolta em processos de transformação. Eles passam a criar sistemas naturais e agrários, tornando os assentamentos ricos em teias de interações sociais e destas com a natureza, em espaço no qual homens e mulheres estão no processo de reconstrução da biosfera, espaço de reconstrução ao mesmo tempo cultural, social e ecológica (LOPES e COSTA, p.224).

A respeito da flora local, Caxirimbu é cercada por grande área verde e densas matas de cocal com a presença de babaquais, e identifica-se a presença de várias espécies nativas entre as quais destacam-se o caneleiro (*Lindackeria paraensis* Kuhlmann, 1838), a maçaranduba ou maçaranduba (*Manilkara huberi* Ducke Chevalier, 1932), o ipê ou pau d'arco (*Tabebuia serratifolia* Vahl Nicholson, 1887), a aroeira (*Astronium sp.*), a sapucaia (*Lecythis usitata* Miers, 1874), a mirindimba (*Buchenavia sp.*). Além dessas espécies pode-se identificar ainda as presenças de culturas induzidas de caju, tamarindo e manga.

Sobre as espécies animais silvestres, de acordo com depoimentos dos assentados, podem ser encontradas cotia (*Dosyprocto ozarae* Lichtensteins, 1823), paca (*Agouti paca* Linnaeus, 1766), macaco-prego (*Cebus apella* Linnaeus, 1758), veado (*Mazama americana* Erxleben, 1777), gato do mato (*Leopardus tigrinus* Schreber, 1775), mucura (*Didelphis marsupialis* Linnaeus, 1758), répteis como teiú (*Tupinambis teguixin* Linnaeus, 1758) e camaleões (*Chamaeleo chamaeleon* Linnaeus, 1758), cobras como jibóia (*Boa constrictor*

¹⁷⁶ A pesca ocorre principalmente como forma de entretenimento entre assentados/as, que se reúnem às margens dos riachos Preto e Praquê e no rio Itapecuru. Ao final, conseguem levar para casa cardumes de pequenos peixes (piaba e piranha, em geral) que contribuem para a diversificação do cardápio alimentar das famílias.

Forcart, 1960), cascavel (*Crotalus durissus terrificus* Laurenti, 1768). Entre as aves tem destaque o nambu (*Crypturellus* sp), perdiz (*Rhynchotus rufescens* Temminck, 1815), jacu (*Penelope* sp). E espécies não definidas de macacos, tatus, papagaios.

As práticas e soluções criativas encontradas pelos assentados/as de Caxirimbu, relacionadas com tradições culturais herdadas, contêm elementos de grande valor sociocultural e são responsáveis pelo manejo dos elementos da natureza transformados em recursos para essas populações. Assim, compreende-se que assentados/as tendam a ampliar a diversidade para a ocupação do espaço físico dentro do sistema de produção à medida que intercalam culturas, como por exemplo a de feijão e arroz para repouso do solo. Assentados/as revelam, pois, um cotidiano marcado pela preocupação com a manutenção da diversidade biológica, já que reconhecem o quanto dela necessitam, estabelecendo laços com o meio natural.

Seguindo a lógica camponesa, como referido no Capítulo 3, sob a qual não há espaço inútil ou vazio, como supõe a lógica capitalista, assentados/as de Caxirimbu realizam, nas diversas áreas no perímetro do assentamento, o cultivo através do sistema de roça-de-toco durante ciclo anual marcado por duas estações climáticas, o inverno, entre os meses de dezembro a abril, época de intenso trabalho agrícola e o verão, com altas temperaturas, ocorrendo entre os meses de agosto a dezembro, quando tem início o calendário de atividades¹⁷⁷, tanto no trato com a terra como na execução também de atividades não-agrícolas dentro e fora do assentamento.

Quanto ao manejo das áreas de cultivo, garantem o volume de produção¹⁷⁸ fazendo rotatividade de lavouras orientadas por técnicas tradicionais:

A gente bota roça, dois anos seguidos na mesma mata. Agora se for capoeirinha velha suja, você só bota um ano, por que a terra fica fraca. Ela não agüenta, não. É porque no primeiro o ano dá bom, mas no segundo só dá muito é mato, por que fica fraca. O legume morre. É como aqui, você pode derrubar ele e plantar arroz, plantar milho, plantar mandioca e dá bom, mas se você derrubar de novo e for fazer um outro plantio de legume, não presta mais. Dá aqueles fiapinhos velho, mas não presta mais. Não dá como antes não! (...) Por exemplo, se eu faço aqui nesse quadradinho [risca um quadrado no chão], dois anos faz aqui nessa mata, tá? Aí, no outro ano pode ser mais aqui assim [risca outro quadrado ao lado do anterior]. Essa outra, já tá fraca. Pra não estragar a terra, dá pra fazer até dois anos! Agora, quando tem muito mato assim, às vezes o caboclo não quer, não tá se importando, aí ele larga outra roça grande aqui mesmo e larga a outra roça que ainda tá boazinha. Quando você já tá com uns cinco a dez anos, aí que você volta pra aqui pra primeira

¹⁷⁷ Ver Quadros 3 e 4, Capítulo 3.

¹⁷⁸ Utiliza-se a expressão “volume de produção” por julgá-la mais adequada ao contexto da agricultura praticada pelo grupo investigado, muito mais próximo a uma economia de aprovisionamento que a uma economia capitalista comprometida com índices de produtividade.

novamente. Por que vira capoeiraçu¹⁷⁹. Eu botei uma roça aqui tá com oito anos¹⁸⁰. Esse ano acabou tendo a roça no mesmo lugar e deu legume, deu bom feijão, deu bom milho, mas se tivesse botado no mesmo ano não prestava, porque essa terra aqui é plantada, e é porque ela já foi muito queimada de capim, e os tocos do capim nunca se acabou. Bem aqui no canto do centro, tem um caso que não sai legume por causa dos tocos do capim.¹⁸¹

Lembrando com Moraes (2000) que a relação de camponeses/as com a natureza é ancorada em um saber fazer que subjaz a uma classificação taxonômica que distingue características do solo, usos e práticas tradicionais de cultivo, observa-se na faixa acima que no sistema de roça de toco, depois do cultivo por anos seguidos, a terra torna-se “fraca”, ou seja, ocorre a diminuição de sua fertilidade, fato considerado em Caxirimbu, como acontecendo após dois anos de cultivo. Assim, o ideal é deixar a terra “descansar” por um período de cinco a dez anos, o que corresponde ao tempo de pousio da terra. Após este período médio, quando a terra “encabelar de novo” ou seja apresentar sinais de melhoria de fertilidade, pode-se retornar à mesma área, praticando a rotatividade de terrenos.

Os legumes é como são chamados os principais produtos cultivados, mandioca, macaxeira, feijão, arroz e milho, independentemente da classificação orientada pela taxonomia oficial da botânica ou das ciências agrárias. Assim também é como diferenciam “a mata” do “mato”. A “mata” é a área em que se cultiva a roça, a terra produtiva e “o mato” é a vegetação rasteira ou não, que deve ser retirado da área de plantio por “atrapalhar” o desempenho das atividades do ciclo agrícola.

Nesse sentido, as representações que essas populações fazem dos diversos *habitats* em que vivem, também se constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio físico. Diegues (1996) diz que a íntima relação do homem com o meio e sua dependência maior ao mundo natural, comparada à do homem urbano-industrial, faz com que safra boa ou ruim, ciclos da natureza, infestação de pragas, receitas tradicionais de remédios à base de plantas curativas, moléstias na população e o desaparecimento dessas mesmas pragas e moléstias sejam associados a explicações míticas ou religiosas. Aliás, a própria visão do meio natural como tendo origem divina. Como diz o Sr. José Alves de Souza, assentado, 66

¹⁷⁹ Seu Sebastião, usou o termo capoeiraçu, que entende-se se tratar de sinônimo de capoeira, é um termo tupi-guarani que dentre tantos significados, quer dizer mato que cresce em cima da vegetação que foi cortada. Manejo desenvolvido pelos índios aqui no Brasil, assimilado pelo africano escravizado e disseminado até os dias atuais. Distinguem-se as formas: capoeira rala, capoeira grossa, na qual se encontram árvores; capoeirão, muito densa e alta, correspondendo a diferentes estágios de regeneração da floresta. Ver sítio www.ambientebrasil.com.br. Acesso em 15 de maio de 2007.

¹⁸⁰ Seu Sebastião, conta 8 anos, de acordo com a quantidade de roças anuais que plantou desde 1999, e não a partir do calendário costumeiro. Assim desde 1999 até a data da entrevista, foram 8 roças ou 8 anos como ele refere.

¹⁸¹ Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 05 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

anos a respeito do babaçu: “(...) porque a palmeira é uma planta nativa, né? Plantada por Deus pela natureza (...)” [Trecho de fala apresentada no Capítulo 3].

Alguns outros exemplos disso podem ser verificados em Caxirimbu, como por exemplo, durante a extração do coco babaçu, como referida no Capítulo 3 quando, segundo assentadas, o resultado satisfatório ou não do óleo extraído é relacionado não a um conjunto de técnicas ou receitas sistematizadas orientadas objetivamente, mas por condições particulares subjetivas, da pessoa que o extrai, que podem ser transmitidas através das gerações – de mãe para filha, já que em geral, a extração do azeite é uma atividade feminina (ver Quadro 3, calendário de atividades) e as orientações estão estreitamente vinculadas aos fenômenos naturais, como as fases do ciclo lunar.

Apesar de realizarem práticas consideradas danosas como por exemplo as queimadas, agricultura de vazante, abordadas adiante, pode-se verificar um discurso construído acerca das questões que envolvem a natureza e o equilíbrio das condições de seu uso pela população e ainda a percepção que têm a respeito da responsabilidade de suas ações no uso das possibilidades oferecidas pelos ecossistemas (GODELIER apud MORAES, 2000) e transformados por eles/as em recursos. Diante da veiculação de informações sobre problemas ambientais, reconhecem também as instituições que devem contribuir para minimizar esses problemas, inclusive, regulado por regras antes da conclamada Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, evento que marcou o início da proliferação dos discursos sobre proteção à natureza, no nível mundial. Nas narrativas locais, a chegada dos pernambucanos, nos anos de 1980, foi um momento de grande devastação ambiental em toda a região de Caxias, mas que teve limite com a fiscalização do órgão competente, o Ibama:

Olhe, se o governo não entra, atalhando por aí com o ibama, [IBAMA], você acredita que já tinham acabado com o Maranhão? Por que os pernambucanos não tinham pena de nada, não! Olha, que lá naquela [Fazenda] Rio Largo, como aqui também, aqui era tudo do mesmo jeito. Eles derrubando aí com o correntão enorme, botava um trator aqui, outro ali e leva, acabando com tudo. Você via cutia correndo, macaco correndo. Aí o ibama, foi entrando aí [fiscais] diziam: ‘não, aqui vocês não entram, aqui vocês não mexem.’ Aí foi quando foi indo, foi indo, se aquietaram. O povo do ibama só vivia aqui, daqui pra Rio Largo. (...) Lá na Rio Largo, lá não acabaram de derrubar tudo porque o ibama bateu lá! Pois é, fizeram uma derrubada lá, quando deram fé eles baixaram lá: Não, rapaz, aqui tá demais!¹⁸²

Por “correntão” se conhecia, na região a estratégia de derrubada de árvores realizada com uma grande e resistente corrente de aço presa, na extremidade, a dois tratores que,

¹⁸² Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

emparelhados se deslocavam e arrancavam os obstáculos dentre árvores e animais. A derrubada ou “desmatação” – como se referem ao desmatamento, que tem como efeitos locais dentre outros, a diminuição da biodiversidade, assoreamento dos riachos e do rio, e a diminuição do conforto térmico. Para a maioria dos/as assentados/as que conhecia a área da Fazenda Caxirimbu por ter residido na circunvizinhança, as alterações climáticas resultam dos impactos ambientais.

Olhe, um dia eu vinha, eu era vaqueiro do Marreira e ele tinha comprado um gado e o gado tinha saído, aí eu fui lá onde o gado foi criado, aí, de lá eu entrei, saí de manhã, vim chegar aqui no meio dia por dentro da mata aí, uma matona fria, hoje tá tudo pelado que só! A gente se acaba de sol quente.”¹⁸³

Entretanto, o maior dano é especialmente referido em relação à produção agrícola, já que atinge diretamente a reprodução familiar.

Naquela época, você brocava uma roça na mata e devido a floresta amazonas [Amazônica] a mata atraía mais. O inverno era mais produtivo. Se você botasse uma roça de uma linha de arroz, ela produzia trinta, quarenta arrobas de arroz de trinta e cinco quilos. Hoje, devido às florestas estarem exploradas, você bota uma roça, quando ela dá quinze arrobas de arroz, você diz: ‘rapaz, mas deu até boa?’¹⁸⁴

Assim, percebe o Sr. Darmínio que os problemas ambientais locais estão associados a questões globais, como o caso da questão amazônica, que o atinge de forma mais direta no seu cotidiano, a produtividade da lavoura, sendo a diminuição da produção em Caxirimbu nas safras de 2004 e 2005, resultado da estiagem na região. Como lembra Brandão (1999), o camponês sabe que lida com espécies de forças e matérias vivas, tanto que a própria terra é vista como um campo benévolo de seres vivos e materiais revivificadores, algo que não apenas se dá ao homem e é apropriado por ele para os seus usos, mas que também reage, exigindo dele mais do que apenas o trabalho. Assim, parte da idéia de que a terra é dom de Deus e possui-la como um bem de troca vazio de uso amoroso é um erro apreendido e reproduzido pela sociedade e está relacionado à compreensão de que ela e suas variantes naturais sejam entidades disponíveis a uma variável tessitura de trocas, e diálogos, sem outro paralelo em todos os planos em que o homem se move por meio do trabalho.

A questão ambiental ela hoje, ela tá num tipo de coisa que a natureza está sendo muito explorada. Os invernos hoje, já é vinte e um de janeiro e tá aí o chão rachando, seco. E sabe por que que tá assim? Porque a nossa mata acabou. Vá no

¹⁸³ Simeão F. de Alcântara, 69 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁸⁴ Darmínio Lima da Silva, 63 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

Pará que tá chovendo. Vá no Mato Grosso que tá caindo água. Vá no lugar que as pessoas dá valor à natureza que tá chovendo. Onde as pessoas dá valor à parte ambiental, tá chovendo. Porque não vão cortar os paus que é de ficar. Se tem uma firma que corta um pé de pau, no lugar daquele já planta outro. Que é pra não faltar na floresta. A floresta é que chama o inverno pra vir, pra chover na terra. E aí, o lavrador, o povo do mundo, hoje não respeita esse lado. Eles não tão nem lá, eles querem saber se o problema que ele está sentindo, ele resolve do jeito que ele quer. E não é assim! Porque você resolve o seu e desmantela o do outro.¹⁸⁵

Na fala acima, ao usar o termo “lavrador” é como se o narrador se excluísse da condição negativa exposta ao mesmo tempo em que mascara problemas ambientais locais que possam existir nos estados brasileiros citados como se nesses não houvessem esses problemas porque “as pessoas dão valor à natureza”. Entretanto, mostra que as práticas danosas que, de fato, existem no assentamento, são resultado de uma relação distante entre o discurso ambientalista da população, e suas ações, que de acordo com o assentado, em alguns casos, são feitas, inclusive, de forma arbitrária e individualista.

De fato, em Caxirimbu, o atraso das chuvas é fator apontado como responsável pela perda de parte da produção, influenciando, inclusive, na diminuição das opções de produtos por parte de algumas famílias. É também a chuva, segundo assentados/as que contribui com o resultado positivo no volume de produção.

No ano passado eu plantei só arroz e milho. Eu ia plantar mandioca, mas não deu tempo, porque aí, atrapalhou um pouco... O inverno, também ficou assim negativo, né? Mas a gente plantou arroz e milho, só plantei arroz e milho, só. Plantei cinco linhas. O resultado não foi bom porque o inverno, foi um inverno assim fraco no início, né? A gente plantava, as plantações morriam, tinha lugar que era preciso plantar de novo. Aí ele [o legume] também não pôde formar assim tanto, como devia ser, por conta do inverno. Porque o que faz a formação do legume é o inverno, né? Se o inverno não der na época dele formar, ele fica agüentando por ali. Quando o inverno chega, aí ele já faz a última formação de botar o cacho, mas aí ele se torna um legume mais fraco. Porque começou o inverno totalmente mesmo no final de março. Atrasou. De vinte de março pra frente, abril, foi chuva muita, chuva mesmo de arregaçar. Só que já tinha passado o tempo. Nesse tempo pra trás era uma chuva de oito em oito dias, às vezes até mais, né? E assim, causou problema na formação do legume, né? (...). Nós tiramos uma faixa de uns seiscentos quilos de arroz. Se fosse bom ele poderia chegar mais de mil quilos. Ou dois mil quilos, podia até chegar até mais de dois.¹⁸⁶

Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nela que agem sobre o meio e aliadas ao conhecimento empírico acumulado, desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo da natureza (DIEGUES, 1996). As queimadas, por exemplo, são as ações predatórias

¹⁸⁵ Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁸⁶ Bernardino da S. L. N. Neponuceno, 62 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

que mais acontecem no âmbito do Assentamento e a preocupação com os danos ambientais que podem causar acaba sobreposta pela tradicional forma de trato com a terra segundo a qual se necessita da queima para que esta se fortaleça.

Aqui tá todo mundo preocupado, porque tem essa história de meio ambiente que o governo tem. Mas quem não tem recurso próprio para trabalhar mecanizado, tem que queimar! Porque aqui na nossa região, se a gente faz uma roça que você não queima, como é que você chama ela? Roça perdida! Não aproveita nada de lá. Você perdeu tudo o que você fez. Você brocou ela, derribou, já foi um trabalho. Um homem pra brocar uma tarefa de roça é dois dias de trabalho, se não queimar, perdeu o trabalho.¹⁸⁷

Nesse quesito, vem à tona a racionalidade instrumental presente no universo ideacional dessa população que herdou a tradição cultural secular da queimada como técnica agrícola. Entretanto, a utilização do fogo na atividade agrícola é prática condenada pelos/as próprios/as assentados/as se não realizada de acordo com as regras tradicionalmente estabelecidas por populações que dependem da sobrevivência no ambiente agrícola as quais, segundo eles/as, podem minimizar os danos causados pela expansão da ígnea, como, por exemplo, a utilização da técnica do aceiro.

Eu broco aquela quadra ali, derrubo. Aí eu faço o aceiro aqui, dividindo o mato que não tá brocado, que é pro fogo não penetrar pro outro mato. Aí eu faço aquele aceiro com uma braça de largura, varro tudo bem varrido. Aí, eu caço uma hora que não seja muito quente e toco aquele fogo, pra ele não pular. Porque se pular queima tudo. O aceiro fica como um caminho. Depois ainda varro as folhas, empurro com uma forquilha, pra deixar o outro lado livre aqui.¹⁸⁸

No entanto, apesar da preocupação de realizar o aceiro para minimizar os efeitos do fogo na mata, assentados/as denunciam que alguns companheiros não cumprem esta regra fundamental.

O trato desse fogo é na consciência de cada um de nós, porque muita gente faz uma roça aqui de quatro linhas, mas muitos deles não faz competente. Ele manipula aí não repara que a roça tá seca¹⁸⁹. Olha um exemplo bem aqui, eu fiz uma rocinha mais o Francisco [filho do entrevistado]. Lá no fundo lá de casa. Pra cá era o José [vizinho] aqui o outro acero, pra cá o seu Edson. [desenhando a figura de um retângulo no chão]. Eram duas linhas na época, esse pedacinho de roça. Aí nós fizemos um acero bem feito, o broque¹⁹⁰ bem rebaixado, o acero bem feito, limpinho. Aí quando eu fui botar fogo mais o Francisco, só nós dois, nós chegamos

¹⁸⁷ José Alves de Sousa, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁸⁸ José Alves de Sousa, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁸⁹ Convém ainda lembrar que a técnica implica em um saber fazer, e o domínio de um conjunto de condições ambientais adequadas.

¹⁹⁰ Brocar, segundo assentados/as, é o ato de cortar o mato rasteiro para início do trato da terra para o plantio. Ver Capítulo 3.

lá cinco e meia [da tarde], já quase seis horas. Quando nós acabamos de ajeitar os fachos [de gravetos ou folhas secas], já estava misturando o dia com a noite. Aí ele disse: ‘– pai, não presta esse fogo essa hora não!’ Mas o tempo bem enxuto e o serviço bem feito, eu digo: ‘– meu filho, vamos rodear de fogo agora, essa hora mesmo!’ Ele disse: ‘– mas pai, já tá de noite’. Eu digo: ‘– vamos, meu filho!’. Ele pegou um acero e eu outro, aí rodeamos o quadro. Olha, esse fogo subiu para cima. Ficou assim um pavio direitinho. Não saiu uma brasa de fogo no mato. Fazendo essa hora, fica uma beleza! O fogo é controlado, não tem vento, não espalha, não tem perigo nenhum!¹⁹¹

Convém lembrar que sobre a questão do uso do fogo, o Ibama reconhece as queimadas como um instrumento agrícola fundamental utilizado pela maioria das populações agrícolas, seja de pequenos, médios ou grandes proprietários. E define queimada como uma prática agropastoril ou florestal que utiliza o fogo de forma controlada no sentido de viabilizar a prática da agricultura. Lembra que a ação deve ser regida pela aplicação controlada do fogo à vegetação natural ou plantada, sob determinadas condições ambientais que permitam que o fogo mantenha confinada a área, dentro de uma intensidade de calor e uma velocidade de propagação compatíveis com os objetivos do manejo e ainda que a queima deva ser autorizada pelo Ibama ou pelo órgão estadual competente. Nesse sentido, entende que a proibição do uso da técnica seria “empurrar para a ilegalidade uma quantidade significativa de produtores rurais” (IBAMA, 2007). Tanto é que, criou-se em 1998, o Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento – Proarco¹⁹² com o objetivo de prevenir e combater a ocorrência de incêndios florestais em larga escala, na Amazônia Legal, que monitora, através de imagens de satélites, focos de incêndios e fiscalizar queimadas e dentre outros objetivos específicos, informar comunidades rurais quanto aos riscos dos incêndios florestais, por meio de campanhas educativas e mobilização.

Apesar do diálogo implícito entre boa parte do/as assentados/as e a legislação quanto à prática da queimada, o que se vê, na prática é um distanciamento de ambas as partes: do Ibama e dos camponeses no que se refere à questão. Por outro lado reconhecem os/as assentados/as a área de preservação permanente delimitada, na fase de constituição oficial do Assentamento e aceitam, mesmo com certa resistência, as recomendações do serviço de assistência técnica da área sobre os seus limites de uso, a partir da legislação ambiental (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal).

¹⁹¹ Darmínio Lima da Silva, 63 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁹² Estende-se desde o Nordeste do estado do Pará, passando pelo Sudoeste do estado do Maranhão, prosseguindo pelo Noroeste do estado de Tocantins, Norte de Mato Grosso, Oeste de Rondônia e até o Leste do estado do Acre. Conferir em www.ibama.gov.br/proarco. Consultado em 27 de maio de 2007.

Art. 2º:

Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:
- de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
- ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; (...) ”.

Alguns assentados/as mantinham agriculturas de vazante às margens do riacho Praquê, e ainda na faixa de terra que o separa do rio Itapecuru, onde cultivavam feijão e milho. (Fig. 17). A equipe de ATES sugeriu que estas práticas fossem abandonadas, já que existem outras áreas bem mais apropriadas para cultivo, porém, mesmo sabedores da ação danosa, alguns nelas persistem, embora não se identificasse diretamente um ou outro que faça isso. Pois, ao serem indagados, nenhum nome foi citado, afirmando que alguém faz, sem apontar quem, mantendo-se, assim, certa cumplicidade. Ademais, a sugestão de não cultivar na faixa entre o rio Itapecuru e o riacho Praquê soou como uma afronta a alguns produtores que tinham esse hábito:

Mas só que não vão obedecer não... Outro dia eu passei mais o Zé Ermínio [filho], quando a gente ia tirar uma forquilha pra casa dele acolá em cima [próximo ao Riacho Preto], aí quando nós voltamos passamos numa vazante: o cabra tinha capinado [a margem] e ainda jogou o mato dentro d'água! Eu digo: como é que pode?¹⁹³

Proibiram de botar roça ali [na faixa] este ano. Do outro lado do riacho aqui. Dona menina, nós vamos ficar sem nada! Já criaram esse pedaço de terra acolá no fundo que era onde tinha umas terras boas da gente trabalhar. Agora tira esse horror de terra daqui pro rio? Eu tava dizendo: eu quero é ver com é que nós vamos ficar!¹⁹⁴

¹⁹³ Darminio Lima da Silva, 63 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

¹⁹⁴ Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

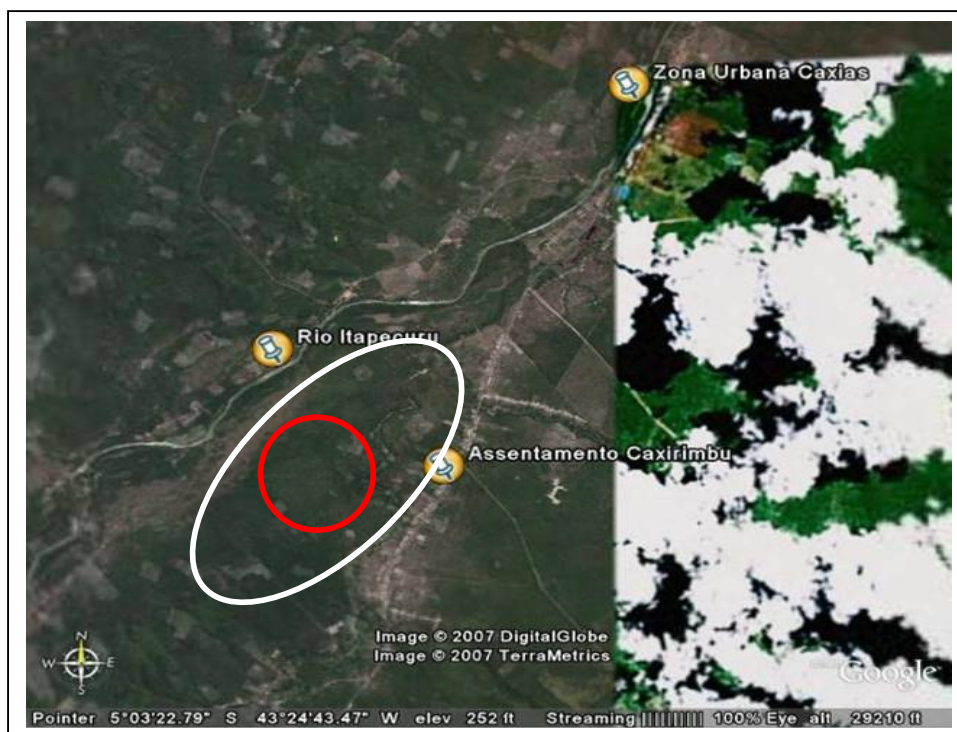


Fig 17 – Área com práticas de agricultura de vazante. O círculo maior representa a área de preservação permanente e o menor a área usada para agricultura de vazante.

Fonte: *Google Earth* em 19/01/07. Adaptado pela autora.

No tocante à manutenção da boa produção da lavoura, um ponto verificado são as formas de proteção a possíveis pragas. Nas entrevistas, identificou-se que a infestação pelo pulgão (*rhopalosiphum rufiabdominale*), é a mais comum nos arrozais de Caxirumbu, o que decorre do fato de que, apesar de conhecerem os métodos propostos por técnicos da área agrícola, alguns assentados/as sentem dificuldades em utilizá-los, já que muitas vezes não dispõem dos utensílios necessários para fazê-lo de forma eficiente e ainda se vêem impedidos pelos custos monetários que requerem. E mesmo que não disponibilizem de recursos financeiros para tal aparelhamento, isso diminuiria os possíveis ganhos com a produção a ser comercializada, já que oneram o valor da safra.

É mais corrente a utilização de receitas caseiras para a proteção e eliminação de pragas, fazendo com que o desenvolvimento de alternativas a partir de suas próprias experiências de vida lhes possibilite realizar o consórcio de cultivos, minimizando a atuação de invasores (DIEGUES, 1996).

O uso de métodos de controle de pragas e insetos pelos assentados/as em sua produção agrícola, é um aspecto representativo a se considerar na verificação da sustentabilidade do grupo não somente na dimensão ambiental, mas também nas econômicas

e sócio-culturais. As infestações que atingem a lavoura ou as criações de animais (galinhas, porcos, gado, cavalos e jumentos) de Caxirumbu, recebem tratamentos que vão desde o uso de insumos químicos e/ou medicamentos veterinários e também de receitas caseiras, que envolvem tradição e crença, especialmente para aqueles que não dispõem de ferramentas ou recursos financeiros para a utilização dos métodos tidos como corretos pelas técnicas agroveterinárias formais.

Aqui teve [roça de] gente que deu um inseto na plantação, um pulgão que dá no pé do arroz e ele fica mais fraco. Aqui, quando dá muito pulgão no arroz, eles usam veneno, né? Um remédio pra botar pra o pulgão, né? Mas, no caso, ninguém tinha esse remédio e nem recurso para comprar. Fazer o quê? Aí, as pessoas tiveram que ficar com o prejuízo. Porque a gente não tinha recurso próprio para comprar o remédio. O remédio é caro, né? Aí, tem que ter bomba para borrifar tem que ter o jeito de botar, né? A bomba de borrifar tem que ter água, tem um monte de coisa pra levar pra roça, para chegar lá, para aplicar o veneno. Ele vai com um jato, com aquele negócio que vai jogando nas plantas e eles vão matando os insetos.¹⁹⁵

A situação apresentada condiciona a perda de produção afetada por inseto somente à falta de insumos e condições técnicas não disponíveis. Analisa-se que o não-uso de agrotóxicos por algumas famílias esteja associado diretamente a dificuldade de acesso e não a consciência de dano ambiental que este possa causar. Por outro lado, nestes casos, sobressaem as alternativas tradicionais, costumes, simpatias e rituais religiosos.

Contra o pulgão, a gente pega sete besourinhos [de pulgão] e espeta num espeto e enfia no cumieiro [cobertura] da casa, perto do fogareiro, onde sobe a fumaça e acende o fogo. Então, o calor da fumaça seca eles aqui na casa. Então, quando eles estão morrendo, os outros que estão lá [na plantação] vão se afastando. Acho que eles sentem o cheiro do outro queimando. Ou é a fé também, né? Pode ser também! Mas só pode fazer em dia de quinta ou sexta-feira. E não tem que falar com ninguém! Levantou de manhã, pega os bichinhos e coloca lá. Vão tudo embora [os insetos]. Os bichos sentem. Os bichos sabem das coisas muito mais do que nós!. Ou então a gente manda benzer a roça. Sai tudinho também.¹⁹⁶

Quanto aos afluentes ou mananciais que perpassam a área de Caxirumbu, estes têm fundamental importância em seu cotidiano, bem como os poços artesanais. É que, apesar da disponibilidade da rede de distribuição de água encanada proveniente da fonte artesiana, muitos assentados ainda se abastecem de poços localizados nos terreiros, e também dos riachos Preto e Praquê, como tratado em item anterior.

¹⁹⁵ Bernardino da S. L. N. Neponuceno, 62 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

¹⁹⁶ Maria de Lourdes Martins da Rocha, 34 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 7 de setembro de 2006. Assentamento Caxirumbu, Caxias, MA.

Os riachos, além de utilizados em momentos de lazer em época de cheias, servem para afazeres domésticos, como lavagem de roupas e louças e banho e bebida de animais (gado, cavalos, jumentos, burros e outros). O riacho é coberto por vegetação aquática, com alguns locais próximos às margens descobertos, especificamente os em que se faz mais o uso das águas, como se fossem “clareiras” dentro do brejo, as quais chamam de “portos”, cada um com o nome do respectivo proprietário da casa que o tem ao fundo. Por exemplo, se o trecho por onde passa o riacho fica ao fundo da casa do Seu Nonato, aquela clareira fica sendo chamada de “Porto do Seu Nonato”, o que serve apenas como referência, já que seu uso é comum a todos/as os/as que moram próximo.

Ocorre que os resíduos dos produtos de limpeza utilizados, como sabão, sabonete e xampus, são lançados diretamente na água, causando, por si só, efeitos danosos ao riacho, ainda mais prejudicados pelos utensílios acumulados às suas margens, como, por exemplo, o descarte de embalagens plásticas e sacolas, dentre outros. Os/as próprios/as assentados/as relatam que, durante o período de escassez de chuvas, o afluente reduz ao mínimo a vazão e os efeitos disso são sentidos principalmente pelos animais, que ficam quase sem água para beber. Em época de cheia dos Riachos Preto e Praquê, entre os meses de janeiro a abril, nos finais de semana, realizam piqueniques nas suas margens, o que atrai até população de fora, sendo que a pescaria reúne também os mais velhos. São, pode-se dizer, opções de lazer proporcionadas pela natureza.

Aqui [no riacho Preto] eu gosto de me banhar, lavar “trem”[utensílios domésticos], lavar roupa e trazer os animais pra beber. Acho melhor do que a água da torneira, que também é boa, mas eu tô mais acostumada com essa aqui.¹⁹⁷

Ressalta-se porém o visível assoreamento dos dois riachos e avalia-se que as principais causas sejam justamente a cultura de vazante que provoca a diminuição das matas ciliares.

Em se tratando das espécies da fauna silvestre, assentados/as revelam uma considerável diminuição da diversidade animal no Assentamento e na área do entorno. Segundo eles/as isso decorre da caça:

A parte de animal daqui, a caça aqui existe muito, né? Tem muito ainda, não era como antigamente, mas tem. Porque quando você vê um número de gente desse aqui numa área dessa, então já diminuiu um pouco, porque aqui tem muita gente. E o povo mata, né? Só que o que é de Deus não acaba. Deus deixou pra não acabar. Você chega num lugar desse e diz: aqui, não tem nenhum tatu, nem uma cotia, nem

¹⁹⁷ Vicença Nascimento, 52 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 07 de setembro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

um peba. Mas o caçador sabe... hora que ele entra no mato, ele acha e mata. Mas, aqui já teve onça e vários tipos de macacos¹⁹⁸, que não tem mais.¹⁹⁹

De fato, a caça é uma atividade praticada em Caxirimbu mas, de acordo com assentados/as, é feita somente a espécies comuns de pássaros, como pardal (*Passer domesticus*) e sabiá (*Turdus rifiventris*) em ocasiões tidas como mais uma oportunidade para reunião de amigos. Contudo, observou-se a captura de outras espécies, como paca e tatu, muito apreciadas como alimento.

Aqui tem muita cotia, tem tatu, peba e veado tem demais que já faz é raiva! Por que ele come as plantas. Ele acaba com o feijão, acaba com o milho das roças, com a mandioca. Catitu, aqui é mesmo que porco brabo: come tudo, acabando a roça, comendo a mandioca todinha. Tem muito ainda, viu? E se não existisse a matança, pra trabalhar de roça era um pouco difícil trabalhar porque eles comem tudo! Aí o povo mata. Até eu mato!²⁰⁰

Nessa domesticação do mundo natural, inclusive, para realizar a agricultura, vale lembrar com Brandão (1999) o “direito de morte” das espécies animais, quando populações camponesas identificam os potencialmente malévolos – aqueles cuja existência ou ações podem constituir danos ao grupo, animais domésticos ou plantações. O autor em sua experiência com estudos com camponeses, verificou que alguns grupos seguem a seguinte classificação: a morte necessária dos animais existentes criados para isso pelos homens; a morte dispensável dos animais do campo e das florestas criados por Deus e não pelos homens quando não dispuserem de animais de morte necessária e precisarem de carne para a sua alimentação, e a morte natural dada por Deus e a natureza dos seres, a todos os vivos, humanos ou não, por velhice, doença ou acidente. A partir desta classificação das mortes dos seres, exige-se uma espécie de ética camponesa nas relações entre os homens e os outros sujeitos do mundo natural (BRANDÃO, 1999).

Sob o ponto de vista da conservação da diversidade e existência das espécies, tais práticas fazem pensar que aquelas ficam comprometidas, haja vista que, para garanti-las necessário se torna um número mínimo de indivíduos (KAGEYAMA, apud BEDUSCHI FILHO, 2003) o que, no caso de Caxirimbu, acontece, segundo assentados/as, em relação a espécies como onça e macacos. Este fato se reflete não somente na ação da população do

¹⁹⁸ O período a que se refere o assentado, é anterior à chegada desta população na área.

¹⁹⁹ Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

²⁰⁰ Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

Assentamento, mas também se estende aos moradores do entorno e mesmo da zona urbana, que se utilizam da área de Caxirimbu e circunvizinhança para praticar a caça como lazer.

Nesse sentido, Beduschi Filho (2003) argumenta que uma das formas de garantir a integridade dessas áreas seria protegê-las dos impactos externos advindos da ação humana, como as queimadas, a caça e a extração de madeira, e sugere, para esses casos, a implantação de zonas de amortecimento e corredores ecológicos²⁰¹. Segundo o autor, a implantação de assentamentos rurais não significa necessariamente degradação e efeitos danosos à natureza e, como demonstra em sua pesquisa sobre a ação coletiva de assentados no Rio de Janeiro, envolvidos manejo e conservação da natureza, (destinando-se, inclusive área de seus lotes para a implementação do corredor ecológico) sem mencionar que transformam suas práticas culturais com o direcionamento de seus esforços para a construção de um modelo de exploração da terra que, por exemplo, utiliza o fogo, mas de forma mais controlada. Entretanto, argumenta Beduschi Filho (2003) que o conjunto de regras de um comportamento diferente do habitual, que enxerga a natureza um espaço de utilização individual livre, supõe um ambiente institucional em que orientações, normas e valores balizam as ações dos grupos e suas inter-relações.

De fato, há cada vez mais um esforço das instituições oficiais para a incorporação da questão ambiental nos assentamentos, procurando aliar especialmente a dimensão socioeconômica a aspectos de conservação da natureza. Em Caxirimbu, a equipe de ATES, quando da elaboração dos projetos do Pronaf, associou a execução das culturas de bovino, ovino, suíno e aves ao cultivo de mandioca através do sistema de aléias. A experiência se originou no Projeto Sistema de Uso Sustentável dos Solos do Trópico Úmido da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, que utilizou princípios da agroecologia como alternativa de melhoria dos solos atingidos por queimadas. O sistema de cultivo em aléias, ou *Alley cropping*, é um tipo de sistema agroflorestal simultâneo que consiste na associação de árvores e/ou arbustos, geralmente fixadores de nitrogênio, intercalados em faixas com culturas anuais. As árvores ou arbustos são podados periodicamente para utilização da biomassa podada como adubação verde e/ou lenha, com o objetivo principal de melhorar a fertilidade do solo, o

²⁰¹ A Lei nº 9.985/2002 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC, define como zonas de amortecimento o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, e como corredores ecológicos as porções de ecossistemas naturais ou seminaturais ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

alimento para animais ou como forragem de alta qualidade²⁰². No caso de Caxirimbu, foram distribuídos 5 quilos de feijão guandú (*Cajanus cajan* Linnaeus, 1753) para cada família contemplada com o Pronaf, para a implantação do sistema e está proposto o plantio de mudas de leucena (*Leucaena* sp).

A técnica teve o teste de aplicabilidade num assentamento rural de Miranda do Norte – MA e consiste no consórcio entre culturas, anuais ou perenes, com leguminosas arbóreas ou arbustivas, estabelecidas em faixas intercalares. A prática se está incorporando em Caxirimbu pelo trabalho dos técnicos da ATES mas, segundo declarações da agrônoma Simoni Pereira, alguns/as assentados/as seguem as sugestões do plantio entre faixas com certa resistência, já que “não compreendem especificamente os objetivos da proposta, embora se acredite que serão alcançados com a continuidade do processo.”²⁰³

Entretanto, verificou-se que a população compreende os objetivos da realização do sistema. O que ocorre é que vem procurando aos poucos adaptá-la à realidade de Caxirimbu, já que compreendem suficientemente a particularidade ecossistêmica em que estão inseridos e assim a dificuldade de desenvolvê-la. Estão também, aos poucos, tentando com que ocupe espaço e se incorpore ao universo ideacional tradicional que já trazem:

Esse sistema é assim: é pra gente plantar o feijão “andú” [*cajanus cajan*] e uma senhora de leucemia (*Leucaena* sp) nas fileiras. A gente nem vai comer o feijão. Eles [técnicos da ATES] dizem que é pra estrumar o solo. Eu nem plantei os meus! Eles trouxeram essa norma só pra atrapalhar o projeto da gente. Foi dezessete reais de cada produtor. Esse dinheiro já dava pra comprar outra coisa. O dinheiro não é deles, por isso eles inventam essas normas! Não tá vendo que isso não dá certo? Eles trouxeram essa norma lá da baixada [maranhense] e acham que vai dar certo aqui. Mas lá na baixada é uma terra descansada, não é essa terra cansada como essa aqui, que ainda tá sem vitamina. Ela é cansada, ainda do tempo da fazenda e a gente que anda pelejando com ela, fazendo essas rocinhas por aqui. Então aqui, dá mato demais, e esse feijão não ia sair nunca, não ia ter quem desse conta de fazer o que eles querem. Eu entendi tudo direitinho, mas não dá certo aqui. E ainda mais: se tivesse tempo eu teria feito, mas o nosso tempo não dá e eles nem viram isso. Já tem tanta coisa pra fazer: cuidar do gado, da roça, resolver tanto problema... se o tempo desse até que eu tinha feito. Que eu saiba essa leucemia tem é lá na praça da matriz²⁰⁴. Como é que eu vou botar lá no meio da roça? [risos]²⁰⁵

O sistema é pra evitar as queimadas, mas durante um processo lento. Faz assim: é uma fileira de feijão e de leucemia, plantadas em covas que ficam longe sessenta centímetros uma da outra. De uma fila pra outra, são quatro metros e é nesse intervalo que é pra gente plantar o arroz, o feijão, o milho e a mandioca. Com o tempo, não vai mais precisar fazer queimada, por que elas mesmo [feijão e

²⁰² Prof. Altamiro Ferraz Jr – Professor do Programa de Mestrado em Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Arquivo em aplicativo *powerpoint*. 2005.

²⁰³ Como se verá, a seguir, parece que falta compreensão do que está, de fato, acontecendo, é à técnica da ATES.

²⁰⁴ A árvore também serve como planta ornamental e seu Darmínio se refere a um exemplar que existe na Praça Nossa Senhora da Conceição na zona urbana de Caxias.

²⁰⁵ Darminio Lima da Silva, 63 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 01 de junho de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

leucemia] vai adubar o solo. Quem ganha com isso é o meio ambiente e nós também, a gente sabe. Mas, aqui tem muitos deles [assentados/as] que não acredita nisso e aí, não faz. Tu acha Luciana, que um produtor igual ao pai [Seu Darmínio], com sessenta anos vai acreditar nisso? [risos]. Tem deles aqui que só fez semear, nem fez cova nem nada, por que a ates disse que só ia liberar o dinheiro se plantasse. Aí teve gente que só fez jogar o feijão no meio da roça [risos].²⁰⁶

As falas mostram o confronto de atitude na condução do processo de experimentação. Assentados/as assumem que a técnica lhes foi “explicada direitinho”, mas revelam desconfiança quanto a esta se adaptar à região, uma vez que esta não se assemelha à área que serviu de modelo para a implantação do sistema. Ademais, a “norma” imposta atinge a população de forma a não respeitar as concepções tradicionais a ponto de funcionar como requisito de continuidade no processo de acesso ao crédito tornando-se uma imposição. Entende-se que a implementação da proposta agroecológica deve ser repensada ou pelo menos readaptada, do ponto de vista pedagógico no Assentamento, inclusive, reconhecendo a especificidade ecossistêmica regional. Não apenas condicionando a população à sujeição para seu uso, mas que se discuta a fim de identificar pontos de aplicabilidade ou não, na intenção de que se possa constatar, que a adoção desta atitude poderá ter resultados práticos satisfatórios, respeitando práticas tradicionais, demonstrando que estas não serão totalmente alteradas. Caso contrário, a proposta inicial continuará sendo vista como “norma”, uma imposição e sem significado prático para a população, ponto necessário para o alcance dos objetivos, e assim, muito feijão “andu” pode vir a ser desperdiçado, assim como, pior do que isto, pode ser prejudicada a oportunidade de construção coletiva do conhecimento.

Em se tratando do uso das possibilidades naturais oferecidas na área do assentamento, destaca-se a atividade extrativista do babaçu. E focalizando esta através do aspecto ambiental, em si mesma, é realizada de forma a não influenciar na degradação das florestas de babaçuais, haja vista que consiste na simples coleta ou “apanha” do fruto após a queda natural²⁰⁷. Nesse sentido Melo (1983) trata do termo extrativismo para a atividade do babaçu, lembrando que essa convenção terminológica trata de uma coleta que, feita da forma como a do babaçu, não acarreta maiores efeitos destrutivos, predatórios ou danosos ao equilíbrio ecológico, como pressupõe o termo, apesar de isto ocorrer com outras atividades mais propriamente extrativas a madeira e a carnaúba. No Assentamento as mulheres destacam que as áreas com maior quantidade de palmeiras disponíveis são o Beija-Flor, para onde

²⁰⁶ Francisco das Chagas Sousa Silva, 26 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 01 de junho de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

²⁰⁷ Sobre o processo de devastação dos babaçuais e a relação com a atividade das quebradeiras de coco babaçu, ver Almeida, Shiraishi Neto e Martins (2005).

caminham cerca de três horas a pé, nos três centros e, em menor quantidade na agrovila, nas proximidades das margens do riacho Praquê. O babaçu, produto importante para a reprodução familiar do grupo, que o utiliza desde a casca para fazer carvão e amêndoa, passando pela extração do azeite até a fabricação de sabão caseiro, produtos que servem para auto-consumo e também para comercialização.

No tocante às possibilidades oferecidas pelos ecossistemas (GODELIER apud MORAES, 2000), em relação ao babaçu, estas se encontram diminuídas para o grupo devido ao derrubamento de palmeiras, ocorrido ainda à época da implantação da Fazenda Caxirimbu.

Lá no Centro ainda tem um pouquinho [de babaçu] mais do que aqui. Porque o trator derrubou as palmeiras daqui. Foi no tempo da Fazenda. E coco custa muito dar [produzir]. Quando ele nasce aqui, até quando ele começa a dar, nós já estamos ficando velhos²⁰⁸. Então, tem que ser uma coisa que tem que ser nativa. Se você for plantar, não compensa. Quando ele é nativo, quando você chega [na área] ele já está. Mas se você cortar o palmeiral, bote anos para esses novos darem coco. Olhe, essa fazenda aqui, foi nos anos setenta para oitenta que foram derrubadas estas palmeiras. Agora que tem alguma palmeirinha querendo botar. Já com quase trinta anos.²⁰⁹

Este fato pode ser um dos fatores para a falta de identificação das camponesas do grupo em se definirem como quebradeiras de coco. Apesar de terem conhecimento da existência do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB ainda não se motivaram suficientemente a ponto de se organizarem para melhor usufruírem das possibilidades do babaçu²¹⁰ para fins de comercialização.

Em sentido amplo, quando se trata da sustentabilidade ambiental, percebe-se o interesse de algumas famílias em utilizar as possibilidades naturais de uma forma mais equilibrada, haja vista as modificações que sentem como reflexo da diminuição da diversidade da fauna e flora e do empobrecimento do solo. É observável que ainda há práticas danosas como, por exemplo, as queimadas, a exposição do lixo, a dispersão residual de detergente, as embalagens nos riachos e a agricultura de vazante. Entretanto, apesar de tais estarem em desacordo com a conduta ambiental, revelaram-se em Caxirimbu elementos que apontam para a construção de uma consciência ecológica, incluindo-se aí certa preocupação com a geração

²⁰⁸ A palmeira de babaçu atinge cerca de a 20 m de altura e começa a frutificar de 8 a 10 anos de vida, alcançando plena produção aos 15 anos, com média de vida de 35 anos. Produz de 3 a 6 cachos de frutos por ano, cada cacho com em média de 150 a 300 cocos e cada coco possui em média de 3 amêndoas no interior. (VALVERDE, 1957).

²⁰⁹ José Alves de Sousa, (Sr. Zé do Óleo) 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 29 de abril de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

²¹⁰ O Movimento de Mobilização das Quebradeiras de Coco Babaçu se constitui num movimento social estruturado segundo critérios organizativos múltiplos, ancorados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica não-homogênea. Envolve mobilizações em torno da conquista da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na família (ALMEIDA, 1995).

futura. Muitas das práticas danosas são defendidas em razão de valores associados à herança cultural e às tradições da população:

É! Aqui tem um bocado que tentam conservar a mata para servir mais pra adiante (...). A gente tem que conservar isso aqui, porque isso aqui é nosso...²¹¹

De fato, o entorno do ambiente é vivido e representado por diferentes alternativas de apropriação, transformação e utilidade, na socialização motivada do mundo natural. Mas também tudo isto passa por um sutil tecido de sentimentos e sensibilidades a que até mesmo as regras dos ganhos econômicos em boa parte se vê subordinada, tanto que, em geral, ao tratarem da lavoura, não dão razão especificamente à parte econômica, subsistente e usual. Tal afeto pela terra (BRANDÃO, 1999) segue um código de atributos naturais avaliadas pelo seu poder de produção.

Eu tô muito satisfeito aqui. E meu sonho é fazer meu plantio até no riacho. Quero que meus amigos chegue aqui e coma de toda fruta, toda verdura e eu dizendo assim: ‘— rapaz, fui eu que plantei! Pode comer até a hora que quiser, se quiser levar, pode levar’. Esse é um plano meu e vai dar certo!²¹²

Ademais, a preocupação com a natureza pode ser vista como reflexo da identificação das famílias com o lugar em que se estabeleceram, haja vista ser ele que garante parte da manutenção e reprodução familiar e pela apropriação das possibilidades naturais oferecidas, o que também é responsável pela construção de uma rede de relações sociais geradas, sobretudo, no trabalho com a terra.

A visível interação entre os assentados/as e a natureza se revela ambígua (FLEXOR e GAVIRIA, 2003). Se por um lado, compreendem as práticas danosas às áreas, por outro, se apóiam em atitudes tradicionais e questionam determinações das leis ambientais. Faz-se necessário compreender que a ambigüidade aparece não como erro ou defeito, mas como elemento constitutivo da vida social. Ela aponta para a complexa relação entre o tradicional e o novo (MORAES, 2000). De um lado, a percepção de natureza como um conjunto de espaços específicos e apropriáveis de acordo com a necessidade da população, e com um conjunto de valores permeados por uma determinada racionalidade utilitária, que se mesclam a outros, forjados com bases em um *ethos* e um *habitus* que, por seu turno, remetem às situações expostas e às relações com os seres que a habitam (BRANDÃO, 1999). Do outro,

²¹¹ Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 05 de outubro de 2006. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

²¹² Edson Fernandes de Sousa, 44 anos, em entrevista concedida a Luciana B. Lima, em 21 de janeiro de 2007. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

normas institucionais de proteção à natureza impostas por órgãos oficiais e os pacotes de orientações que assumem quando se vêem diante da condição de assentado/a: dois universos ideacionais que refletem em sua consciência como paradigmas (MORIN, 1998) num confronto de valores girando em torno de práticas em relação à natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprofundamento teórico e empírico no universo dos assentamentos rurais no Brasil sempre foi visto através dos estudiosos como complexo e desafiador. Em Caxirimbu não foi diferente. Com efeito, as transformações ocorridas no rural de Caxias, a partir dos anos de 1980 apontaram de alguma forma, para que ocorressem mudanças neste cenário posteriormente. A área em questão que foi cenário de luta e resistência por parte da população camponesa que ali se estabelecia no início dos anos de 1980, foi alvo de ação desapropriatória ao final dos anos de 1990, desta vez por interesse de grandes grupos econômicos. Esta ação mediada também pelas instituições representantes da categoria de trabalhadores/as rurais da época, possibilitou a famílias que estavam, antes de mais nada, interessadas em ter de volta uma alternativa de trabalho através do acesso à terra sem abandonar possibilidades de atuar em atividades fora do âmbito do assentamento, seguirem características do modo de vida camponês desta vez como assentados da política agrária ora vigente. Famílias estas que haviam passado anteriormente por processo de expropriação em outras áreas rurais, ou que estivessem em precárias situações na zona urbana e ainda em condições de moradoras em outras terras.

De fato, muito tem-se discutido sobre as condições em que se encontram famílias estabelecidas em áreas disponibilizadas pela política agrária no Brasil, que segundo alguns teóricos que se debruçaram sobre o tema, encontram-se em áreas que apontam baixos índices de produtividade, dificuldade de inserção no mercado, com mínimo acesso a equipamentos básicos e políticas públicas, gerando índices que apontam situação de miséria em alguns casos. Contrária a esta vertente, esta pesquisa se debruçou sobre o cotidiano dos/as assentados/as de Caxirimbu a fim de verificar em caráter qualitativo, a viabilidade do assentamento analisando a problemática da sustentabilidade sob os enfoques sócio-culturais, econômicos e ambientais.

Inicialmente, afirma-se que os resultados do presente estudo acerca do Assentamento rural pesquisado devam ser vistos como parte de um processo, estando em construção, em constante transformação, haja vista o tempo de aproximadamente sete anos de existência, desde o início do estabelecimento das famílias em 1999, até o momento do término da pesquisa no início de 2007.

Compreendendo-se que a população de Caxirimbu não se encontra isolada e constatando-se a forte relação de interconhecimento nele presente, procurou-se sempre que

possível demonstrar não apenas suas relações internas, mas também com o seu entorno, os povoados circunvizinhos, assentamentos localizados nas proximidades e a zona urbana de Caxias, na tentativa de ressaltar contribuições deste na dinâmica local sob os aspectos sócio-políticos, culturais, econômicos e ambientais.

A chegada das famílias na área da então Fazenda Caxirimbu, foi o ponto inicial para a busca de alternativas de trabalho com a terra, para a reprodução social familiar, com o enfrentamento de dificuldades diversas como a falta de estrutura mínima de moradia – e não somente após a constituição da desapropriação – fato que orienta para a liberação de créditos os quais à categoria assentado/a se disponibilizam. Assim, o fato que mais se destaca vem da contribuição trazida pelo assentamento para a vida dos/as assentados/as, e que essa melhoria da condição de vida tenha-se iniciado antes das intervenções feitas através de recursos públicos. Ressalta-se este fato, afim de que não se encubra a dimensão real dos esforços despendidos pela nova população que ocupou uma área quase sem nenhuma infra-estrutura para se estabelecerem famílias inteiras.

Em termos da situação atual dos assentados/as em relação às condições de vida das famílias antes da chegada à área de Caxirimbu, através principalmente das narrativas, mostrou-se que hoje ela é melhor do que antes. Para a maioria dos entrevistados/as, necessidades básicas como saúde, alimentação, moradia, educação e acesso a recursos monetários melhoraram significativamente depois que se tornaram assentados/as.

Durante as entrevistas revelou-se também a vontade de permanecer na área. De fato, isto reflete a vontade de manter a condição de reprodução camponesa como projeto de vida. O baixo número de abandono da área, até o momento, pode refletir que o interesse das famílias que o formaram tiveram, está sendo satisfeito, como por exemplo melhoria de renda e consequentemente melhoria de reprodução familiar, contribuindo inclusive para somar pontos positivos à política de assentamento implementada na região, quando transformou a então Fazenda Caxirimbu, área improdutiva segundo a ótica dos pernambucanos nos anos de 1990, em área de excelente produção tendo como base a agricultura camponesa.

Nesse sentido, confere-se também que a constituição do assentamento oportunizou o reagrupamento de famílias que estavam dispersas, muitas vezes diante da necessidade de busca de trabalho em outros centros por parte de algum membro da família, como por exemplo o pai, filhos/as, irmãos/ãs, dentre outros. Percebe-se aí a função do assentamento como amparo para esses membros, contribuindo tanto para garantir a vivabilidade como para a viabilidade econômica do grupo. Ressalta-se ainda as relações de reciprocidade constituídas no assentamento como um todo, fundadas nas relações de vizinhança e parentesco.

Procurou-se verificar a contribuição que o assentamento exerce “para fora” dos limites de sua área, na perspectiva de ressaltar contribuições para o desenvolvimento local e, por que não dizer, na região em que está inserido. De fato, a oportunidade de trabalho temporário através de pagamento de diária muitas vezes é dada para pessoas “de fora” do assentamento. Outro ponto notado é a dinâmica gerada através do comércio informal, e o centro comercial de Caxias que é alimentado por esta população quando utiliza seus bens e serviços e, sobretudo, negocia o excedente de sua produção agrícola com comerciantes locais. Quando se trata das atividades culturais, os baiões e tradições religiosas praticadas, também chamam atenção das populações circunvizinhas. Seja como alternativa de diversão e para reiterar laços de sociabilidade, seja como oportunidade para práticas de furtos aos domicílios dos que se ausentam para as comemorações noturnas. Apesar de que, segundo declarações, nas práticas dos crimes há a participação de assentados/as, sobretudo os mais jovens que facilitam o acesso dos “de fora” à área.

As condições de acesso às políticas de saúde são consideradas razoáveis. Apesar da falta de posto de saúde na área, ao serem acometidos por casos de doenças mais graves, assentados/as recorrem ao posto do Povoado Baú, distante 25 quilômetros ou vão diretamente à zona urbana de Caxias. Nos casos de moléstias mais comuns como gripes, infestação de parasitas, controle de hipertensão, dentre outras, dispõem de duas agentes comunitárias de saúde e ainda recorrem à ervas medicinais, remédios feitos através de receitas tradicionais como chás de ervas e ainda rezas e benzeduras, o que contribui para a reprodução das tradições culturais da região.

Associa-se o progresso do assentamento à identificação construída com o lugar. Processo que acontece ao longo do período desde o seu estabelecimento na área e o confronto com as dificuldades e as alternativas formuladas mediante a vontade de permanecer em busca da reprodução social familiar. Destaca-se como ponto determinante para a efetivação deste processo, a condição de vida anterior, no tocante à relação da família camponesa com o trabalho com a terra, ou seja a autonomia conquistada na mudança da condição de morador, expressada sobretudo através do sentimento de liberdade adquirido através da nova condição de assentado. Independência medida desde a possibilidade de como podem se utilizar dos usos dos produtos agrícolas até aos hábitos familiares, como por exemplo a forma de organização e construção de suas moradas.

De fato, o novo cenário que se estabelece faz com que se sintam “herdeiros da terra” apesar da relação, de certa forma, dependente que formulam com as instituições oficiais, que neste caso, representaram importante papel como mediadoras na condução do

processo de desapropriação, apesar de este ter acontecido a partir de negociação orientada essencialmente por interesses do mercado capitalista. Entendem que, como “moradores do governo” têm a função importante de zelar a terra em que se estabeleceram. Este zelo representa para eles/as a garantia de permanência e com isso as tradições têm a possibilidade de serem reproduzidos, reconstruídas ou restabelecidas, com base no *habitus*.

Desta forma, famílias conseguem reproduzir tradições herdadas e que perpassam por aspectos que vão desde o trato com a terra, os usos das possibilidades naturais, o exercício dos laços de pertencimento e práticas de solidariedade reforçadas pelas relações de compadrio e parentesco. Outro aspecto são as alternativas de entretenimento e lazer praticadas pelo grupo, haja vista não disponibilizarem de equipamentos públicos como praças, quadras de esportes, dentre outros. As formas de diversão no assentamento em geral, resultam da boa relação entre o grupo, já que foram identificados como principais atividades os jogos de baralho, grupo de capoeira, mini-cinema, time de futebol masculino e feminino, jogos de sinuca nos bares existentes, e ainda atividades que envolvem as manifestações religiosas no assentamento, sejam estas da religião católica, evangélica, umbanda ou espírita.

Entretanto, as relações estabelecidas também imprimem aspectos considerados negativos sob o ponto de vista da conduta social do grupo, que se vê algumas vezes em situações que envolvem crimes, delitos e práticas que comprometem o comportamento como o uso de entorpecentes, identificando-se principalmente a maconha.

Verificando-se pelo prisma da dimensão econômica, analisa-se que a melhoria provém da composição monetária da renda mensal familiar somada aos resultados das safras dos produtos cultivados pelas famílias. Utilizam os produtos tanto para autoconsumo, como comercializam o excedente das safras. No todo, verificou-se que a renda mensal média familiar está próxima da renda média familiar municipal. Deve-se levar em consideração uma provável omissão de valores diante a preocupação que têm alguns assentados/as em não revelarem fontes de renda oriunda de outros tipos de trabalho, que não o agrícola, inclusive fora dos limites do assentamento. Contudo, afirmam o reforço dado através das rendas previdenciárias, dos programas federais de transferências de renda e de ajudas financeiras remetidas por parentes que moram fora. Porém, reconhece-se que o cálculo da composição de renda, feito, não retrata suficientemente bem a real situação da população, diante da constatada heterogeneidade representada na amostragem. Talvez o esforço maior de estratificar a população em faixa salarial pudesse ter sido a solução que melhor desenhasse este ponto da dimensão econômica, tendo escapado do alvo desta pesquisa, mas não descartado de ser verificado posteriormente em outro trabalho.

Do ponto de vista da dimensão sociocultural e política, que aponta para a vivabilidade do grupo, a condição de assentado/a tem contribuído para ampliar ou despertar o sentimento de participação política na população. As associações que inicialmente surgiram sob a orientação de atores institucionais participantes do processo de desapropriação da época o foram especialmente e intencionalmente, para o acesso aos créditos e financiamentos, mas passaram a ter importante papel na organização social de Caxirimbu seja no que concerne à tomada de decisões, seja quando tenta pautar ações direcionadas à política agrária na agenda do governo municipal. Por outro lado, não se nega a clivagem existente, percebida através das três associações no âmbito do assentamento. Nesse sentido, revelou-se também certa dificuldade no trabalho coletivo apesar de não relatarem isto claramente, sendo este fato verificado através da observação do cotidiano das famílias especialmente no que diz respeito ao trabalho nas roças. Entretanto estes fatos não têm sido motivo de atropelo para o desenvolvimento dos trabalhos e demais relações no âmbito do assentamento.

Em se tratando das relações de sociabilidade, estas são mantidas de forma que a inter-relação entre população do assentamento e povoados do entorno e a zona urbana municipal seja um dos pontos fortes da vivabilidade do assentamento.

Acerca da sustentabilidade ambiental, a partir da chegada do grupo, percebe-se uma transformação ambiental positiva com a inserção das novas formas de uso e ocupação da terra promovidas por eles, numa área que era utilizada exclusivamente para pecuária. A derrubada ou “desmatção” provocou na área efeitos danosos percebidos pelo grupo, como por exemplo a diminuição da fauna e flora, alterações no conforto térmico, assoreamento dos corpos d’água, dentre outros. De fato, o ponto alto do desmatamento iniciou-se à época da chegada dos “pernambucanos” na região, com o desbaste das áreas para a formação do pasto. No tocante à forma de agricultura praticada pelas famílias, têm-se o sistema de roça-de-toco, com o plantio consorciado e a rotatividade de culturas como modelo básico. Recentemente o serviço de ATES que atende ao assentamento vem inserindo, sobretudo junto às famílias contempladas com o Pronaf, o cultivo de feijão guandu e de leucena através do sistema de aléias, com vistas à utilização de princípios agroecológicos. Entretanto, percebe-se certo desencontro entre a condução pedagógica da proposta e assentados/as que participam do processo de experimentação. Para estes/as, a proposta não atenta para as particularidades ecossistêmicas e nem para as suas concepções tradicionais, funcionando como imposição à continuidade de acesso ao crédito e não como possibilidade de diminuição de degradação do solo e demais objetivos, inclusive, devidamente compreendidos pela população. Para técnicos

da ATES, no entanto, é a população do assentamento que não está compreendendo bem a proposta.

De modo geral, relaciona-se o não-uso de agrotóxicos observado entre as famílias, mais por questões de dificuldade de acesso seja por não disporem de recurso financeiro, do que propriamente por terem consciência de dano ambiental que este possa causar. Foram observadas práticas de uso inadequado da natureza como queimadas, agricultura de vazante, caça de animais que, na verdade, são orientadas segundo as formas tradicionais de cultivo, seguindo herança cultural da população.

Entretanto apesar de apresentarem algumas práticas em desacordo com a conduta ambiental dita como apropriada por instituições oficiais no que tange a princípios de sustentabilidade ambiental, revelaram elementos que apontam para a construção de consciência ecológica e preocupação com a geração futura, retratadas também através de técnicas tradicionais que segundo assentados/as podem minimizar os danos causados por suas ações, como por exemplo o uso do aceiro nas roças e a utilização de alternativas naturais e receitas tradicionais para eliminação de pragas nas lavouras.

As considerações com que finalizamos este trabalho, abrem espaço para outras discussões haja vista que muitos caminhos ainda existem para serem trilhados compreendendo-se que a problemática da sustentabilidade deve ser pensada de forma plural e relativa, como pressupõe o estudo já que supõe múltiplas dimensões, levando em consideração, sobretudo as particularidades do cotidiano do grupo. Caso contrário, ao se absolutizar a análise, se correria o risco de ver condições de vida precárias, sem propostas de sustentabilidade, fato que não se assemelha ao caso verificado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J.C. **Capítulos de História do Brasil Colonial**: caminhos antigos e povoamento do Brasil. 1954. Arquivo da Biblioteca Nacional. www.bn.br. Acesso em 25 de fevereiro de 2006.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, P. (Org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1994, p. 94-104.
- ALMEIDA, A.W.B. MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**: Pesquisa Antropológica, maio/junho, nº 9-10. UnB: Brasília, 1976.
- ALMEIDA, A.W. B. de. **As quebradeiras de coco babaçu**: identidade e mobilização. Cadernos de formação nº 1. São Luís: MIQCB, 1995.
- ALMEIDA, A.W.B de. *et al.* **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Ed. Lithograf, 2005.
- AMARAL, L. A. do *et al.* **Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais**. In: Rev. Saúde Pública vol.37 nº4. São Paulo. Ago. 2003. <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-> Acesso em 17 de novembro de 2006.
- ANDRADE, Maristela P. Os altos sertões do Maranhão: o demarque de 1950 e a atual situação dos povoados da Lapa. In: **Os gaúchos descobrem o Brasil**: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. São Luis: Cáritas Brasileira, 1984.
- ANDRADE, M. de P. Mudanças de eucalipto no cemitério dos anjinhos. Conflitos entre osseiros e empresas do grupo industrial João Santos no leste maranhense. In: **Carajás: Desenvolvimento ou destruição?** ANDRADE, M. de P. CARNEIRO, S. M., SOUSA, M.M.F. et al. Relatórios de pesquisa. São Luis: CPT, 1995.
- ANDRADE, M. de P. e SOUZA FILHO, B. (Org.) **Fome de Farinha**. Deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luis. EDUFMA, 2006.
- ANDRADE, A. C.C. **De posseiro à assentado**: transformações no modo de vida camponês do médio São Francisco baiano. (Dissertação de Mestrado). Campina Grande: UFPB, 2002.
- BABBIE, E. Questionários auto-administrados. In: **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 247-258.
- BEDUSCHI FILHO, L. C. **Assentamentos rurais e conservação da natureza**: do estranhamento à ação coletiva. São Paulo: FAPESP, 2003.
- BRASIL. ANA. **Panorama da qualidade das águas subterrâneas no Brasil**. Agência Nacional das Águas. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. **Decreto Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Estatuto da Terra.

BRASIL. IBGE. **Zoneamento Geoambiental do Estado do Maranhão:** diretrizes gerais para a ordenação territorial. Maranhão. 1997.

BRASIL. IBGE. **Zoneamento Ecológico Econômico da Bacia do Itapecuru,** 1998.

BRASIL. IBGE. **O Brasil município por município.** Sítio da instituição, 2005.

BRASIL. INCRA. **Manual dos assentados e assentadas da reforma agrária.** Brasília, MDA. 2001.

BRASIL, INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** MDA, Brasília, 2003.

BRASIL, INCRA: **Programa de Desenvolvimento do Assentamento.** Projeto de Assentamento. Caxirumbu, 2004.

BRASIL. INCRA. **Diagnóstico Rural Participativo.** Projeto de Assentamento Caxirumbu. 2005.

BRASIL, INCRA. **O Incra e o assentamento.** Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em jan. 2007.

BRASIL. Maranhão. **Grupo de documentação e divulgação do governo do Estado do Maranhão.** São Luis, MA, 1973 (mimeo).

BRASIL. Maranhão. **Inserção do Maranhão no Semi árido do Brasil.** Universidade Estadual do Maranhão: Maranhão, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha Crédito Rural do Pronaf.** Ano Safra 2005/2006. Dezembro de 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira:** Ações prioritárias. Brasília: MMA/PNUD, 2002.

BRANDÃO, C. R. **Diário de Campo:** a antropologia como alegoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra.** Campinas: UNICAMP, 1999.

BOFF, Leonardo. Um ethos para salvar a Terra. In: CAMARGO, A. CAPOBIANCO, J. P. R., OLIVEIRA, J. A. P. de (orgs.). **Meio Ambiente Brasil:** Avanços e obstáculos pós-Rio 92. Instituto Sociambiental. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

BOURDIEU, P. Compreender. In: **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

BRADENBURG, A.; FERREIRA, D. A.; SANTOS, L. J; C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. In: **Desenvolvimento e meio ambiente: interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento - desafios e avanços do ensino e da pesquisa**, n.10, jul./dez. Curitiba, PR, 2004.

CABRAL, M.S.C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. Ed. Hucitec: São Paulo, 1996.

CARNEIRO, M. S; ANDRADE, M. de P.; MESQUITA, A. de M. A reforma da miséria e a miséria da reforma. In: **O Maranhão em rota de colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais**. CPT/MA, 1998.

CARNEIRO, M. J. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

CARVALHO, C. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, J. C. M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, C. **Crescimento e meio ambiente: Curso de Economia Ecológica**. Notas de aula. TROPEN, UFPI, 2005.

CETRULO NETO, F. Simmel: Sociabilidade e sociedade moderna. In: D'INCAO, M.A. (org.). **Sociedade: espaço e sociedade**. São Paulo: Grupo editores, 1999.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A.Z. (Org.) **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

COUTINHO, M. **Caxias das Aldeias Altas: subsídios para sua história**. 2ª ed. Caxias: Academia Caxiense de Letras, 2005.

COSTA, C. de M. S.B. **De moradores (as) a assentados(as): trajetórias e identidades sociais no Centro do Designo**, em Miguel Alves, no Piauí. (Dissertação de Mestrado em Política Públicas). Teresina, PI: UFPI, 2006.

COSTA, A. M. D. de. Domingos de festa: a sociabilidade nas ruas de lazer. In: D'Incao, M. A. (Org). **Sociabilidade: espaço e sociedade**. São Paulo: Ed. Grupo Editores, 1999.

CPT. Cópia de dossiê. **Corrupção, grilagem, conflito e convivência do INCRA - Meio Norte**. Maranhão, Caxias: CPT, 1987.

CUCHE, D. Cultura e identidade. In: **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLEXOR, G., GAVIRIA, M. A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.(org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A.Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

FORMAN, Shepard. **Camponeses**: sua participação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRANCO, A. **A revolução do local**. Texto para discussão. Set/2003. Disponível em <<http://www.comunitas.org.br/docs/Comunitas>> Acesso em nov. 2005.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAZIANO, X. **Breve história da reforma agrária**: distributivismo e inclusão no campo. In: Revolução no campo. Cadernos Adenauer V, nº 3, dez. RJ: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. RJ: DP&A, 2004

HEIN, L.L.C. **Guerra fria**: conceitos e problemas. (Núcleo de estudos contemporâneos). Universidade Federal Fluminense. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/nec/pggfria.htm>>. Acesso em maio de 2007.

JOVCHELOVITCH, S. e BAUER, M.W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LEITE, S. MEDEIROS, L., HEREDIA, B, *et al.* Os impactos regionais da reforma agrária: Um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro, (mimeo). 2002.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LESBAUPIN, I. Comunidades de base e mobilização social. In: **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 1, n.1. Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação. 1997.

LIMA, C. **História do Maranhão**. São Luís, SIOGE, 1981.

LIMA, L. B. **Relatório de pesquisa de campo-2005**: entrevistas, diário de campo e arquivo fotográfico. Caxias, MA: 2005.

LIMA, L. B. **Relatório de pesquisa de campo - 2006-2007**: tabulação de dados, entrevistas, diário de campo e arquivo fotográfico. Caxias, MA: 2007.

LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. de. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LOPES, D. L. e COSTA, S. A. Agrodiversidade e sustentabilidade em assentamento de reforma agrária. In: WHITAKER, D. C.A. **Sociologia Rural: Questões Metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

MARAFON, G.J. **Industrialização da agricultura e formação do Complexo Agroindustrial no Brasil**. Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/geo06d.htm>>. Acesso em 18 de jul. de 2006.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MEDEIROS, F.C. **Aconteceu em Caxias**: relatos históricos. Caxias, MA: Academia Caxiense de Letras, 2005.

MEDEIROS, L. S de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perceu Abramo, 2003.

MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (org). **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELO, M. L. de. **O meio norte**. Série Brasil: estudos regionais. Recife: SUDENE/ UFPE, 1983.

MENDRAS. Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo, 1987.

MORAES, M. D. C de. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).Campinas: UNICAMP, 2000, 475 pp.

MORAES, D. e VILELA, Sérgio. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para sustentabilidade. In: CARNEIRO, M. J. e MALUF, R. S. (orgs). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MORAES, M.D.C de. Texto elaborado para Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf, em Brasília, de 23 a 25/08/2005, no Painel 2: “Multifuncionalidade da Agricultura e Política de Desenvolvimento Rural”.

MORAES, M.D.C de. Falas da experiência feminina: memória, narrativa e trajetória de mulheres camponesas nos cerrados piauienses. In: **Revista Raízes: Programa de Pós-Graduação em Sociologia**. Vol. 22, n.1, jan/jun, Campina Grande:UFCG, 2003.

MORAES, M. D. C. de. Vivências entre o baixão e a chapada (saber ambiental, práticas e usos do espaço entre camponeses dos cerrados piauienses e os desafios ante a crise ecológica) **ANAIS V Simpósio IESA/SESP** (de 20 a 23 de maio de 2002. Florianópolis, Santa Catarina (CD Rom).

MORAIS, G. C. de O. Para uma possível etnografia da comunidade do Pega. In: **Revista de humanidades**. Vol. 4, n.8, abr/set. Porto Alegre,RN, 2003

MORIN, E. **Sociologia: a sociologia do microssocial ao macroplanetário**. Publicações Europa-América, 1998.

MORIN, E. **O Método 4**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NIEMEYER, A. M. de. Indicando caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento no ensino de antropologia. In: NIEMEYER, A. M. e GODOI, E. P. (org.). **Além dos territórios**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

NOBRE, F. R. C. Sistemas Agroflorestais e Agroextrativismo: diversidade estratégica para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável no Brasil. Acre: INPA, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, M. do S. de L. Trabalho ou ajuda? O duro cotidiano das mulheres de Quandú. IN: DUQUE, G. (org.) **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural**. UFPB: Ed. Universitária, 2002.

OLIVEIRA, J. H.M. **Das macumbas às umbanda: a construção de uma religião brasileira (1904-1941)**. (monografia de conclusão de curso de História). Rio de Janeiro: Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, 2003.

OLIVEIRA, Miguel. D. **O desenvolvimento a partir da comunidade**. Notas de Aula. 2003. (mimeo).

PÁDUA, J. A. A formação da agricultura brasileira: uma herança predatória. In. CAMARGO, A. CAPOBIANCO, J. P. R, OLIVEIRA, J. A. P. de (orgs.). **Meio Ambiente Brasil: Avanços e obstáculos pós-Rio 92**. Instituto Sociambiental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PINTO, J.B.G. **Indicações para o diário de campo**. Recife: (198-). (mimeo).

QUEIROZ, M. I. P. de. O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (Org). **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAMOS FILHO, L.O. e ALY JR., O. **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual.** São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. In: **Desenvolvimento e meio ambiente: interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento.** Desafios e avanços do ensino e da pesquisa. N. 10, jul./dez. Curitiba, PR, 2004.

REBELO, J.M.M. *et al.* **Espécies de Triatominae (Hemiptera: Reduviidae) do Estado do Maranhão, Brasil.** In: Cad. Saúde Pública. [online]. vol.14, n.1, jan./mar. 1998. p.187-192. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em 24 Jun. 2006.

RIBEIRO, G. L. **Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado:** nova ideologia / utopia do desenvolvimento. Brasília: UNB, 1992. (mimeo)

RIVAS, Margareth P. (coord). **Macrozoneamento Geoambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.** Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

RUA, M. G., ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?: as relações de gênero nos assentamentos rurais.** Brasília: UNESCO, 2000.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSTZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, M. E. P. dos. Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade: suas dimensões política, teórica e ontológica. In: RODRIGUES, A. M. (org.) **Desenvolvimento sustentável: teorias, debates, aplicabilidades.** Campinas: IFCH/UNICAMP, textos didáticos, n. 23, 1996.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHANIN, T. **A definições de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SILVA, J.C.A. **Conversa Bonita: o trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na região dos cocais, Maranhão.** (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas). Teresina, PI: UFPI, 2004.

SIQUEIRA, V. M. de. **De agroindústria à assentamento: estudo de caso sobre a atuação dos “intelectuais de tipo rural” no processo de reforma agrária da Malvina – Bocaiúva/MG.** (Dissertação de Mestrado). Vassouras, Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2001.

SOUSA, M. Sueli. R de. **Imaginário social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí.** (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA) Teresina, PI: UFPI, 2005.

SOUSA, M.C. de.; KHAN, A. S. PASSOS.; A.T.B., LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 36. jan/mar, 2005.

SOUZA, M.J.L de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, et al. **Geografia: “conceitos e temas”** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPAROVEK. G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

STROH, P. Y. As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003.

SUAREZ, M., *et al.* Seminário – Saber e reprodução camponesa. In: **Anuário Antropológico/81**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1983.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Diefel, 1983.

VALVERDE, O. Geografia Econômica e Social do Babaçu, In.: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XIX, n. 4. Rio de Janeiro, 1957.

VEIGA, J. E. *et al.* **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001 (Texto provisório para discussão).

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, J.E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WHITAKER, D. *et. al.* A transição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: Whitaker, D. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à margem, 2002.

WHITAKER, D. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à margem, 2002.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora UnB, 1990.

- LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Norma de Execução nº 18, de 19/10/2001 - Procedimentos para seleção de candidatos a assentamento em áreas de reforma agrária.

Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal).

Resolução Nº 20, de 18 de junho de 1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, que estabelece a classificação das águas em doces, salobras e salinas no território nacional

- SÍTIOS CONSULTADOS

www.ambientebrasil.com.br

www.abnt.org.br

| www.abas.org.br

www.bioten.bio.br

www.cptnac.com.br

<http://www.correiodosmunicipios.com.br/Pagina475.htm> - acesso em 19/05/2007.

www.embrapa.gov.br

www.ibama.gov.br

www.ibge.gov.br

<http://marchamargaridas.contag.org.br/>

www.mda.gov.br

www.mma.gov.br

www.mds.gov.br

www.mst.org.br

www.usp.br

www.ufpa.br

www.scielo.org.br

www.uema.br

www.ufpi.br

www.ufc.br

www.zee.ma.gov.br

ENTREVISTADOS/AS:

- Bernardino da Silva Leitão Nascimento Neponuceno, 62 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Darminio Lima da Silva, 63 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Edson Fernandes de Sousa, 44 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Eulina Moraes da Silva, 55 anos. Caxias – MA. Caxias - MA
- Fortunato da Silva Góis, 53 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Francisco das Chagas Santos, 43 anos, Cabo Velho. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Francisco das Chagas Sousa Silva, 26 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- José Alves de Sousa, (Sr. Zé do Óleo). 66 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- José Milton Moura de Abreu, 35 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Lindalva Maria Damasceno. 47 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Maria das Graças Rodrigues dos Santos, 54 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Maria de Lourdes Martins da Rocha. 34 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Maria Lameuza Pereira dos Santos, 30 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Maria dos Reis, 36 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Sebastião Rodrigues da Silva, 66 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Simeão Ferreira de Alcântara, 69 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Teresa Gomes Pereira, 56 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.
- Vicença Neponuceno. 56 anos. Assentamento Caxirimbu, Caxias, MA.

ANEXOS

ANEXO 01

MUNICÍPIOS MARANHENSES COM CARACTERÍSTICAS DO SEMI-ÁRIDO

Município	População	PIB	IDH	IES	PRIVAGUA	PRIVSANE	PRIVLIXO	PRIVEDUC	PRIVREND
Afonso Cunha	4680	0,558	927,35	83,98	96,13	99,37	39,20	86,09	4680
Água Doce do Maranhão	9703	0,529	845,79	83,70	91,92	99,90	39,50	84,56	9703
Aldeias Altas	18827	0,550	1070,45	78,27	94,12	88,30	46,40	84,16	18827
Anapurus	10280	0,592	1409,78	58,77	85,23	98,86	35,90	73,81	10280
Araioses	34906	0,486	1013,80	78,44	95,13	90,19	45,30	85,84	34906
Barão do Grajaú	15349	0,631	1000,26	50,34	98,11	72,19	30,60	78,18	15349
Barreirinhas	39669	0,552	944,74	75,31	99,83	82,03	38,60	73,87	39669
Belágua	5253	0,495	979,76	98,81	97,94	99,67	49,60	88,96	5253
Benedito Leite	5288	0,595	1212,19	36,98	89,50	98,72	30,60	78,53	5288
Brejo	27513	0,552	1071,59	65,88	81,59	96,82	36,00	83,29	27513
Buriti	24126	0,552	1066,12	79,33	96,45	96,18	36,20	84,19	24126
Buriti Bravo	21446	0,583	996,68	51,42	99,56	93,63	35,20	81,05	21446
Caxias	139756	0,614	1331,54	33,30	68,45	56,70	31,90	72,57	139756
Chapadinha	61332	0,588	1089,26	61,08	82,33	84,43	34,20	81,36	61332
Codó	111146	0,558	1877,09	33,17	78,12	48,37	38,00	73,73	111146
Coelho Neto	42214	0,588	1980,24	41,46	72,34	55,26	32,30	79,78	42214
Duque Bacelar	9413	0,540	828,12	71,03	92,26	99,89	45,20	84,08	9413
Humberto de Campos	21266	0,569	797,06	85,43	95,48	95,48	28,20	84,29	21266
Lagoa do Mato	9446	0,550	1152,83	82,08	99,95	100,00	37,20	82,66	9446
Loreto	10024	0,603	1057,68	61,39	93,76	77,60	27,30	60,03	10024
Magalhães de Almeida	13021	0,547	994,29	46,38	99,55	84,89	37,80	84,31	13021
Mata Roma	11799	0,567	1161,23	50,32	88,13	90,38	35,50	83,22	11799
Matões	26433	0,567	1026,52	66,81	94,20	97,20	41,50	82,78	26433
Milagres do MA	5149	0,563	1184,57	99,90	99,90	96,14	37,40	84,46	5149
Morros	14594	0,561	681,17	69,89	99,53	99,82	35,30	83,90	14594
Nina Rodrigues	8289	0,550	1112,39	63,35	80,37	97,20	34,40	88,11	8289
Paraibano	17854	0,592	1088,31	24,43	98,71	70,44	33,70	77,47	17854
Parnarama	32469	0,558	878,14	63,82	91,14	89,68	42,40	83,73	32469
Passagem Franca	14817	0,545	1008,24	53,47	99,74	95,96	39,40	80,61	14817
Paulino Neves	15460	0,508	783,51	99,80	87,08	99,95	42,60	86,72	15460
Primeira Cruz	11019	0,556	674,42	90,78	88,59	94,97	2,60	83,31	11019
S. Benedito do Rio Preto	16642	0,543	786,09	66,24	87,88	97,98	36,40	81,58	16642
Santa Quitéria do MA	28150	0,561	685,01	66,72	90,93	96,18	36,30	82,69	28150
Santana do MA	10944	0,488	1006,00	99,81	98,32	99,38	48,10	76,58	10944
Santo Amaro do MA	9612	0,512	815,67	99,58	99,76	99,82	34,80	79,58	9612
São Bernardo	22720	0,538	901,34	57,43	89,73	86,70	35,50	87,69	22720
São Francisco do MA	12854	0,555	952,15	72,94	98,45	99,97	40,50	86,93	12854
São João do Sóter	14834	0,523	886,72	82,12	98,25	99,85	45,60	39,44	14834
São João dos Patos	23182	0,640	1020,04	21,99	70,99	69,25	25,50	84,76	23182
Sucupira do Riachão	4287	0,605	1103,69	47,57	99,90	100,00	33,50	82,02	4287
Timbiras	26401	0,524	901,28	59,86	91,74	83,33	44,80	85,97	26401
Timom	129692	0,655	1338,36	18,69	47,28	49,19	23,20	74,71	129692
Tutóia	37728	0,538	617,21	72,38	99,26	93,11	37,50	80,03	37728
Urbano Santos	17603	0,556	964,73	74,27	87,74	95,98	34,70	80,12	17603

Fonte: Lemos, 2005 e IPEA, 2000.

Fonte: Inserção do Maranhão no Semi árido do Brasil, MA, 2005.

ANEXO 06 – Tópicos guias utilizados na condução das entrevistas.**TÓPICO GUIA:**

Entrevista feita com liderança sindical que acompanhou processo de formação do assentamento.

1 – Por favor, diga seu nome e sua idade, ocupação. Fale um pouco da sua vida.

2 – Qual a abrangência do seu trabalho na Comissão Pastoral da Terra? (qual a região que trabalhava, quais os povoados).

3 – A senhora sabe os nomes dos povoados que ficam no entorno da área de Caxirimbu?

4 – Além da Fazenda Caxirimbu, existiram outras áreas que passaram por esse processo de tensão?

5 – A senhora poderia caracterizar a Caxirimbu no tocante à produção, modo de vida dos moradores?

6 – O que aconteceu durante os anos de conflito?

7 – Se houve expulsão, qual o destino da população expulsa?

8 – Como se deu o processo de desapropriação da Fazenda Caxirimbu?

9 – Como se deu o processo de assentamento das famílias?

TÓPICO GUIA:

Entrevista feita com liderança sindical que acompanhou processo de formação do assentamento.

1 – Por favor, diga seu nome e sua idade, ocupação. Fale um pouco da sua vida.

2 – Fale sobre seu trabalho na área rural de Caxias.

3 – Conte-me sobre a Caxirimbu. (como se caracterizava quando você começou a participar da atividade sindical com a população moradora daquela área)

4 – Quando e como têm início os conflitos de terra no 1º distrito de Caxias?

5 – Quais as fazendas que foram notificadas no momento da negociação para o processo de desapropriação?

6 – Quando ocorre a desapropriação, como se dá o acesso da população às inscrições.

TÓPICO GUIA

Entrevista feita com assentado/a sobre o início da constituição do assentamento

1 – Por favor, diga seu nome e sua idade, ocupação, quantos filhos/as.

2 – Como ficou sabendo da possibilidade da desapropriação da Fazenda Caxirimbu?

3 – Onde esta morando anteriormente?

4 - Qual motivo o/a levou a mudar-se para cá?

5 – Qual a maior dificuldade que enfrentou quando chegou em Caxirimbu?

6 – Qual sua principal atividade?

7- O que mudou na sua vida e de sua família depois de morarem em Caxirimbu?

TÓPICO GUIA

Entrevista feita com assentado/a sobre participação política dos/as assentados/as

- 1 – Por favor, diga seu nome e sua idade, ocupação, quantos filhos/as...
- 2 - Como é que é a participação do sindicato aqui?
- 3 – Como o assentamento esta organizado politicamente o assentamento?
- 4 - Como surgiram as associações?
- 5 – Como é a participação dos associados?

TÓPICO GUIA

Entrevista feita com assentado/a sobre a sistema produtivo e temática ambiental.

1 – Por favor, diga seu nome e sua idade, ocupação, quantos filhos/as...

2 – Você cultiva roça?

3 - Como você cultiva sua roça?

4 - Como você vê a questão ambiental?

5 – Qual a importância da natureza?

6 – Você tem preocupação com o meio ambiente?

7 – Você faz alguma ação para contribuir com o meio ambiente?

ANEXO 07 – QUESTIONÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE SAFRA E RENDA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – TROPEN/PRODEMA

MESTRANDA: Luciana Batista Lima

Questionário de composição de safra e renda

Assentado(a): _____

Local de produção agrícola: _____

Atividade comercial: _____

Composição da safra

Produto	Safra 2004/2005			Safra 2005/2006		
	Plantou	Colheu	Venda	Plantou	Colheu	Venda
Arroz						
Feijão						
Milho						
Mandioca						
Outro						

Estimativa de renda familiar

Quanto você arrecada por mês através dos seguintes produtos:

Produto	Valor em reais	Obs (se for somente para consumo, anotar)
Babaçu (amêndoa ou coco inteiro)		
Derivados do Babaçu (azeite e carvão)		
Produtos derivados do porco(banha, carne, outro)		
Semente de capim		
Pesca		
Gado (leite, carne)		
Frango		
Urucum		
Caju		
Manga		
Acerola		
Outro		
Outras fontes de renda: (por mês)Fonte de renda	Valor em reais	Obs.
Diária (pedreiro,ajudante,roça) (no assentamento ou Caxias)		
Diária (doméstica, lavar e passar, etc.) (no assentamento ou Caxias)		
Emprego assalariado (onde?)		
Transferência de renda (bolsa família)		
Pensão (quem recebe?)		
Aposentadoria (quantas pessoas recebem?)		
Ajuda de parentes (moram em Caxias ou outra cidade)?		
Outras atividades (manicure, cabeleira, barbeiro, motorista, moto-taxi, etc.)		
TOTAL		